

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMARIO

<i>Redação</i> — Razão de ser	1
" — Primeiro de Maio	3
<i>Calvino</i> — Carta a um burguês "progressista"	5
<i>Willard</i> — O sofrimento e a visão da morte não que- bram a têmpera do lutador!	11
<i>Maréchal</i> — Manifesto dos Iguais	14
<i>Malon</i> — A situação das mulheres na sociedade cristã	19
<i>Marty</i> — De um marinheiro a um general	21
<i>Illín</i> — Que acontece quando se trabalha sem um plano?	24
<i>Redação</i> — O que está certo. O que está errado	28
<i>Pereira da Silva</i> — Abertura dos portos brasileiros	33
<i>Redação</i> — Iskra	37
<i>Beer</i> — Revolução dos escravos	39
<i>Redação</i> — Trabalho. Fôrça de trabalho	45
" — Responda, se puder	58
<i>Lénin</i> — Marxismo e Revisonismo	59
<i>Stálin</i> — O Socialismo e a paz	66
<i>Redação</i> — Que dizem nossos parlamentares	74
" — Que dizem nossos jornais	80
<i>Hook</i> — Fim em Hegel e fins em Marx	86
<i>Prestes</i> — Os comunistas e a religião	90
<i>Lénin</i> — O marxismo revolucionário e suas deformações	94
— De tudo, um pouco	97
<i>Cierp</i> — Um crítico de Marx das Arábias	103
<i>Calvino</i> — Mentindo sobre a Rússia	105
<i>Rosental</i> — O método dialético marxista	110
Pequeno Dicionário Marxista	129

ANO I

1 JULHO 1946

N.º 1

Preço em todo o Brasil, Cr\$ 5,00

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal
Sai aos dias 1 e 15 de cada mês

Direção de
Calvino Filho

e
S. O. Hersen

Redação e Administração
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro — Brasil

Número em circulação... Cr\$ 5,00
Número atrasado Cr\$ 8,00

ASSINATURAS

Para o Brasil:

Semestral (12 números) Cr\$ 50,00
Anual (24 números)... Cr\$ 100,00

Para o Exterior:

Anual — 5 dólares americanos.

As assinaturas começam em qualquer data e cada número da revista é remetido aos assinantes sob registro.

Os pedidos de assinatura devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro

COLABORAÇÃO

Esperamos que os leitores colaborem nesta revista sugerindo ou remetendo-nos material encontrado nos clássicos do marxismo, ou mesmo em outros autores, material que esteja rigorosamente dentro do programa desta publicação, que não se propõe, senão secundariamente, a discutir problemas táticos do momento, mas apenas a divulgar o que já está consagrado pela experiência marxista. Visamos, apenas, divulgar a teoria da doutrina marxista e toda soma de experiências práticas acumuladas nestas últimas décadas de lutas do proletariado pela sua emancipação, da qual resultará ao mesmo tempo a emancipação de toda a sociedade.

GRAFIA DOS NOMES RUSSOS

O alfabeto russo possui diversas letras que não se encontram em outras línguas, enquanto algumas, para serem pronunciadas, exigem grupos consonantais. Os franceses e ingleses estabeleceram um acôrdo para a representação dessas letras. Por exemplo, há uma letra em russo — *x* — que se chama *rrá* (os dois *rr* são para reproduzir o mesmo som do *r* de rápido, em português). Os anglo-franceses representam esse som com o dígrama *kh*. Exemplos: Plekhanov e Bukharin. Apesar de não terem participado desse acôrdo, os países de língua portuguesa até aqui têm grafado as palavras russas como o fazem os anglo-franceses, donde a nossa pronúncia desses nomes ser naturalmente errada. Os povos de língua espanhola, não tendo participado, igualmente, desse acôrdo, procuram grafar de acôrdo com a representação dos sons correspondentes nas letras de que dispõe o alfabeto espanhol. Assim: grafam Plejanov e Bujarin, porque o *j* em espanhol corresponde ao *rrá*, em russo.

Ora, como desejamos libertar-nos, também, das formas gráficas anglo-francesas (no fundo, reflexos de velha dominação econômica), que nos levam a pronunciar os nomes russos erradamente, e por não estar ainda a maioria desses nomes definitivamente integrados em nossa língua, cujo gênio respeitamos, nesta revista os grafaremos de acôrdo com os sons correspondentes às nossas letras ou grupos consonantais. Por exemplo: Plerrânov, Burrárin, Kolroz, Soverroz, etc., ao invés das formas anglo-francesas Plekhanov, Bukharin, Kolkhos, Sovkhos, etc.

Não se julgue, pois, que ao assim proceder, somos dominados por pruridos de academismo, aos quais somos infensos. Apenas estamos plenamente de acôrdo com o autor que diz: "escrever é disciplinar e construir".

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano I

Diretores: CALVINO FILHO e S. O. HERSEN

N.º 1

Razão de ser...

Iniciamos, hoje, a publicação de *Divulgação Marxista*, que mais não é do que o desdobramento consequente das nossas atividades de divulgadores do marxismo, desde 1930.

Seu programa está implícito no próprio título. Quanto à sinceridade de sua orientação, nosso passado de editores nos parece o melhor fiador. Certamente, não esperamos vida tranqüila e de sucesso financeiro, pois já temos as amargas, mas explicáveis experiências de uma falência, com a interdição de nossas edições, em 1935, e sua posterior transformação em pasta de papel, além do fechamento de nosso periódico *Mundo Médico*, em 1944. Bem conhecemos as leis do desenvolvimento da sociedade, o suficiente para "prever" como se desenvolverá a luta social no Brasil, a que estaremos sujeitos.

Mas não visamos tranqüilidade, que julgamos impossível, nem tão-pouco resultados financeiros, com a publicação desta revista; tal como ontem, envidamos novos esforços afim de contribuir, apenas, inda que modestamente, no sentido da maior divulgação do marxismo entre nós, convencidos que sempre estivemos de que à ciência proletária caberá o papel decisivo determinante do progresso do Brasil e do seu povo.

Não temos ilusões quanto à precariedade da existência deste periódico, da mesma forma que quanto à nossa editora de livros, bem como quanto às dificuldades a vencer. Sabemos, perfeitamente, de experiência própria, que os "capitalistas (burguesia dominante como classe) sempre

chamaram "liberdade" à liberdade para os ricos de enriquecer, à liberdade para os operários de morrer de fome. Os capitalistas chamam liberdade à liberdade de se servir da imprensa para fabricar e falsificar o que se chama opinião pública" (*).

Conscientes do significado da nossa tarefa, do que ela representa e já representou no passado como contribuição para a criação da consciência proletária, é claro que continuaremos serenamente enfrentando a violência policial, a incompreensão de muitos, a incapacidade invejosa de uns tantos e a maledicência negativista e derrotista dos energúmenos oportunistas, rebulho da pequena-burguesia fracassada material, moral e intelectualmente, que se incorporam ao movimento proletário, parasitariamente. Teremos de combater em 2 frentes, não importa: uma, a reação burguesa, que nos responsabiliza pela disseminação de "idéias perigosas, revolucionárias", criadoras, portanto, do mal-estar social que estamos vivendo, como se ele fosse criado por teorias, inda que vivas, e não pela realidade concreta da atual desorganização econômica, fruto da incapacidade a que chegou o sistema capitalista para resolver os problemas econômico-sociais, da atualidade; e outra, a dos parasitas do nosso novel, mas intenso, invencível e empolgante movimento operário.

Não temos a honra de pertencer ao Partido Comunista do Brasil, todavia, na execução da tarefa a que nos impusemos, conscientemente, atendemos também, como não poderia deixar de ser, ao justo apelo de Prestes, comunista sincero e esclarecido, no sentido de elevar o nível ideológico dos militantes comunistas nacionais e estender às grandes massas a ciência do proletariado, para afastá-las dos falsos líderes oportunistas, trotskistas e pseudo-socialistas, daí a origem das nossas edições e desta revista.

Se nos fôr permitida vida longa e contribuirmos no sentido de armar o nosso movimento proletário com "as armas da teoria marxista", para nós será o bastante, pois a outra compensação não aspiramos.

*Calvino Filho e
S. O. Hersen.*

(*) (Lénin — Teses e Informes sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado, apresentados ao 1.º Congresso da IC, em 4 de março de 1919.)

Primeiro de Maio

DATA INTERNACIONAL DA CLASSE OPERARIA

Foi em 1888 que a Federação Americana de Trabalho estabeleceu que, nesse dia, seria feito um movimento, sob a forma de greve, a favor da redução da jornada de trabalho para 8 horas. A escolha, inicialmente arbitrária, tornou-se permanente e internacionalizou-se, como resultado das trágicas perseguições e massacres sofridos pelo proletariado americano, em suas manifestações públicas. Durante varios anos, o 1.º de Maio foi um dia de luto para o proletariado. Dezenas de mortos e de feridos nas principais cidades industriais dos Estados Unidos constituiram o preço das comemorações nos primeiros anos. Mas venceu a solidariedade de classe. Quanto maior era a repressão policial, maior se tornava a amplitude do movimento reivindicador e de solidariedade. Os operários, nesse dia, tornado a sua data máxima, traziam à rua as suas reivindicações econômicas e sociais, transformadas mais tarde em programa político socialista.

A grande repercussão que o 1.º de Maio obteve em todos os países deu forma definitiva ao caráter da comemoração. Na França, já em novembro de 1888, durante o 3.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos e dos grupos corporativos de operários, um dos participantes, Jean Dormoy, propôs que se fizesse uma manifestação operária junto aos poderes públicos, para exigir a limitação, a 8 horas, da jornada de trabalho, a fixação do salário mínimo, etc., manifestação que se verificaria no dia 10 de fevereiro do ano seguinte (1889). Afim de dar mais força às reivindicações geralmente desprezadas pelos poderes públicos, o Congresso havia estabelecido convidar todos os sindicatos federados a que enviassem delegações naquele dia. Depois do apelo oficial, constante da Circular enviada a todos os sindicatos franceses, na qual se explicava que "é preciso que a imensa maioria, senão a totalidade, das organizações operárias participem" da concentração, a manifestação obteve, de fato, o maior sucesso, com a participação de delegações de mais de 50 cidades francesas. Quatro meses depois, no 1.º Congresso Socialista Internacional, foi proposto que se fixasse uma data para a manifestação internacional do operariado. Presentes os delegados alemães Liebknecht e Bebel, concordaram em que se fixasse a data, comprometendo-se estes delegados, em nome do operariado alemão, a realizar a manifestação na data estabelecida, apesar da situação reinante na Alemanha, em virtude da lei de exceção bismarquiana contra os socialistas. A resposta de Liebknecht e Bebel foi heroica: "Pouco importa o aumento do perigo. A manifestação impõe-se. Ela se fará. E a social-democracia alemã saberá cumprir seus deveres internacionais". O dia 1.º de Maio foi aprovado, em 1890, como a data para a manifestação internacional, considerando-se que a American Federation of Labor, em seu congresso de dezembro de 1888, já havia estabelecido a mesma data.

A fixação do 1.º de Maio não foi definida nesse Congresso, pois só no Congresso Internacional de Bruxelas, em 1891, é que ficou definitivamente estabelecido o dia da "reivindicação da jornada de 8 horas e da afirmação da luta de classes". A mesma resolução que determina e fixa a data de 1.º de Maio "recomenda a greve nesse dia, nos países em que isso fôr possível".

O 1.º de Maio foi e é o marco da unidade da classe operaria, a bandeira de sua solidariedade internacional, jamais esquecida, apesar de todas as deturpações demagógicas que alguns governos reacionarios e fascistas tentaram, procurando roubar-lhe o caracter de manifestação internacional dos trabalhadores na luta pelas suas reivindicações mais sentidas, contra o predomínio da burguesia e contra os abusos dos governos das classes dominantes.

O 1.º de Maio reafirma a coesão da classe operaria, dá expressão às suas forças, desperta a consciencia de classe das massas operarias oprimidas no mundo inteiro.

E para culminar a glorificação dessa data outrora de luto, de sangue, mas também de vitórias, vemos hoje o 1.º de Maio comemorado em todos os países do mundo civilizado, sobretudo pelo governo soviético, que é a classe proletaria vitoriosa no país do socialismo, como a data máxima dos trabalhadores, numa reafirmação épica de que a unidade de classe do proletariado tanto no mundo capitalista quanto no mundo socialista está revigorada e cresce sem cessar.



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNÍ-VOS! — "Algumas vezes apenas responderam quando, ha quarenta e dois anos, lançamos essas palavras ao mundo, nas vespersas da primeira revolução parisiense, na qual o proletariado fixou suas reivindicações proprias. Mas, em 28 de setembro de 1864, proletarios da maior parte dos países da Europa ocidental se uniram para constituir a Associação Internacional dos Trabalhadores, de gloriosa memoria. Sem duvida, a Internacional não viveu mais que nove anos. Mas a aliança eterna, fundada por ela, dos proletarios de todos os países, continua sempre viva e cada vez mais ativa. Não ha prova maior que o dia de hoje. Porque, hoje, no momento em que escrevo estas linhas, o proletariado da Europa e da America passa em revista suas forças militantes mobilizadas pela primeira vez, mobilizadas num só exercito, sob a mesma bandeira, para um só e mesmo objetivo imediato: a fixação legal da jornada normal de oito horas, já proclamada pelo congresso de Genebra em 1866 e reivindicada novamente pelo congresso operario de Paris em 1889. O espetaculo do dia de hoje fará compreender aos capitalistas e aos proprietarios de terra de todos os países que, na hora atual, os proletarios de todos os países estão realmente unidos.

Por que não está aqui Marx, a meu lado, para ver isso com os proprios olhos! Londres, 1 de maio de 1890. — *F. Engels.* (*Manifesto Comunista*, pag. 67 — Edit. Calvino Ltd.)

Atualidades

CARTA A UM BURGUEZ "PROGRESSISTA"...

V. e muitos outros de sua classe, sempre afirmam, mais por ignorancia que por má-fé, repetindo o que os fascistas ensinam, que o comunismo é a anarquia, a devassidão, o roubo, o crime. Esquecem-se, apenas, de um detalhe: foi o comunismo, embora na sua primeira fase ainda, que transformou a atrasada e fraca Russia, em menos de 25 anos, no país mais progressista e forte dos nossos dias, que se ombréia vantajosamente com o país capitalista mais rico e adiantado, que são os Estados Unidos. Se tem ainda duvidas sobre isso, basta ler o noticiario internacional publicado diariamente pelos jornais.

Em todo caso, V. tem a honestidade, a coragem e o patriotismo de afirmar que, se o comunismo fizesse a felicidade do Brasil, não teria V. duvida em tornar-se comunista, embora, no momento, o deteste por nada saber a respeito dele.

É claro que não posso ter o objetivo e tão pouco a pretensão estulta de querer levá-lo à convicção, com esta simples carta, de que o comunismo é o regime superior de organização da humanidade em geral e, em particular, para cada povo, pois, naturalmente, para se tornar comunista, qualquer um precisa abandonar os velhos e vencidos pontos de vista idealistas, no sentido filosofico; rever todos os conceitos classicos e já anacronicos da economia politica burguesa e estudar os acontecimentos do passado e do presente à luz do materialismo historico. Somente depois de tais intensos e prolongados esforços intelectuais poderá um burguez transformar-se em comunista. Um comunista não se faz pelos sentimentos, mas por convicção scientifica.

Quanto a mim, da mesma forma que muitos modestos trabalhadores e também grandes pensadores de todas as correntes filosoficas, estou convencido de que o comunismo é a forma superior e mais extraordinaria de organização social, por isso que se rege pelo principio "de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade".

E' verdade que muitos pensadores, não marxistas, afirmam que a materialização desse principio seria a realização plena dos ensinamentos de Jesus, mas que tal é impossivel, donde ser uma utopia, um ideal irrealizavel, apesar de divino...

Os marxistas não pensam assim. Acreditam que, no futuro, embora seculos venham a ser necessarios, a organização mundial comunista será possivel e lutam, então, por torná-la realizavel, embora, pessoalmente, não tenham esperanças, como é obvio, de vir a gozar das delicias de uma sociedade dessa natureza. Isto significa, sem duvida, um grande espirito de fraternidade e de desprendimento, lutar e sofrer para criar as pri-

micias de uma felicidade que somente as gerações futuras desfrutarão em toda sua plenitude.

Justamente por estudarem as leis do desenvolvimento da sociedade, sabem os comunistas que o desenvolvimento geral, embora por saltos, se efetiva através de etapas determinadas e o particular de acordo com o desenvolvimento irregular das partes.

Hoje, todos reconhecemos que, na natureza, nada se perde e nada se cria, tudo se transforma: igualmente, na sociedade humana, todas as suas organizações se transformam. Todos sabemos que, em épocas remotas, as populações eram nômades; fixando-se à terra, criaram o regime escravista, que, depois, se transformou em feudal e este, em menos de 800 anos, teve que ceder lugar, violentamente, como sempre, à burguesia capitalista, a qual fez a humanidade progredir, em menos de 300 anos, mais que em dezenas de milhares de anos anteriores. Agora, o capitalismo também já não constitui mais a força propulsora do desenvolvimento da sociedade, como o foi durante o seu evoluir; pelo contrário, procura em vão detê-lo, para poder subsistir. Vivemos, por isso, uma época revolucionária, que até mesmo as inteligências primárias reconhecem. O capitalismo, já agora anacrônico e retrogrado, não poderá, pois, impedir o advento do socialismo, da mesma forma que o escravismo não pôde impedir o do feudalismo e este o do capitalismo. A humanidade renova sempre os seus regimes, ensina-nos a história. Não pára. Não se estabiliza nunca. Evolve sempre.

Mas, na face da terra, ainda nos dias de hoje, encontramos povos em todos os estágios de civilização, ou melhor, vivendo sob os regimes de nomadismo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo.

Disto ressalta, portanto, que cada um desses povos evolue, atualmente, e, como sempre, de forma diferente, conforme o estágio em que se encontre.

Pretender, pois, ingenuamente, que todos, a uma só vez, num só dia, cheguem à etapa do comunismo, é querer o impossível, o que contraria todas as leis já conhecidas do desenvolvimento da sociedade, aceitas pelos comunistas como verdadeiras.

Somente por isso, os comunistas afirmam que, embora o comunismo seja internacionalista, o mundo não está, todavia, maduro para adotá-lo, donde, nesta etapa, ser ele multi-nacional.

Cada povo, dentro de seu país, patriótica e esclarecidamente, que lute por fazê-lo avançar do estágio em que estiver para um superior.

Essa a razão por que Prestes, marxista de hoje, sincera e sabiamente afirma que não há que pensar em revolução comunista no Brasil, o que seria um absurdo, irrealizável, portanto, mas sim numa revolução democrático-burguesa, afim de destruir para logo todas as largas sobrevivências semi-feudais, que entravam o progresso da nossa pátria, até que condições objetivas e subjetivas permitam a revolução socialista.

Por desconhecerem as leis que regem o desenvolvimento da sociedade, a burguesia brasileira teme Prestes e hostiliza-o, quando, em verdade, deveria apoiá-lo e ajudá-lo na luta contra os defensores das formas semi-feudais da nossa economia agrícola, pois que estaria defendendo seu próprio interesse econômico e contribuindo poderosamente para o progresso do nosso Brasil.

Para comprovar quão razoável e acertada é a posição de Prestes, comunista, no Brasil, lutando para que no nosso país se desenvolva o capitalismo nas suas ainda grandes possibilidades, dadas as condições objetivas e subjetivas atuais, vejamos qual a atitude dos comunistas em diferentes países do mundo, sob regimes diversos, na hora presente.

Na Abissínia, os comunistas lutam apenas para acabar com o regime escravista e não pela imposição do comunismo.

Na Índia, os comunistas lutam apenas para libertar sua pátria do jugo inglês, afim de sua economia deixar de ser colonial e não pela imposição do regime comunista.

No Brasil, os comunistas lutam para que sejam liquidadas as sobrevivências semi-feudais do campo e o capitalismo possa desenvolver-se convenientemente, fazendo a grandeza do país, e não pela imposição do regime comunista, impossível de ser conseguido no grau de desenvolvimento econômico em que nos encontramos.

Na França, os comunistas lutam pela nacionalização das indústrias básicas e dos bancos.

Na Polónia, os comunistas lutam pela nacionalização do solo.

Nos Estados Unidos, os comunistas lutam contra o espírito rapinante dos seus imperialistas, corporificado nos imensos, desumanos e insaciáveis monopólios.

Na URSS, os comunistas lutam pela consolidação do seu Estado Socialista e transformação em comunista.

Como se vê, meu caro burguês, as posições dos comunistas variam em cada país de acordo com o grau do seu desenvolvimento econômico. Mas, em qualquer deles, você verificará que lutam sempre por uma forma superior de organização econômica e política das suas pátrias.

E' verdade que, em sua ansia de progresso, os comunistas têm que enfrentar o espírito conservador de muitos, que desejam continuem as coisas como estão, e o egoísmo dos beneficiários do regime econômico vigente. E somente por isso se desencadeia contra eles toda a fúria dos que não querem que o país progrida, por condicionarem o desenvolvimento de suas pátrias aos seus mesquinhos interesses pessoais.

As maiores infâmias, por consequência, são então inventadas e postas a circular:

— Os comunistas são inimigos da Família!

Mentira! Os comunistas lutam para que a família se organize tão só sob os imperativos do amor e amparada por uma estabilidade econômica que a liberte das contingências aviltantes e destrutivas da miséria. Por isso, na URSS, as famílias são as mais prolíferas, felizes e estáveis do mundo, porque, organizadas à base de puros sentimentos, possuem também estabilidade econômica e amparo social.

— Os comunistas são inimigos de Deus!

Mentira! Os comunistas não admitem a menor injúria às convicções religiosas do homem, por estarem convencidos de que elas não são mais que simples resultantes do modo ou de sua capacidade maior ou menor

de dominar a natureza. Opõem-se, é verdade, aos homens que, invocando falsamente o nome de Deus, querem submeter materialmente seus semelhantes num Estado Teocrático e os dividem em lutas estereis, esquecidos de que afirmam, contraditórios, que Deus é um só e o seu reino o dos céus.

— Os comunistas são traidores da Pátria!

Mentira! Os cidadãos soviéticos escreveram páginas épicas na defesa de sua Pátria, quando assaltada pelas cruéis e rapinantes hordas germanicas! As "resistências", nos países escravizados sob o tacão das legiões hitlerianas, eram constituídas principalmente de heroicos, indomáveis e patriotas comunistas, que fecundaram o solo pátrio com o seu generoso sangue, para que a liberdade florisse de novo!

— Os comunistas são inimigos da Liberdade!

Mentira! Os comunistas lutam para que a liberdade não seja privilégio de uns poucos com a escravização da maioria. Em todos os quadrantes da terra, os comunistas sofrem e morrem para que a liberdade pertença a todos, não formal, mas real.

Enfim, meu caro burguês, esta já vai longe e não quero roubar-lhe mais tempo. Espero, contudo, que V. medite um pouco sobre o que acima lhe farei e procure controlar sua veracidade desapaixonadamente, com os recursos de que dispõe. Sobre qualquer dúvida, conte com o auxílio do seu camarada

Calvino.

P. S. — A seguir, transcrevo um resumido estudo comparativo entre Socialismo e Fascismo, por onde se vê que não há a menor possibilidade de confusão entre os dois sistemas.

SOCIALISMO

Socialismo — Significa luta pela abolição de classes e da propriedade privada dos meios de produção. Isto feito, a propriedade dos meios de produção torna-se social, deixando de ser individual, isto é, passa a ser de propriedade da coletividade. A produção já não será realizada em benefício de uma reduzida classe — capitalistas — mas de acordo com as necessidades do consumo social, donde ser uma economia planificada. Sendo o desenvolvimento da sociedade irregular, chegarão ao socialismo mais rapidamente os países cujas condições

FASCISMO

Fascismo — Significa a última tentativa do imperialismo para sobreviver, como capitalismo, sob a forma de super-imperialismo, com o monopólio único sobre a produção e circulação das mercadorias, no mundo. O fascismo exige a concentração máxima do capitalismo sob a égide do Estado, sob a forma de Capitalismo de Estado, conservando, todavia, a pequena propriedade privada e certa liberdade individual de produção, embora sob a tutela do Estado, através dos seus órgãos de direção econômicos — economia dirigida. Escravização,

objetivas e subjetivas o permitirem. Cada Partido Comunista lutará em seu país para que essas condições surjam o mais rapidamente. São Partidos, pois, que, embora lutando por um mesmo objetivo, contudo agem separada e independentemente, de acordo com as particularidades nacionais. Quando todos os países chegarem ao Socialismo, haverá um só tipo de economia: planificada, dentro de cada país e entrozada às demais, sem, contudo, nenhuma nação perder sua independência e a liberdade de se desenvolver de acordo com suas particularidades para o comunismo.

Economia planificada.
Propriedade privada dos meios de produção inexistente.
Oportunidades iguais para todos.

Fetichismo do valor de uso. Produz para atender às necessidades do consumo.

Monopólio da coletividade.
Liberdade das massas, à base de liberdade econômica.

Produção para a paz.
Consome o que produz.
Ditadura do Proletariado, transitória.

Partido Único, podendo os sem partido serem votados.

Governo de comunistas e de sem partido.

Igualdade racial.

Liberdade nacional, através da auto-determinação.

Povo organizado, para lutar contra qualquer sujeição interna ou externa.

Estado multi-nacional.
Condição social de liberdade.
Sociedade sem classes. Progresso.

Governo genuinamente parlamentar.

portanto, da imensa maioria em benefício de ridícula minoria. Para conseguir o monopólio único no mundo, terá que submeter os outros povos, através da guerra, é óbvio. É a forma mais rapace e violenta de Ditadura da Burguesia num só país. Dado o desenvolvimento irregular do capitalismo, o país mais forte fascista estimula formas semelhantes de regime nos países estrangeiros, que, depois, seriam assim mais facilmente dominados, visto que as organizações fascistas agiriam traidoramente como quinta-coluna. Culminaria com um único país soberano e os demais escravos.

Economia dirigida.
Propriedade privada dos meios de produção ultra-concentrada.

Oportunidades apenas para os da classe dominante.

Fetichismo do valor de troca.
Produz para atender à ambição do super-lucro.

Monopólio super-capitalista.
Escravidão das massas, à base de escravidão econômica.

Produção para a guerra.
Exporta o que produz.
Super-Ditadura da Burguesia, definitiva.

Partido Único, não podendo os sem partido serem votados.

Governo exclusivamente de fascistas.

Divisão de raças, com uma superior.

Sujeição nacional ao país fascista.

Classe organizada, para submeter o seu povo e demais.

Super-Imperialismo, nacional.
Condição social de escravidão.
Sociedade de classes. Retrocesso.

Governo genuinamente individual, de chefe poderoso.

Poder nas mãos da massa.
Liquidação da prostituição.
Amor à ciência.
Instrução para todos.
Amor à cultura.
Exercito libertador.
Mulher dignificada.
Criança-cidadão.
Operario livre.
E' a luz para todos.
Publicam-se milhões de livros.

Imprensa refletindo os interesses do povo.

Materialismo Dialectico.

Sociedade em evolução.
E' o novo, progressista.

Poder nas mãos de uma casta.
Prostituição oficializada.
Fanatismo.
Instrução para castas.
Ódio à cultura.
Exercito escravizador.
Mulher animalizada.
Criança-soldado.
Operario escravo.
E' a treva para a maioria.
Queimam-se milhões de livros.

Imprensa refletindo os interesses da classe dominante.

Idealismo misturado com materialismo vulgar.

Sociedade definitiva.
E' o velho, reacionario.

● ●

QUE PRETENDEMOS? — “Proletarios da sociedade atual são todos os que não podem viver de seu capital; o operario como o sabio, o artista como o pequeno burguês; e, ainda que a pequena burguesia possua alguma fortuna, é manifesto, entretanto, que, em razão da terrivel concorrência que lhe faz o grande capital, ela caminha a passo de gigante para a condição que a tornará inteiramente igual à dos proletarios. Podemos, portanto, desde já, contá-la como sendo das nossas, porque ela é também interessada em preservar-se da mesma situação em que nós estamos de nada possuir, e de que estamos interessados em sair dessa situação. Unamo-nos, pois, e a salvação pode servir aos dois lados.

Trabalhar pela emancipação do proletariado e para que ela se realize o mais cedo possivel, incitar todos os oprimidos à união, eis qual será a tarefa desta revista. (Extraído do artigo de apresentação do 1.º numero da *Revista Comunista*.)

● ●

E' PRECISO DESMASCARAR — Mas, para que isso possa acontecer, é necessario que os escritores dos diversos partidos deixem de combater de maneira amarga as opiniões dos outros e aplicar aos formuladores dessas opiniões as mais vulgares injurias. De nosso lado, consideramos todos os homens, mesmo o aristocrata e o devoto que têm uma opinião e porque a crêem justa a defendem com tenacidade e energia; o unico que não aceitamos é o que, sob a mascara de um partido politico ou social qualquer, ou da religião, só tem em vista o seu proprio *eu* abjeto. Desmascarar o mais depressa possivel tais hipocritas, desmascará-los, eis o dever de todo homem honrado. Não importa que ele defenda uma ideia errada; mas, enquanto a julgar justa e a servir fielmente, não se tem o direito de o desprezar.” (Do artigo de fundo do 1.º numero da *Revista Comunista*, publicado em Londres, em setembro de 1847.)

Hercis Proletários

O SOFRIMENTO E A VISÃO DA MORTE NÃO QUEBRAM
A TEMPERA DO LUTADOR !

“Ninguem é profeta na sua terra”, diz um velho proverbio. Dmítrov contrariou-o. Na Bulgaria, como na Alemanha, fez escola. E' fato que os trabalhadores bulgaros, cuja vanguarda está, há 13 anos, na ilegalidade, forneceram para a luta anti-fascista admiravel contingente de herois. Contentemo-nos com um exemplo: o de Lutibrodski.

Condenado a morte em dezembro de 1934, o operario Jurdan Lutibrodski era executado, em fins de maio de 1935, no pateo da prisão de Varna.

Antes da execução, a ditadura ousara propor-lhe um negocio vergonhoso: se declarasse lastimar sua atividade revolucionaria, renunciar a ela e exortar seus camaradas a fazer o mesmo, seria agraciado. Como reagiu a essa suprema humilhação? Como bolchévique? Como respondeu a seu pai que, desesperado, lhe pedia que se submetesse?

Basta-nos reproduzir, sem comentario (qualquer comentario só a poderia deslustrar) a carta que escreveu:

“Prisão de Varna, 3 de maio de 1935.

Querido pai!

Recebi tua carta há alguns dias. Aconselhas-me a tudo fazer para escapar à forca. E escreves: “Fá-lo ainda hoje, porque amanhã será tarde demais”. Não comprehendes que essa proposta não é a salvação, mas a morte certa, ainda que me reste a vida? Para que o comprehendas, é preciso examinar a questão a fundo. Atualmente, a burguesia conseguiu desfechar alguns golpes severos sobre o proletariado e seu partido. Mas será que isso quer dizer que a dominação burguesa esteja estabilizada e a vitoria final não pertença ao proletariado? Não! Se não for hoje, pelo menos amanhã o proletariado vencerá a classe agonizante e, graças ao seu partido, impulsionará o desenvolvimento da sociedade humana. Nós, filhos dessa classe ascendente e membros de sua vanguarda consciente, não devemos temer por nossa vida e sacrificar, por isso, o prestigio do Partido”.

“Porque temos necessidade, pai, de nossa vida, se nos cabe a sorte de ficar como cadaveres vivos com o auxilio dos quais a classe reacionaria em declinio se esforçará por levar a decomposição às fileiras do proletariado revolucionario e me utilizará, a mim, a quem terá deixado viver, para prolongar sua propria existencia? Não, antes morrer, permanecendo porém vivo no coração de minha classe! Antes morrer do que ser cadaver vivo e fedorento!

"Bem, dir-me-ás, mas pensa em Mara e em Ilitch (1). Que farão sem ti?" Eu penso muito nelcs, pai. Eu mesmo, não sei como exprimir-lhes meu amor. Quando penso neles, uma amargura imensa se apossa de mim e sinto como que chumbo no meu peito. Um sofrimento que me obriga a cerrar os dentes tão fortemente que rangem, e, não obstante, a prometer a mim mesmo resistir, conservar minhas forças e continuar combatendo até o ultimo momento, erguido contra a classe que é responsável, não apenas pelo fato de que meu Ilitch não tenha visto seu pai e de que minha companheira fique sem mim, mas também pelo fato de que milhões de outras famílias tenham que viver na miseria, nas privações e na fome.

"Em vista dos milhões de desempregados, em vista do perigo de uma nova guerra, cujo horror o cerebro humano não pode conceber, em vista dos milhões de vitimas que abaterá, não apenas entre os soldados, mas também entre as mulheres e as crianças, porque os gases asfixiantes, os bacilos da peste e do colera não escolhem vitimas, em vista de todos esses horrores, que o capitalismo nos traz e nos trará ainda, com que direito daria eu ao inimigo uma arma contra todos nós, cujo sangue suga? Não! Não o posso fazer! Para este estado maldito do capitalismo, não vejo outra saída senão a apontada pelo meu Partido e essa saída conduz à libertação economica e politica completa do proletariado e dos trabalhadores. Minha vida foi uma luta, uma luta para impor essa saída. E, se a burguesia bulgara entende condenar-me à morte, isso quer dizer que permaneci filho fiel de minha classe, filho fiel de meu Partido. E isso bastará para ti, para Ilitch e para Mara. Sim, morte; mas Ilitch saberá porque seu pai lutou e caiu nessa luta; saberá que preferiu cair na luta a cobrir-se de vergonha, a te enxovalhar, a ti, e a esse filho que nunca vi. "E' certo, é duro esperar a morte a qualquer momento, estremecer ao menor ruido, contar-lhes os passos... Aí vêm eles, vêm para te levar. O coração bate até estalar. Mas, os passos se afastam e a gente cai no catre, como um fruto maduro ao cair da arvore. Os nervos não podem suportar isso... E a gente chama pela morte, pela morte salvadora. A agonia é terrivel, a morte, não!"

"E, precisamente neste momento, o inimigo tenta obter de mim que condene toda minha atividade passada. E sabes, pai, que ele já experimentou varias vezes essa tentação para poder triunfar depois: Vêde! Mais um filho prodigo que volta à razão, que lamenta o que fez! E' com tais ignominias que o inimigo quer enfraquecer a fé no Partido e prolongar a existencia dessa classe prejudicial à sociedade. Não, não participarei desse jogo ignobil!"

"Isso, todavia, não significa que me deixarei levar sem nada fazer. E' claro que é preciso fazer tudo para me salvar. Mas, fica atento para não dar ao inimigo argumentos contra o Partido. O melhor é mobilizar a opinião publica contra a minha condenação à morte.

"Marcharei calmo e alegre para a forca com a consciencia de não ter, em minha curta vida, dedicada à luta pela liberdade, enxovalhado nem o nome de meu Partido, nem o teu nome."

E, com a corda no pescoço, eu vos grito: Cabeça erguida, pai, mulher amada, meu filho que eu nunca vi! Camaradas, para a frente! Embora paga com duros sacrificios, a vitoria é nossa! Quem estiver pronto para os sacrificios terá a vitoria! Mortos fisicamente, os combatentes continuarão a viver na consciencia do proletariado vitorioso. E seus filhos colherão os frutos da luta que seus pais tiveram travado. Tu, também, meu pequeno Ilitch, que não posso beijar nem pela primeira, nem pela ultima vez.

Jurdan Lutibrodsky."

Esta obra prima de dignidade, de nobreza revolucionaria foi difundida no país por milhares de exemplares. Que pode haver de mais educativo para as novas gerações combatentes?

E como morreu Lutibrodski? Perante a forca, gritou seu desprezo pela ditadura e sua fé na vitoria final da causa popular. A emoção geral contagiou o proprio procurador civil, que maldisse, chorando, a justiça militar por tê-lo encarregado desse "sujo trabalho".

Como tinha razão Dmitrov em Leipzig, quando proclamava seu orgulho "de ser filho da classe operaria bulgara, que combate tão valentemente contra o fascismo e pelo comunismo (2).

(Do livro *A Defesa Acusa...*, de Marcel Willard.)

(1) A mulher de Lutibrodski e seu filho, nascido depois de sua prisão.

(2) G. Dmitrov: *Cartas, notas e documentos*, p. 123.

● ●

OPERARIOS = MERCADORIA — Ao desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde o desenvolvimento do proletariado, a classe dos operarios modernos que só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho quando seu trabalho aumenta o capital. Esses operarios, forçados a venderem-se a retalho, são mercadoria semelhante a qualquer outro artigo de comercio e estão expostos, por consequencia, como as outras mercadorias, a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (*Manifesto Comunista*, pág. 82 — Edit. Calvino Ltd.)

● ●

LÉNIN E OS INTELLECTUAIS — "Penso que ha verdadeiramente um malentendido em certas questões que levantais a respeito de nossas divergências. Nunca pensei em "perseguir" os intellectuais, como fazem os sindicalistas que são tolos, nem pensei em negar a necessidade de ter intellectuais no movimento operario. Sobre todas essas questões não *pode haver divergências* entre nós; estou firmemente convencido e, visto que não nos podemos encontrar no momento, é indispensavel que comecemos a trabalhar desde agora em conjunto. E' no trabalho que nos podemos o mais facilmente e da melhor maneira entender definitivamente." (Lénin, Carta a Gorki, 16 de novembro de 1909. *Excertos de Lénin*, t. II, pag. 417 (ed. russa.)

Documentos Célebres

MANIFESTO DOS IGUAIS

“A conspiração dos “Iguais” foi o primeiro movimento revolucionário-comunista da França, ao qual está intimamente ligado o nome de Babeuf.

Na opinião de Babeuf, a propriedade privada deveria ser destruída. “Ninguém pode adquirir terra ou propriedade industrial exclusivamente para si sem cometer com isto um crime” — declara o manifesto dos “Iguais”. A sociedade futura deve basear-se na propriedade socializada, “o trabalho e o consumo devem ser comuns para todos”. A sociedade inteira deve constituir “uma grande família social”, onde não haja ricos nem pobres.

Babeuf pregava estas idéias comunistas e apelava para a ação; pregava a luta revolucionária, a insurreição armada e a tomada do poder, a instauração da ditadura dos trabalhadores, como objetivo da reconstrução comunista da sociedade.

A importância de Babeuf baseia-se no fato de que era não só um comunista utópico, senão também um revolucionário prático.

Durante o período de transição, quando o poder se encontra em mãos dos trabalhadores, deve aplicar-se o terror aos inimigos do novo regime. “O inimigo deve ser eliminado com mão de ferro”, escreveu Babeuf. “Para que serve a liberdade ao pobre e ao mendigo quando ela é apenas utilizada pelo rico? Nossa liberdade consiste em ser escravos dos ricos, devemos esmagá-los e instaurar a ditadura do pobre”.

Quanto às medidas imediatas que deveriam adotar-se ao tomar o poder, a *Ata de Sublevação*, redigida pelos partidários de Babeuf, assinalava a confiscação de todos os armazéns de comestíveis e a distribuição gratuita de pão entre os pobres, a imediata distribuição entre os pobres das propriedades que lhes foram tomadas pelos inimigos do povo, a devolução gratuita dos artigos empenhados nos bazares.

Nas doutrinas de Babeuf havia muito de ingenuo e utópico. Assim, por exemplo, ainda que Babeuf relacionasse o triunfo e suas doutrinas com a tomada do poder pelos trabalhadores, não obstante, não pôde compreender claramente a importância da luta de classes e não viu no proletariado a única classe revolucionária, na sociedade capitalista, que é consequente até o fim. Babeuf falava da ditadura dos trabalhadores, porém não na ditadura do proletariado. Ainda menos Babeuf entendeu a necessidade de ligar sua luta pelos objetivos finais, com as reivindicações econômicas cotidianas do proletariado.

Aproximadamente pelo mês de maio de 1796, os partidários de Babeuf (que se agrupavam na “Sociedade dos Iguais”) se consideraram suficientemente preparados e desejavam fixar a data da revolta. Um provocador, que se havia infiltrado na organização de Babeuf, informou

de tudo a polícia. Em maio de 1796, Babeuf e seus companheiros foram detidos e, depois de um ano de prisão, julgados. Babeuf e um de seus camaradas foram condenados à morte e os outros sete deportados. A execução foi a 27 de maio de 1797. Ainda que os planos de Babeuf não tivessem sido descobertos pela polícia através da denúncia do provocador, estavam da mesma forma condenados ao fracasso. Nem o regime econômico da França, nem sua classe trabalhadora àquela época estavam suficientemente amadurecidos para a revolução proletária socialista.

Apesar de tudo, a conspiração dos “Iguais” tem grande significação. Foi a primeira tentativa de levar à prática os princípios comunistas pelos métodos revolucionários, por meio da insurreição armada, da tomada do poder e da instauração da ditadura dos trabalhadores. Por isso, os partidários de Babeuf consideravam a revolução francesa (1789) “apenas como a precursora de outra mais gloriosa, que seria a última”. (Efimov e Freiberg — *Historia da Época do Capitalismo Industrial*, pags. 161-4 — Vitória.)

No mês de abril de 1796, foi apresentado um projeto de *Manifesto* a um “Diretorio Secreto de Salvação Pública”, em Paris, pelo materialista Silvano Maréchal. Esse Diretorio havia sido constituído dias antes, por iniciativa de Babeuf, tendo como finalidade a organização da insurreição contra o *Diretorio*, que então dominava a França. O Comitê da Insurreição negou-se a publicar o *Manifesto dos Iguais*, não concordando com algumas idéias nele expostas. Publicamos, a seguir, o seu texto integral.

MANIFESTO DOS IGUAIS

“Igualdade de fato, objetivo supremo da arte social.”

CONDORCET, *Tableau de l'Esprit Humain*.

“Povo de França!

“Durante quinze séculos viveste escravo e, conseqüentemente, desgraçado e miserável. Seis anos apenas há que respiras, aguardando a independência, a felicidade e a igualdade.

“A *igualdade!* Aspiração primeira da natureza, necessidade primeira do homem e elo principal de toda associação legítima! Povo de França! Tu não foste mais favorecido do que as demais nações que vegetam neste globo infortunado. Sempre e onde a pobre espécie humana, entregue a uns antropófagos mais ou menos habeis, serviu de juguete a todas as ambições e de pasto a todas as tiranias; sempre e onde os homens foram entretidos com frases bonitas: jamais e em parte alguma conseguiram que os fatos correspondessem às palavras. Desde tempos imemoriais, a desigualdade mais envilecedora e monstruosa pesa sobre o gênero humano. Desde que existem sociedades no mundo, a igualdade, reconhecida incontestavelmente como o mais belo patrimônio do homem, não se realizou uma só vez, não tendo sido outra coisa mais que uma esteril ficção

DIVULGAÇÃO MARXISTA, n.º 1, 1-7-46 — 15

da lei. Hoje, que a reclamamos com voz mais alta, nos respondem: "Calai-vos, miseráveis! A igualdade de fato é uma quimera; contentai-vos com a igualdade condicional. Sois todos iguais perante a lei. Que mais quereis, canalhas?" Que queremos? Legisladores, governantes, ricos proprietários, escutai o que merecis:

"Somos todos iguais, não é verdade? Este principio é inegavel porque, a não ser atacado de disturbio mental, ninguem pode se atrever a dizer, formalmente, que é noite, quando é dia.

"Pois bem; o que queremos de hoje em diante é viver tal como nascemos; queremos a igualdade efetiva ou a morte; eis aí o que queremos.

"E esta igualdade efetiva nós a conseguiremos a todo o custo. Desgraçados dos que encontrarmos entre ela e nós! Desgraçados dos que resistirem a esta vontade do povo!

"A Revolução Francesa não é senão a vanguarda de outra revolução muito maior, mais solene, e que será a ultima.

"O povo marchou sobre os cadaveres dos reis e dos sacerdotes que se coligaram contra ele: fará o mesmo com todos os novos tiranos, com os novos jesuitas politicos, que ocupam agora o lugar dos antigos.

"Que queremos além da igualdade de direitos?

"Queremos não apenas esta igualdade escrita na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; nós a queremos em nosso meio, sob o teto de nossas casas. Estamos dispostos a tudo por ela, dispostos a destruir tudo para ficarmos só com ela. Pereçam, se for preciso, todas as artes, contanto que nos reste a igualdade real e efetiva.

"Legisladores e governantes que não possuís nem genio nem boa-fé; proprietários ricos e sem entranhas, em vão tratais de neutralizar a nossa sagrada empresa, dizendo: "Não fazem mais que ressuscitar essa lei agraria, que outros já pediram mais de uma vez antes deles".

"Caluniadores, calai-vos dessa vez, e, no silencio da confusão, ouvi as nossas pretensões, ditadas pela natureza e baseadas na justiça.

"A lei agraria, ou a divisão das terras, foi a aspiração momentanea de alguns soldados sem principios, de algumas tribus movidas mais pelo instinto do que pela razão. Nós temos a realizar algo de mais sublime e de mais equitativo: o Bem comum ou a Comunidade de bens. Não mais propriedade individual da terra; a terra não é de ninguém. Reclamamos, queremos, o gozo comunal dos frutos da terra: os frutos da terra são de todo o mundo.

"Declaramos que não podemos consentir por mais tempo que a imensa maioria dos homens trabalhe e súa a serviço de uma infima minoria e para seu prazer.

"Já faz muito, demasiado tempo, que menos de um milhão de individuos dispõem do que pertence a mais de vinte milhões de seus semelhantes, de seus iguais.

"Que acabe, por fim, esse grande escandalo, que surpreenderá nossos netos. Desapareçam, por fim, essas iniquas distinções de pobres e ricos, de grandes e pequenos, de amos e criados, de governantes e governados.

"Os homens não diferem, entre si, senão pela idade e pelo sexo. Já que todos têm as mesmas necessidades e as mesmas faculdades, que no futuro não haja, para eles, senão uma só educação, uma só alimentação. Os homens contentam-se com um unico sol, com um mesmo ar para todos; porque, então, a mesma porção e a mesma quantidade de alimentos não hão de bastar para cada um?

"Mas já os inimigos da ordem natural das coisas, imaginar se pode que clamam contra nós:

"Desorganizadores, facciosos — dizem-nos — não quereis senão mananças e botins."

"Povo de França!

"Não perderemos o tempo em responder-lhes. Mas a ti diremos: A sagrada empresa que organizamos tem por unico objetivo pôr um fim às dissensões civis e à miseria publica.

"Em tempo algum foi concebido um designio mais vasto. De quando em quando, alguns homens geniais, alguns sabios, falaram desse assunto em voz baixa e balbuciante. Nenhum deles teve a audacia de dizer a verdade crua.

"Chegou o momento de tomar grandes medidas. O mal atingiu o seu cumulo, cobre a face da terra. O caos, com o nome de politica, já reina há muitos seculos. Tudo volta agora a entrar na ordem e a retomar seu posto. A voz de Igual, organizem-se os elementos da justiça e da felicidade. Chegou a hora de fundar a Republica dos Iguais, esse grande abrigo aberto a todos os homens. Os dias da restituição geral estão proximos. Familias desabrigadas, vinde sentar-vos na mesa comum posta pela natureza para todos os seus filhos.

"Povo de França!

"As praticas antigas, os preconceitos e habitos virão novamente criar obstaculos ao estabelecimento da Republica dos Iguais. A organização da igualdade real, unica que satisfaz a todas as necessidades sem causar vitimas, sem custar sacrificios, talvez não agrade, desde logo, a todo o mundo. O egoista, o ambicioso, estremece de raiva. Os que possuem injustamente queixar-se-ão de injustiça. Alguns individuos, insensíveis aos padecimentos alheios, sentirão falta dos gozos exclusivos, dos prazeres solitarios, das riquezas pessoais. Os amantes do poder absoluto, os vis guardiães da autoridade arbitraria, inclinarão, no trabalho, as suas soberbas frentes, sob o nivel da igualdade efetiva. Sua curta visão difficilmente alcançará o futuro proximo da felicidade comum; mas que poder têm alguns milhares de descontentes contra uma massa de homens, todos felizes e surpresos por terem procurado tanto tempo uma felicidade que tinham ao alcance da mão?

"Povo de França!

"Em que deveis, de hoje em diante, reconhecer a excelencia de uma Constituição?... A que repousa inteiramente na igualdade de fato é a unica que te convem e que corresponde a todos os teus desejos..."

"As constituições aristocraticas de 1791 e de 1795 agitavam as tuas cadeias em vez de rompê-las. A de 1793 foi um grande passo para

a igualdade efetiva; até agora nenhuma delas se lhe havia aproximado; mas ainda não atingia o fim supremo, não abordava a felicidade comum, cujo grande princípio consagrava, entretanto, de maneira solene.

“Povo de França!

“Abre os olhos e o coração à plenitude da felicidade: reconhece e proclama conosco a *Republica dos Iguais*.”

● ●

A HERANÇA CULTURAL DO PASSADO — “Não somos utopistas, que pensem que a obra de edificação da Rússia socialista pode ser realizada por não se sabe que homens novos; utilizamos o material que nos deixou o velho mundo capitalista. Colocamos os homens do passado em novas condições, impomos-lhes um controle adequado, submetemo-los à cuidadosa vigilância do proletariado e os obrigamos a realizar o trabalho de que necessitamos. Só assim se poderá construir. Se não pudermos construir um edifício com os materiais que nos deixou o mundo burguês, nada construiremos e não seremos comunistas, mas fazedores de frases inúteis. Para a edificação do socialismo é indispensável utilizar inteiramente a ciência, a técnica e, em geral, tudo aquilo que nos legou a Rússia capitalista.” (Lénin, *Informe sobre a política exterior e interior do Conselho dos Comissários do Povo ao Soviet de Petrogrado*, em 12 de março de 1919.)

● ●

APROVEITEMO-LA... — “O proletariado despojado de tudo que vem da máquina e o camponês que vem da charrua, não podiam fazer seus estudos universitários nem sob o tsar Nicolau, nem sob o presidente da Republica, Wilson. A ciência e a técnica eram feitas para os ricos, para os possuidores; o capitalismo só dá cultura a uma minoria. E devemos construir com essa cultura o socialismo. Não dispomos de outros materiais. Queremos construir o socialismo sem demora com os materiais que nos deixou o capitalismo, justamente agora, e não com os homens que serão preparados em estufas, como um divertimento. Temos especialistas burgueses e nada mais. Não temos outros tijolos e não temos com que construir. O socialismo deve vencer e nós, socialistas e comunistas, devemos provar na ação que somos capazes de construir o socialismo com esses tijolos, com esse material, de construir a sociedade socialista com os proletários que puderam, em proporções ínfimas, conseguir cultura e com os especialistas burgueses.

E' preciso tomar toda a cultura que o capitalismo deixou e construir com ela o socialismo. E' preciso tomar toda a ciência, todos os conhecimentos, a arte. Sem isso, não poderemos construir a vida da sociedade comunista. E essa ciência, essa técnica e essa arte estão nas mãos e nos cérebros dos especialistas.” (Lénin, *Os Sucessos e as Dificuldades do Poder dos Soviets*, discurso num comício em Petrogrado, 13 de março de 1919.)

A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE CRISTÃ

“O marido é o chefe da mulher, como o Cristo é o chefe da Igreja... Assim como a Igreja está submetida ao Cristo, também o devem estar as mulheres aos seus maridos, em todas as coisas” (1). O apóstolo faz a lei e a situação da esposa cristã pode ser delineada nestas linhas de Agostinho, o segundo teórico do cristianismo, o apologista, como Paulo, do arbitrário divino e da servidão humana. “Minha mãe obedecia cegamente àquele que lhe fizeram desposar; também quando vinham procurá-la mulheres, cujos maridos eram bem menos arrebatados que o seu, mas que traziam até em seu rosto as marcas da colera marital, dizia-lhes minha mãe: “A culpa é vossa, tomai cuidado com vossa língua; não compete a *servas* dominar seus senhores. Isso não aconteceria se, quando vos leram vosso contrato de casamento, tivésseis compreendido que se tratava de um contrato de servidão.” Isso para a esposa. A mulher é ainda mais maltratada pelos Pais da Igreja do que o fôra pela lei de Manú, pela Bíblia, pelos filósofos e poetas helenicos ou mesmo pelos cruéis legisladores romanos. “Soberana peste é a mulher — clama *São João Crisostomo* — dardo agudo do demonio! Pela mulher, o diabo triunfou sobre Adão e fez-lhe perder o paraíso. E' ela a causa do mal, a autora do pecado, a pedra do tumulto, a porta do inferno, a fatalidade de nossas miserias”. *Santo Antonio*: “Cabeça do crime, arma do diabo, quando virdes uma mulher, acreditai que tendes diante de vós, não um ser humano, nem mesmo uma besta feroz, mas o diabo em pessoa; sua voz é o silvo da serpente.” *São João de Damasco*: “A mulher é um burro mau, uma tenia horrenda que tem sua sede no coração do homem; filha da mentira, sentinela avançada do inferno, que expulsou Adão do paraíso, indomável Belona, inimiga declarada da paz.” *São Cipriano* preferia ouvir o silvo da cobra ao canto de uma mulher; *São Boaventura* compara-a ao escorpião, sempre pronto para picar: ele a chama de larva do demonio. Também é essa a opinião de Eusebio de Cesaréia, de que a mulher é a flecha do diabo. Para *São Gregorio, o Grande*: “A mulher não tem a noção do bem.” *São Jeronimo*: “A mulher é a porta do demonio, o caminho da iniquidade, o dardo do escorpião; em suma, uma perigosa especie.” “Ponhamos, ponhamos a mão no machado (?) e cortemos pelas raízes a arvore esteril do casamento. Deus permitiu o casamento, concordo; mas Jesus Cristo e Maria consagraram a virgindade.” Tertuliano não lhe esconde sua raiva louca: “Mulher, tu deverias estar sempre vestida de luto e de andrajos, oferecendo aos olhos apenas uma penitencia afogada em lagrimas e redimindo assim a falta de haver perdido o genero humano! Mulher, tu és a porta do demonio; foste tu a primeira a violar a lei divina, tu que corrompeste aquele que Satan não ousava atacar de face... Foste tu que fizeste morrer Jesus Cristo...” Assim fala Tertuliano, acreditando logico o dogma cristão. Quem quer que o admita, esse dogma monstruoso do pecado original, não pode pensar de outro modo da mulher. Assim encarada, a mulher é um objeto de terror, e Tertuliano, ainda agravando São Paulo, quer

que a mulher "oculte sua frente, sempre, em toda parte, em qualquer idade; filha, por causa de seu pai, esposa, por causa de seu marido, mãe, por causa de seus filhos". E' inutil continuar os exemplos. Sabe-se, ademais, que o Concilio de Macon só decidiu por três votos de maioria que a mulher tinha uma alma, isto é, que pertencia à humanidade. (Malon — *Socialisme Intégral*.)

(1) São Paulo — *Epistola aos Efesos*, v. 23.

● ●

BASTA A CULTURA ATUAL... — "Nossos adversarios disseram varias vezes que empreendemos uma obra insensata querendo instaurar o socialismo num país sem bastante cultura. Mas enganaram-se; disseram que começamos pelo fim sem respeitar as regras da teoria (de todos os pedantes) e que entre nós a transformação politica e social precedeu essa transformação cultural, essa revolução cultural, diante da qual nos encontramos agora, apesar de tudo.

Essa revolução cultural basta-nos agora para que nos torne-mos um país inteiramente socialista, mas, para nós, essa revolução cultural apresenta dificuldades incriveis, não só sob o aspecto propriamente cultural (porque somos iletrados), mas também de ordem material (porque para ser culto é preciso um certo desenvolvimento de meios materiais de produção, é preciso uma certa base material)." (Lénin, *Sobre a Cooperação*, 6 de janeiro de 1923.)

● ●

O PARTIDO OPERARIO E OS LITERATOIDES — "Todas essas imundicies, nós as devemos principalmente a Liebknecht, com sua queda pelos "discursadores" letrados e pelas pessoas de posição, coisas com que se pode impressionar o filisteu. Ele não resiste a um literatoide ou a um negociante que namora o socialismo. São essas, justamente, na Alemanha, as pessoas mais perigosas e Marx e eu nunca deixamos de combatê-las desde o ano de 1845. Visto que foram admitidas no partido onde eles se colocam sempre nos primeiros lugares, é necessario rebaixá-las sem cessar, porque opõem, a todo instante, seu ponto de vista pequeno-burguês, ao ponto de vista das massas proletarias ou porque podem falsear este ponto de vista. Entretanto, estou convencido de que Liebknecht, quando for necessario realmente tomar posição, se colocará a nosso lado e, mais ainda, afirmará que sempre se opusera ao perigo e que nós o impedimos de liquidar com isso mais cedo. Foi bom, esperando, que tivéssemos recebido uma pequena advertencia nossa. (Engels, *Carta a Bebel*, em 22 de junho de 1885; Marx e Engels, *Cartas a L. Bebel, W. Liebknecht, K. Kautski e outros*, t. I, pag. 396, ed. al.)

Cartas Históricas

DE UM MARINHEIRO A UM GENERAL

A Rússia encontrava-se em plena revolução. Em virtude dos *complots* dos socialistas revolucionários, inimigos, então, dos bolcheviques, em 1917 e em 1918, o primeiro ato da *Entente* (os aliados da guerra passada), logo após o armistício com a Alemanha, foi organizar um exército para invadí-la, sob o falso pretexto de nela restabelecer a "ordem"...

"A êsse exército logo se juntaram outros, e quatorze nações tomaram parte nesta abominável tentativa de esmagamento de um povo: as forças britânicas navais e militares ao norte; poloneses, franceses e alemães, ao noroeste; gregos, sérvios, finlandeses, estonianos, letões, italianos, rumenos, ao oeste e sudoeste; ingleses, ao sul; ingleses, franceses, americanos, tchecoslovacos e japoneses, a leste.

"Poderosa circunstância, porém, viria modificar o curso desses acontecimentos, reanimando a denodada resistência dos bolcheviques a tão amplos ataques.

"E' que os marinheiros e soldados da *Entente* com êles faziam causa comum, recusando-se a combatê-los.

"André Marty, o atual deputado comunista francês, então marinheiro, foi uma das principais expressões desse movimento de solidariedade internacional de classe dos trabalhadores.

"Em carta de 24 de agosto de 1927, ao marechal Foch, eis como êle descreveu êsse movimento de solidariedade:

"Em fevereiro de 1919, quando comandante em chefe dos exércitos aliados, fizestes mais que armar os Estados que cercaram a Rússia. Agente de execução do grupo imperialista franco-inglês, ordenastes o desembarque a viva força em Odessa, a 18 de dezembro de 1918, da 156.^a divisão do mesmo grupo. Em seguida, não cessastes de acumular tropas e material de guerra na fronteira rumeno-ucrainiana e no litoral russo do mar Negro.

Em abril de 1919, mais de 100.000 homens de tropas rumenas, sérvias, polonesas, russas voluntárias, gregas e francesas, sob a cobertura de 60 navios de guerra de tôdas as toneladas, enfechavam a Rússia revolucionária num círculo de ferro, e Clemenceau repetia, com insistência, que esmagaria o bolchevismo antes de seis meses.

Os capitalistas franceses, seus ministros e seus militares — dos quais éreis nesse momento o chefe — esqueciam-se, apenas, de uma coisa: é que a primeira condição para assassinar a revolução russa não era possuir muitos tanks, aviões, canhões pesados, e, sim, que os soldados e marinheiros concordassem em vos obedecer.

Certamente, bem diligenciastes para tanto. Empregastes a mentira... Empregastes a tortura... Empregastes o massacre em massa...

Empregastes o fuzilamento... E, entretanto, nada foi mais forte que a força moral da revolução social. Nenhuma de vossas medidas pôde impedir o despertar da consciência de classe de milhares de trabalhadores fardados, soldados e marinheiros. Pretendeis que, se a Conferência dos Embaixadores vos houvesse escutado, teríeis esmagado o bolchevismo. Fanfarronada!

O 58.º de infantaria e o 2.º de artilharia de montanha receberam ordem de se apoderar de Tiraspol, a 2 de fevereiro. E foi preciso voltar apressadamente com esses soldados; depois, desarmar o 58.º e expedi-lo para Marrocos.

Quando, em março, o capitão (ataman) Grigorieff, atacou Kherson, não foram duas companhias do 176.º ocupando a cidadela, que se recusaram em bloco a entrar em ação e foram levadas para Odessa?

E' pena, sr. marechal, que não tivésseis assistido, a 5 de abril de 1919, à evacuação de Odessa, quando o 19.º de artilharia, o 7.º de engenharia, o 1.º regimento de ataque da África escreveram belas páginas na história do movimento revolucionário. Teríeis podido ver o glorioso e vitorioso exército francês marchando alegremente em debandada diante dos guardas vermelhos. Teríeis podido admirar o magnífico espetáculo dado por companhias inteiras desfilaro diante da sede do Soviet de Odessa, em continência, e ao canto da Internacional. E vós mesmo, sr. marechal, teríeis sem dúvida procedido como todos os oficiais superiores de vosso exército do Oriente, dos quais uns se exprimiam nos navios de guerra e outros corriam a todo o pano para Akkermann, enquanto as balas Lebel tinham em seus ouvidos.

Alguns dias depois, em Bender, a 26 de maio, os 4.º e 37.º coloniais também se recusavam — como os de Arrangel — a atirar sobre o exército vermelho.

E já mesmo certos batalhões algerianos e malgaches também se dispunham a fazer o mesmo.

Acreditastes, então, poder contar com os marinheiros, porque não se achavam em contacto direto com os revolucionários russos. Mas vossa ilusão não durou muito.

A 16 de abril, havia o caso do Protet; a 20, em Sevastópol, toda a esquadra se amotina; os maiores navios: France, Vergniaud, Justice, hasteiam o pavilhão vermelho; os marinheiros se solidarizam na cidade com os operários.

A 27, em Odessa, é o Waldeck-Rousseau, a bordo do qual me achava preso, que, por sua vez, se revolta. Depois, é o Bruix. Em todos os navios, sem exceção, explodem movimentos de protesto.

O incêndio ganha o Mediterrâneo; em Constantinopla, em maio, diante dos oficiais aterrorizados, os marinheiros do Jean Bart se pronunciaram na cidade ao canto da Internacional e do Jovem Guarda. Em Itea, na Grécia, é o Guichen que se revolta. As autoridades só conseguem dominar sua equipagem, com o auxílio das tropas negras.

Em Toulon, a 11 de junho, o coraçado almirante em chefe Provence nega-se a aparelhar-se para o mar Negro e aponta seus canhões para a polícia marítima. Durante dois dias, os marinheiros realizam reuniões em plena rua e são senhores de suas manifestações na cidade. Houve

necessidade de dois regimentos de cavalaria e da cavalaria também da polícia para os impedir de abrir a prisão marítima.

Em Brest, em Cherburgo, em Rochefort, em Bizerta, manifestações do mesmo gênero se repetem, a bordo e em terra.

Até agosto continuaram em toda a esquadra, e o governo só as detinha, desmobilizando em massa.

Com esses homens, é que querieis esmagar a Revolução russa?

Com franqueza, sr. marechal, se tivésseis ido a Odessa dirigir a operação concebida por Clemenceau e Poincaré, contra a Constituição, é provável que, nesta hora, eu não pudesse estar discutindo convosco, pois estardes no Pantheon, insultando com vossa presença a memória de Jaurès." (A Revolta do Mar Negro, págs. 179 a 183, in Pequena História da Revolução Bolchevique, de Leônidas de Rezende, págs. 57 a 60).

ELES ESTÃO EVOLUINDO. — "Sem irmos ao exagero de tudo atribuir a motivos de ordem económica, não podemos deixar de reconhecer sua crescente importância na evolução dos povos. Se é verdade que em determinados períodos históricos constatamos a influencia de fatores religiosos, culturais e políticos, afetando profundamente o desenvolvimento dos povos, o característico fundamental dos tempos modernos, iniciados contemporaneamente com a descoberta do Brasil, é a preponderancia do fator económico. Dai, alguns historiadores atribuem à historia politica e militar a simples exposição descritiva dos fatos históricos, reservando para a historia económica a investigação do "porque" desses fatos." (Simonsen — Hist. Ec. do Brasil, pag. 35.)

QUE É PRECISO? — "Assim, o objetivo da cultura politica, da instrução politica, é educar verdadeiros comunistas, capazes de vencer a mentira, os preconceitos, capazes de auxiliar as massas trabalhadoras e vencer a velha ordem de coisas e de levar a bom termo a obra de edificação de Estado sem capitalistas, sem exploradores, sem latifundiários. E como pode isso ser feito? Só se pode fazê-lo depois de ter assimilado toda a soma de conhecimentos que os mestres do ensino herdaram da burguesia. Todas as conquistas técnicas do comunismo seriam impossíveis sem isso e será vão pensar ao contrario." (Lénin, Discurso na Conferencia Pan-Russa dos Trabalhadores de Ensino Politico, em 3 de novembro de 1920.)

QUE POBREZA... — "Era escassa a circulação de metais preciosos, sendo estimado em menos de 50 milhões de libras o valor da moeda em giro na Europa em fins do século XV. As primeiras massas de moedas foram-se acumulando em mãos de banqueiros italianos e alemães, que iniciaram a aplicação de capitais em operações de finanças publicas e de comercio". (Simonsen — Hist. Ec. do Brasil, pag. 41.)

QUE ACONTECE QUANDO SE TRABALHA SEM UM PLANO

"O Sr. Fox possui um milhão de dolares. Ora, o dinheiro não deve ficar parado sem produzir. O Sr. Fox lê os jornais, consulta os amigos, contrata homens de negocios. Estes homens de negocios procuram dia e noite, indagam pela cidade toda. Como se poderá colocar o dinheiro do Sr. Fox ?

Finalmente, encontram um meio ! Chapéus ! Eis aí o que é preciso fazer ! O comercio de chapéus vai indo bem, os fabricantes de chapéus enriquecem. Não há um minuto a perder, o Sr. Fox abre uma fábrica de chapéus.

Mas a mesma idéia acode, ao mesmo tempo, ao Sr. Pox, ao Sr. Nox e ao Sr. Krox. E todos resolvem, ao mesmo tempo, abrir fábricas de chapéus.

Em menos de seis meses, eis algumas fábricas de chapéus a mais. As chapelarias enchem-se de chapéus. As prateleiras cedem, quebrando, sob o peso dos chapéus. Enquanto isso, anunciam-se nos bondes, nos ônibus, no rádio, nas paredes, em toda a parte ! Chapéus ! Chapéus ! Chapéus ! Fazem-se muito mais chapéus do que o necessario, duas vezes mais, três vezes mais. E as fábricas continuam a trabalhar a pleno rendimento.

E eis que acontece o que, nem o Sr. Pox, nem o Sr. Nox, nem o Sr. Krox haviam previsto. O público deixa de comprar chapéus. O Sr. Nox baixa de 20 % seus preços. O Sr. Pox de 40 %. O Sr. Fox vende seus chapéus com prejuizo, só para se desembaraçar deles. Mas os negocios vão de mal a pior. Em todos os jornais aparecem anuncios assim:

"O Sr. só tem uma cabeça. Mas isto não quer dizer que o Sr. só deve ter um chapéu. Cada americano deve ter três chapéus. Compre os chapéus Fox !"

O Sr. Pox oferece seus chapéus a prestações, com o prazo de três anos ! O Sr. Nox anuncia a liquidação:

"Um dia somente ! Aproveitem a ocasião !"

Mas acontece que isto tudo não traz resultado nenhum. O Sr. Fox diminue dois dolares por semana no salario de seus operarios, o Sr. Krox três dolares por semana.

Mas os negocios continuam a ir de mal a pior. De repente param !

O Sr. Fox fecha sua fabrica. 2.000 operarios recebem suas contas e são postos na rua. No dia seguinte, é a fabrica do Sr. Nox que fecha. Em menos de uma semana, quase todas as fabricas de chapéus deixam de

funcionar. Devido a isso, milhares de operários ficam sem trabalho. As maquinas, todas novas, ficam enferrujadas; os predios são vendidos.

Passa-se um ano, dois anos. Os chapéus comprados ao Sr. Fox, ao Sr. Nox, ao Sr. Krox, já estão usados. O publico dispõe-se a comprar chapéus. As chapelarias esgotam facilmente os estoques que possuíam. Das prateleiras mais altas, tiram-se chapéus, que já estavam empoeirados. Começam a faltar chapéus. O preço dos chapéus sobe.

E agora não é mais o Sr. Fox, mas um outro qualquer, o Sr. Daniel, por exemplo, que combina um negocio vantajoso: abrir uma fabrica de chapéus. Mas a mesma idéia vem, ao mesmo tempo, à cabeça de outros homens de negocios inteligentes: do Sr. Boudel, do Sr. Noudel e do Sr. Poudel ! E a historia se repete.

E o que acontece com os chapéus, acontece tambem com os sapatos, o açúcar, o carvão, o petroleo, etc. As fabricas trabalham incessantemente, a toda a força, depois param. Chega-se a pensar que os homens estão loucos !

Uma Terra de Loucos

No dia 1.º de setembro de 1920 partiu um trem de Washington; uma locomotiva com trinta vagões. Os vagões estavam repletos de melancias maduras, bonitas, a 25 cents. cada uma. O trem caminhou rapidamente para o norte.

Nas margens do Potomac, num trecho com um declive muito pronunciado, o trem parou. Uma verdadeira avalanche de melancias precipitou-se pelo caminho abaixo. As melancias saltavam como bolas de croquet, chocavam-se, partindo-se em mil pedaços. Perto da margem, no rio, formou-se uma verdadeira ilha flutuante de melancias. As melancias espalhavam-se sempre. Depois do primeiro vagão, chegou a vez do segundo, depois, do terceiro, do quarto. O negocio caminhava depressa. A locomotiva apitou, o trem estremeceu. Alguns homens tomaram o trem em movimento, saltando nas plataformas. O trem desapareceu. As melancias tomavam lentamente o curso da corrente do rio Potomac.

Esta historia não foi inventada por mim. Se o leitor quiser controlar minha boa fé, procure o livro do americano Stuart Chase, do Departamento do Trabalho de Nova York, intitulado *A Tragedia da Dissipação*. Aí encontrará a historia das melancias, à pagina 193 da edição americana.

Eis o que ele conta ainda neste livro:

"Em 1920, 1.000 galões de leite foram atirados aos rios do Illinois meridional.

Em outubro de 1921, no Midlewest, foram colocados diversos cartazes ao longo dos caminhos, incitando os fazendeiros a queimar centeio em lugar de carvão.

Em 24 de junho de 1924, no jornal *Monde de New York*, apareceu a seguinte noticia: "Foram destruídos hoje, no cais, 1.000 sacos de pepinos".

De três em três, de quatro em quatro anos, no Estado de Maine, grande parte da colheita de batatas é deixada no chão para apodrecer.

Eis aqui ainda as ultimas novidades dos jornais:

Nos Estados do Oeste, queimam-se novamente cereais, como em 1921, para servir de combustivel.

Nas plantações de algodão, criam-se besouros, insetos destruidores das sementeiras.

Os fabricantes de automoveis despendem milhões de dolares na compra de automoveis usados, unicamente para destruí-los.

As companhias de navegação destroem centenas e centenas de navios e barcos automoveis.

Mas não é só nos Estados Unidos que se verificam esses fatos lamentaveis, esta loucura atingiu tambem a outros paises.

No Lancashire, na Inglaterra, jogam-se fora milhares de teares, como se fossem ferro velho.

No Egipto, o governo expede ordens para reduzir o aprovisionamento de agua aos campos de cultura de algodão, afim de diminuir a colheita.

No Brasil, queimam-se milhares e milhares de sacas de café. Os plantadores de Ceylão abandonam as colheitas de chá nos campos. A revista alemã *A Economia Mineira Internacional* anuncia que a extração mundial de carvão ultrapassa consideravelmente as necessidades do consumo.

A revista americana *Noticias Sobre a Construção Mecanica* chega à conclusão de que as maquinas modernas trabalham muito depressa e é preciso retornar às maquinas antigas, mais lentas, com o fim de reduzir a produção.

O academico soviético Vavilof fez, não há muito tempo, uma conferencia na Academia de Ciencias sobre a sua viagem à America e à Europa Ocidental, na qual há uns topicos bastante interessantes e expressivos:

"Na agricultura, apresenta-se aos nossos olhos uma crise agudissima e profunda. O trabalho dos campos não é suficientemente remunerador e milhares e milhares de hectares de terra são abandonados sem serem cultivados. Eu não sou economista; no entanto, tomei parte na Conferencia de Economia Agricola e não esquecerei jámais a excursão que fizemos para nos certificarmos do que se passava no dominio da agricultura. Foi uma excursão através de terras abandonadas".

E mais adiante o academico Vavilof fala do quadro doloroso que assistiu: centenas de milhares de casinhas abandonadas, não nos confins dos Estados, mas ao longo das vias ferreas, perto da cidade universitaria de Itaque. E este mesmo quadro, mais crú ainda, se reproduziu na Guatemala e em Honduras, onde se pode verificar ainda existirem até hoje plantações recentes de bananas, abandonadas, porque não são remuneradoras. Quando uma doença, a peste da banana, atinge as plantações, os plantadores consideram esse flagelo como um beneficio extraordinário. Há uma quantidade enorme de arvores frutíferas abandonadas, com seus frutos ainda por colher. Na California, uma plantação enorme de laranjas foi abandonada, porque não sabiam que fazer da colheita. Chegou a acontecer um fato extraordinario: quando viajavamos por entre essas plantações de laranjas abandonadas, alguns passageiros diziam: — "Felizmente houve doença este ano; sem isso, que haveríamos de fazer da colheita?"

Que quer dizer isso? Os homens eulouqueceram? Queimar centeio, jogar leite no rio, destruir automoveis, botar a pique os navios, por que fazem isso? Por que é vantajoso?

E' vantajoso para o Sr. Fox e para o Sr. Pox. O Sr. Fox queima alguns trens de cereais para fazer subir o preço do centeio. O Sr. Pox dá ordens para atirar ao rio dezenas de milhares de garrafas de leite para que o leite não continue sendo vendido por preço baixo. E, enquanto isto, os medicos de Nova York afirmam, que, sobre quatro crianças novaiorquinas, existe, pelo menos, uma, que não come o suficiente para saciar a fome.

O jornal inglês *Times*, escreve: "O quarteirão de negocios da cidade de Inglaterra (Arkansas) foi ontem à noite tomado de assalto por uma multidão de 500 trabalhadores agricolas, vindos dos campos de algodão e trigo, aos gritos de "pão e trabalho", ameaçando assaltar os armazens da cidade se não dessem alimento a eles e aos filhos. Abafaram as palavras do advogado George Morris, que se esforçava por apaziguá-los, sendo interrompido pelos manifestantes que diziam — "Nós exigimos o que comer e imediatamente. Dai-nos trabalho e não voltaremos mais".

O país possui milhares de maquinas, os depositos estão repletos de mercadorias, queima-se centeio em lugar de carvão e joga-se o leite ao rio... E, no entanto, no mesmo país, milhares de pessoas morrem de fome.

Os americanos dizem com orgulho: "cada operario americano tem à sua disposição 230 escravos mecanicos".

Isso seria verdadeiro se fosse possivel computar o numero de maquinas e de operarios que elas substituem.

Mas não acontece exatamente assim; por que motivo falta o necessario a milhões de cidadãos americanos?

Onde é que está a chave do enigma?

A chave do enigma? Será que todas as maquinas dos Estados Unidos são de propriedade de todos os americanos, da coletividade? Não. Apenas um pequeno, um reduzidissimo numero de homens é que possui as maquinas. Ford, o rei do automovel, é proprietario de 60 usinas nos Estados Unidos e 28 no estrangeiro. Ford possui ainda estradas de ferro, navios, minas, florestas, montanhas, rios.

Se todos os operarios dessas usinas e suas familias fossem colocados num só lugar, poder-se-ia povoar uma cidade de 3 milhões de habitantes. Seria como se toda Moscou e parte de Leningrado trabalhassem exclusivamente para um só homem.

As maquinas pertencem a um só individuo e é por isso que milhões de individuos se vêm na contingencia de trabalhar para um só." (Iline — *O Abecedario da Nova Russia*, pags. 16 a 23.)

● ●

ISTO E' COM O INGLÊS... — ... "Um povo — diziam Marx e Engels — que oprime a outros povos, não pode ser livre". "Um proletario que aceita o fato de sua patria oprimir inda que de maneira mais infima a outras nações, não é um socialista".

O que está certo O que está errado

Está errado — Os fascistas e alguns padres de má-fé afirmam que não há liberdade religiosa na URSS.

Está certo — Os depoimentos de pessoas insuspeitas como Sidney Webb e Anna Louise Strong (esta viveu na URSS 25 anos e agora vive na sua patria — os Estados Unidos) e os dos padres ortodoxos e os do Deão de Canterbury (inglês), todos coincidem na afirmação de que há plena liberdade para todas as religiões. Não há, é verdade, privilégios para nenhuma, inclusive para a religião católica romana. O padre Arlindo Vieira, brasileiro, fascista apaixonado, certa vez, protestou contra o Governo Soviético por ter arrecadado como imposto anual, só de uma igreja em Moscou, importância superior a Cr\$ 300.000,00! Para se cobrar tal imposto, é porque o negócio é bom e livre.

Está errado — A teoria mecanicista do desenvolvimento é um dos pilares da sociologia reformista, pois sustenta que o simples crescimento quantitativo do monopólio e do capital financeiro significa o crescimento do capitalismo transformando-se em socialismo.

Está certo — A concepção do materialismo dialético ensina que as contradições básicas do capitalismo mais se aguçam com o seu desenvolvimento, atingindo proporções nunca vistas à época do imperialismo (monopólio-capital financeiro) e que a consequência inevitável de tais contradições é a destruição do capitalismo pela revolução proletária e o advento do socialismo.

Está errado — Afirmam os “maliciosos” que o sistema político na URSS é “socialismo de Estado”, tal como pretendiam Hitler e Mussolini estabelecer em seus países, logo o “fascismo italo-germânico” é a mesma coisa que o “socialismo russo”, dizem os confucionistas, ajudados pelos trotskistas.

Está certo — “A expressão “socialismo de Estado” é inexata. Muitas pessoas compreendem, por esse termo, uma ordem social em que certa parte das riquezas, por vezes muito importante, é transferida para as mãos do Estado ou fica sob seu controle; enquanto que, na maioria dos casos, o direito de propriedade sobre as usinas, as fábricas, a terra, permanece em mãos dos particulares. É assim que numerosas pessoas compreendem as palavras “socialismo de Estado”. Em certos

casos, procura-se dissimular sob esse termo um regime em que o Estado capitalista, tendo em vista preparar a guerra ou enfrentá-la, se encarrega de assegurar o funcionamento de certo número de empresas particulares. A sociedade que estamos edificando — diz Stálin — não pode, em nenhum sentido, ser denominada de “socialismo de Estado”. Nossa sociedade soviética é, de fato, socialista, porque a propriedade privada das fábricas, das usinas, da terra, dos bancos, dos transportes, etc., foi abolida e substituída pela propriedade social. A organização social que criamos pode ser denominada organização soviética socialista, não ainda definitivamente edificada, mas que, em seus fundamentos, é uma organização socialista da sociedade. A base dessa sociedade é a propriedade social: a propriedade do Estado, isto é, a propriedade de todo o povo, assim como a propriedade kolhoziana. Nem o fascismo italiano, nem o nacional-“socialismo” alemão tem qualquer coisa de comum com semelhante sociedade. Acima de tudo, porque a propriedade privada das fábricas e das usinas, da terra, dos bancos, dos transportes, etc., neles é mantida intacta; e, por conseguinte, o capitalismo subsiste na Alemanha e na Itália, com todo o seu vigor.” (Da entrevista de Stálin com H. Roy Howard, em 1-3-1936.)

A COMUNA — “Na noite de 18 de março de 1871, as tropas do Governo avançaram para as colinas de Montmartre. Havia canhões comprados com a contribuição voluntária da Guarda Nacional. O Governo decidiu reter estes canhões, porém seus cálculos falharam.

“Desde as primeiras horas da manhã foram enviados destacamentos do exército a Montmartre. Um grupo de guardas nacionais que vigiava os canhões na praça de S. Pierre, foi surpreendido e os canhões lhes foram arrebatados e conduzidos sem oposição alguma para Paris. Mas, um grupo de mulheres de Montmartre se precipitou para a praça Abbat. As mulheres seguraram as redeas dos cavalos, cercaram os soldados e disseram: “Desse modo é que servis aos inimigos do povo, vós que sois filhos do povo? Não estais cansados de ser cegos instrumentos em mãos dos opressores? Não vos envergonhais de servir aos traidores?” Os soldados se detiveram a princípio sem se decidir a ferir as mulheres e machucar as crianças que se agarravam às rodas dos canhões; depois de um momento de vacilação e ao perceber a verdade das acusações que haviam recebido, deram volta às bocas dos canhões. O povo gritou de júbilo. Finalmente os proletários divididos por diversas denominações e diferentes uniformes se entendiam e se uniam em tudo. O exército deixara de existir. Não haverá mais tiranos! Os soldados e os guardas nacionais se abraçavam entre si. Os canhões foram novamente instalados em seus antigos lugares. A confiança, o entusiasmo e um valor invencível encheram os corações de todos.”

É desse modo que um dos periódicos da época descreve os acontecimentos.” (Efimov e Freiberg — *Hist. da Época do Capital. Industr.*, pag. 552 — Vitória.)

Os Grandes Livros

“O CAPITAL”

Trabalho principal de Karl Marx, obra genial e imperecível, que realizou completa revolução nos conceitos sobre a sociedade humana e deu ao socialismo caráter científico. “*O Capital* é a grande obra político-econômica de nosso século” (Lénin). Marx considerava *O Capital* como a obra de sua vida. Sua elaboração foi iniciada, por Marx, em meados do ano de 1840 e continuada até sua morte. O primeiro tomo de *O Capital* foi publicado no ano de 1867, os seguintes foram publicados depois de sua morte, sendo preparados e editados por Engels: o segundo tomo, em 1885, e o terceiro, em 1894. No prefácio do II volume do *O Capital*, Engels escreveu a propósito da *Crítica da Economia Política* (subtítulo de *O Capital*): “O manuscrito conta 1.472 páginas *in-quarto*, repartidas em 23 cadernos; tudo foi escrito de agosto de 1861 a junho de 1863. E’ a continuação do fascículo I, aparecido em Berlim, em 1859, sob o mesmo título. Nas páginas 1 a 220 e 1.159 a 1.472, Marx estuda os temas da transformação do dinheiro em capital, examinados já no primeiro livro do *O Capital*, temos aqui o original redigido por Marx. As páginas 973 e 1.158 tratam do capital e do lucro, da taxa do lucro, do capital comercial, do capital financeiro: todos estes temas foram desenvolvidos mais tarde no manuscrito do livro III. Quanto aos temas tratados no livro II e muitos tratados mais tarde no livro III, a classificação não foi feita ainda de maneira especial. Marx os examinou *en passant*, em particular na parte que constitui, da página 200 a pag. 972, o próprio corpo do manuscrito, e o intitulado: *Teorias da mais-valia*. Esta parte compreende uma história crítica detalhada do que constitui a própria medula da economia política: a teoria da mais-valia. Numa polemica contra seus antecessores, Marx desenvolve por outro lado a maioria dos pontos retomados em seguimento ao manuscrito do livro II e do livro III, com um encadeamento lógico. Eu me proponho, após ter eliminado as numerosas passagens já tratadas nos livros II e III, de publicar a parte crítica deste manuscrito como livro IV do *O Capital*.

Desgraçadamente, não foi dado a Engels realizar seu desejo. Toda espécie de impedimentos, de trabalhos e doenças não lhe permitiram acabar o III volume do *O Capital*, tão rapidamente quanto desejara. Esse III volume só foi publicado em 1894. E, no momento em que ia iniciar a organização do IV volume prometido, e trabalhando sempre com o mesmo ardor e meditando sobre novos trabalhos, a morte lhe arrancou a pena das mãos.

A pesada tarefa de acabar o que Marx e Engels tinham deixado inacabado, os herdeiros de Marx confiaram a Kautski, que, após longo

trabalho, publicou o IV volume do *O Capital*, sob o título de *Teoria da mais-valia*, em 1904. Posteriormente, outras edições foram publicadas, mas com o título de *História das Doutrinas Econômicas*, e sem referência, na capa e no frontispício, de se tratar do IV volume do *O Capital*.

A primeira tradução russa do tomo primeiro, feita por Danielson, apareceu em 1872. *O Capital* é uma análise das leis de desenvolvimento econômico do capitalismo. A finalidade de *O Capital*, segundo as palavras de Marx, é “descobrir as leis da evolução econômica da sociedade moderna”.

Começando sua análise pela mercadoria na simples economia mercantil, Marx demonstra, mais adiante, como essa economia, em virtude das leis internas de desenvolvimento, que lhe são inerentes, se transforma em capitalista e engendra o capitalismo. Mais adiante, Marx põe à mostra a essência da exploração capitalista sobre os assalariados, verdadeiros criadores de toda a riqueza da sociedade burguesa. Essa essência da exploração capitalista é apontada por Marx em sua teoria da *mais-valia*. Lénin dizia que essa teoria constitui “a pedra angular de toda a teoria econômica de Marx”. De maneira genial, Marx põe a descoberto todas as contradições da economia capitalista. Demonstra que as leis da acumulação capitalista conduzem inevitavelmente a um empobrecimento absoluto e relativo da classe operária, paralelamente ao aumento da riqueza e do luxo no outro polo: a burguesia. No curso do desenvolvimento capitalista, com o crescimento das forças produtivas, começa a exteriorizar-se, cada vez mais fortemente, a contradição fundamental do capitalismo: contradição entre o caráter social da produção e o caráter individual da apropriação de toda a riqueza por uma camarilha de capitalistas. Essa contradição manifesta-se através das crises, da desocupação, etc. O capitalismo, porém, não prepara apenas as condições para a sua inevitável destruição; essas condições são, simultaneamente, condições para a vitória da classe operária revolucionária. No seio do capitalismo criam-se, assim, as condições objetivas e subjetivas para a instauração da nova sociedade socialista: a base material (a técnica moderna, a grande indústria, os transportes, etc.); e proletariado revolucionário — coveiro do capitalismo e criador da nova sociedade socialista.

O Capital de Marx não é apenas um trabalho econômico, é também uma grandiosa obra histórica e filosófica. Nele, encontra-se a fundamentação desenvolvida da teoria marxista do materialismo histórico, aplicado sobretudo à investigação geral de uma determinada formação econômico-social: o capitalismo. *O Capital* constitui, ao mesmo tempo, um modelo insuperável para a elaboração e aplicação da dialética materialista ao estudo da sociedade humana. “...A dialética da sociedade burguesa, em Marx, é apenas um caso de dialética” (Lénin).

Na mais perfeita correspondência com a realidade, Marx, no *O Capital*, considera o modo social de produção como a base de toda a vida social; considera-o, não como eterno e imutável, mas sim historicamente determinado, desenvolvendo-se e preparando necessariamente as condições de sua própria destruição. *O Capital* reúne em si uma profunda qualidade científica com uma grande inconciliabilidade de partido. Em

O Capital, Marx não explica somente a realidade capitalista: aponta também os meios de sua transformação revolucionária.

Os estudos de Marx sobre economia política derivam inteiramente das necessidades da luta revolucionária da classe proletária. Marx considera como sua primeira obrigação partidária dar ao proletariado uma arma teórica em sua luta contra o capitalismo. *O Capital* de Marx tem como sub-título: *Crítica da Economia Política*. Isto corresponde plenamente ao conteúdo teórico de *O Capital*. Simultaneamente com a investigação das leis do capitalismo, encontra-se nele uma crítica científica da economia política burguesa.

Desde o momento em que apareceu o *O Capital* (no qual se demonstra cientificamente a inevitabilidade da destruição do capitalismo e sua suplantação pelo socialismo) até os nossos dias, a ciência burguesa sustenta contra ele uma luta irreconciliável, desnaturalizando-o caluniosamente.

Os leitores brasileiros, dentro em breve, poderão estudar essa obra famosa, numa primorosa edição que a Editorial Calvino Ltda. lançará no mercado.

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA —

Obra escrita por Engels, de novembro de 1844 a março de 1845, e aparecida em junho de 1845, em Leipzig, esboça as condições de existência do proletariado no país mais evoluído da época. Esse estudo econômico constitui uma etapa decisiva no desenvolvimento de Engels para o socialismo científico, enquanto que o pensamento de Marx a ele chegava através da filosofia.

No quadro que traça da Inglaterra, Engels fala da atitude pseudo-revolucionária de uma parte da nobreza. Essa “fronda” anticapitalista de elementos aristocráticos reacionários, qualificada pelo *Manifesto do Partido Comunista* de “socialismo feudal”, agrupava um certo número de “torios humanitários”, entre os quais Disraeli, constituídos em partido da “jovem Inglaterra”.

O DESPRESTÍGIO DA RELIGIÃO... — “No Brasil (ao tempo de sua descoberta), onde só constava, de início, a existência de pau-brasil, bugios e papagaios, não se justificava uma larga exploração mercantil à moda do tempo.

Que o espírito religioso já não era o dominante e cedia lugar ao mercantil, prova-o o próprio nome dado à nossa terra que, de Vera Cruz ou Santa Cruz, como fora oficialmente batizada, teve esse nome alterado para a da riqueza que então se supunha principal. João de Barros, em sua acrisolada fé cristã, já clamava que “por artes diabólicas se mudava o nome de Santa Cruz, tão pio e devoto para o de um pau de tingir panos.” (Simonsen — *Hist. Ec. do Brasil*, pag. 49.)

ABERTURA DOS PORTOS BRASILEIROS

Fugira D. João VI de Portugal para o Brasil, atropelado pelas tropas francesas de Junot. Descreve o seu primeiro contacto com a terra brasileira o historiador Pereira da Silva, nos seguintes termos, transcritos *ipsis literis*:

“De feito, no dia 21 de janeiro de 1808, pôs pé em terra brasileira o príncipe regente. Lião-se em todos os semblantes o prazer e o entusiasmo. Não poupáram as autoridades, nem esqueceu o povo demonstrações de veneração e affecto pela pessoa e família do seu soberano. Guardou o príncipe durante toda a sua vida a lembrança do acolhimento prazenteiro e respeitoso que lhe fizeram os seus súditos da Bahia, e sempre que, com os seus familiares tratava de recordá-lo, manifestavam emoção profunda e sentida. Dirigio-se com a família real para o palácio do governo. Encontrou hospedagem a sua comitiva nas melhores casas da cidade, que lhe foram oferecidas. Tres dias e tres noites durarão as festas e iluminações, sem que se cansasse o povo nas continuadas provas de jubilo e dedicação que a todo o instante praticava.

Pretendendo o príncipe mostrar o apreço que lhe mereciam os seus súditos da capitania, abriu audiências públicas, em que foram admitidos todos os que desejavam vê-lo, saudá-lo, e fallar-lhe. Procurou conhecer os sujeitos mais habilitados e instruídos, e praticar com elles sobre o estado da colonia, as necessidades do povo, e as providencias mais vantajosas que se deverião commetter em beneficio das suas possessões americanas. Agradou-lhe particularmente José da Silva Lisboa pela vasta sciencia que desenvolvia em materias de jurisprudencia, commercio, industria, e politica. Fôra formado em direito canonico na universidade de Coimbra. Professára o grego, o hebraico e philosophia, tanto na metropole como na colonia. Publicára em Lisboa livros de direito commercial e economia politica, que lhe havião grangeado reputação. Havia-se recolhido para a sua patria, logo que conseguira na metropole a sua jubilação, e obtivera do governo fixar-se na Bahia, exercendo o cargo de deputado e secretario da mesa da inspecção da agricultura e commercio da capitania.

Deve-se principalmente aos conselhos d'este notavel varão a primeira providencia que tomou o regente relativamente ao commercio do Brasil. Conseguiu convencer o príncipe e os seus conselheiros do quanto urgia acudir á necessidade primordial para viver, e do unico remedio que a occasião e as circumstancias exigião imperiosamente. Communicação-se os Estados portuguezes da America até então com a só metropole da Europa, e algumas das suas possessões limitadas da Asia e Africa. Não lhes era licito entreterem a mais pequena relação com as nações estranhas. Para que os seus productos se espalhassem e vendessem nos mercados europeos, carecião de transportá-los para Lisboa e outros portos do reino, aonde os ião procurar os estrangeiros. Sujeitavão-se a iguaes formalidades tão demoradas quanto dispendiosas os generos que não produzia Portugal, e de que a colonia necessitava para o seu consumo. Occupado agora o territorio portuguez da Europa pelos exercitos

francezes, e bloqueados os seus portos pelas esquadras da Inglaterra, como poderia o Brazil continuar o seu commercio com o reino privilegiado? Por que meios remeteria as produções da sua agricultura para que entrassem nos mercados que se haviam acostumado a acolhe-los e consumi-los? Que elementos empregaria para importar os objectos de industria, e generos de manufactura, que exigião os seus povos? Aonde encontraria rendimentos para o Estado, que suprissem os que lhe fornecião as alfandegas pela exportação e importação de mercadorias? Não era de mister sustentar a corte, o governo, a administração, o exercito, a marinha? Podia por si só, isolada, e sem relações mercantis, subsistir a colonia?

Não restava portanto recurso senão o de abrir os portos do Brazil ao commercio e navegação do mundo. Para que se não morresse ao abandono e á mingua, nenhuma outra providencia util e efficaz poderiam lembrar os mais avisados politicos e estadistas.

Posto comprehendesse o mal que devia causar a sua adopção aos seus subditos da Europa, e á antiga metropole, illuminou-se, todavia, o espirito do regente com a idéa lembrada pelo avisado economista. Abrio largas conferencias, a que sob sua presidencia foram admitidos varios dos conselheiros que o acompanharão da Europa, o conde da Ponte, o arcebispo primaz da Bahia, o chanceller da relação, e José da Silva Lisboa. Abraçou-a como medida indispensavel do momento e das circumstancias. Não lhe admittio, porém, o caracter de permanente e definitiva, porque pensou que volvidas as cousas ao seu estado normal, e no caso de regressar para Lisboa, logo que se libertasse o reino dos inimigos estrangeiros que o haviam invadido, e o occupavão, ficar-lhe-hia sempre o arbitrio de modifica-la, ou aboli-la, conforme lhe fosse conveniente.

Assignou a carta regia de 28 de janeiro de 1808, que dirigio ao conde da Ponte, para que a publicasse, fizesse cumprir na sua capitania, e expedisse aos governadores das capitanias do Brazil, afim de a executarem igualmente nos dominios em que exercião autoridade, visto como não organisára ainda um governo regular, e administração suprema. Designou-a de provisoria e interina. Admittia-se por ella a liberdade de commercio entre os Estados do Brazil e as nações estrangeiras, que fossem alliadas da coroa portugueza, e tivessem conservado as suas relações de paz e harmonia. Sujeitavão-se todas as mercadorias seccas, quaesquer que fossem a sua produção e origem, importadas em navios portuguezes ou estrangeiros, a um imposto alfandegal de vinte e quatro por cento *ad valorem*, segundo as pautas fixadas pelo governo. Deverião pagar o dobro do que estava até então estabelecido os generos liquidos ou molhados, como vinhos, vinagres, azeites, e bebidas espirituosas. Sobre os objetos exportados da colonia permanecerião os mesmos direitos que se cobravão durante os tempos coloniaes. Exceptuavão-se da liberdade do commercio os sós generos privilegiados ou de monopolio, como o pão brazil e diamantes, e os que por leis, contractos, e actos administrativos existentes se consideravão estancados, para que o governo não faltasse á fé que devia aos seus convenios.

Teve esta carta regia um alcance superior a qualquer providencia politica, ainda da mais subida importancia, e aos desejos e intenções

dos seus proprios autores. Importou em uma verdadeira revolução, que abalou todo o edificio social da colonia. Mudou-lhe os costumes, alterou-lhe os habitos, transformou-lhe a vida, creou-lhe tendencias novas, e communicou-lhe aspirações as mais elevadas. Deu origem a um futuro immenso, inopinado, desconhecido. A liberdade commercial, o direito de relacionar-se com os povos estrangeiros, a facilidade e gyro do trato, as communicações mercantis e pessoas que se abrião, e que tenderião necessariamente a crescer, progredir e desenvolver-se, acarretarião consequencias politicas e sociaes que não previão na sua extensão o regente, a corte e os conselheiros do principe, e que nenhuma das forças mais conseguirião desnaturar, ou revogar. Separavão-se os interesses e necessidades do Brazil e de Portugal. Desligava-se inteiramente a colonia da dependencia e sujeição em que se achava para com a metropole dos minimos negocios, e nas mais pequenas particularidades. Em despeito da sua condição de provisoria, firmava-se a emancipação commercial, e seria sua consequencia natural, legitima e forçada a independencia politica dos Estados americanos, pelas raizes que entranhavão no solo e nos espiritos os novos interesses e idéas, que se tornarão inexpugnaveis e invenciveis.

Após esta providencia tencionou o regente galardoar o subdito que lhe inspirára o meio de sustentar-se e ao seu governo na America, emquanto n'ella permanecesse. Nomeou-o professor de economia politica, creando expressamente para elle uma cadeira, que se estabeleceria na cidade do Rio de Janeiro. Incluiu no decreto que lhe enviou para o seu conhecimento elogios e expressões honrosas, superiores de certo a quaesquer outras demonstrações de apreço e estima, que lhe podesse prodigalisar.

CARTA REGIA

de 28 de janeiro de 1808

Conde da Ponte do meu conselho, governador e capitão general da capitania da Bahia. Amigo, eu o principe regente vos envio muito saudar, como aquelle, que amo. Attendendo a representação, que fizestes subir á minha real presença, sobre se achar interrompido, e suspenso o commercio desta capitania com grave prejuizo dos meus vassallos, e da minha real fazenda, em razão das criticas, e públicas circumstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: Sou servido ordenar interina, e provisoriamente, em quanto não consolido hum systema geral, que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. — 1. Que sejam admissiveis nas alfandegas do Brazil todos, e quaesquer generos, fazendas, e mercadorias transportados ou em navios estrangeiros das potencias, que se conservarão em paz, e harmonia com a minha real corôa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte, e quatro por cento; a saber: vinte de direitos grossos, e quatro de donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamentos, porque até o presente se regulão cada huma das ditas alfandegas, ficando os vinhos, agoas ardentes, e

azeites doces, que se denominão *molhados*, pagando o dobro dos direitos, que até agora nellas satisfazião: 2. Que não só os meus vassallos, mas também os ditos estrangeiros possam exportar para os portos, que bem lhes parecer, a beneficio do commercio, e agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaesquer generos coloniaes, á excepção do páo Brazil, e outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos direitos, já estabelecidos nas referidas capitánias, ficando entretanto como em suspenso, e sem vigor todas as leis, cartas regias, ou outras ordens, que até aqui prohibão neste Estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos, e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e actividade que de vós espero.

Escripta na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808."

Principe Regente.

(J. M. Pereira da Silva — *Historia da fundação do Imperio Brasileiro*, pags. 7 a 13 e 305-6 — Garnier, Editor, 1865.)

● ●

IMPORTANCIA DOS RESUMOS. — "Marx concedia importancia particularmente grande aos resumos, como processo de trabalho para a assimilação dos materiais já lidos. Demonstra-o o fato de ter resumido até mesmo os livros que tinha em sua biblioteca particular. Ao fazê-lo, recolhia o conteúdo dos mesmos, de modo critico, examinando rigorosamente cada trecho e submetendo-o a uma analyse rigorosa, estudando, com esse objetivo, por vezes, verdadeiras montanhas de informações estatísticas. Nunca se serviu de fontes pouco seguras e de informações de "segunda mão", como dizia Engels, recorrendo sempre às fontes originaes, inclusive os dados de segunda ordem, que eram por eles comparados com as fontes de origem, não vacilando em recorrer, quando se fazia necessario, à biblioteca do Museu Britanico." (Glasser — *Como estudavam Marx e Engels.*)

● ●

QUE É A CIENCIA? — "Marx — escrevia Engels — considerava a ciencia como uma poderosa alavanca na historia, como uma força revolucionaria no mais alto sentido da palavra. E utilizava-a exatamente como tal e, nesse sentido, eram dirigidos os imensos conhecimentos que possuía, particularmente em todos os ramos da historia.

Isso porque ele era, efetivamente, como a si mesmo se denominava, um revolucionario. A luta pela emancipação da classe operaria, dos assalariados, pela eliminação das cadeias do moderno sistema economico de produção capitalista, foi sua verdadeira paixão, não tendo havido nunca combatente mais ativo do que ele." (Marx e Engels, *Obras completas*, t. XV (pags. 648-651.)

Publicações Históricas

"ISKRA"

(A Fagulha)

Em começos de 1900, Lénin, de regresso do seu desterro na Siberia, firmou-se no proposito de criar um grande periodico marxista ilegal para a Russia, que deveria ser editado no exterior, pela impossibilidade de ser publicado dentro do país, para unir e enlaçar entre si as organizações marxistas dispersas, formando um Partido unico. Lénin dirigiu-se então para o estrangeiro e entrevistou-se com o grupo "Emancipação do Trabalho", ou, seja, com Plerránov, Axelrod, Zassúlitch, com os quais combinou a publicação da *Iskra*. No mês de dezembro de 1900, apareceu no estrangeiro o primeiro numero da *Iskra*. O aparecimento dos primeiros exemplares desse periodico representou o passo para o novo periodo, para o periodo da verdadeira criação, à base dos grupos e circulos dispersos, do Partido Operario Social-Democrata da Russia. O periodico, impresso em papel fino e resistente, era introduzido clandestinamente na Russia. Alguns numeros da *Iskra* eram reproduzidos dentro do país, nas impressas clandestinas de Bakú, Kishinev, Siberia, etc. Sob o titulo, figurava este lema: "Da fagulha nascerá a chama", muito significativo e verdadeiro, pois que realmente foi a chama do grande incendio revolucionario que arrasou até às bases a monarquia tsarista. a nobreza e os grandes proprietarios territoriais, e, por fim, a burguesia. *Iskra* foi fundada para preparar a coesão ideologica e organica do Partido em toda a Russia, e o conseguiu, enquanto sob a direção de Lénin, de 1900 a 1903, até o n. 51. A *Iskra* desse periodo é também chamada de *a velha Iskra*, para distingui-la da *nova Iskra*, a da fase em que o periodico passou para a direção dos mencheviques. A *velha Iskra* pôde, desde o seu aparecimento, promover uma ampla campanha em prol do plano leninista de organização do Partido, em favor do II Congresso do Partido e de uma social-democracia revolucionaria. A tarefa mais importante realizada pela *Iskra* consistiu em elaborar um projeto de programa do Partido. O programa do Partido Operario é, como se sabe, uma breve exposição plasmada em formulas científicas, dos fins e tarefas da luta de classe operaria. O programa traça tanto a meta final do movimento revolucionario do proletariado como as reivindicações pelas quais luta o Partido em sua marcha para o objetivo final. Por isso, a elaboração de um projeto de programa não podia senão ter uma importancia primordial". "Esse programa constava de duas partes: o programa maximo e o programa minimo. No maximo falava-se da missão fundamental do Partido da classe operaria; da revolução socialista, da derrubada dos capitalistas do poder e da instauração da ditadura do proletariado. No programa minimo se expunham os

objetivos imediatos do Partido, que podiam realizar-se sem necessitar fosse derrubado o regime capitalista e se instaurasse a ditadura do proletariado, a saber: derrubada da autocracia tsarista; implantaçao da republica democratica; introduçao da jornada de 8 horas para os operarios; destruiçao de todos os vestigios feudais no campo; devoluçao aos camponeses das terras que lhes haviam sido arrebatadas pelos grandes proprietarios territoriais"... "Depois do II Congresso, a luta dentro do Partido se agudizou ainda mais. Os mencheviques esforçavam-se com todo afinco em minar os acordos do Congresso e apoderar-se dos organismos centrais do Partido. Exigiam que se incorporasse à redaçao da *Iskra* e ao Comité Central o numero de representantes seus necessarios para terem a maioria na redaçao do periodico e a paridade com os bolcheviques no Comité Central". Irregularmente, Plerránov conseguiu a maioria dentro da redaçao e, a partir do n. 52, os mencheviques converteram a *Iskra* em seu orgao e começaram, pelas suas colunas, a praticar suas idéias oportunistas. Desde então, estabeleceu-se dentro do Partido, o costume de chamar de *velha Iskra* à *Iskra* leninista, bolchevique; e *nova Iskra* à *Iskra* oportunista, menchevique. Ao passar para as mãos dos mencheviques, a *nova Iskra* se transformou em orgao de lutas contra Lênin e os bolcheviques. Os mencheviques, com as suas campanhas, arrastavam, claramente o Partido aos tempos anteriores ao II Congresso, aos velhos tempos de sua dispersao organica, aos tempos da desarticulaçao dos circulos isolados e dos metodos primitivos de trabalho. Fez-se necessario dar aos mencheviques uma resposta adequada. Lênin a deu em sua obra *Um passo adiante, dois passos atrás*. Todavia, ante a ameaça de uma cisao promovida pelos mencheviques, os bolcheviques tomaram medidas energicas para cercar a açao dos mencheviques, por isso mobilizaram as organizaçoes de base em favor da convocaçao do III Congresso e passaram a editar um periodico proprio, em sucessao à *velha Iskra*, dando-lhe o nome de *Vperiod* (Avante).

● ●
POR QUE DECAIU A ESPANHA? — Dominava a Espanha (por volta de 1570), um despotismo religioso sem paralelo. As ordens religiosas absorviam nos conventos 1/3 de sua populaçao. O trabalho era grandemente afetado pela influencia religiosa. A riqueza afluia em magna parte para as igrejas. A inquisiçao espanhola era perseguidora e inexoravel. A censura exercida na imprensa e nos livros dificultava a livre expansao das ideias. A expulsao dos Mouros, que constituiam uma parte laboriosissima da populaçao iberica, alcançou algarismos que desorganizaram a produçao industrial e agricola. A expulsao dos Judeus, que tambem atingira cifras elevadissimas, levou para a França e para a Holanda capitais e apreciaveis atividades. Finalmente, a guerra religiosa contra a Inglaterra e contra os Calvinistas e Luteranos, nos Países Baixos, provocou, nesses países, principalmente no ultimo, vivissimas reaço es contra o imperio espanhol. A derrota da Invencível Armada, mandada contra a Inglaterra protestante, em 1588, marca o inicio da decadencia do seu poderio." (Simonsen — *Hist. Ec. do Brasil*, pag. 66.)

Questões de História

REVOLUÇÕES DOS ESCRAVOS

A partir do século II, as insurreiçoes de escravos foram tomando carater agudo e conquistando o apoio decidido de algumas camadas pobres da populaçao livre. Com a queda do Imperio Romano, encerra-se esse ciclo de rebeliões dos escravos, em conjunto chamada "Revoluções dos escravos".

"A partir do fim da segunda guerra púnica (201, A. C.) e da guerra contra a Macedonia e a Siria, o emprego de mão de obra escrava nas grandes propriedades desenvolveu-se rapidamente. A exploraçao do trabalho era realizada de forma capitalista. Além disso, os romanos desprezavam o trabalho e os trabalhadores. A situaçao dos escravos era, portanto, intoleravel. Quase todos os trabalhos, tanto industriais como domesticos, eram feitos por escravos. Nas construções de vilas e palacios, utilizava-se grande quantidade de mão de obra escrava. Transportavam-se montanhas, abriam-se lagos ou alterava-se o curso dos rios, de acordo com os caprichos dos plutocratas.

As continuas guerras, em todas as partes do mundo, forneciam centenas de milhares de prisioneiros, que eram submetidos ao jugo da escravidão. Contudo, as necessidades dos grandes proprietarios romanos, não estavam satisfeitas. Por esse motivo, caçavam-se homens para abastecer os mercados de escravos. Roma tiranizava três continentes. E a situaçao dos escravos tornava-se cada vez pior. Catão, o Antigo, vendia os seus escravos quando eles, já velhos, depois de esgotarem todas as forças a seu serviço, não podiam mais trabalhar. E' de admirar que, nessas condições, os escravos resmungassem e estivessem sempre dispostos à revolta? E' de estranhar que se aproveitassem de todas as oportunidades que se apresentavam para fugir? Os escravos eram marcados com ferro em brasa, como o gado, para poderem ser facilmente capturados e devolvidos aos donos, em caso de fuga. Nos trabalhos agricolas, passavam o dia inteiro acorrentados. A fuga era castigada com a pena de morte por crucificaçao. Mas a pior degradaçao era a dos escravos que possuíam grande força fisica. Transformados em gladiadores, viam-se obrigados a fornecer à populaçao o sangrento espetáculo das matanças humanas nas arenas de Roma. Os prisioneiros ou refens cultos, como os gregos, ou habeis em negocios, como os sírios, eram aproveitados nas funções de preceptores ou de administradores, e, muitas vezes, graças aos seus trabalhos, conquistavam a liberdade. Um desses escravos libertos foi o historiador grego Políbio, que escreveu a *Historia de Roma*, uma das melhores obras sobre o assunto. A nobreza e a plutocracia desprezavam os gregos e lamentavam a sua influencia na cultura romana. Desta concentraçao de escravos, isto é, desta concentraçao de massas consideraveis de homens, que odiavam

ferozmente os opressores, devia surgir logicamente, mais cedo ou mais tarde, conspirações e revoltas. Faltava apenas um chefe enérgico, capaz de desencadeá-las e dirigi-las. A primeira revolta de escravos estalou na Apulia, no ano 187 A. C. Foi rapidamente esmagada. Os sete mil escravos que dela participaram morreram na cruz.

Incomparavelmente mais dolorosas e sangrentas foram as duas insurreições de escravos que irromperam na Sicília, a primeira de 134 a 132, a segunda de 104 a 101. A Sicília era uma ilha fértil que, por isso, se tornava um dos principais centros da exploração do trabalho escravo. As terras do Estado eram os *latifundia*: imensos campos de trigo, plantações de oliveiras, prados sem fim, onde se criavam carneiros. Enormes massas de escravos cultivavam o solo, plantavam árvores frutíferas ou guardavam os rebanhos de carneiros. A Sicília era o celeiro de Roma. A insurreição que aí estalou no ano 134 teve o caráter de uma longa e terrível guerra. Os insurretos, chefiados pelo sírio Enus, e pelo macedônio Cleon, formaram um exército de setenta mil homens armados. Quase toda a ilha caiu em seu poder. Durante vários anos repeliram com vantagem os ataques dos exércitos que Roma lhes enviou, sucessivamente, ao encontro. Afinal, foram vencidos pela fome e pela força das armas. Mais de vinte mil insurretos morreram na cruz. Isto acontece justamente quando Roma está agitada interiormente pelos Gracos. A segunda insurreição siciliana foi igualmente dirigida por um sírio, chamado Salvius, e por um macedônio, de nome Artenion. Os romanos, só depois que estes dois chefes morreram na luta, conseguiram dominar a insurreição.

O período da agitação dos Gracos foi, aliás, um período de insurreições gerais.

Na Ásia Menor, os proprietários de escravos também se sublevaram contra o domínio de Roma. Em 133, morreu, em Pérgamo, o rei Atalos III, monarca fraco de espírito, que se havia deixado submeter ao jugo romano. Os romanos, ou pela violência, ou pela falsificação, conseguiram um testamento, no qual Atalos III declarava entregar toda a sua fortuna e o seu país a Roma. Logo depois, em Pérgamo, foi instaurada uma democracia política; todos os habitantes, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, tinham o direito de votar e de governar-se a si mesmos. Quando os romanos quiseram cumprir o testamento do rei de Pérgamo, isto é, quando tentaram apoderar-se do país, o povo sublevou-se, dirigido por Aristônico, irmão unilateral de Atalos, que habitava Leuca, pequeno porto situado entre Smirna e Pdoceu.

Várias cidades colocaram-se do lado de Aristônico. Mas outras, como Efeso, aliaram-se aos romanos. Nesta guerra, Aristônico, a princípio, sofreu algumas derrotas. Em seguida, porém, apresentando-se como libertador dos escravos, dirigiu-lhes um apelo chamando-os à luta contra os romanos. Os escravos atenderam e ingressaram em massa nas fileiras. Aristônico fundou, com eles, um *Estado do Sol*. Não se conhece ao certo a organização desse Estado, por falta absoluta de documentação histórica. Entretanto, é lícito supor que se tratava de uma sociedade comunista, porque, na antiguidade, um Estado do Sol, significava um Estado comunista. Os cidadãos do Estado do Sol, isto é, os escravos libertos, dirigidos por Aristônico, organizaram-se rapidamente e percorreram o país como

vencedores. Receando perder sua fabulosa "herança", os romanos enviaram tropas para combatê-los. Como essa expedição militar era dirigida por um cônsul, tudo leva a crer que Aristônico teve de lutar contra um poderoso exército. Mas esta expedição romana foi parcialmente vencida. A guerra prolongou-se até o ano de 129, e terminou, afinal, pela derrota dos rebeldes de Pérgamo. Aristônico foi capturado, conduzido a Roma e executado.

Este número prodigioso de vítimas da insaciável cobiça dos romanos fez surgir um vingador terrível. Roma não conhecia até então um chefe de rebeldes da sua envergadura. A revolta de escravos dirigida por Espartaco, que se prolonga do ano 73 ao ano 71 A. C., foi a única diante da qual os senhores do mundo tremeram. Infligiu-lhes as maiores humilhações e as mais vergonhosas derrotas.

Os escravos da mais baixa categoria, os gladiadores, bateram-se contra os exércitos dos cônsules romanos, esmagando-os, depois de encarniçados combates.

A seguinte observação do historiador romano Florus, mostra como Roma foi humilhada, pela insurreição dos gladiadores: "Seria, talvez, possível suportar a vergonha de combater escravos. Os escravos são homens impiedosamente expostos pelo destino a toda sorte de ultrajes. Mas são, em última análise, homens de uma segunda categoria, a quem poderíamos até conceder as vantagens da nossa liberdade. Mas, que nome poderei dar a essa guerra chefiada por Espartaco contra nós? Confesso que não sei. Porque, do lado dele, vemos escravos combatendo e gladiadores comandando. Os primeiros são de origem bem humilde. Os segundos estão condenados à pior de todas as condições sociais. Estes estranhos inimigos juntarão o ridículo ao desastre". Espartaco era um chefe e um organizador da envergadura de um Anibal. Com tropas mais numerosas e mais bem armadas, teria certamente abalado o poderio de Roma. Plutarco afirma que Espartaco era "extremamente forte e sério, de uma inteligência e clarividência bem raras, em indivíduos da sua condição, mais helênico do que bárbaro". Um tal juízo, na boca de um grego, é um grande elogio. Espartaco foi também admirado por homens como Lessing e Marx.

Pouco se sabe da sua juventude, e, em geral, da sua vida, até o ano 73 A. C. Era trácio, descendente de uma horda nômade. Foi trazido a Roma como prisioneiro de guerra e vendido como escravo. Conseguiu fugir. Tornou-se mercenário. Finalmente, foi vendido ao proprietário de uma escola de gladiadores de Cápua. Com ele, encontravam-se cerca de duzentos escravos, trácios e gauleses, na maioria, que conspiravam. Preparavam uma fuga para recuperar a liberdade na primeira ocasião. A conspiração foi descoberta. Mas Espartaco, com setenta companheiros, assim mesmo conseguiu fugir. No caminho, assaltaram um transporte carregado de armas. Com elas combateram os soldados enviados para os capturar. E venceram. A notícia desta primeira vitória de Espartaco espalhou-se por todo o continente. Grande número de novos combatentes incorporaram-se-lhe às fileiras. Dentro em pouco, Espartaco tinha a seu lado mais de duzentos homens, que praticaram enérgicas represalias contra os proprietários. Foram, a princípio, considerados apenas uma qua-

drilha de bandidos. Roma enviou contra eles o pretor Cláudio Pulcro à frente de um pequeno exército de três mil homens. Espartaco fortificou-se nas fraldas do Vesúvio, que nessa época se achava tranquilo, e destroçou completamente o inimigo. O acampamento, as bagagens e as armas do pretor Cláudio caíram-lhe nas mãos.

Daí por diante, Espartaco torna-se célebre. Sua reputação estende-se por toda a Itália. Declara-se abertamente inimigo de Roma. Dirige-se a todos os escravos e a todos os oprimidos, convidando-os a ingressar nas suas fileiras para participar da guerra da libertação. Os escravos e os indivíduos sem propriedades, os estrangeiros e os italianos despojados das terras, atenderam em massa ao apelo de Espartaco. Os agricultores deixaram os campos, os pastores os rebanhos, os escravos os senhores. Os prisioneiros fugiram dos calabouços. Os escravos romperam as cadeias. Todos se uniram a Espartaco, que transformou essa multidão heterogênea de homens que chegavam de todos os lados num exército capaz de portar-se convenientemente nos combates. Mas não conseguiu que os soldados respeitassem os não combatentes. Nas correrias através do país, as tropas de Espartaco saqueavam e incendiavam as casas, devastando os férteis campos. Por onde passavam, semeavam o terror.

Espartaco só conseguiu estabelecer uma certa unidade duradoura entre os diferentes elementos de seu exército — os trácios, os sírios, os gauleses, os germanos, os italianos, etc., depois de grandes esforços.

A notícia da derrota do pretor Cláudio Pulcro foi recebida em Roma com surpresa e cólera. Rapidamente, equipou-se um novo exército de oito a dez mil homens. Em tais expedições só se empregavam, habitualmente, as legiões romanas, que, aliás, nessa época, estavam muito ocupadas, combatendo na Espanha e no Baixo Danúbio, sob o comando de Pompeu e Luculo. O novo exército marchou contra os insurretos, comandado por dois pretores.

Espartaco foi prudente. Não atirou suas tropas numa batalha franca.

Mas seus lugares-tenentes, e, em particular, os gauleses, tomando-lhe a prudência por medo, atacaram os romanos com três mil homens e foram vencidos. Depois disto, todos os soldados reconheceram a sabedoria do chefe. Submeteram-se, então, às suas ordens e aprovaram a retirada, que se realizou sem uma só perda. Mas Espartaco, um pouco mais tarde, compensou esta derrota. Após algumas sortidas e escaramuças felizes, atacou o inimigo com o grosso das tropas, desbaratando-o. Toda a Baixa-Itália caiu nas mãos dos gladiadores. Agora, Espartaco desejava marchar rapidamente para o norte, atravessando a Itália e esmagando tudo o que se levantasse diante dos seus passos para impedir a obra libertadora, antes que os romanos tivessem tempo de refazer-se da surpresa e do susto e chamassem em seu auxílio os grandes capitães Pompeu e Luculo, com suas legiões. Este plano de Espartaco demonstra sua larga visão política.

Mas os lugares-tenentes e as tropas que já haviam provado o sangue romano, opuseram-se tenazmente ao plano do chefe. Em vão Espartaco procurou mostrar-lhes a formidável potencia do Imperio, que fôra surpreendido num determinado momento, mas que não poderia ser facilmente vencido desde que conseguisse reunir todas as suas forças. No exército de Espartaco, porém, as opiniões estavam divididas: os gauleses

e os germanos, sob a direção de Críxio, não eram partidários da marcha sobre Roma; os trácios e os italianos adotavam o ponto de vista de Espartaco. Enquanto isso, em Roma faziam-se grandes preparativos e reuniam-se importantes forças para combater o exército dos gladiadores.

O desprezo inicial já se havia transformado em pavor. Três exércitos partiram para combatê-los, dois sob o comando de dois cônsules, isto é, sob o comando dos mais altos funcionarios do Estado, e o terceiro comandado por um pretor. Quando souberam desses preparativos, Espartaco e Críxio se reconciliaram. Não foi, porém, uma verdadeira união. Continuaram a operar separadamente. Espartaco, à frente de quarenta mil homens e Críxio de trinta mil, invadiram a Apúlia. Rapidamente, Críxio caiu sobre o exército do pretor, que, diante do ataque dos gauleses e dos germanos, dispersou-se e fugiu. Mas, como Críxio não o perseguiu com energia suficiente, o exército pretoriano reagrupou-se no dia seguinte e atacou os gauleses que, colhidos de surpresa, foram vencidos.

O proprio Críxio morreu durante a luta. Cerca de dez mil homens conseguiram refugiar-se ao lado de Espartaco. O exército pretoriano vitorioso uniu-se, então, a um dos dois exércitos consulares, que, dividido em duas colunas, marchou ao encontro de Espartaco. Este não se fez esperar muito tempo. Uma parte de suas forças foi encarregada de impedir a aproximação do outro exército consular. Com as tropas restantes, Espartaco atacou o primeiro exército consular, obtendo estrondosa vitória. Sem perda de tempo, reuniu as suas forças e o exército que ficara em observação e atacou no mesmo dia o segundo exército consular, obtendo nova e fulminante vitória. Todas as bagagens do exército e grande número de prisioneiros lhe caíram nas mãos.

Imediatamente, Espartaco marchou para o norte, esmagando de passagem as tropas reorganizadas a toda pressa e enviadas ao seu encontro pelos pretores e pro-cônsules romanos. Atingiu, assim, Modena. Parecia invencível. Foi, então, que infligiu a Roma profunda humilhação. Organizou uma festa funerária em honra de Críxio e, nessa ocasião, fez com que trezentos prisioneiros romanos combatessem entre si até a morte, como gladiadores, diante de todo o seu exército reunido. Os escravos desprezados eram agora os espectadores. E os orgulhosos romanos estavam na arena, como gladiadores. Nenhuma das muitas humilhações que Roma sofreu na guerra dos gladiadores foi tão profundamente sentida como esta. A morte, como gladiadores, de trezentos guerreiros romanos foi considerada a mais ignominiosa ofensa sofrida pela majestade romana, o mais intolerável insulto a sua honra. Meissner diz a esse respeito: "Os romanos achavam que julgar com a maior crueldade os príncipes e reis aprisionados, infligir-lhes a tortura da fome nos calabouços, esartejá-los, fazê-los morrer no meio dos mais atrozes sofrimentos, tratar como gado vil a populações inteiras arrancadas de suas casas, tudo isto os romanos consideravam um direito imprescritível. Mas obrigar cidadãos romanos, prisioneiros, a se massacrarem mutuamente, era um crime até então desconhecido, um crime que nunca poderia passar pela cabeça de nenhum cidadão de Roma. E quem lhes fazia sofrer tamanha humilhação? Um homem cuja vida, meses antes, dependia do polegar dobrado ou distendido de alguns plebeus. Um homem que, ao lado de cinquenta ou sessenta de seus iguais, poderia ter sido estrangulado, se qualquer jovem patricio

romano tivesse o capricho de realizar sacrificios em honra da morte de qualquer das tias!"

Neste momento, o poder de Espartaco atinge o apogeu. Já pode, agora, pôr em prática o plano primitivo: libertar u'a massa consideravel de escravos, dissolver seu exército e viver, daí por diante, saboreando o prazer de ter humilhado Roma, a rainha do mundo. Mas Espartaco modificou bruscamente os seus planos. Não atravessou o Pó: voltando por onde viera, marchou para o sul. Na Itália, julgaram que ele se preparava para marchar sobre Roma. Para impedir-lhe o avanço, um novo exército pretoriano ofereceu-lhe combate. Depois de grande batalha, que teve por teatro a região do Piceno, Espartaco, por mais uma vez, saiu vitorioso. Roma estava apavorada. Mas Espartaco passou diante dela e seguiu com seus exércitos para a Baixa-Itália. Ocupou Túrio, que proclamou porto livre. Aí, elaborou leis humanas. Vários fatos indicam que Espartaco tencionava fundar na Baixa-Itália um Estado organizado de acordo com o modelo da Esparta de Licurgo. Espartaco suprimiu o uso do ouro e da prata. Reduziu o preço de todos os artigos de consumo. Introduziu os hábitos de vida simples dos espartanos. Agrupou numa vasta associação os fugitivos dos diferentes países, que passaram a viver sob a sua proteção, educando-se na arte militar.

Ocupado com tantas tarefas de homem de Estado, Espartaco esqueceu-se de que o inimigo, com o tempo, se refazia do terror e preparava-se energicamente para a luta. Os romanos, agindo com muito mais prudência que dantes, organizaram um numeroso exército, disciplinado, e entregaram o comando da nova expedição ao pretor Crasso, homem hábil na arte militar. Pondo em prática todos os conhecimentos técnicos, táticos e estratégicos, nos quais eram em muito superiores aos adversarios, os romanos atacaram Espartaco. Assim mesmo, no inicio, foram varias vezes derrotados. A situação tornara-se completamente desfavoravel para Crasso, que já perdera qualquer probabilidade de vitoria, quando, no campo de Espartaco, surgiram discordias e lutas. Os gauleses, ardentes e indisciplinados, novamente se precipitaram, agindo independentemente, sob a direção de seus proprios chefes. Sofreram por isso sérias derrotas.

Espartaco venceu Crasso em vários combates. Mas acabou sendo vencido, no ano 71, diante da superioridade das forças de Roma. O proprio Espartaco tombou mortalmente ferido durante a batalha. Seis mil homens de seus exércitos foram aprisionados e crucificados por Crasso. Entretanto, no campo de Espartaco, havia três mil prisioneiros romanos com vida.

Esta guerra de gladiadores aterrorizou os romanos ainda durante várias décadas. As matronas romanas, muitos anos depois, ainda intimidavam as crianças travessas com esta ameaça:

"Cuidado! Espartaco vem aí!"

(Max Beer — *Historia do Socialismo e das Lutas Sociais*, pags. 134 a 146.)

Questões de Economia Política

TRABALHO

"O trabalho é, para começar, um fenomeno que une o homem e a natureza. Um fenomeno no qual o homem ajusta, regula e controla a troca de materia que faz com a natureza. Ele age, perante a natureza, como uma força natural. As forças naturais que pertencem ao seu corpo, aos seus braços e às suas pernas, à sua cabeça e às suas mãos, ele as põe em movimento para apropriar-se da materia natural sob uma forma que possa servir à sua propria vida. Agindo sobre a natureza, que está fora dele, por intermedio desse movimento e transformando-a, transforma tambem sua propria natureza. Desenvolve as energias nele adormecidas e submete o jogo das forças da natureza à sua propria autoridade. Não cabe aqui estudar as primeiras formas animais instintivas do trabalho. Ha uma imensa distancia entre o estado em que o trabalhador comparece ao mercado das mercadorias como vendedor de sua força de trabalho e o estado em que o trabalho humano ainda não se despojara das primitivas formas de instinto. Suponhamos o trabalho sob uma forma especificamente humana. Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão. Uma abelha, pela construção de suas celulas de cera, confunde mais de um arquiteto. Mas o que distingue, logo à primeira vista, o pior arquiteto da abelha mais habil, é que o primeiro constroe a celula em sua cabeça, antes de realizá-la na cera. No fim do trabalho, produz-se um resultado que, desde o começo, já existia na representação do trabalhador de uma maneira ideal, consequentemente. Não é apenas uma modificação de formas o que ele efetua na natureza; é, tambem, uma realização na natureza de seus fins; ele conhece esse fim, o qual define, como uma lei, as modalidades de sua ação e à qual tem de subordinar sua vontade. Alem do esforço dos órgãos que trabalham, no decorrer de toda a duração do trabalho, exige-se ainda mais uma vontade adequada, que se manifesta sob a forma de atenção, tanto mais quanto o trabalho menos interessar o trabalhador, seja por ele mesmo ou pelas modalidades de sua execução, e dele tire menos proveito, pela aplicação de suas proprias forças físicas e espirituais." (Marx — *O Capital*, pág. 133.)

"O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é tanto fonte dos valores de uso (e estes são, afinal de contas, a riqueza real!) quanto o trabalho que, afinal, não passa de manifestação de uma força natural, da força de trabalho humano... E é tão somente na medida em que o homem passa a agir como dominador em relação à natureza, fonte primaria de todos os meios de trabalho e de todos os materiais de trabalho, na medida em que ele a trata como seu bem, que seu trabalho se torna fonte de valores de uso, de riqueza, consequentemente.

Os burgueses têm razões muito boas para atribuir ao trabalho poder sobrenatural de criação; porque do fato de o homem depender da natureza, se segue que o homem que não possui outra propriedade, a não ser sua força de trabalho, tem que ser, em todas as sociedades e em todas as civilizações, escravo dos outros homens que se apropriaram das condições objetivas do trabalho. Ele somente pode trabalhar com sua permissão e só pode, portanto, viver com sua permissão." (Marx — *Randglossen zum Programm der deutschen Arbeiterpartei.*)

O trabalho é a atividade do homem tendo em vista determinado objetivo, quer dizer: é a ação do homem sobre a matéria que lhe fornece a natureza, a fim de dar a essa matéria a forma que a torne capaz de servir às necessidades humanas. E' o trabalho o dispendio ou gasto de energia humana, independentemente da forma de que esse dispendio ou gasto de energia humana se revista nos diferentes casos. O trabalho é a força de trabalho posta em movimento, é um processo, ou gasto de força humana, consumo da força de trabalho. O trabalho é, em suma, a objetivação da força de trabalho, no sentido fisiológico" (Marx). Não se deve confundir a força de trabalho com o trabalho, pois a força de trabalho é a capacidade para o trabalho, é a faculdade que tem o homem de despendar energia vital no sentido de criar produtos de qualquer espécie. Somente quando a força de trabalho atua, entra em ação, age sobre a matéria para torná-la uma utilidade, com a aplicação de sua capacidade, se materializa, é que passa a ser trabalho, criador de valor. "...quem diz força de trabalho não diz trabalho, como tampouco diz capacidade digestiva quem diz digestão. Para o processo da digestão faz falta algo mais que um bom estomago" (Marx — *O Capital*, 211). "Não se pode trabalhar sem ter força de trabalho. Mas, pode-se ter força de trabalho sem trabalhar, sem a utilizar, como acontece no caso dos desempregados" Segal — *Noções Fundamentais de Economia Política*, pág. 218). E' o trabalho a fonte do valor, como valor de uso da força de trabalho. Esta, sujeita a uma operação de troca, é uma mercadoria e tem, como todas as outras, um valor de uso (trabalho) e um valor de troca (salário). O primeiro, valor de uso (trabalho), aparece no momento em que o patrão põe o operário a trabalhar e é representado pelo valor do que o trabalho produz (mercadoria); o segundo, valor de troca, é representado pelo salário que o operário recebe em troca de sua força de trabalho. Sendo o trabalho o valor de uso da força de trabalho, apenas a sua utilidade, é claro que não se pode falar de *valor do trabalho*, tanto é certo que somente a mercadoria (força de trabalho) tem valor de troca, e o trabalho é somente o valor de uso da mercadoria força de trabalho. E' verdade que se usa a expressão "valor do trabalho", mas referindo-se sempre a valor da força de trabalho: "sempre que eu empregar, diz Marx, as palavras *valor do trabalho*, as empregarei como termo popular, sinonimo de *valor da força de trabalho*. Crê-se, geralmente, que o capitalista compra ao operário o seu trabalho. Isto não é exato. No mercado do trabalho, o que o capitalista tem pela frente, a oferecer-se à venda, não é o trabalho, mas o proprio traba-

lhador, representação viva de sua força de trabalho. O que este vende (trabalhador), diz Marx, é a si proprio, a sua força de trabalho" (*O Capital*, 1.º vol., pág. 232).

Pode-se, pois, falar em *valor do trabalho*? A não ser em sentido corrente, popular, não se pode, correta e cientificamente, falar em "valor do trabalho" e muito menos em "venda de seu trabalho". Marx, em *Salario, Preço e Lucro*, diz: "Todos vós estais completamente convencidos de que o que vendeis, todos os dias, é o vosso trabalho; de que este trabalho tem, portanto, um preço e de que uma vez que o preço de uma mercadoria não é mais que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem duvida alguma, algo parecido ao valor do trabalho. Entretanto, não existe tal valor do trabalho, no sentido corrente da palavra. Já vimos que a quantidade de trabalho socialmente necessario cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. Aplicando aqui este conceito de valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de dez horas, por exemplo? Quanto trabalho encerra essa jornada? Dez horas de trabalho. Se dissessemos que o valor de uma jornada de dez horas equivale a 10 horas, ou à quantidade de trabalho contida naquela, fariamos uma afirmação tautologica e, alem disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desembranhado o oculto, mas verdadeiro sentido da expressão valor do trabalho, estaremos em condições de explicar esta aplicação irracional e aparentemente impossivel do conceito do valor, do mesmo modo que estamos em condições de explicar os movimentos, aparentes ou somente percebidos em certas formas, dos corpos celestes, depois de conhecer os movimentos reais. O que o operario vende não é diretamente seu trabalho, mas sua força de trabalho, cuja disposição momentanea cede ao capitalista. Isto é tão verdade que a lei fixa o máximo do tempo durante o qual um homem tem o direito de vender sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido fazê-lo por tempo indefinido, a escravidão seria restabelecida automaticamente. Se, por exemplo, fosse concluída uma venda desse genero pela vida inteira do operario, ela faria, instantaneamente, deste, escravo pela vida inteira de seu patrão. (Marx — *Preço, Salario e Lucro.*) O trabalho é a ação do homem sobre a matéria que lhe fornece a natureza, afim de dar a essa matéria a forma que a torne capaz de servir às necessidades humanas, já o dissemos. Porisso, o que o operario vende ao capitalista não é o seu trabalho, que não é vendavel, pois já vimos não se tratar de uma mercadoria, mas sim a sua força de trabalho, por um determinado tempo. Hobbes já o dizia: "O que o homem vale ou no que ele é estimado, mede-se, como nas demais coisas, pelo seu preço, isto é, pelo que se lhe daria pelo uso de sua força". Portanto, é o uso da força de trabalho que determina o *valor do trabalho* ou melhor, o *valor da força de trabalho*.

"A força de trabalho é, pois, a mercadoria que seu possuidor, o assalariado, vende ao capital. Por que a vende? Para viver. Mas a manifestação da força de trabalho, o *trabalho*, é a atividade vital peculiar ao operario, sua maneira propria de manifestar sua vida. E é esta *atividade vital* que ele vende a um terceiro para assegurar os *meios de subsistencia* necessarios. Sua atividade vital não é, portanto, para ele,

senão um meio de poder existir. Trabalha para viver. Para si proprio, o trabalho não é parte de sua vida, é antes um sacrificio de sua vida. E' uma mercadoria que ele adjudicou a um terceiro. Eis porque o produto de seu trabalho tambem não é o objetivo de sua atividade. O que ele produz para si proprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrae da mina, não é o palacio que constroe. O que produz para si proprio é o *salario*, e a seda, o ouro, o palacio, reduzem-se para ele a uma quantidade determinada de meios de subsistencia, talvez a um tricô de lã, a moedas de níquel e a um abrigo num albergue. E o operario que, durante doze horas, tece, fia, perfura, gira, constroe, maneja a pá, talha a pedra, transportando-a, etc., será que encara essas doze horas de tecelagem, de fiação, de perfuração, de trabalho no torno ou de pedreiro, de manejo da pá ou de corte da pedra como uma manifestação de sua vida, como sua vida? Muito ao contrario, a vida começa para ele onde cessa essa atividade, à mesa, no albergue, na cama. Ao contrario, as doze horas de trabalho não têm, para ele, de maneira alguma, o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc., mas o de *ganhar* o que lhe faculite ir à mesa, ao albergue, à cama. Se o bicho da seda tecesse, para custear sua existencia de verme, seria um assalariado acabado. A força de trabalho não foi sempre uma *mercadoria*. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, *trabalho livre*. O escravo não vende sua força de trabalho ao senhor de escravos mais do que o boi vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, inclusive sua força de trabalho, de uma vez por todas, ao seu proprietario. E' uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietario às de outro. *Ele proprio* é uma mercadoria, porem sua força de trabalho não é sua mercadoria. O servo não vende senão parte de sua força de trabalho. Não é ele quem recebe salario do proprietario da terra; antes, é ele quem paga tributo ao proprietario. O servo pertence à terra e constitue uma relação para o senhor da terra. O *operario livre*, ao contrario, vende-se a si proprio e o faz a retalho. Aliena 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia, a quem melhor lhe pagar, aos possuidores das materias primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistencia, isto é, aos capitalistas. O operario não pertence nem ao proprietario nem à terra, porem, 8, 10, 12 e 15 horas de sua vida cotidiana pertencem àquele que as compra. O operario abandona o capitalista a quem se aluga, sempre que queira, e o capitalista o despede, sempre que ache ser do seu interesse, desde que não tire dele nenhum lucro ou não mais obtenha o lucro almejado. Mas o operario, cujo unico recurso é sua força de trabalho, não pode abandonar a *classe dos compradores em seu conjunto, isto é, a classe capitalista*, sem renunciar à existencia. Ele não pertence a este ou àquele burgues, mas à classe burguesa, cabendo-lhe encontrar o seu senhor, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe burguesa." (Marx — *Trabalho Assalariado e Capital*).

O trabalho, dispendio ou gasto de energia humana, toma diferentes formas conforme a sua ação e relações. Pode ser trabalho simples tu complexo; concreto ou abstrato; individual ou social; escravo, servil ou livre. O produto do trabalho é a mercadoria, na qual se encontra plas-

mado, coagulado ou cristalizado. "Assim como uma mercadoria possui dupla fisionomia: valor de uso e valor de troca, tambem o trabalho, que se encontra cristalizado nela (mercadoria), pode ser definido de dois modos: como função produtiva determinada, trabalho de tecelão, de alfaiate ou outro trabalho util (trabalho concreto) e como simples dispendio da força de trabalho humano, dispendio de um *trabalho abstrato*. O primeiro produz o valor de uso, o segundo o valor de troca e é apenas por este segundo trabalho que pode ser comparado quantitativamente. (Engels, resumo do Livro I do *O Capital*.) O processo do trabalho acrescenta novo valor ao objeto do trabalho, mas, ao mesmo tempo, transmite o valor dos instrumentos do trabalho ao produto ou conserva este valor graças a uma simples adjunção ao novo valor.

Este duplo resultado é obtido da seguinte forma: o carater especifico, util e qualitativo do trabalho (trabalho concreto) transforma um valor de uso noutro valor de uso e conserva, deste modo, o valor, mas o trabalho criador do valor, trabalho com carater abstrato, geral e quantitativo (trabalho abstrato), acrescenta valor⁴. (Engels, resumo do Livro I do *O Capital*.) O operario incorpora valor novo ao objeto de trabalho pela adição de uma nova dose de trabalho, sem embargo de qual seja o seu carater util. Essa transmissão verifica-se no curso do trabalho, durante a transformação dos meios de produção em mercadoria. O trabalho é, portanto, o intermediario disso. Mas de que modo? O operario não trabalha duplamente, ao mesmo tempo, uma vez para acrescentar um novo valor ao produzido e outra para conservar o antigo. E' pela simples adição de um novo valor que conserva o antigo, já cristalizado no objeto de trabalho. "Mas, como a adição de um novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores antigos (anteriormente cristalizados) no produto são dois resultados completamente diferentes que o operario obtem ao mesmo tempo, esse duplo efeito não pode, evidentemente, resultar senão do carater duplo do seu trabalho. Esse trabalho deve, no mesmo momento, em virtude de uma propriedade, criar, e, em virtude de outra propriedade, conservar ou transferir valor. Como o operario acrescenta trabalho e, conseqüentemente, valor? Não é sob a forma de um trabalho util e particular e tão somente sob essa forma? O fiandeiro só acrescenta trabalho fiando, o tecelão tecendo e o ferreiro forjando. Mas é precisamente essa forma de tecelagem, de fiação, etc., numa palavra, a forma produtiva especial na qual a força de trabalho é despendida, que converte os meios de produção, tais como algodão e fuso, fio e oficina de tecelagem, ferro e bigorna, em elementos formadores de um produto, de um novo valor de uso. A antiga forma de seu valor de uso não desaparece senão para revestir uma forma nova. Ora, sabemos que o tempo de trabalho necessario para produzir um artigo compreende tambem o tempo de trabalho necessario para produzir os artigos consumidos no ato de sua produção. Noutros termos, o tempo de trabalho necessario para produzir os meios de produção consumidos é computado no novo produto. O trabalhador conserva, pois, o valor dos meios de produção consumidos, transmite-os ao produto como parte constitutiva do seu valor, não porque acrescenta trabalho em geral, mas pelo carater util, pela forma produtiva desse trabalho adicional.

Em sua qualidade de util, de atividade produtiva, o trabalho, pelo seu simples contacto com os meios de produção, os ressuscita dos mortos, faz deles fatores de seu proprio movimento e une-se a eles para constituir produtos. Se o trabalho produtivo específico do operario não fosse fiação, não faria fios e, conseqüentemente, não lhes transmitiria os valores do algodão e dos fusos. Mas, em uma jornada de trabalho, o mesmo operario, se muda de officio e se torna marceneiro, por exemplo, acrescentará, depois, como antes, valor aos produtos do seu trabalho. Acrescenta-o, pois, por seu trabalho considerado não como trabalho de tecelão ou de marceneiro, mas como trabalho humano em geral, acrescenta uma quantidade determinada de valor, não porque seu trabalho tenha um caracter util particular, mas porque dura certo tempo. E', portanto, em virtude de sua propriedade geral, abstrata, como dispendio de força vital humana, que o trabalho do fiandeiro acrescenta valor novo aos valores do algodão e dos fusos e é em virtude de sua propriedade concreta, particular, de sua propriedade util, como fiação, que transmite o valor desses meios de produção ao produto e o conserva, assim, neste. Daí o duplo caracter de seu resultado no mesmo espaço de tempo." (Marx — *Ideologia Alemã*.)

O trabalho é a força propulsora do progresso humano. Todos os progressos da sociedade humana, a partir do momento em que se ergue do estagio de barbárie animal primitiva, têm o seu começo no dia em que o trabalho da familia criou mais produtos que os necessarios para o seu sustento, portanto, quando uma parte do trabalho pôde ser invertida, não apenas na produção de simples meios de vida, mas em criar meios de produção. A formação de um excedente de produto do trabalho, depois de ter sido coberto o gasto para a sobrevivencia e reprodução do proprio trabalho, ao tempo que formação e desenvolvimento por meio deste excedente de um fundo social de produção e de reserva, era desde o principio e continua sendo hoje a base de todo o progresso social, politico e intelectual. Esse fundo social vem sendo, historicamente, o patrimonio de uma classe privilegiada que, pela sua posse, tem também nas mãos a hegemonia politica e a direção espiritual. A revolução social que se aproxima converterá, pela primeira vez, este fundo coletivo de produção e de reserva, isto é, a massa global de materias primas, instrumentos de produção e meios de vida, num verdadeiro fundo social, arrancando-o das mãos dessa classe privilegiada, que atualmente dele dispõe, e colocando-o como patrimonio coletivo a serviço de toda a sociedade" (Engels).

FORÇA DE TRABALHO

"Por força ou potencia de trabalho entendemos o conjunto de nossas faculdades físicas e espirituais, latentes no corpo humano, na personalidade viva de um homem, as quais se manifestam na produção de valores de uso, de qualquer classe que sejam." (*O Capital*, pag. 205.) No regime capitalista, é a força de trabalho a mercadoria de que dispõe o operario para vender ao capitalista e garantir, assim, sua subsis-

tencia e a de sua familia. E' criada por uma função fisiologica natural. É, também, a unica mercadoria que tem a faculdade de criar valor. O valor da força de trabalho é constituído pela soma dos valores dos meios de subsistencia necessarios à sua reprodução, à instrução profissional, à manutenção de uma familia media e à conservação de um certo nivel de cultura.

Não se deve confundir a força de trabalho com o trabalho. O trabalho é um processo de consumo da força de trabalho. Não se pode trabalhar sem ter força de trabalho. Mas pode-se ter força de trabalho sem trabalhar, sem utilizá-la, como acontece no caso de um desempregado. (Segal — *Noções Fundamentais de Economia Politica*, pag. 218.)

A força de trabalho é uma mercadoria cujo valor de uso é dotada da singular propriedade de ser fonte de valor; é uma mercadoria cujo processo de consumo é ao mesmo tempo um processo de criação de valor. O uso da força de trabalho (o seu consumo) é o trabalho, e o trabalho cria o valor. (*O Capital*, pag. 39.)

Crê-se, geralmente, que o capitalista compra ao operario o seu trabalho. Isto não é exato. No mercado do trabalho, o que o capitalista tem pela frente não é o trabalho, mas o proprio trabalhador, representação viva de sua força de trabalho. "O que este vende, diz Marx, é a si proprio, a sua força de trabalho". (*O Capital*, 1.º vol., p. 232.)

No mercado, o trabalho ainda não existe e não poderá existir senão pela materialização da força de trabalho que o trabalhador representa. Para que o trabalho possa ser vendido, é preciso que seja realizado, seja visível e, na qualidade de mercadoria, seja levado ao mercado. Mas, "se o trabalhador lhe pudesse dar um existencia material, separada e independente de sua pessoa, ele venderia a propria mercadoria e não o trabalho". (*O Capital*, 1.º vol., p. 231.)

A força de trabalho, sujeita a um preço e a uma operação de troca, é uma mercadoria e tem, como todas as outras, um valor de uso e um valor de troca. O primeiro — valor de uso — aparece no momento em que o patrão põe o operario contratado a trabalhar e é representado pelo valor do que o trabalho produz; o segundo — valor de troca — é representado pelo salario que o operario recebe em troca de sua força de trabalho. Ora, se ambos os valores fossem iguais, se o que produz o operario fosse equivalente ao que lhe paga o patrão, então este não tiraria proveito e estaria impossibilitado de ampliar o seu capital invertido, paralisando porisso a produção, pois não obteria mais-valia. (Enrique Gonzalez Aparicio.)

A força de trabalho depende do organismo humano. E' o conjunto das capacidades musculares, nervosas e intelectuais, físicas ou morais, que possui o individuo vivo para a criação ou a produção de coisas uteis. "Sob este nome (força de trabalho) — escreve Marx — é preciso compreender o conjunto das faculdades físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, em sua personalidade viva e que ele deve pôr em movimento para produzir coisas uteis". (*O Capital*, 1.º vol., p. 71.)

Noutros termos, o trabalhador é o proprio trabalho em estado potencial. Mas, quando se fala em trabalho potencial, não se fala nem se pode falar ainda de trabalho. A força de trabalho distingue-se de sua

função, da mesma forma que a capacidade de digestão se distingue da própria digestão e a máquina se distingue de suas operações. Para que haja trabalho, é preciso pôr em ação os trabalhadores ou, mais exatamente, usar a sua força de trabalho.

A utilidade da força de trabalho, seu valor de uso, consiste em que seu gasto (trabalho) cria valor. Isto é, o valor de uso da força de trabalho consiste em ser ela a fonte do valor. (Segal — *Noç. Fund. Eco. Pol.*, pag. 128.)

A força de trabalho encontra sua realização numa manifestação exterior. Ela se afirma e se realiza pelo trabalho, o que precisa necessariamente de um gasto dispendioso de músculos, de cérebro, nervos, etc. humanos, gasto que deve ser compensado para permitir a manutenção da existência da força de trabalho.

O que o capitalista tem diante de si, pois, é a força de trabalho representada pelo trabalhador. A força de trabalho aparece diante dele sob a forma de mercadoria. Mas para que ele possa colocá-la a seu serviço, é necessário, como diz Marx, que diversas condições indispensáveis sejam criadas previamente. É preciso que a força de trabalho seja oferecida ou vendida por quem a possui, pelo trabalhador. Assim, deve este último dispôr dessa força como de uma mercadoria que lhe pertence, ser *livre* proprietário de sua pessoa. Em segundo lugar, é mister que o trabalhador não possua outras mercadorias e seja obrigado a viver usando a sua força de trabalho como uma mercadoria, cedendo-a ao capitalista para que este a ponha em uso. No modo de produção capitalista, a força de trabalho tem, de fato, para o trabalhador, um caráter especial, como uma espécie de mercadoria a ele pertencente. Para isso, é preciso que o trabalhador esteja desprovido de meios para realizar a sua força de trabalho por si mesmo. Ele não deve, pois, possuir os instrumentos e os objetos de trabalho.

O capitalista e o trabalhador encontram-se no mercado, um como comprador e o outro como vendedor. É a única relação que os liga. Para que essa relação se mantenha, é preciso que o operário ceda sua força somente por um tempo determinado. Não pode e não deve cedê-la para sempre, pois, se assim o fizesse, se vendesse sua força de trabalho por toda sua vida, ele se tornaria um escravo, de vendedor passaria a mercadoria. Deve, pois, ceder a força de trabalho apenas temporariamente.

Ao capitalista, o que importa, para os objetivos que se propõe, é achar no mercado o “trabalhador livre”, “livre” sob todos os pontos de vista que acabamos de examinar. Pouco lhe interessa saber como o trabalhador livre se encontra no mercado. Podemos dizer com Marx: “A natureza não produz, de um lado, os possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, de outro, os possuidores de suas próprias forças de trabalho, pura e simplesmente. Uma tal relação não tem nenhum fundamento natural, não sendo mesmo uma relação social comum a todos os períodos da história”. (*O Capital*, p. 72). Em resumo, o trabalhador, dispondo de sua força de trabalho, mas não podendo realizá-la por sua própria conta, por não possuir os meios necessários para isso, deve cedê-la, temporariamente, ao capitalista, afim de que este a utilize, o que permitirá ao operário conseguir os meios necessários à sua subsistência.

O trabalho, desde o momento em que se manifesta, não pertence ao operário. Vendendo o uso de sua força de trabalho ao capitalista, o trabalhador deixa àquele o direito de utilizá-la como quiser. Para o capitalista, além disso, o processo de produção é uma operação entre coisas que lhe pertencem, e, por isso, o produto pertence, não ao trabalhador, mas ao capitalista.

De tudo isso conclue-se que, quando o capitalista entra em relação com o trabalhador, o que este lhe vende não é o seu trabalho, mas o direito de utilização da sua força de trabalho.

Vejamos, agora, depois da definição de força de trabalho, qual é o seu valor. A força de trabalho, como, em geral, todos os produtos do trabalho, no modo de produção capitalista, é uma *mercadoria*. No mercado, ela é oferecida e vendida por quem a possui, isto é, pelo operário. Como todas as mercadorias, a força de trabalho possui um *valor* e, como todos os valores, o seu é determinado pelo *tempo de trabalho necessário* à sua produção. Vejamos como se determina o valor da força de trabalho. Sabe-se que a força de trabalho é o conjunto das faculdades musculares e intelectuais de um indivíduo vivo tendo em vista a produção de coisas. A força de trabalho de um indivíduo determina-se, nessas condições, por sua reprodução e conservação.

Se o operário trabalha hoje, se ele consome sua força por um desgaste de si mesmo, isto é, por um dispendio de músculos, nervos, cérebro, etc., ele deve ainda trabalhar nos dias seguintes, pôr em função sua força de trabalho pelo maior espaço de tempo possível. Para a reprodução e a conservação de sua força de trabalho, para que possa e esteja em condições de trabalhar, ele precisa, necessariamente, de meios de vida, meios de subsistência. Mas, como esses meios de subsistência foram produzidos, contêm trabalho humano, eles também possuem *valor*. E, assim, chegamos à conclusão, com Marx, de que o *tempo de trabalho necessário* à produção da força de trabalho não é mais do que o tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, seja, a força de trabalho tem o mesmo valor dos meios de subsistência necessários a quem a desenvolve” (*O Capital*, vol. 1.º, p. 73). É preciso acrescentar que a soma dos meios de subsistência deve ser suficiente para a manutenção do trabalhador, em condições normais de existência. Na determinação do valor da força de trabalho não se deve esquecer que as necessidades naturais do trabalhador (alimentação, moradia, vestuário, etc.) variam segundo a região e de acordo com as particularidades físicas ou econômicas dos países. Tais necessidades não são as mesmas na cidade, no campo, em regiões diferentes. Elas variam também de uma para outra época. As necessidades naturais, por seu número, assim como pelo modo de serem satisfeitas, dependem, em grande parte, do grau de civilização atingido. “As origens da classe assalariada, em cada país, — diz Marx — o meio histórico em que a classe se formou, continuam por muito tempo a exercer grande influência sobre os hábitos, as aspirações e, como consequência disso, sobre as necessidades que a classe apresenta em sua vida”. (*O Capital*, 1.º vol. p. 73). Este é o primeiro ponto a examinar. Vejamos: os operários são mortais. Suas forças de trabalho desaparecem

quando eles morrem. Ora, o capital precisa, para o seu desenvolvimento, da existencia continua — ou perpetuação — das forças de trabalho. É preciso que sempre existam, no mercado, tais mercadorias. As forças de trabalho, que desaparecem pela inanição completa ou pela morte, devem ser substituídas. Os filhos dos trabalhadores da atual geração são os trabalhadores de amanhã. São eles os substitutos que se preparam, que se formam, para satisfazer as exigencias futuras dos capitalistas. Segue-se, daí, que os meios de subsistencia necessarios à produção das forças de trabalho do futuro devem ser somados aos meios de subsistencia necessarios à produção das forças de trabalhos atuais. Um segundo ponto importante a examinar é o seguinte: A natureza humana deve ser modificada, educada, para que adquira a capacidade e a precisão numa determinada especie de trabalho, como, por exemplo, o da impressão tipografica, o da construção de uma casa, etc. Para se desenvolver num sentido especial, a força de trabalho deve ser educada. Esta educação custa certa soma de meios de subsistencia, que varia segundo a facilidade, a complexidade, o carater da força de trabalho. As quotas relativas à educação incluem-se, por isso, na soma dos meios de subsistencia necessarios à produção da força de trabalho.

O valor da força de trabalho traduz-se por uma soma determinada de meios de subsistencia. Mas, como o valor dos meios de subsistencia varia segundo o tempo de trabalho necessario à sua produção, o valor da força de trabalho varia justamente com o valor dos meios de subsistencia. Num ano, por exemplo, certa quantidade de meios de subsistencia é indispensavel e, desse modo, se estabelece o valor da força de trabalho nos 365 dias. Se, num determinado meio social, a soma dos meios de subsistencia, num dia, representa, em 6 horas de trabalho, digamos, 20 cruzeiros, esses 20 cruzeiros nos dão o valor quotidiano da força de trabalho.

Em resumo, o valor da força de trabalho acha-se determinado — segundo Marx — “por uma serie de circunstancias, como sejam o conjunto das necessidades comuns, o custo da subsistencia, o numero medio de familias operarias, as taxas destinadas à educação dos operarios, o papel que desempenha o trabalho das mulheres e crianças, enfim, a produtividade, a duração e a intensidade do trabalho”. (*O Capital*, 1^o vol., p. 143.)

“Ao vender sua força de trabalho — e o operario é obrigado a fazê-lo, no regime atual — ele concede ao capitalista a utilização da mesma dentro de certos limites razoaveis. Vende sua força de trabalho para conservá-la, não para destruí-la, salvo no que concerne ao seu desgaste natural. O proprio fato de vender sua força de trabalho pelo seu valor cotidiano ou hebdomadario implica em que essa força de trabalho não será objeto, num dia, ou numa semana, de um consumo de dois dias ou de duas semanas. Tomemos uma maquina que valha 1.000 libras. Se ela se desgasta em dez anos, adiciona ao valor das mercadorias, em cuja fabricação cooperou, 100 libras por ano, o que significa que o valor do seu desgaste anual está na razão inversa da rapidez desse desgaste. O que distingue, porem, o operario da maquina é que a maquina apenas se desgasta na proporção do proprio emprego que se faça dela, ao passo que o operario declina, em medida bem maior, do que

o recusa a simples adição numerica de seu trabalho. (Marx — *Salario, Preço e Lucro*.)

O limite infimo ou limite minimo do valor da força de trabalho é formado pelo valor de uma massa de mercadorias sem cujo fornecimento ao proprietario da força de trabalho, o homem, não poderia renovar seu processo vital; dir-se-á que esse limite minimo é determinado pelo valor dos meios de subsistencia materialmente imprescindiveis. (Marx — *O Capital*, pag. 210.)

Em *Salario, Preço e Lucro*, Marx expõe o que é o valor da força de trabalho, nos seguintes termos:

“Depois de investigar, na medida do possivel, a natureza do valor, do valor de uma mercadoria qualquer, temos que encaminhar nossa atenção ao peculiar *valor do trabalho*. E, novamente, tenho que provocar, com o vosso assombro frente a outro aparente paradoxo. Todos vós estais completamente convencidos de que o que vendeis todos os dias é o vosso trabalho; de que este trabalho tem, portanto, um preço e de que, uma vez que o preço de uma mercadoria não é mais que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem dúvida alguma, algo parecido ao valor do trabalho. Entretanto, não existe tal valor do trabalho, no sentido corrente da palavra. Já vimos que a quantidade de trabalho necessario cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. Aplicado aqui este conceito de valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de dez horas, por exemplo? Quanto trabalho encerra essa jornada? Dez horas de trabalho. Se dissessemos que o valor de uma jornada de trabalho de dez horas equivale a 10 horas, ou à quantidade de trabalho contida naquela fariamos uma afirmação tautológica e, além disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desemaranhado o oculto, mas verdadeiro sentido da expressão valor do trabalho, estaremos em condições de explicar esta aplicação irracional e aparentemente impossivel do conceito do valor, do mesmo modo que estamos em condições de explicar os movimentos aparentes, ou somente percebidos em certas formas, dos corpos celestes, depois de conhecer os movimentos reais.

“O que o operario vende não é diretamente seu *trabalho*, mas, sim, a sua *força de trabalho*, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Isso é tão exato que não sei se as leis inglesas, mas algumas leis continentais, fixam o *máximo de tempo* durante o qual uma pessoa pode vender sua força de trabalho. Se se permitisse vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravidão. Se o operario, por exemplo, se vendesse por toda a vida, converter-se-ia, imediatamente, num escravo, por toda a sua vida, de seu patrão.

“Tomás Hobbes, um dos mais velhos economistas e um dos filósofos mais originais da Inglaterra, tropeçou já, em seu *Leviathan*, instintivamente, neste ponto, sobre o qual todos os seus sucessores passaram por alto. Diz Hobbes:

“O que o homem vale ou no que ele é estimado mede-se como nas demais coisas, pelo seu *preço*, isto é, pelo que se lhe daria pelo uso de sua *força*”.

"Partindo desta base, podemos determinar o *valor do trabalho* (força de trabalho), como o de qualquer outra mercadoria.

"Mas, antes de fazê-lo, queremos perguntar: de onde provem esse fato palpável de que, no mercado, nos encontramos com um grupo de compradores que possuem terras, maquinário, matérias primas e meios de vida, coisas essas que, afora a terra em seu estado primitivo, são outros tantos *produtos do trabalho* e, de outro lado, um grupo de vendedores que nada têm a vender senão a sua força de trabalho, seus braços laboriosos e seus cérebros? Como se explica que um dos grupos compre constantemente para obter lucro e enriquecer, enquanto que o outro grupo venda constantemente para ganhar o sustento de sua vida? A investigação desse problema seria a investigação a que os economistas dão o nome de *acumulação primitiva ou originária*, mas que se deveria chamar *expropriação originária*. E veremos que esta chamada *acumulação originária* não é senão uma série de processos históricos que acabaram *por destruir* a unidade inicial que existia entre o trabalhador e seus instrumentos de trabalho. Entretanto, esta investigação sai da órbita de nosso tema atual. Uma vez consumada a *separação* entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, este estado de coisas se manterá e se reproduzirá, numa escala cada vez mais elevada, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção derrube e restaure a primitiva unidade, sob uma nova forma histórica.

"Que é, pois, o *valor da força de trabalho*?"

"Idêntico ao de toda mercadoria, este valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção. A força de trabalho de um homem consiste, pura e exclusivamente, em sua personalidade viva. Para poder desenvolver-se e sustentar-se, um homem deve consumir determinada quantidade de meios de vida. Mas os homens, da mesma forma que as máquinas, consomem e têm que ser substituídos por outros. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, o homem precisa de maior quantidade desses mesmos artigos para criar um certo número de filhos, preparados para substituí-los no mercado de trabalho e para perpetuar a classe operária. Além disso, precisa dedicar outro tanto do total dos valores para o desenvolvimento de sua força de trabalho e para a assimilação de uma certa destreza no trabalho. Para nosso objetivo é suficiente fixarmo-nos num trabalho *médio*, cujos gastos de educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes. Entretanto, devo aproveitar esta ocasião para frisar que, da mesma maneira como é diferente o custo da produção da força de trabalho, também os valores dessa força serão necessariamente diferentes, aplicadas em diferentes indústrias. Portanto, o grito pela *igualdade de salários* se apoia num erro, num desejo equivocado que jamais chegará a ser realizado. Este erro é fruto desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e pretende abandonar as conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho é fixado da mesma forma que outra qualquer mercadoria, e como diferentes espécies de força de trabalho têm valores diferentes ou exigem diferentes quantidades de trabalho para a sua pro-

dução, *necessariamente terão* preços diversos no mercado do trabalho. Pedir uma *retribuição igual*, ou simplesmente uma *retribuição justa*, no sistema do salariado, é o mesmo que pedir *liberdade* num sistema fundado na *escravidão*. O que achamos justo e equitativo não interessa ao caso. O problema está em saber-se o que terá de acontecer, necessária e inevitavelmente, dentro de um determinado sistema de produção.

"Segundo o que acabamos de expor, o *valor da força de trabalho* é determinado pelo *valor dos artigos de primeira necessidade*, necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho." (Marx — *Salário, Preço e Lucro*, apêndice "in *Causas Económicas da Revolução Russa*", pags. 333-336.)

QUE SÃO OS GRANDES HOMENS? — "b) Os próprios homens fazem a sua história; mas, até aqui, não como uma vontade coletiva, segundo um plano de conjunto, e nem, tão pouco, numa sociedade determinada, perfeitamente delimitada. Seus esforços contrapõem-se e, precisamente por essa razão, é que predomina, em todas as sociedades desse gênero, a necessidade completa e traduzida pela casualidade. A necessidade, que se impõe pela casualidade, é, por sua vez e afinal de contas, a necessidade econômica. E' este o momento de tratarmos da questão referente ao que chamamos de grandes homens. Naturalmente, é por simples casualidade que surge o grande homem e, justamente, que surja num momento dado e num país determinado. Mas, se nós o suprimimos, temos que procurar um seu substituto e este será encontrado, ou bem ou mal, mas sempre encontrado com o decorrer do tempo. Foi por simples acaso que Napoleão, o Corso, se tornou o ditador militar de que tinha necessidade a República francesa, esgotada pela guerra. Mas está feita a prova de que, se não surgisse Napoleão, outro teria preenchido seu lugar, porque o homem sempre aparece, todas as vezes que dele se tem necessidade: Cesar, Augusto, Cromwell, etc. Embora Marx tenha descoberto a concepção materialista da história, Thierry, Mignet, Guizot, e todos os historiadores ingleses até 1850, provam que eram feitos esforços nesse sentido e a descoberta da mesma concepção por Morgan é prova de que a questão havia amadurecido e essa descoberta *devia necessariamente* ser feita.

Assim se passa em relação a todos os demais pretendidos acasos no terreno da história. Quanto mais o domínio que estudamos se afasta do terreno econômico e se aproxima da pura ideologia abstrata, tanto mais verificamos que seu desenvolvimento está sujeito ao acaso e tanto mais sua curva se desenha em ziguezagues. Mas, se traçardes o eixo médio da curva, verificareis que, quanto mais longo fôr o período considerado e quanto maior o domínio estudado, tanto mais esse eixo se aproximará da paralela do eixo de desenvolvimento econômico." (Trecho da carta de Engels a Heinz Starkenburg, 25 de janeiro de 1894.)

Responda, si Puder...

Afim de exercitar a memoria dos nossos leitores e permitir-lhes a verificação, por eles proprios, do seu grau de adiantamento em relação às teorias marxistas, em cada numero desta revista publicaremos 10 perguntas relacionadas com o assunto, as quais, além de respondidas individualmente, deverão ser feitas, também, aos amigos mais proximos, no intuito de se ampliar, tanto quanto possivel, o interesse pelos estudos sociais. As perguntas feitas num numero serão sempre respondidas no numero que se indicar de DIVULGAÇÃO MARXISTA, de modo a que os interessados possam controlar realmente seus conhecimentos. Incluiremos nessas relações, com o maior prazer, quaisquer perguntas que nos queiram fazer os leitores, dando-lhes as respostas na forma do costume, sem citar nomes. Redija, portanto, suas perguntas e aguarde, confiante, nossa resposta, no proximo numero.

1. A economia politica é uma ciencia?
2. Marx foi poeta?
3. Quando e como foi fundado o Banco do Brasil?
4. Conhece a "Declaração dos Direitos do Homem"?
5. Como surgem e desaparecem as religiões?
6. Que são "classes em si" e "classes para si"?
7. Que são saltos na natureza?
8. Que foram as rebeliões dos sipaios?
9. Qual a contradição fundamental no capitalismo?
10. Como se deve estudar o marxismo?

(Estas perguntas serão respondidas no n. 3 desta revista, de 1-8-46.)



QUEM "INVENTOU" A LUTA DE CLASSES? — ... "No que me diz respeito, não é a mim que cabe o merito de haver descoberto nem a existencia das classes na sociedade moderna, nem a luta que se verifica entre elas. Muito tempo antes de mim, historiadores burgueses já haviam estudado o desenvolvimento historico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam feito sua anatomia economica. O que fiz de novo foi apenas isto: 1) — Demonstrar que a existencia das classes está ligada a certas fases de desenvolvimento historico da produção; 2) — Que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) — Que essa mesma ditadura não constitue senão uma fase de transição no sentido da abolição de todas as classes, isto é, a uma sociedade sem classes"... (Trecho da Carta de Marx a Joseph Weydemeyer, 5 de março de 1852.)

Páginas de Lênin

MARXISMO E REVISIONISMO

"Um adagio muito conhecido diz que, se os axiomas geometricos se chocassem com os interesses humanos, seriam certamente postos em duvida. As teorias das ciencias historicas e naturais que feriram os velhos preconceitos da teologia suscitavam e suscitam ainda uma luta exasperada. Por isso, não é nada extraordinario que a doutrina de Marx, que serve para esclarecer e para organizar a classe mais avançada da sociedade moderna, que indica as tarefas desta classe e que demonstra, de acordo com o desenvolvimento economico, que o regime atual será substituído, inevitavelmente, por uma ordem nova, nada há de extraordinario ter esta doutrina de conquistar, passo a passo, por uma grande luta, o direito de viver.

E' inutil falar da ciencia e da filosofia burguesas, ensinadas oficialmente, por professores oficiais, para embrutecer a geração moça das classes ricas e para "treiná-la" contra os inimigos de dentro e de fora. Esta ciencia não quer nem ouvir falar do marxismo, que ela proclama refutado e destruído. Jovens eruditos, que fazem carreira refutando o marxismo, e velhos pontífices, guardiões do tabernaculo de todos os "sistemas" obsoletos, possíveis e imagináveis, lançam-se contra Marx, com unanime entusiasmo. O crescimento do marxismo, a propagação e a consolidação destas idéias na classe operaria, fazem redobrar, fatalmente, a frequencia e a ferocidade dos ataques da burguesia contra ele que, apesar de tudo, depois de cada "execução", por parte da ciencia oficial, se torna mais firme, mais temperado e mais vivo do que nunca.

Mas, entre as proprias doutrinas ligadas à luta da classe operaria e divulgadas principalmente no seio do proletariado, está longe o marxismo de se ter imposto desde o primeiro instante. Nos cinquenta primeiros anos de sua existencia (desde 1840), o marxismo teve de combater as teorias que lhe eram essencialmente hostis. De 1840 a 1845, Marx e Engels ajustam contas com os jovens hegelianos radicais que adotavam o ponto de vista do idealismo filosofico. Em 1850, a luta se desenvolve no dominio das doutrinas economicas — contra o proudhonismo. No periodo compreendido entre 1850 e 1860, finaliza esta luta com a critica dos partidos e das doutrinas que se manifestaram no movimento de 1848. De 1860 e 1870, a luta passa do terreno da teoria geral para o terreno mais proximo do movimento operario: a expulsão do bakuninismo da Internacional. No começo da decada de 1870-1880, na Alemanha, foi o proudhoniano Muehlberger que conseguiu se destacar; no fim deste periodo, é a vez do positivista Dühring. Mas a influencia que um e outro exercem sobre o proletariado é já absolutamente insignificante.

Dai por diante, o marxismo supera sem contestação todas as outras ideologias do movimento operario.

Proximo a 1890, essa vitoria é completa, em suas linhas gerais. Mesmo nos países latinos, onde as tradições proudhonianas se mantiveram por muito tempo, os partidos operarios se inspiraram, de fato, em seu programa e em sua tática, nos principios marxistas. A organização internacional do movimento operario, tendo retomado a sua ação — sob a forma de congressos internacionais periodicos — coloca-se, em conjunto e quase sem combate, com relação a todas as questões essenciais, no terreno do marxismo. Mas, quando o marxismo suplantou as teorias antagonicas, aliás incompletas, as tendencias destas teorias procuram encontrar novos meios de expressões. Vêm-se modificar as formas e as causas da luta, mas a luta continua. E depois de cinquenta anos de existencia do marxismo surge a luta da corrente anti-marxista, no seio do proprio marxismo (1890-1900).

Bernstein, o antigo marxista ortodoxo, que, com o marxismo de escândalo, apresentou o conjunto mais completo de emendas de revisão do marxismo, foi quem deu um nome a esta corrente: revisionismo. Na Russia, naturalmente — devido ao atraso economico do país e ao predomínio da população rural, esmagada pelas sobrevivencias da servidão — o socialismo não marxista se mantém por mais tempo que em qualquer outro lugar; nós o vemos, apesar disso, degenerar, aos nossos olhos, em revisionismo.

Quer seja na questão agraria (programa da municipalidade das terras), quer nas questões gerais do programa e da tática, os nossos social-populistas substituem, cada vez mais, pelas “emendas” trazidas ao marxismo, os restos do sistema carcomido, periclitante, mas completo ao seu modo e essencialmente hostil ao marxismo.

O socialismo pré-marxista foi vencido. Continua a luta, não mais em seu proprio terreno, mas no terreno geral do marxismo, na qualidade de revisionismo. Vejamos, agora, qual é o conteúdo ideologico do revisionismo.

Em materia de filosofia, o revisionismo se arrastava a reboque da “ciencia” professoral burguesa. Os professores proclamavam a “volta a Kant” — e o revisionismo lançava-se por detrás dos néo-kantianos. Retomavam as tolices contra o materialismo, já mil vezes remexidas pelos padres — e os revisionistas, arvorando um sorriso de complacencia, balbuciavam (palavra por palavra, segundo a ultima “cartilha”), que o materialismo foi, de há muito, “refutado”. Os professores olhavam para Hegel como para “um cão” (1) e, pregando o idealismo, mas um idealismo mil vezes mais mediocre e mais mesquinho que o de Hegel, levantavam os ombros com um ar de desprezo a proposito da dialética — e também os revisionistas lá iam atolar-se por trás deles no pantano do envilecimento filosofico da ciencia, substituindo a dialética “sutil” (e revolucionaria), por uma “evolução” “simplista” (e em absoluto repouso). Os professores justificavam os vencimentos que recebiam do Estado para acomodar os seus sistemas idealistas e “criticos” à “filosofia” medieval em moda (isto é, a teologia), e os revisionistas, arrumando-se ao lado deles, esforçavam-se por fazer da religião um “negocio privado”,

não em relação ao Estado, mas em relação ao partido da classe esclarecida.

Não é mais preciso dizer qual era o verdadeiro sentido de classe destas emendas ao marxismo. E’ bastante claro. Verificamos somente que, na social-democracia internacional, Plerránov foi o unico marxista que, do ponto de vista do materialismo dialético consequente, fez a critica das incríveis tolices emitidas pelos revisionistas. E’ ainda mais necessario sublinhar o fato do que estamos assistindo a tentativas, fundamentalmente erradas, neste momento, de fazer passar os velhos vestigios filosoficos reacionarios sob a capa de uma critica ao oportunismo tacito de Plerránov (2).

Em materia de economia politica, convem notar, antes de mais nada, que, neste dominio, as “emendas” dos revisionistas foram infinitamente mais variadas e presas às circunstancias: eles se esforçaram por influenciar o publico fazendo jogar “os recentes dados do desenvolvimento economico”. Pretenderam que a concentração da produção e o esmagamento da pequena produção pela grande não se realizavam, de modo algum, na agricultura, e que, para o comercio e para a industria, se efetuavam apenas com extrema lentidão. Achavam que as crises, atualmente, se faziam mais raras, mais fracas e que, segundo toda a probabilidade, os cartéis e os trustes dariam ao capital poder para fazê-las desaparecer completamente. Pretendiam que a “teoria da falencia” para a qual se encaminha o capitalismo não tem consistencia, devido à tendencia que se manifesta no sentido de enfraquecer e atenuar os antagonismos de classes. Pretenderam, enfim, que seria bom corrigir a teoria do valor de Marx, de acordo com Boehm von Bawerk.

A luta contra os revisionistas, nesta ordem de idéias, dava ao pensamento teorico do socialismo internacional uma vivacidade tão fecunda quanto a polemica de Engels contra Dühring vinte anos atrás. Os argumentos dos revisionistas foram estudados à luz dos fatos e dos numeros. Foi demonstrado que os revisionistas, sistematicamente, procuravam mostrar a pequena produção moderna sob uma luz mais favoravel. Dados irrefutáveis provam a superioridade tecnica e comercial da grande produção em relação à pequena produção, tanto na industria como na agricultura. Mas, na agricultura, a produção mercantil é muito menos desenvolvida; os estatísticos e economistas contemporaneos jamais conseguem valorizar os ramos especiais da agricultura (às vezes até mesmo as operações), que significam a integração progressiva desta ultima ao sistema de trocas da economia mundial. Sobre as ruínas da economia natural, a pequena produção mantém-se ao preço de uma subalimentação infinitamente grande, de uma fome cronica, do aumento das horas de trabalho, de um rebaixamento da qualidade do gado e de sua manutenção, e até ao preço de todos os recursos por meio dos quais a produção artesanal faz frente à produção capitalista. Cada progresso da ciencia e da tecnica na sociedade capitalista arruina, fatalmente, inexoravelmente, os fundamentos da pequena produção. A tarefa da economia politica consiste, pois, em analisar este processo, em suas multiplicas formas, muitas vezes complexas e embaralhadas, para demonstrar ao pequeno produtor a impossibilidade de se manter, no regime capita-

lista, a situação sem saída da economia camponesa sob o capitalismo, a necessidade que tem o camponês de adotar o ponto de vista do proletário.

Com relação a este assunto, pecavam os revisionistas, no terreno científico, por uma generalização superficial e unilateral dos fatos, tomados fora de suas relações com o conjunto do regime capitalista e, por outro lado, no terreno político, pelo fato de convidarem ou induzirem, fatalmente, consciente ou inconscientemente, o camponês a adotar o ponto de vista do proprietário (ou seja, da burguesia), em lugar de levá-lo a adotar o ponto de vista do proletariado revolucionário.

As coisas iam de mal a pior para o revisionismo, no que se refere à teoria da crise e à da falência. Por um curto lapso de tempo, podiam os menos clarividentes sonhar com uma reforma contrária aos princípios da doutrina de Marx, devido à influência de alguns anos de engrandecimento e prosperidade industriais. A realidade não tardou a demonstrar aos revisionistas que a época das crises não havia ainda terminado: uma nova crise sucedia à prosperidade. As formas, a sucessão, a fisionomia de certas crises, tinham-se modificado, mas as crises continuavam invariavelmente a ser uma parte integrante do regime capitalista. Os cartéis e trustes, unificando a produção, agravavam, ao mesmo tempo, aos olhos de todos, a anarquia deste tipo de produção, aumentando também a insegurança do proletariado e a opressão do capital e agravando, como consequência, num grau desconhecido até então, os antagonismos de classes. Os grandes trustes modernos demonstraram, com uma evidência incontestável e numa escala particularmente considerável, que o capitalismo tende à falência, quer do ponto de vista das diversas crises políticas e econômicas, quer do ponto de vista da destruição total da ordem capitalista. A última crise financeira, na América, a profunda agravção do *chômage* em toda a Europa, sem falar da crise industrial da qual, por muitos sintomas, já se percebe a proximidade, levam-nos à conclusão de que as recentes "teorias" dos revisionistas caíram no esquecimento, o que ocorreu também com as pessoas de muitos dos seus propagandistas. Entretanto, é preciso não esquecer as lições que esta instabilidade de posição dos intelectuais deu à classe operária.

No que concerne à teoria do valor, basta dizer que, salvo as alusões e os suspiros completamente dubios, no estilo de Boehm von Bawerk, os revisionistas em nada contribuíram, não tendo deixado, conseqüentemente, nenhum traço que os caracterize na história do pensamento científico.

Em questão de política, o revisionismo limitou-se, de fato, a revisar os fundamentos do marxismo: a teoria da luta de classes. Afirmando eles que a liberdade política, a democracia, o sufrágio universal, tiram a razão de ser da luta de classes, e negam até mesmo a exatidão do velho princípio do *Manifesto Comunista*: os trabalhadores não têm pátria. Desde o momento em que, na democracia, é a verdade da maioria que domina, não se deve encarar o Estado como um organismo de dominação de classe, nem tampouco recusar aliança com a burguesia progressista, social-reformista, contra os reacionários.

E' inegável que estas objeções dos revisionistas se resumem num sistema de idéias judiciosamente preparado, ou seja, de concepções ma-

nifestadas, desde há muito tempo, pelos burgueses liberais. Os liberais acham que o parlamentarismo burguês já aboliu as classes e as divisões entre as mesmas, pois que todos os cidadãos, sem distinção, gozam do direito de voto, e do direito de participação nas questões do Estado. Toda a história da Europa, na segunda metade do século XIX, bem como a história da revolução russa, no começo deste século, mostram, com a maior clareza, o absurdo de tais concepções. Com a liberdade do capitalismo "democrático", as distinções econômicas, longe de se atenuarem, se intensificam e se agravam. O parlamentarismo não afasta, mas, pelo contrário, mostra, à luz do dia, a essência das Repúblicas burguesas democráticas, que são organismos de opressão de classe. Contribuindo para esclarecer e para organizar as massas populares, imensamente mais numerosas que os grupos que, outrora, participavam ativamente da vida política, o parlamentarismo não prepara, desse modo, a supressão das crises e das revoluções políticas, mas, ao contrário, concorre para a maior agravção das guerras civis, no curso das revoluções. Os acontecimentos em Paris, na primavera de 1871, e os da Rússia, no inverno de 1905, evidenciaram que é inevitável uma tal agravção. A burguesia francesa, para evitar o movimento operário, não hesitou, um instante sequer, em aliar-se ao inimigo nacional comum, senhor de um exercito estrangeiro, que acabava de arruinar a sua própria pátria. Quem não compreende o inevitável *processo dialético interior* do parlamentarismo e do democratismo burguês, que leva a uma solução cada vez mais aguda do conflito, por uma violência sem limites, não saberá jamais fazer, no terreno do parlamentarismo, em torno dos nossos princípios, uma propaganda e uma agitação suficientemente firmes, capazes de preparar efetivamente as massas para a participação vitoriosa nesses "conflitos". A experiência das alianças, dos acordos, dos blocos com o liberalismo social-reformista do Ocidente, com o reformismo liberal (os kadetes, por exemplo) na revolução russa, mostrou, de um modo convincente, que tais acordos resultam somente no entorpecimento da consciência das massas e que, longe de acentuar o caráter verdadeiro de sua luta, só o atenuam, associando os elementos em luta com os aliados menos aptos para o combate, os mais dispostos à defecção e à traição. O millerandismo francês — a experiência mais importante em matéria de aplicação da tática revisionista, em grande escala, em âmbito verdadeiramente nacional — permitiu que se apreciasse praticamente o revisionismo de um modo tal que fará o proletariado do mundo inteiro recordar-se para sempre...

A atitude do revisionismo com relação ao objetivo final do movimento socialista foi um complemento natural de suas tendências políticas e econômicas. Slogan preferido de Bernstein: "*O objetivo final não é nada, o movimento é tudo*", traduz a natureza do revisionismo melhor que as mais longas e variadas dissertações. Definir a sua atitude em cada situação, adaptar-se aos acontecimentos do dia, às mudanças das condições políticas, esquecer os interesses vitais do proletariado e os traços essenciais do regime capitalista, de toda a evolução do capitalismo, sacrificar esses interesses vitais, em nome das vantagens reais ou imaginárias do momento, essa é a política do revisionismo. Da própria essência desta política decorre o fato evidente de que ela pode variar

ao infinito em suas formas e que cada questão um pouco "nova", cada mudança, não observada ou imprevista, dos acontecimentos, engendrará, sempre, inevitavelmente, umas ou outras variedades do revisionismo, pois que se deveria observar, em cada mudança, uma modificação, em grau infinitesimal e, em curto prazo, da linha essencial ao desenvolvimento.

O revisionismo tornou-se inevitável pelas raízes sociais que existem na sociedade moderna. É um fenómeno internacional. Para qualquer socialista pouco prevenido e consciente, não poderia haver a menor dúvida que a atitude dos jaurésistas (hoje bussistas, especialmente na França; da Federação social-democrata e do Partido operário independente na Inglaterra; de Brouckère e de Vandervelde na Bélgica; dos integralistas e dos reformistas na Itália, e, finalmente, as dos bolcheviques e dos mencheviques, na Rússia, são, no fundo, a mesma contradição, apesar da diversidade imensa das condições nacionais e das fases históricas por que está passando cada um daqueles países. A "diferenciação" no seio do socialismo internacional contemporâneo, já agora, se realiza, seguindo a *mesma linha* nos diversos países do mundo, demonstrando com isso um grande passo à frente, em comparação com o que se passava há trinta ou quarenta anos atrás, quando, nos diversos países, se defrontavam tendências dissemelhantes, dentro de um único socialismo internacional. O "revisionismo de esquerda", que aparece hoje nos países latinos, como um "sindicalismo revolucionário", adapta-se também ao marxismo, "corrigindo-o"; Labriola, na Itália; Lagardelle, na França, apelam a todo o momento para Marx bem compreendido, contra Marx mal interpretado.

Não nos demoraremos aqui na análise do conteúdo ideológico deste revisionismo, que está longe ainda de tomar um desenvolvimento igual ao do revisionismo oportunista, pois ainda não se internacionalizou e, praticamente, ainda não enfrentou nenhum choque de importância com o Partido socialista de qualquer país. Vamo-nos limitar ao "revisionismo de direita", do qual demos atrás a imagem.

Em que consiste a inevitabilidade do revisionismo na sociedade capitalista? Por que é ele mais profundo que as distinções das particularidades nacionais e dos graus do desenvolvimento capitalista? É claro que isso se dá porque, em cada país capitalista, ao lado do proletariado, se encontram sempre grandes camadas da pequena burguesia e dos pequenos patrões. O capitalismo nasce, como sempre nasceu, da pequena produção. Ele forja necessariamente toda uma sucessão de novas "camadas médias" (apêndices às fabricas, trabalho a domicilio, pequenas oficinas esparramadas por toda a parte, devido às necessidades da grande industria, como, por exemplo, a produção de bicicletas e de automóveis, etc.). Estes novos pequenos produtores são também, necessariamente, absorvidos nas fileiras do proletariado. É, pois, perfeitamente natural, que as concepções da pequena burguesia penetrem, hoje e sempre, nos círculos dos grandes partidos operários; deve ser e sempre será assim até a ocasião dos próprios movimentos da revolução proletária. Seria um grande erro acreditar-se que, para se poder realizar uma tal revolução, fosse preciso uma proletarização "integral" da maioria da população. O

que sentimos hoje, o mais das vezes, somente no terreno das idéias (discussões com respeito às emendas teóricas feitas ao marxismo), o que, no momento presente, não se manifesta na prática, a não ser em certas questões particulares do movimento operário — como sejam, as divergências táticas com os revisionistas e as cisões que se produzem neste terreno — tudo isso a classe operária sofrerá em proporções infinitamente mais vastas, quando a revolução proletária tiver abandonado todas as questões de dissidência, concentrado todas as divergências sobre pontos de valor imediato, na determinação da atitude das massas, forçando-nos, no fogo da luta, a distinguir entre os amigos e os inimigos, a rejeitar os maus aliados para poder alvejar, de um modo decisivo, o inimigo.

A luta ideológica do marxismo revolucionário contra o revisionismo, nos fins do século XIX, é apenas o prelúdio dos grandes combates revolucionários do proletariado em marcha para a vitória definitiva de sua causa, apesar das hesitações e das fraquezas dos elementos pequeno-burgueses". Escrito em 1908 (abril). (Do livro *Marx, Engels e Marxismo*).

(1) Alusão à passagem do prefácio da 2.^a edição de *O Capital*, no qual Marx diz que os professores burgueses tratavam Hegel como um "cão nojento". Ver *O Capital*, tomo I, pag. XCV.

(2) Ver os *Essais de Philosophie Marxiste*, de Bogdanov, Bazarov, etc. Não há lugar aqui para analisar esta obra. Limite-me, pois, momentaneamente, a declarar que, num futuro próximo, provarei, numa série de artigos, ou numa brochura, que *tudo* o que se diz aqui a propósito dos revisionistas néo-kantianos se dirige, de fato, a estes "novos", néo-humianos e néo-berkeleyanos. (Nota de Lênin). Ver V. I. Lênin, *Œuvres Complètes*, tomo XIII, Ed. Sociales Internationales, Paris, 1928.

● ●

A CIENCIA — "Marx, o pensador genial, que, segundo a expressão de Henri Barbusse, "possuía uma estatura de gigante como que para dissipar as nuvens do céu do pensamento", consagrava todas as suas forças a um trabalho incansável. Suas exigências para consigo mesmo e para com todos os que aspiravam conquistar os cimos do saber humano, expressou-as ele através das seguintes e formosas palavras:

Na ciência, não existem caminhos fáceis e só pode triunfar e conquistar seus cimos luminosos aquele que não se afasta nem se cansa de subir por suas sendas pedregosas.

Não temer o trabalho, por maiores que sejam as energias que exija e por mais duro que seja no momento, aprender a vencer todos os obstáculos do caminho: eis aí uma das lições mais importantes que devemos extrair do estudo dos métodos de trabalho dos clássicos do marxismo-leninismo." (Glasser — *Como estudavam Marx e Engels*.)

O Socialismo e a Paz

H. Roy Howard, presidente dos Scripps-Howard Newspapers, trustee de diários e periódicos dos Estados Unidos, em visita à URSS, foi recebido por Stálin no dia 1.º de março de 1936. A conversação entre os dois esteve ligada às principais questões da atualidade: perigo de guerra, relações entre a URSS e os Estados Unidos, interpretação do acordo entre os dois países, liberdade individual na URSS e a nova Constituição Soviética.

Os esclarecimentos fornecidos por Stalin sobre todas essas questões permitem compreender melhor certos aspectos da política soviética e provam o vivo desejo por parte dos Soviets de contribuir, por todos os meios, para a paz do mundo.

M. Howard — Quais serão, a vosso ver, as consequências dos recentes acontecimentos no Japão sobre a situação no Extremo Oriente?

Stalin — No momento, é difícil dizer qualquer coisa. Os documentos são pouco numerosos. O quadro não está ainda suficientemente claro.

M. Howard — Qual seria a atitude da União Soviética no caso em que o Japão se decidisse a atacar a República popular da Mongólia?

Stalin — Dado o caso de que o Japão se decidisse a atacar a República popular da Mongólia e atentasse contra a sua independência, caber-nos-ia prestar apoio à República popular da Mongólia. V. Stomoniakov, adjunto de Litvinov, fez recentemente uma declaração a esse respeito junto ao embaixador do Japão em Moscou, recordando-lhe as relações amigáveis que a URSS mantém com a República popular da Mongólia desde 1921. Ajudaremos a essa República, como já o fizemos em 1921.

M. Howard — Por conseguinte, qualquer tentativa feita pelo Japão no sentido de se apoderar do Ulan-Bator provocaria uma ação positiva por parte da URSS?

Stalin — Sim, provocaria.

M. Howard — Os japoneses têm desenvolvido, atualmente, na região fronteira da República popular da Mongólia uma atividade que possa ser considerada pela URSS como agressiva?

Stalin — Parece que os japoneses continuam a concentrar tropas na fronteira da República popular da Mongólia, mas, até este momento, creio que não foram feitas novas tentativas no sentido de provocar incidentes de fronteira.

M. Howard — A União Soviética considera que a Alemanha e a Polónia tenham intenções agressivas a seu respeito e se preparam para uma colaboração militar que permitiria realizar essas intenções. Ora, a Polónia declara que se recusa a deixar que tropas estrangeiras, sejam

quais forem, se sirvam de seu território como base para operações contra um terceiro Estado. Como se encara na URSS uma agressão por parte da Alemanha? A partir de que posições e em que direção as tropas alemãs poderão atacar?

Stalin — A história ensina-nos que, quando um Estado deseja fazer a guerra a um outro, que não lhe seja limitrofe, procura atravessar os territórios através dos quais se possa aproximar das fronteiras do Estado que se propõe atacar. Comumente, um Estado agressor encontra essas fronteiras. Encontra-se pela força, como se verificou em 1914, quando a Alemanha invadiu a Bélgica para atacar a França, ou, então, ela estabelece uma fronteira "a crédito" como fez a Alemanha em relação à Letónia, em 1918, por exemplo, quando tentou, atravessando esse país, abrir uma passagem na direção de Leningrado. Conheço quais são, precisamente, as fronteiras que a Alemanha poderia aproveitar para seu objetivo, mas penso que pode haver Estados dispostos a lhe fornecer voluntariamente essa fronteira a crédito.

M. Howard — No mundo inteiro, fala-se de guerra. Se ela é na verdade inevitável, quando pensais, senhor Stálin, que ela possa irromper?

Stalin — E' impossível predizê-lo. A guerra pode irromper inopinadamente. Hoje em dia, as guerras não são mais declaradas: elas comecem muito simplesmente. Mas, por outro lado, acho que as posições dos amigos da paz estão se reforçando. Os amigos da paz podem trabalhar abertamente; eles se apoiam sobre a força da opinião política, tendo à sua disposição instrumentos eficazes, tais como, por exemplo, a Liga das Nações. Essa é a vantagem dos amigos da paz. Sua força provém do fato de que sua atividade contra a guerra se apoia sobre a vontade das grandes massas populares. No mundo inteiro, não há um só povo que deseje a guerra. Quanto aos inimigos da paz, são eles obrigados a trabalhar clandestinamente. Essa é a desvantagem dos inimigos da paz. Mas não se pode excluir a hipótese, precisamente por essa razão, de que eles possam decidir-se por uma aventura guerreira, praticando um ato de desespero. Um dos mais recentes sucessos da causa dos amigos da paz foi a ratificação do Pacto Franco-Soviético de Assistência Mutua, pela Câmara dos Deputados da França. Esse pacto constitui um certo obstáculo aos inimigos da paz.

M. Howard — Se a guerra irromper, em que parte do mundo se poderá isso verificar em primeiro lugar? Onde as nuvens ameaçadoras estão mais condensadas: no Oriente ou no Ocidente?

Stalin — A meu ver, existem dois focos de perigo de guerra. O primeiro encontra-se no Extremo Oriente, na zona do Japão. Isso, tendo-se em vista as reiteradas declarações dos militares japoneses nas quais se encontram ameaças dirigidas a outros Estados. O segundo foco encontra-se na Alemanha. E' difícil dizer qual desses dois focos é o mais ameaçador, mas ambos existem e estão agindo. Em comparação com esses dois focos de perigo de guerra, a luta italo-etíópica representa apenas um episódio. Até este momento, o foco do Extremo Oriente é o

que está demonstrando maior atividade. E' possível, entretanto, que o centro desse perigo se transporte para a Europa. Há claras indicações dessa possibilidade, pelo menos na recente entrevista concedida por Hitler a um jornal francês. Nessa entrevista, Hitler faz grandes esforços para pronunciar palavras pacíficas. Mas esse "pacifismo" está tão saturado de ameaças em relação à França e à União Soviética que dele não resta quase nada. Como vêdes, mesmo quando Hitler resolve falar de paz, não pode dispensar as ameaças. Isso é um sintoma.

M. Howard — Em que pensais que consiste a causa principal do atual perigo de guerra?

Stalin — No capitalismo.

M. Howard — Em que manifestações do capitalismo, especialmente?

Stalin — Em suas manifestações imperialistas e agressivas. Deveis lembrar-vos de como irrompeu a Primeira Guerra Mundial. Foi a consequência do desejo de se fazer uma nova repartição do mundo. Hoje, é o mesmo o fundamento da questão. Existem Estados capitalistas que se consideram lesados na última distribuição das esferas de influência, dos territórios, das fontes de matérias primas, dos mercados, etc., e que desejam redistribuí-los em seu proveito. O capitalismo, em sua fase imperialista, é um sistema que considera a guerra como um método legítimo para resolver os antagonismos internacionais, método esse legítimo, não de direito, pelo menos de fato.

M. Howard — Não achais que, nos países capitalistas, possa existir igualmente a apreensão de que a União Soviética se decida a impor pela força suas teorias a outros povos?

Stalin — As apreensões dessa natureza são absolutamente destituídas de fundamento. Se acreditais que os homens da União Soviética pretendam e, além do mais, pela força, mudar o regime dos Estados que a circundam, enganai-vos redondamente. Os cidadãos soviéticos desejam, naturalmente, que os regimes dos Estados circunjacentes se transformem, mas esse é um negócio que diz respeito aos Estados em questão. Não consigo compreender qual o perigo que os Estados circunjacentes podem ver nas idéias da União Soviética, uma vez que esses Estados se encontram seguros de si mesmos.

M. Howard — Essa declaração de vossa parte significa por acaso que a União Soviética, até certo ponto, abandonou seus planos e suas intenções de levar a cabo a revolução mundial?

Stalin — Nunca fizemos semelhantes planos nem alimentamos semelhantes intenções.

H. Howard — Parece-me, senhor Stalin, que, durante longo tempo, uma outra impressão predominou no mundo inteiro.

Stalin — Isso foi o resultado de um mal-entendido.

M. Howard — De um mal-entendido trágico?

Stalin — Não; comico. Ou, se quiserdes, tragi-comico. Atentai bem: nós, os marxistas, acreditávamos que a revolução se verificaria igualmente nos demais países. Mas a verdade é que ela só se poderá verificar no momento em que os revolucionários desses países estabelecerem que isso é possível ou necessário. Exportar a revolução constitui um absur-

do. Cada país, desde que o queira, fará por si mesmo a sua revolução. E, desde que não o queira, a revolução não terá lugar. Tomemos, por exemplo, o nosso país. Quis ele fazer uma revolução e fê-la. Hoje, estamos edificando a nova sociedade sem classes. Mas afirmar que nós pretendíamos fazer a revolução noutros países, interferindo em sua própria existência, isso corresponde a dizer-se o que não é verdade, o que jamais preconizamos.

M. Howard — Por ocasião do estabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e os Estados Unidos, o Presidente Roosevelt e o sr. Litvinov trocaram notas idênticas quanto à questão da propaganda. No item 4 da carta de Litvinov ao Presidente Roosevelt, ficou estabelecido que o Governo Soviético "se empenharia no sentido de não admitir a formação ou a permanência, em seu território, de organizações ou grupos, fossem quais fossem, e de tomar, dentro de seu território, medidas preventivas contra a atividade de organizações, grupos, representantes ou funcionários de qualquer organização ou grupo, cujo objetivo consistisse, em relação aos Estados Unidos ou seus territórios e possessões, em derrubar ou preparar a derrubada ou a mudança pela violência do regime político e social estabelecido". Tomo a liberdade de vos pedir, sr. Stalin, para me explicar por que razão o sr. Litvinov assinou essa carta, uma vez que a execução das obrigações formuladas nesse item é incompatível com os desejos da União Soviética ou está fora de sua alçada?

Stalin — A execução das obrigações contidas no item que acabais de citar está dentro de nossa alçada: temos executado essas obrigações e continuaremos a executá-las. Nos termos de nossa Constituição, os emigrados políticos têm o direito de residir em nosso território. Concedemos o direito de asilo, da mesma forma que os Estados Unidos concedem o direito de asilo aos emigrados políticos de outros países. Torna-se perfeitamente claro que, quando Litvinov assinou essa carta, se apoiava na presunção de que as obrigações nela contidas teriam um caráter de reciprocidade. Sabeis, por acaso, sr. Howard, que, contrariando o acordo Roosevelt-Litvinov, residem no território dos Estados Unidos emigrados russos da guarda branca que fazem propaganda contra os Soviets e a favor do capitalismo, que se beneficiam de auxílios materiais da parte de cidadãos americanos e que, por vezes, representam grupos terroristas? E' perfeitamente provável que esses emigrados gozem do direito de asilo, que existe igualmente nos Estados Unidos. Quanto a nós, não tolerariamos jamais a permanência de um só terrorista em nosso território, fosse qual fosse a pessoa contra a qual perpetrasse seus atos criminosos. Parece-me que nos Estados Unidos o direito de asilo é interpretado de maneira mais ampla do que no nosso. Mas, afinal, não quero dizer que nos melindramos por isso. Objetar-me-eis, talvez, que manifestamos simpatias pelos emigrados políticos que se asilam em nosso país. Mas não há também cidadãos americanos que simpatizam com os emigrados da guarda branca que fazem propaganda a favor do capitalismo e contra os Soviets? Afinal, de que se trata? Trata-se de não ajudar essas pessoas, de não financiar a sua atividade. Trata-se de evitar que os funcionários dos dois países não se imiscuem na vida in-

terna um do outro. Nossos funcionarios observam lealmente essa obrigação. Se algum dentre eles se tornou culpado de alguma falta, esperamos que no-la comuniquem. Se fossemos mais longe e exigissemos a expulsão dos Estados Unidos de todos os guardas brancos emigrados, isso seria atentar contra o direito de asilo defendido tanto pelos Estados Unidos como pela URSS. E' preciso, a esse respeito, ficarmos num justo meio termo quanto às reivindicações e contra-reivindicações. Litvinov assinou a carta em questão, não a titulo pessoal, mas como representante de um Estado, da mesma forma que o Presidente Roosevelt. Esse acordo foi estabelecido entre dois Estados. Assinando esse acordo, Litvinov e o Presidente Roosevelt, representando dois Estados, tinham em vista a atividade dos agentes desses mesmos Estados, os quais não devem imiscuir-se nem se imiscuirão nos negocios internos da outra parte. O direito de asilo, proclamado pelos dois países, não poderia ser ferido nesse acordo. E' segundo essa concepção que deve ser interpretado o acordo Roosevelt-Litvinov: como um acordo entre os representantes de dois Estados.

M. Howard — Mas não é verdade que os delegados americanos Browder e Darsy, no VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou no ano passado, fizeram uso da palavra para exortar à derrubada pela violencia do governo americano?

Stalin — Confesso que não me lembro dos discursos dos camaradas Browder e Darsy, não me recordo mesmo do assunto sobre que falaram. E' possível que tenham dito qualquer coisa dessa especie. Mas o fato é que não foram cidadãos soviéticos os que fundaram o Partido Comunista Americano. Este foi criado por cidadãos americanos. Existe legalmente nos Estados Unidos, apresenta seus candidatos às eleições, inclusive para as presidenciais. Se os camaradas Browder e Darsy pronunciaram agora um discurso em Moscou, nos Estados Unidos devem ter tido oportunidade de pronunciar centenas deles e, seguramente, muito mais veementes. Os comunistas americanos têm o direito de defender livremente suas idéias. Seria inteiramente injusto considerar o Governo Sovietico como o responsavel pelas atividades dos comunistas americanos.

M. Howard — Sim; mas, neste caso, trata-se da atividade de comunistas americanos, verificada em territorio soviético, com manifesta violação do item 4 do acordo Roosevelt-Litvinov.

Stalin — Que representa, em si, a atividade de um Partido Comunista; de que maneira pode ela manifestar-se? Essa atividade consiste ordinariamente em organizar as massas operarias, em organizar comícios, manifestações, greves, etc. Fica perfeitamente claro que os comunistas não podem levar a cabo tudo isso, em territorio soviético. Na URSS não existem operarios americanos.

M. Howard — Posso considerar vossa declaração como uma indicação de que se pode estabelecer uma interpretação das obrigações mutuas, graças à qual as boas relações entre nossos países seriam salvaguardadas e continuadas?

Stalin — Sim; sem duvida alguma.

M. Howard — Reconheceis que a sociedade comunista não foi ainda edificada na URSS. Aqui foi estabelecido um socialismo de Estado. O fascismo, na Italia, e o nacional-socialismo, na Alemanha, afirmam que resultados analogos foram por eles obtidos. O traço comum a todos os Estados que acabo de mencionar não consiste na violação da liberdade individual e noutras restrições, no interesse do Estado?

Stalin — A expressão "socialismo de Estado" não é correta. Muitas pessoas compreendem, por esse tempo, uma ordem social em que certa parte das riquezas, por vezes muito importante, é transferida para as mãos do Estado ou fica sob seu controle, enquanto que, na maioria dos casos, o direito de propriedade sobre as usinas, as fabricas, a terra, permanece em mãos dos particulares. E' assim que numerosas pessoas compreendem as palavras "socialismo de Estado".

Em certos casos, procura-se dissimular sob esse termo um regime em que o Estado capitalista, tendo em vista preparar a guerra ou enfrentá-la, se encarrega de assegurar o funcionamento de certo numero de empresas particulares. A sociedade que estamos edificando não pode, em nenhum sentido, ser denominada de "socialismo de Estado". Nossa sociedade soviética é, de fato, socialista porque a propriedade privada das fabricas, das usinas, da terra, dos bancos, dos transportes, etc., foi abolida e substituída pela propriedade social. A organização social, que criamos, pode ser denominada organização soviética socialista, não ainda definitivamente edificada, mas que, em seus fundamentos, é uma organização socialista da sociedade. A base dessa sociedade é a propriedade social: a propriedade do Estado, isto é, a propriedade de todo o povo, assim como a propriedade koloziana. Nem o fascismo italiano, nem o nacional-"socialismo" alemão tem qualquer coisa de comum com semelhante sociedade. Acima de tudo, porque a propriedade privada das fabricas e das usinas, da terra, dos bancos, dos transportes, etc., neles é mantida intacta, e, por conseguinte, o capitalismo subsiste na Alemanha e na Italia com todo o seu vigor. Noutro ponto tendes razão: não edificamos ainda a sociedade comunista. Edificar uma tal sociedade não é tarefa assim tão facil. A diferença entre a sociedade socialista e a sociedade comunista, vos é de certo conhecida. Na sociedade socialista, existe ainda uma certa desigualdade na posse dos bens materiais. Mas, nessa sociedade, já não existe nem o desemprego, nem a exploração, nem a opressão das nacionalidades. Numa sociedade socialista, cada um deve trabalhar, muito embora, por seu trabalho, não receba ainda segundo as suas necessidades, mas segundo a quantidade e a qualidade do trabalho que forneceu. Eis porque os salarios existem ainda e, além disso, salarios desiguais, diferenciados. Somente quando chegarmos a criar uma sociedade em que os homens receberão a remuneração de seu trabalho, não de acordo com a quantidade e qualidade do mesmo, mas de acordo com suas necessidades, só então se poderá dizer que edificamos uma sociedade comunista. Dizeis que, para edificarmos nossa sociedade socialista, sacrificamos a liberdade individual e sofremos privações. Nessa vossa afirmação vejo que predomina a idéia de que a sociedade socialista nega a liberdade individual. Isso não é exato. E' certo que, para

construir qualquer coisa de novo, precisamos fazer economias, armazenar recursos, restringir por algum tempo nossas necessidades, pedir emprestado a outros. Quando desejamos construir uma casa nova, precisamos juntar dinheiro e limitar temporariamente nossas necessidades. Doutra forma não chegaríamos a construir a nova casa. Esse fato é tanto mais justo quando se trata de construir uma nova sociedade humana. Foi necessário reduzir, durante algum tempo, algumas necessidades, acumular os meios indispensáveis, mobilizar nossas forças. Foi precisamente dessa maneira que procedemos e foi assim que edificamos a sociedade socialista. Mas a verdade é que edificamos essa sociedade não para estrangular a liberdade individual, mas para que o indivíduo humano nela se sinta verdadeiramente livre. Edificamo-la em nome da verdadeira liberdade individual, da liberdade sem grilhões. A mim me é difícil compreender qual possa ser a "liberdade individual" de um sem-trabalho que passa fome e não sabe onde possa empregar sua capacidade de trabalho. A verdadeira liberdade só existe onde foi eliminada a exploração, onde não existe nenhuma opressão do homem pelo homem, onde não há desemprego, nem miséria, onde o homem não tenha receio de amanhã vir a ficar sem trabalho, sem teto, sem pão. Somente numa tal sociedade é possível existir a verdadeira liberdade, não a liberdade que existe no papel, mas a liberdade individual, bem como qualquer outra.

M. Howard — Acreditais que seja possível o desenvolvimento paralelo da democracia americana e do sistema soviético?

Stalin — A democracia americana e o sistema soviético podem coexistir e evoluir em paz. Mas um não se pode transformar noutro. O sistema soviético não se transformará em democracia americana, nem vice-versa. Poderemos coexistir em paz, se não procurarmos fazer chicanas mutuas, em torno de coisas sem importância.

M. Howard — Uma nova Constituição, estabelecendo um novo sistema eleitoral está em vias de elaboração na URSS. Em que medida, esse novo sistema poderia modificar a situação na URSS, considerando-se que, como até aqui, um só partido se apresentará às eleições?

Stalin — Nossa nova Constituição será aprovada, provavelmente, até o fim deste ano. A Comissão encarregada da elaboração da mesma está prosseguindo o seu trabalho e deverá terminá-lo dentro em pouco. Conforme já foi por nós anunciado, o sufrágio, segundo a nova Constituição, será universal, igual, direto e secreto. A idéia de que um só partido concorrerá a essas eleições parece perturbar-vos. Não vêdes como se possa desenvolver uma luta eleitoral nessas condições. Evidentemente, as listas eleitorais serão confeccionadas não somente pelo Partido Comunista, mas por todas as organizações sociais de elementos sem partido. Ora, existem entre nós centenas de organizações dessa natureza. Entre nós, não temos partidos que se oponham uns aos outros, da mesma forma que não temos classes que se oponham umas às outras: a dos capitalistas e a dos operários explorados pelos capitalistas. Nossa sociedade é constituída unicamente de trabalhadores livres, das cidades e dos campos: operários, camponeses e intelectuais. Cada uma dessas camadas de nossa população pode ter interesses peculiares e dar-lhes expressão

através dos órgãos das numerosas organizações sociais existentes. Mas, uma vez que as classes já não existem, uma vez que desapareceram os limites entre as mesmas, uma vez que apenas subsiste uma certa diferença, não essencial, entre as diferentes camadas da sociedade socialista, não existe mais clima dentro do qual se possam desenvolver varios partidos lutando entre si. Onde não existem varias classes, não pode haver varios partidos: só há um partido, que é o da unica classe existente. Sob o regime do nacional-"socialismo" não existe igualmente senão um só partido. Mas esse sistema fascista, com um só partido, nada produzirá. O que nos importa é que, na Alemanha, o capitalismo subsiste, as classes subsistem. E, dessa forma, a luta de classes se manifestará, apesar de tudo quanto se faça, entre outras maneiras através da luta dos partidos representando as classes em oposição, como se manifestou, por exemplo, na Espanha. Na Italia, igualmente, existe um só partido, o partido fascista, mas, pelas mesmas razões, esse regime nada produzirá. Por que nosso sufrágio será universal? Porque os cidadãos soviéticos, com exceção dos que estão privados dos direitos eleitorais por sentenças judiciárias, terão o direito de eleger e serem eleitos. Por que nosso sufrágio será igual? Porque, nem as diferenças sob o ponto de vista da posse de bens materiais (as quais continuam a existir ainda em parte), nem o fato de pertencer a esta ou aquela raça ou nacionalidade, darão qualquer privilegio ou acarretarão qualquer prejuizo. As mulheres gozarão do mesmo direito eleitoral, ativo e passivo, em igualdade com os homens. Nosso sufrágio será verdadeiramente igual. Por que será ele secreto? Porque desejamos dar aos cidadãos soviéticos a inteira liberdade de votarem a favor de quem desejarem eleger, daqueles a quem vão confiar a defesa de seus interesses. Por que será ele direto? Porque o sufrágio direto, no local, para todas as instituições representativas, inclusive os organismos supremos do Estado, garantirá melhor os interesses dos trabalhadores de nosso imenso país. Parece-vos que não haverá luta eleitoral. Ora, essa luta se verificará e estou mesmo prevendo uma luta muito animada. Existem entre nós muitos estabelecimentos que trabalham mal. Acontece que tal ou qual organismo de poder local não sabe satisfazer esta ou aquela das multiplas e sempre crescentes necessidades dos trabalhadores das cidades e dos campos. Construíste ou não uma boa escola? Melhoraste as condições de moradia? Não és um burocrata? Ajudaste a tornar nosso trabalho mais produtivo, nossa vida mais confortavel? Tais serão as perguntas que os milhões de eleitores dirigirão aos candidatos, afastando os incapazes, riscando-os de suas listas, escolhendo os melhores e apresentando a sua candidatura. Sim; a luta eleitoral será animada: ela será travada em torno de quantidade de questões da maior importancia, sobretudo em torno de questões praticas, colocadas pelo povo em primeiro lugar. Nosso novo sistema eleitoral será um estimulante para nossas instituições e nossas organizações, obrigando-as a melhorar seu trabalho. O sufrágio universal, igual, direto e secreto, na URSS, será uma chave nas mãos de nossa população contra os organismos do poder que não trabalham convenientemente. Nossa nova Constituição será, a meu ver, a mais democratica de todas as que existem no mundo.

Que Dizem Nossos Parlamentares

Na sessão realizada pela Assembléa Constituinte, em 4 de abril p.p., o Sr. Paulo Nogueira Filho, burguês e católico, pronunciou um discurso dos mais importantes dos que têm sido pronunciados nessa Assembléa, do qual destacamos os trechos abaixo transcritos.

Os textos entre-parentesis e grifados, encaixados nos trechos do discurso, são de nossa responsabilidade. Visam esclarecer nossos leitores.

Ao referir-se à ordem de normas asseguradoras de um regime democrático em que haja liberdade, diz o Sr. Paulo Nogueira Filho:

“Os problemas surgem na hipótese da participação por via representativa. Esta é fatal no seio das sociedades complexas e numerosas. Não há como evitá-las nossas coletividades, pelo menos no estado atual dos grandes aglomeramentos humanos.

Nelas não é concebível que todos os indivíduos possam exercer diretamente e em conjunto as suas funções sociais, em particular a um tempo de todos os poderes que ordenam as suas múltiplas atividades.

Daí a imprescindível outorga dos mandatos.

Mas, por outro lado, através desse conjunto pode facilmente atrofiar-se a vontade social dos homens.

Só o seu exercício a aviva. E o interesse geral num regime de liberdade está em que a vontade dos homens seja sempre atuante. Donde a transitoriedade dos mandatos. No ato de conferi-los ou renová-los o indivíduo terá de cogitar das tarefas ordenadoras (*tarefas programáticas, de direção de governo*. N.R.), exercendo plenamente a sua vontade social. Será levado logicamente a tomar conta do que se fez em seu nome e de exprimir ao mandatário os seus pontos de vista atinentes à normalização das suas atividades.

Quanto à revogabilidade do mandato, é uma válvula de segurança imprescindível ao funcionamento do Regime (*a revogabilidade do mandato só existe na democracia proletária, soviética, que é a democracia mais perfeita da atualidade*. N.R.). Os organismos ordenadores constituídos no todo ou em parte por mandatários tendem a forjar uma vontade própria, que acaba por impor-se como opressiva à massa dos mandantes (*isto ocorre nas democracias burguesas, porque os mandatários são burgueses e defendendo os interesses da burguesia, que se opõem aos dos trabalhadores, defendem os seus próprios interesses*. N.R.).

Não há como evitar esse perigo mortal para a Liberdade senão permitindo a cassação dos mandatos daqueles que, distanciando-se do pensamento dos que representam, elaboram uma vontade social que já não seja a destes (*nas democracias burguesas mais adiantadas como a inglesa e norte-americana não existe a cassação do mandato, donde o perigo*

ser permanente. Nas democracias atrasadas ou incipientes, como a nossa, não há o perigo porque ele já se transformou em realidade permanente, daí a série consecutiva de revoluções. N.R.).

Basta que se faculte a referida cassação para que de um lado os mandatários se ponham em contacto mais direto com seus mandantes e de outro, para que estes se vejam solicitados a exercer mais frequentemente as suas funções sociais.

Bem sei quanto se tem discutido essa questão embora por motivos diversos daqueles que ora consideramos. Penso, contudo, que no momento a exposição feita basta para a compreensão do meu pensamento.

A terceira das bases em que fundo a definição do Regime de Liberdade é a que ensancha a diferenciação entre ele e o que constitui a sua antítese: o de Opressão. Refere-se à igualdade e solidariedade que deve imperar entre os componentes dos poderes ordenadores (*dos poderes legislativo e executivo*. N.R.).

De fato, para que, uma vez composta a sociedade, nela a vontade coletiva se elabore com a efetiva cooperação de todos, para que cada um possa ter a personalidade dos demais em idêntico valor de sua própria, nenhuma distinção pode ser determinada entre os seus membros assente em critérios de quaisquer ordens (*formalmente assim acontece, mas, na realidade, não*. N.R.).

A existência entre eles de uma hierarquia seria o reconhecimento da preponderância de uns sobre os outros, precisamente o que caracteriza a oposição social (*é o que acontece entre nós; pois a maioria representa os interesses burgueses e os comunistas, minoria, os dos trabalhadores, donde jamais poderão fazer vencer qualquer ponto de vista, mas apenas desmascaram os seus opositores*. N.R.).

O essencial é que sem a absoluta igualdade na participação dos indivíduos nos poderes ordenadores e sem uma perfeita reciprocidade na consideração em que uns tenham os outros, não existirão as bases em que deve assentar-se a cooperação.

Já diferente é o caso da desigualdade funcional que se revela em todo trato social. Na realidade ela sempre existe, desde que a capacidade de expressão de cada homem é inconfundível e intransmissível. Sendo assim, para que nenhum critério de superioridade se afirme, as relações entre os membros da sociedade terão de ser efetivadas sob a égide do princípio da solidariedade devida uns aos outros se cada um e todos pretendem assegurar a sua expansão na liberdade.

Nessa solidariedade cada qual suprirá a carência funcional dos demais, pondo a sua capacidade de ação ao serviço da comunidade sem com isso pretender qualquer supremacia (*a isto se propõe o comunismo e somente ele pode realizar: “a cada um de acordo com as suas necessidades; de cada um segundo a sua capacidade*. N.R.).

E' certo que são regras essas que não se impõem aos homens coercitivamente. Estará no Regime, porém, ordenar o funcionamento dos poderes sociais de forma tal que vigorem naturalmente na interdependência social.”

* * *

Mais adiante, o Sr. Paulo Nogueira Filho, depois de diferenciar "opressão" de "liberdade", afirma:

"Na essência, o problema ainda aqui será o da organização do poder ordenador social. Se este é estruturado de forma a que nele se integrem todos os indivíduos cujas atividades ordene, a presunção é a de que todos procurem encontrar os meios que permitam a maior expansão conforme a iniciativa individual de cada um, sem prejuízo da existência coletiva (*isto só acontece no URSS, que é uma sociedade sem classes*. N.R.).

Ao contrário, se o poder é organizado de forma que somente uns membros da coletividade dêem participem (*entre nós, os analfabetos e soldados nem ao menos se fazem representar, por não terem direito de voto, e as massas proletárias são presentes apenas por uns poucos comunistas*. N.R.), esses elementos serão levados fatalmente a oferecer maiores possibilidades de expansão a si mesmos e aos que os sustentem nessa posição privilegiada (*é o que acontece entre nós, daí o governo só atender aos interesses da burguesia, enquanto apenas larga propaganda faz das suas promessas aos trabalhadores*. N.R.). As maiores possibilidades dadas assim a uns serão a consequência de restrições impostas a outros, quase sempre em maior número estes, em menor aqueles (*razão porque os trabalhadores estão morrendo de fome e tuberculose, como demonstram as estatísticas da saúde pública, enquanto os magnatas da indústria e comércio mais enriquecem*. N.R.).

Há um lastro imenso de obras, diz, prosseguindo, o orador, incorporado pelo trabalho das gerações passadas ao que cada um tem hoje diante de si como sendo a própria realidade objetiva.

Tomar para si, da melhor maneira, o que a natureza bruta pode oferecer para a vida é um problema. Tomar para si esses mesmos elementos, já de qualquer forma trabalhados, manipulados pelo esforço alheio, graças ao gênio inventivo de outros, é distinto (*foi o que sempre fizeram os exploradores, como classe dominante*. N.R.).

Esse trabalho, essas criações constituem o acervo de utilidades de que mais e mais pode dispôr o indivíduo em sua expansão: para viver e progredir (*indivíduo, não, classe dominante*. N.R.).

E, na medida em que aumente esse ativo, a ordenação da posse e gozo, vem desencadeando em proporção crescente as pugnas mais intensas. Direta ou indiretamente, as gigantescas lutas sociais a que assistimos têm nelas suas causas determinantes (*no regime capitalista essas "causas" são a contradição fundamental: produção social e apropriação individual*. N.R.).

Pode-se dizer que, tais sejam as formas ordenadoras em vigor, haverá ou não questão social que resolver, esta sendo quase sempre conseqüente de divergências relativas à normalização do acesso aos meios de expansão da Personalidade Humana (*essa possibilidade de plena expansão da personalidade humana só é possível num regime em que não haja a exploração do homem pelo homem*. N.R.).

No regime de opressão que tenho nomeado também de oposição social, os poderes ordenadores (*governo*. N.R.) são formados por grupos que o detêm como consequência principalmente da posse de elementos materiais postos colocados à sua disposição pelo regime social em vigor (*capitalismo*. N.R.). Enquanto isso, os que são ordenados (*explorados, trabalhadores em geral*. N.R.) não têm acesso senão àqueles elementos fundamentais à sua existência e à realização das suas funções imprescindíveis à sociedade.

As possibilidades de expansão tornam-se extraordinariamente desiguais, situação mantida entre outros motivos por afiançar os privilégios ordenadores (*privilégios da classe dominante, a burguesia*. N.R.).

Esse é dos traços característicos de todo regime de opressão (*burguesia oprimido o proletariado*. N.R.). De um lado, restrição ao acesso dos meios necessários à maior expansão da personalidade; de outro, concentração desses meios em mãos dos ordenadores como fator decisivo para obrigar os excluídos do poder normativo (*os explorados, os trabalhadores, que não fazem parte do governo*. N.R.), a agir conforme os ditames que aqueles elaboram (*à custa da propaganda, escola e igreja, ajudados pela "aristocracia proletária", saturam a consciência do proletariado, de forma a que este adote os pontos de vista dos seus exploradores*. N.R.).

Ora, essa desigualdade de estado social não pode estar na vontade comum, sobretudo quando se atenta na origem dos bens materiais ao alcance dos primeiros e vedados aos segundos.

Em qualquer sociedade estruturada segundo as regras pertinentes aos regimes de oposição social, os fatos se repetem. A ordenação permite a todos tão somente o acesso aos meios mínimos necessários à vida e ao exercício das funções sociais. Os demais, os ordenadores distribuem-nos em grande parte entre si mesmos (*a fome e a miséria, para os trabalhadores e as riquezas para os exploradores*. N.R.).

Não o fazem por certo sempre sistemática e exclusivamente, no seu grupo e para o seu grupo. Os critérios distributivos são, não obstante estabelecidos invariavelmente com a exclusão absoluta, de elementos que compõem a coletividade (*não só compõem como são os criadores das riquezas: os trabalhadores*. N.R.). E nessa exclusão reside a fonte maior da opressão.

Ela revela o estado social do oprimido e o leva ou à rebeldia libertadora (*os exploradores qualificam-na de traidora*. N.R.) ou ao conformismo que despersonaliza. Postas frente a frente a vontade dos ordenadores (*burgueses, capitalistas, como classe dominante*. N.R.) de reservarem a maior parte do ativo social para si e a dos ordenados (*trabalhadores explorados não falam em conforto, mas apenas no direito de terem o que comer*. N.R.) trava-se a luta surda ou ostensiva que se defronta em qualquer sociedade onde vigore o regime de oposição social. Nele esse antagonismo é insanável (*e esse antagonismo, como se vê, não é criado pelos comunistas, mas pelo sistema que admite uns poucos explorarem desumanamente a maioria*. N.R.).

Para finalizar, mais alguns trechos da oração do Sr. Paulo Nogueira Filho, burguês, católico, conservador e anti-comunista:

“E quem quer que analise a vida das sociedades nas quais subsistem lado a lado opressores e oprimidos verá que em regra quanto mais prolongada a opressão, mais se concentram e adquirem poder de violência os germes das Rebeldias Libertadoras. Bem entendido, onde existe nos oprimidos a consciência da dignidade humana, onde não impere o conformismo (*colegas do Sr. Nogueira Filho consideram essa consciência de dignidade como traição aos seus interesses de classe exploradora. N.R.*).

O regime de Liberdade conduz naturalmente ao trato social pacífico: o de opressão, ao trato social agressivo.

No regime de Liberdade as revoltas usurpadoras podem surgir quando, formalizada a vontade geral, um indivíduo ou um grupo participante do processo da sua elaboração se decida a desatender aos seus dictames, pretendendo impor aos demais a vontade própria.

Diante desse fato, de observação aliás corrente, ou a sociedade reage e elimina ou segregava tais elementos do seu seio, ou se curva ao seu poder (*os que reagem são porisso classificados como traidores por aqueles justamente que traem os interesses da coletividade. N.R.*). Ou desintegra os rebeldes que aspiram à usurpação, ou é por êtes subjugada. Nessa alternativa o poder moral da solidariedade, nela reinante, decidirá do destino comum.

Com freqüência deparamos coletividades que expelem ou isolam os rebelados usurpadores como autênticos criminosos, enquanto que outras sucumbem, abdicando os poderes ordenadores e passando do estado de liberdade para o de opressão.

Diante de crises dessa ordem, é de evidência que a sociedade pode socorrer-se da força material por defesa legítima sem quebra do regime de liberdade (*essa é a base vencedora em toda a História: o direito dos explorados se rebelarem contra os seus exploradores. N.R.*).

POBRE INTERIOR BRASILEIRO

O deputado Novelli Junior, em 9 de abril, discursou na Assembléia Constituinte sobre o problema de rendas municipais. Destacamos os seguintes trechos:

“Venho de uma das mais velhas regiões de São Paulo. A só enumeração de suas cidades basta para comprová-lo: Itú, Pôrto Feliz, Capivarí, Indaiatuba, Itapetininga e Sorocaba. São marcos centenários na história de São Paulo.

Elas, porém, a exemplo de outras muitas municipalidades — e acredito sejam a grande maioria — não podem permanecer imutáveis, no tempo e no espaço, a ouvir as lóas declamatórias dos homens públicos, principalmente às vésperas das eleições, quando se exgota um rosário de adjetivações e de promessas.

Precisavam viver. Mais que isso: necessitavam do milagre da ressurreição. E clamam, e pedem, e suplicam aos poderes superiores lhes seja

dados um pouco de água potável, mais leitões para os seus doentes, mais escolas para seus filhos, mais estradas para escoamento da população. Numa palavra: o direito de viver.

Falar destes municípios do interior é atingir o próprio Brasil em toda sua essência, nas suas múltiplas facetas; é tratar do Brasil esquecido, sofredor e silencioso, conservador e cristão, ignorado e mal interpretado.

Entretanto, na prática, o que se viu foi para os municípios a liberdade teórica na miséria real, de onde resultou o empobrecimento alarmante de nossas comunas do interior.

Valorizar, pois, os municípios, acudindo aos seus apelos, deve constituir a preocupação primordial dos homens públicos que têm sobre seus ombros a tarefa honrosa de representar o povo na atual Constituinte, para organizar a Nação.

Pode-se mesmo afirmar que a quase totalidade das possibilidades fiscais do interior escoam-se para os cofres do Estado e da Federação, ficando apenas, em regra geral, 8 % para os municípios. Que gênio administrativo poderá fazer algo com esses exíguos 8 %? Da minha velha região de São Paulo desejo citar, entre outros, um exemplo elucidativo, e que se repete com maiores ou menores inflexões em todos os municípios da vizinhança certamente de todo o Estado. O município de Salto, distante 100 quilômetros da Capital, pequeno núcleo industrial, apresentou no ano findo, um total de arrecadação estadual e federal de mais ou menos oito milhões de cruzeiros, em face de uma arrecadação municipal de apenas trezentos e sessenta mil cruzeiros... E' com esta minguada e irrisória quantia que o heróico prefeito terá que fazer face às despesas inúmeras, num município recortado de estradas, com muitas pontes e pontilhões, com uma população proletária a pedir auxílios, com uma infinidade de grandes problemas e uma pequena e miserável receita anual.

Há necessidade urgente de dar a essas cidades do interior uma rede de água e esgotos, a fim de evitar, pela contaminação dos poços, seja a população um esplêndido caldo de cultura para a propagação do tifo, do paratifo, das desinterias e de todos os outros males que afligem essa pobre gente tão decantada na sua legenda de bravura, mas abandonada quase dos poderes públicos municipais, acorrentados à miséria dos orçamentos.”

Nas crises, patenteia-se, atingindo proporções violentas, a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. (Engels — *Anti-Dühring*.)

Que Dizem Nossos Jornais

Nesta secção reproduziremos excertos de artigos publicados na imprensa diária, que sirvam para esclarecer e informar os leitores sobre os mais variados e palpitantes assuntos.

O GOVERNO OPRESSOR É PIOR QUE UM TIGRE

“Em certa ocasião, viajava Confucio com os seus discípulos por uma estrada do interior da China, perto do monte Tai, quando, de súbito, ouvira, a pequena distância do caminho, o choro de uma mulher. Inquirindo-lhe Confucio o motivo de seu pranto num lugar tão deserto, respondeu ela: “O pai de meu marido foi morto aqui por um tigre, e também o meu marido, e, ainda agora acaba de perder a vida, de igual modo, o meu filho”. Por que, então, perguntou Confucio, continua você em sítio tão terrível? “Porque, replicou a mulher, aqui não há governante opressor”.

Virando-se para os seus discípulos, disse Confucio: “Tomem nota, estudantes, o governo opressor é pior que um tigre”.

Nós, brasileiros, podemos acrescentar que muito pior que um tigre é um bando de tigres e ainda pior que bando de tigres é um bando de governos opressores.” (Elpidio Pessanha — *Opressão, Miséria e Recuperação* — *Diário de Notícias*, de 14-4-946.)

A PACIÊNCIA DOS POBRES

“Num dos seus discursos famosos — “Sobre a eminente dignidade dos pobres” — Bossuet dizia que a fortuna dos ricos não estava no ouro que eles acumulavam, mas na paciência dos pobres. Ninguém dirá, entretanto, que a Águia de Meaux era comunista ou petroleira. Se assim observava e afirmava, não havia dúvida que tudo resultava de sua experiência no trato dos homens e das coisas.

* * *

“Fazem lembrar as suas palavras o recente balanço de uma casa estrangeira de tecidos estabelecida nesta cidade. Com um capital de

três milhões, ganhou de lucro bruto, em 1945, cerca de nove milhões e seiscentos mil cruzeiros, desprezadas as frações. Líquidos, apurou cerca de cinco milhões, o que corresponde a mais de 160 % sobre o capital”.

Por isso é que os tecidos estão pela hora da morte! por isso é que todas as leis de restrição de lucro são aplaudidas pelo povo. Por isso é que as massas clamam contra a vida cara e contra os magnatas que as exploram.

Mas, afinal, donde transcrevemos o trecho acima? Da *Tribuna Popular*? Não: do *Correio da Manhã*, o baluarte do capitalismo na imprensa carioca.” — *Diretrizes*, de 17-4-946 — *Imprensa em Revista*.)

O CONCEITO DE DITADURA

“E’ preciso desde logo distinguir: a ditadura, através da história, se opõe nitidamente, não aos regimes irregulares, mas ao avesso e à negação deles, que é o despotismo: enquanto o despotismo não passa nunca pelo direito constitucional. Regime de emergência, transitório e excepcional, pode o bem público reclamar a ditadura e, licitamente, isto é, na base da responsabilidade individual ou funcional, serem os seus poderes extraordinários delegados a quem quer que seja. Aqui, não se esqueça, está o ponto de vista do estado-burguês. Caracterizam-na assim, à ditadura, a sua origem legítima, a matéria concreta sobre que agirá, o prazo limitado para a sua atuação e, ao final da sua tarefa, a obrigação de prestar contas ao órgão que, em lhe facultando as suas prerrogativas, efetivamente a criou e seguidamente a extinguirá. E’ um instituto jurídico.

Històricamente, não foi outra jámais a ditadura. Com essa mesma condição de previsibilidade e de limitação no direito substantivo é que a conheceu e a praticou a Antiguidade. Grote distingue nitidamente dos despotas gregos, que se sobrepunham à oligarquia constituída, pela astúcia ou pela violência, o *esimneta*, cidadão investido do poder supremo e do comando militar, “nomeado por tempo certo em caso de perigo especial”. E foi com igual finalidade e igual espírito que o senado romano, em nome do *salus populi*, criou em 498 antes da era cristã, com o ditador, uma magistratura correspondente, magistratura também provisória e extraordinária.

O mundo moderno jámais negou ou refugou êsse instituto milenar. A limitação e a suspensão dos direitos, das liberdades e das garantias, em casos determinados, sempre foram um apanágio excepcional, mas consagrado, de um poder que assume invariavelmente o caráter ditatorial, quando o exige a salvação pública, e que dêle se despoja, mal cessa a necessidade que o trouxe à prática. Que nome tem isso, senão o de ditadura? E como recusar-lhe uma condição perfeita de juridicidade?

O seu contrário está, pois, não nos regimes de direito, mas nos regimes de fato, que se podem exprimir sob o nome comum e vasto de

despotismo. A ditadura é uma modalidade emergente dos regimes de direito, é um regime normal para circunstâncias anormais; diríamos melhor, dizendo que é uma variação quantitativa, e transitória, do poder em mãos dos seus legítimos depositários.

O despotismo, não; o despotismo — desde os tiranos atenienses até os caudilhos rioplatenses — apossa-se do poder pela força bruta ou pela manha sutil; age sobre todas as matérias, da constituição à ortografia, indistintamente; propõe-se cinicamente à vitaliciedade, sem nunca dar satisfações sobre nada a ninguém. Nem sequer procura ter razão; basta-lhe o fato consumado. E' o arbítrio entronizado; a infecção absolutista. Degenerescência psico-social, confunde ordem com estagnação e disciplina com subserviência, enquanto reconduz o homem, impedido de intervir e de criticar, e até de ser na sua totalidade, à condição de servitude se não de animalidade.

Fenômeno universal, esses regimes arrítmicos, por natureza turbulentos por definição passageiros, podem mudar de nome: não podem, entretanto, mudar de essência e de fisionomia. Caber-lhes-ia com vantagem o termo de Stirner — *despotia* — já que não têm, parece, uma designação apropriada e privativa na linguagem política da história.

Aí está, evidentemente, o modo de ver tradicional: aquilo a que chamamos o conceito clássico de ditadura. Mas, o marxismo traz um novo modo de ver, um novo conceito, não só de ditadura, como do Estado em si.

O Estado é uma criação de classe: a classe dominante modela-o à feição dos seus interesses e impõe-no às classes subordinadas. Assim, não há regime político consensual: há sempre, dada a própria natureza das coisas, regime imposto e aceite. A essa realidade, não eterna, mas constante, pois veio do comunismo primitivo e irá até o comunismo porvindouro, chama-se "ditadura de classe". O Estado feudal, ou o regime feudal, é a expressão da dominação da riqueza fundiária; é a ditadura de classe dos donos do solo. O Estado capitalista, denominado vulgarmente democracia, é a expressão política do predomínio dos detentores dos meios de produção: é a ditadura de classe da burguesia. O Estado socialista, que implica na tomada do poder pelos trabalhadores, é a expressão política do domínio dos fornecedores da força de trabalho: é a ditadura de classe do proletariado.

Ditadura, por conseguinte, para o marxismo, é todo regime político: desde a prehistória até hoje, foi sempre assim. A partir do comunismo primitivo, nas fronteiras da animalidade, as sociedades humanas evoluíram através dessa lenta e longa luta de classes e dela se libertarão apenas quando, extremamente desenvolvidas as forças produtivas, destruídos inteiramente os monopólios de instrução, se confundam e se extingam as próprias classes pela inexistência de base econômica para as suas diferenciações e consequentes desnivelamentos sociais.

Os casos de salvação pública, como os casos de usurpação política, encontram no marxismo a interpretação de sempre: são apenas aspectos, episódios e variantes da luta de classes; tentativas dos que de baixo desejam derrubar os que estão em cima; desentendimentos entre grupos rivais, que disputam no alto a cornucópia do poder; indícios

de caducidade das relações de propriedade, que através de tais crises derivam para a extinção. Nada mais.

Eis como, por conseguinte, chegamos a uma constatação muito importante para o nosso tempo: o marxismo limita a democracia, na sua definição, também a uma ditadura: é a ditadura dos detentores do capital. Como, para impor o seu domínio, cada classe lança mão de todos os meios, desde o artifício mais fino até a violência mais brutal, era natural que a classe burguesa, dada a sua enorme experiência histórica e o seu imenso poderio material, conseguisse a organização de um Estado que seria o mais completo, o mais pujante, o mais perfeito da história, até aqui.

Na verdade, o século XVIII traria ao Ocidente uma revolução: a ascensão da burguesia ao poder, preparada desde muito antes. Esse é o processo evolutivo-revolucionário da natureza e da história, natureza também: cada estágio social representa um equilíbrio instável, que será rompido pelo desenvolvimento das suas contradições intrínsecas, para ser substituído por outro, derivado, com a mesma sorte, e assim por diante. A pólvora, vulgarizada por Schwartz, fortalecera o vilão em detrimento do nobre. Os descobrimentos marítimos de Colombo e Gama e Tasman, alargando o orbe, desdobraram o comércio, que engendraria o terceiro estado e permitiria à riqueza mobiliária suplantando a riqueza territorial. Bacon, inaugurando o método indutivo e experimental, e Galileu, fundando a física moderna e exata, iniciaram a libertação intelectual do homem e a interpretação irreligiosa do universo, enquanto Guttenberg, com a invenção dos tipos para a imprensa, punha o total do saber humano ao alcance de toda gente. A mutação econômica teria que se distender e se completar numa mutação política: daí, as idéias novas: daí, os fisiocratas e os enciclopedistas; daí, Smith enfim sobrepujar Colbert. As relações de produção medievais, elaboradas para certo nível das forças produtivas, estalavam à pressão de outro, mais elevado. O mal-estar social começava nessa descorrelação, ponto de partida de toda transformação orgânica da sociedade. Derby, com a obtenção do coque metalúrgico pela destilação do carvão betuminoso, abria o caminho à hulha e ao ferro, criando uma siderurgia avassalante e Watt com a transformação da tensão do vapor de água em potência motriz, aceleraria a evolução das forças produtivas, precipitando a derrocada das relações de produção. Fulton e Stephenson transfigurariam os meios de condução e de transporte, aquáticos e terrestres. Arkwright e Cartwright, a técnica da fição e da tecelagem; Whitney e McCormick, a da extração da fibra do algodão e a do amanhã do solo, enfim mecanizado. O mundo cresce subitamente; subitamente cresce o homem. Três continentes surgem, dádivosos e radiantes, do nada glauco das águas e a população européia, que do século VI ao século XVII não passara de 1180 milhões, informa Sombart, alcançaria 450 milhões do século XVIII ao século XIX.

O feudalismo, ao fundo dos seus domínios, agonizava; ouviu-se a voz um pouco rouca dos canhões e dos povos; em 1789, caía espetacularmente, exangue e perdido, na França.

Assim é que a burguesia tomava, cheia de força, o leme do mundo.

Ora, quando uma classe se encontra no auge, sente-se segura de si e não trepida em conceder às demais liberdades fragmentárias, ao passo que, mal declina, começa a sonegar e recolher o que concedeu: é a reação. De modo que o apogeu e o ocaso de uma civilização se distinguem primeiro pela liberalidade e pela retroação depois. Que fez a burguesia, em se firmando no poder? Fez liberalismo: destruição de privilégios, abolição da escravatura, liberdade de comércio, instituição da arbitragem, franqueamento dos rios, abertura dos portos, laicização do ensino, adoção do livre-cambismo, estabelecimento do sufrágio universal, indefinido alargamento do direito de concorrência!

Era, porém, ainda e sempre, assevera o marxismo, uma ditadura; servia bem o seu ópio, porque nenhum mal lhe advinha disso. No fundo dessa insônia aparente, em que todos seriam iguais perante a lei, a classe dominante guardava avaramente todos os privilégios e vantagens. O Estado continuava a ser o seu Estado: o Estado burguês.

Entretanto, as forças produtivas evoluíam: crescia a olhos vistos o proletariado; o socialismo, rompendo as seculares faixas utópicas alvorecia verdadeiramente com Marx.

O desenvolvimento da técnica, dilatando a produção e acelerando o transporte, se por um lado permitia um desenvolvimento sobrenatural de economia capitalista, acirrava por outro a disputa dos mercados internacionais, que forneciam matérias primas e absorviam produtos manufaturados. Se, com o aumento do rendimento do trabalho e da circulação da riqueza, crescia de modo nunca visto a porcentagem da plusvalia, única origem do capital, crescia também a imposição, para os detentores dos meios de produção, de comprar e de vender em escala cada vez maior. Daí, o esvoaçar das cobiças sobre os países coloniais ou semi-coloniais, presas rotuladas sob o eufemismo genérico de *zonas de influência*; destarte, a luta de classes, de Marx, que explica e engloba a luta de nações, de List — princípio esse que Sombart e Delewsky tentam erroneamente emparelhar àquele — confinava-se num caso particular de concorrência interna ou de endomaquia capitalista. Era apenas isso: a burguesia cindia-se numa rivalidade que, fôsse qual fôsse o seu resultado, cria ela, já jamais afetaria os fundamentos da estrutura de produção em que se firmava para existir e prosperar. No fundo, entretanto, passava-se coisa diversa: as massas tomavam conhecimento da própria importância, resolviam intervir no manejo da enferrujada roda do destino e, assim, algo germinava, com uns revêrbos de madrugada, no subsolo enoitado do mundo. Por outros termos: as relações de produção oscilavam; destruiu-se o equilíbrio social burguês. Foi aí que sobreveio, em consequência da concorrência em escala mundial, a primeira Grande Guerra.

Com ela, a percepção da decadência e a necessidade da reação. Que fez, então, a burguesia? Voltou atrás no seu liberalismo: pôs-se a confiscar paulatinamente as vantagens e franquias outorgadas nas horas de plenitude e de euforia, pingando aqui e ali, ora por receio, ora por cálculo, uma transigência ou uma exorbitância. Firmava-se por um lado, oprimindo; condescendendo, temporizava por outro. Não era sábia?

A conflagração permitiu a vitória da Revolução Russa. Grande, essa vitória ia sendo maior: a Hungria, a Itália, a Alemanha titubearam na encruzilhada. Mas, aí, a classe dominante pôde ainda reagir e sufocar o movimento proletário. E para que a semente não grelasse, necessário seria calcá-la sob uma pedra pesada: os despotismos da direita. Foi o terror do salariado, que se erguia, o criador do fascismo e do nazismo."

(Allyrio Meira Wanderley — *Conceito de Ditadura* — *O Jornal* de 14-4-946.)

CATOLICISMO REACIONÁRIO

"Que os nossos adversários considerem a Igreja como um baluarte do capitalismo, é natural. Que nos chamem de reacionários, de conservadores, de inimigos dos pobres, de aliados da Riqueza e do Poder, de conformistas e defensores das idéias monstruosas de que os pobres nascem pobres para sempre, e os ricos nascem para ser ricos, como uns nascem aleijados ou outros estropiados, uns morenos outros louros, nada há que nos surpreenda. Que os que só conhecem o Evangelho por ouvir falar, digam que somos uns miseráveis porque ali está escrito — "que haverá sempre pobres entre vós" (Mat. XXVI, 11) e não citem o mesmo Evangelho de S. Mateus, onde está a terrível palavra de Nosso Senhor: — "É mais fácil a um camelo passar pelo orifício de uma agulha do que entrar um rico no reino dos céus" (Mat. XIX, 24), vá lá. Que os comunistas nos apostrofem de inimigos da igualdade, porque sustentamos ser um absurdo tratar igualmente coisas desiguais e ignorem a parábola do Filho Pródigo ou dos Operários da undécima hora, em que Nosso Senhor trata com igualdade em sua infinita Misericórdia coisas desiguais, *transeat*. Que um fanático da linha justa e do marechal Stalin nos chame caluniadores, se sustentarmos que na Rússia "as mulheres são de todos e os filhos de ninguém" e ainda de hipócritas porque defendemos uma ordem social em que os casais multi-casados se multiplicam tanto em Copacabana como nas favelas da Praia Formosa, — está certo.

(Tristão de Athayde — *O Jornal*, 16-4-946.)

Nós não dizemos ao mundo: cessa tuas lutas, elas são completamente inúteis. Apenas mostramos ao mundo o que é que ele deve conquistar mesmo contra a sua vontade. (*Gesamtausgabe*, I, 1, 575, *Carta de Marx a Ruge*).

DIVULGAÇÃO MARXISTA, n.º 1, 1-7-46 — 85

FIM EM HEGEL E FINS EM MARX

por Sidney Hook

A tentativa, feita comumente, de encontrar em Marx um fatalismo econômico, exige certa consideração sobre a natureza e a função dos fins em sua filosofia. Também aí foi mal compreendida sua afinidade com Hegel.

Em Hegel, o processo evolutivo é necessariamente teleológico, pois existe apenas um processo, um todo sistemático, no qual tudo se move e tem sua existência. Assim como o organismo, como um todo, está envolvido no funcionamento de cada uma de suas partes, também o universo, como um todo orgânico, está envolvido na estrutura e na atividade de cada entidade finita. E se a estrutura sistemática do todo fôr encerrada com o fim realizado do processo, então qualquer um dos seus aspectos pode ser encarado como o meio pelo qual ele é realizado. Como um meio, ele não é algo de extrínseco, e externo ao fim, como quando dizemos que o martelo é o meio pelo qual nós batemos o prego, mas algo de intrínseco ou interno, uma parte do fim, como quando dizemos que o sangue é o meio pelo qual o corpo se edifica. O fim está no meio do mesmo modo que o meio está no fim. Por exemplo, do ponto de vista do Estado, como uma unidade orgânica (num plano relativamente incompleto), o cidadão individual é um meio para o todo. Sua natureza, valor e posição são avaliados em relação ao fim, isto é, à idéia do Estado. Sua personalidade se realiza através do Estado, e como um homem (isto é, não como animal ou anjo) ele não pode estar separado do Estado, assim como não o pode o ponto matemático da linha. Por outro lado, o Estado é também um meio para a expressão da personalidade ideal de todos os seus membros. A mesma lógica é admissível para todo o universo. Todas as coisas são ao mesmo tempo meio e fim para todas as outras coisas. O universo busca sempre um fim.

Em Marx, o processo evolutivo só é intencional quando as categorias sociais do *continuum* material estão envolvidas. Os processos que são puramente físicos, como o movimento das ondas ou os corpos celestes, não são constituídos nem explicados pelo desejo, a vontade ou o fim (1). O movimento *social* implica em referência à volição, de maneira bastante definida. A volição depende de dois tipos de relações: relações entre a natureza e o homem; e relações entre um homem e outro (2). Em ambos os casos, o ponto de partida é a necessidade humana. É a necessidade humana expressa como objetivo, que rompe em pedaços o Todo Absoluto de Hegel. Não numa massa friável de unidades atômicas como no empirismo sensacionalístico, mas em vários *todos* bem limitados. A terra, por exemplo, é um *todo* para o geologista. Ela é um *todo* diferente — embora relacionado com o primeiro — para um homem em busca de alimento. Ela é ainda um *todo* diferente para o economista que busca descobrir as leis da renda. A espécie de *todo* que temos diante de nós depende da espécie de objetivo que visamos. Isso é evidente mesmo nos objetos que os seres humanos constroem. O objeto natural (distinto

da coisa), o objeto estético, o objeto ético, o objeto econômico são em certo sentido *objetivações* da finalidade humana. A finalidade não é criadora, mas antes seletiva, pois nós podemos sempre examiná-la significativamente, como criação de outros elementos que não são intencionais no mesmo sentido.

Isto dá-nos a chave para a concepção de objetivo de Marx. O processo de desenvolvimento social não tem fins a realizar senão os desejados pelos homens. Mas estes fins não são realizados apenas porque são desejados pelos homens. O que é desejado deve ser contínuo com uma situação manifesta, patente, que não é desejada, mas aceita. Quando ela é desejada, deve ser determinado por possibilidades da situação. Somente quando essas condições são preenchidas, podem ser realizados os fins desejados pelos homens. Por exemplo, quando o processo de produção está suficientemente desenvolvido de modo a permitir uma manufatura em massa, pode ser realizado o socialismo, como um fim desejado pelo proletariado. E somente quando as consequências da produção em massa, sob o capitalismo, produzem necessidades prementes, é o socialismo efetivamente desejado. A teoria marxista da atividade social vê na presença da necessidade a explicação de porque é afinal desejado o socialismo; e, na presença de certas condições objetivas, porque aquilo que é desejado será provavelmente realizado.

“A necessidade dá força ao homem; aquêle que precisar satisfazer-se, fá-lo-á. A situação real dêste mundo, a oposição aguda que existe entre o Capital e o Trabalho na sociedade moderna, entre a Burguesia e o Proletariado, que sobressai mais claramente nas relações industriais serve de outra poderosa fonte geradora da visão socialista, do desejo de reforma social. Essas circunstâncias clamam: “As coisas não podem continuar como estão, elas têm que mudar e nós próprios, nós, seres humanos, devemos fazê-las mudar” (3).

As necessidades desenvolvem-se, assim como as condições objetivas. Elas estão na base daquelas possibilidades objetivas, que os seres humanos se esforçam por realizar através da *ação*. A lógica e o padrão do desenvolvimento social são determinados por uma relação triádica e interativa, entre o ambiente objetivo, a necessidade humana e a atividade de classe. Como Hegel, Marx nunca dissociou o homem do seu ambiente social. Falando do homem ou de seu ambiente, há sempre uma referência implícita ao *outro* termo da relação. Ambos formam um todo inter-ativo, sem que se detenham para mostrar qual é a relação específica entre esses elementos, e como eles atuam. As idéias e os propósitos do homem são iminentes ao processo. Seu caráter imanente aparece com maior clareza quando examinamos o papel que eles desempenharam no passado, do que quando tentamos compreender nossas próprias idéias e propósitos no fluxo ético do presente. Mesmo idéias religiosas e teorias que pretendem erguer padrões transcendentais da verdade e do bem, exprimem certo aspecto do processo social imanente. Aliás, Marx jamais pretendeu que suas teorias fossem algo mais do que a expressão de uma luta de classe existente, ou que elas fossem válidas fora da tessitura real, no qual elas haviam sido engendradas. É nesse sentido que devemos compreender a sua asserção frequentemente repetida:

"Nós não nos colocamos contra o mundo em atitude doutrinária, com um princípio novo: Eis aqui a verdade! Aqui deveis ajoelhar-vos! Nós elaboramos novos princípios do mundo, partindo dos princípios do mundo existente. Não lhe lançamos a proclamação: Cessai vossas lutas! Elas são tolas! Nós vos diremos por que lutar! Nós apenas mostramos ao mundo o que é que ele deve conquistar mesmo contra a sua vontade" (4).

A função de uma teoria social é tornar os seres humanos auto-conscientes, não a auto-consciência mística que era para Hegel o fim de toda a história, mas uma consciência de classe, nascida de necessidades concretas.

As necessidades e propósitos sociais não são subjetivos. Eles são uma parte tão genuína do meio objetivo como as próprias classes. As teorias e ideais que nascem dessas necessidades são formas de resposta ao cenário existente. Elas devem ser trazidas ao estado de consciência para funcionar eficazmente. Temos então uma teoria social crítica do comportamento que não nega que os seres humanos sejam influenciados por crenças, mas que pretende tornar inteligível o choque HISTÓRICO das crenças sociais dominantes, sua ascensão, aceitação e declínio, interpretando-as como formas de comportamento de classe. Para Marx, todas as teorias sociais, incluindo a sua própria, não são sistemas hipotético-dedutivos procurando formular verdades objetivas e eternas. São interpretações sociais da prática. São métodos de se fazer história. O método de Marx é "mais verdadeiro" do que os outros por ser mais eficaz. Fazer essa oposição pela afirmativa de que ele é mais eficaz porque é mais verdadeiro, é emitir uma proposição que jamais poderá ser experimentada sem referência a uma eficácia ulterior. As teorias dos marxistas são projeções de uma vontade de classe esclarecida pelo conhecimento das condições e dos antagonismos que originaram as divisões de classe. "Elas servem apenas", declara o *Manifesto Comunista*, "para exprimir em termos gerais as circunstâncias concretas de uma luta de classes atualmente existente; de um movimento histórico que se está processando ante nossos próprios olhos".

Dando tal ênfase ao papel da consciência de classe no processo histórico, atingimos aquele aspecto especificamente dialético do pensamento de Marx, aquele que melhor evidencia o que ele deve à dialética hegeliana (5). Somente pela apreciação da natureza dialética da consciência de classe poderemos compreender a frase conclusiva do *Feuerbach*, de Engels: "O movimento da classe trabalhadora é o herdeiro da filosofia clássica alemã". (Sidney Hook — *From Hegel to Marx*, págs. 56-60 — Reynal & Hitchcock.)

(1) É razoável que Hegel, mas não um naturalista, use *Bedürfnis* e *Trieb*, como ilustrações da Zuech; *Encyclopedia*, Soc. 204.

(2) *Ideologia Alemã*, Marx-Engels Archiv., 1926-7, I, 254.

(3) *Aus dem literarischen Nachlass*, II, 416.

(4) *Gesamtausgabe*, I, 1, 575, Carta a Ruge.

(5) A esse respeito, compare com o interessante livro de Lukac' *Dialektik und Klassenbewusstsein* (1923), que faz justiça ao aspecto dialético do pensamento de Marx, à custa, aliás, do *naturalismo* de Marx.

OS COMUNISTAS E A RELIGIÃO

O assunto religião é, praticamente, secundário no desenvolvimento da sociedade, visto que é mais efeito que causa. "A religião, sendo um fenómeno de super-estrutura subsistirá até que seja modificada a infra-estrutura sobre a qual se apoia", disse-o acertadamente Prestes. E assim é que deve ser focalizado o assunto religião. Isto não significa, todavia, que se não desmascarem os padres fascistas, como fascistas e não como religiosos, porque a sua condição de religiosos está na dependência do estagio do desenvolvimento da humanidade, mas a sua forma fascista é de reação atual, como instrumentos que são da classe dominante para manterem as classes dominadas em exploração. *Lénin*, em 1909, no *Proletarii* (O Proletario), 1.º 45, de 26 de maio, escreveu um magistral artigo — Da atitude do Partido Operario em relação à religião —, transcrito na edição brasileira *Marx, Engels e Marxismo*, cuja leitura recomendamos aos interessados. Aqui, vamos transcrever o folheto de Prestes: Os comunistas e a religião, como contribuição desse líder proletario à discussão partidaria do assunto religião.

"Numa sabatina realizada entre os ferroviários, uma das perguntas dirigidas a Prestes foi sobre a posição do Partido Comunista do Brasil em face da religião. Eis, em síntese, a resposta de Prestes:

"Trata-se da questão religiosa, que certos setores do clero estão tentando levantar. Nós, comunistas, não aceitamos a teoria de que o clero seja todo ele reacionario e aliado ao fascismo. Há clero e há clero. Existem realmente padres reacionarios ligados aos exploradores do povo e aos fascistas. São esses os que nos atacam. Fazem parte do alto clero, que vive na pompa e na abastança, alheio aos padecimentos do povo e indiferente aos seus justos anseios e aspirações. Mas existem tambem os padres que vivem ligados às massas mais desprotegidas, que participam da vida dos trabalhadores e conhecem de perto a sua luta, o seu esforço para vencer as condições adversas da sua vida. Esses não nos atacam, e são sacerdotes amigos do povo, como o foram o Padre Miguelino, o Padre Roma, Frei Caneca e tantos outros vigarios que, nos subúrbios e no interior, vivem com o povo, amparando-o e ajudando-o.

Agora mesmo, em Sorocaba, quando os democratas dos Comitês Populares, os operarios das fabricas de tecido, os ferroviarios, preparavam o comício no qual falei ao povo e aos trabalhadores daquele grande centro operario de São Paulo, da matriz local saíam homens com tochas — as tochas da Idade Média — para queimar as faixas e cartazes em que o povo apresentava suas reivindicações.

Nessa campanha que, sob a capa de defesa da religião, está sendo movida ao Partido Comunista, Partido do proletariado e do povo, trata-se de fascismo e não da religião catolica.

Não há entre nós questão religiosa. Em 1889, os positivistas, lutando pela Republica, resolveram a questão religiosa com a separação da Igreja do Estado. Foi uma luta pacifica, que só trouxe beneficios tanto para a Igreja como para o Estado e para o povo. Atualmente, o Partido Comunista adota o mesmo ponto de vista, isto é, a separação

da Igreja do Estado, muito embora dos comunistas não parta nunca uma só palavra, nem contra a Igreja, nem contra os católicos em geral. Os setores reacionários do clero, atacando o Partido Comunista, aliam-se aos setores mais reacionários e fascistas, aliados, por sua vez, ao capital financeiro colonizador, anti-democrático, anti-progressista e interessado somente no atraso de nossa Pátria. Nós, comunistas, lutamos pelo progresso econômico e político de nossa terra.

Como marxistas, quando se trata de religião, fazemos uma análise do fenômeno social, que é. A religião é um fato e, como tal, não há negá-lo. Marx, definindo a religião, analisando-a com critério científico, como fenômeno social, disse que "a religião é um instrumento de dominação de uma classe". Podemos verificar que, em regra geral, os menos protegidos e mais pobres têm mais religião do que os homens mais felizes e mais prósperos. Só nos lembramos de Deus e dos Santos quando nos sentimos infelizes ou atravessamos uma crise. Para os ricos e os poderosos, Deus e os Santos não fazem falta. A religião sempre existiu, desde os tempos em que os homens adoravam os fenômenos da natureza, por não os compreenderem e não poderem lutar contra eles. A religião existirá sempre enquanto existirem oprimidos e opressores, enquanto perdurar a exploração do homem pelo homem. Sabemos que a crença não se anula e que uma concepção do mundo originada numa crença não se apaga do dia para a noite. Apenas ela poderá ser substituída por uma nova concepção do mundo e isso só se faz através de um longo processo.

Nada impede que o ateu dê a mão ao católico, para, juntos, lutarem por suas reivindicações de trabalhadores. Seus problemas são os mesmos e idênticas as suas necessidades.

A campanha desencadeada presentemente contra os comunistas é uma manobra dos fascistas, tentando abrir uma brecha religiosa, explorar as crenças do povo para dividir o povo.

As portas do Partido Comunista estão abertas para todos os que queiram vir lutar conosco ao lado do povo. Temos, entre nós, católicos, protestantes, espíritas, homens de todas as crenças, que são, antes de mais nada, democratas convictos e honestos. O Partido Comunista sempre contou em suas fileiras com grandes lutadores católicos, democratas honestos e verdadeiros anti-fascistas, que, ao lado do nosso povo, vieram lutar pela democracia. Hoje, os católicos nas fileiras do Partido são em número muito maior ainda.

A propaganda que certos setores da Igreja têm feito contra o Partido Comunista baseia-se em alguns trechos da obra de Marx, que apreciou a questão sob seu aspecto científico. Deturpando e interpretando capciosamente a análise de Marx sobre a religião, aqueles católicos anti-democratas encontraram material para atacar os comunistas. Baseando-se também nos fuzilamentos de padres e nas punições que sofreram altos dignitários da Igreja russa, depois da vitória da Revolução Comunista, procuraram nos apresentar como inimigos da religião quando, de fato, foi a Revolução Comunista que deu ao povo da União Soviética uma liberdade de culto que ele já jamais conheceu sob o regime tsarista. Antes da Revolução de outubro, na Rússia do Tzar, a Igreja estava

ligada ao governo, e o chefe da Igreja era o próprio Tzar. Ninguém podia ter outra religião que não fosse aquela de que o Tzar era o chefe. No entanto, na Grande Rússia do Tzar existiam povos de outras raças e de outras religiões privados de toda liberdade de manifestação religiosa.

A Revolução Comunista vitoriosa veio dar-lhes liberdade de religião. Se o Governo Soviético prendeu e fuzilou muitos padres, não o fez por serem padres, mas por se terem aliado aos contra-revolucionários e com eles terem lutado contra o povo.

A religião, sendo um fenômeno de super-estrutura, subsistirá até que seja modificada a infra-estrutura sobre a qual se apoia. Aqui, centenas e centenas de católicos integram as fileiras do Partido Comunista e, conosco lutam na vanguarda do proletariado e pelo engrandecimento de nossa Pátria, pela liquidação total do fascismo e pelo fortalecimento da democracia. Na Europa, os católicos lutaram com grande heroísmo contra o nazi-fascismo que escravizou suas Pátrias até a libertação trazida pelas armas das nações aliadas. Na França e na Itália, por exemplo, lutam ao lado dos comunistas e demais democratas, que não aceitaram a dominação nazista ou fascista."

Numa sabatina realizada em Belo Horizonte, respondendo a uma pergunta sobre qual deve ser a conduta de comunistas que foram anti-clerical antes de entrarem para o P.C.B., Prestes esclareceu:

"Nenhum comunista pode ser anti-clerical, e muito menos quando ocupa um cargo de direção no Partido. Se o companheiro que fez essa pergunta é um dirigente do Partido e já foi anti-clerical, nesse caso deverá fazer uma auto-crítica pública, escrevendo um artigo num jornal, por exemplo, explicando que não é mais anti-clerical, porque isso é lutar contra o Partido. O anti-clerical é uma deformação pequeno-burguesa, uma manifestação de caráter anarquista. E nós não somos anarquistas, somos marxistas. Os comunistas, e principalmente os marxistas, não podem combater a religião, de acordo com a própria natureza da doutrina que abraçam. Os fascistas e reacionários sustentam sua campanha principalmente sobre dois pontos, a que dão uma falsa interpretação. O primeiro são os livros de Marx, livros científicos, em que é exposta a opinião fria de um cientista acerca de fenômenos sociais. Para Marx, a religião é um fenômeno social, e assim é a estuda. Os fascistas, entretanto, tiram de seus livros frases isoladas, como se através de simples frases isoladas se pudesse interpretar uma obra do vulto de Marx. Ele diz, por exemplo, que "a religião é o ópio do povo". Com isso quer dizer que a religião é um instrumento da classe dominante para amortecer a insatisfação das massas populares diante do estado de coisas reinante na sociedade de classes. Com efeito, a linguagem usada pelas religiões e pelos padres, quando dizem que o pobre deve ter pena dos ricos e devem rezar por eles porque eles irão para o inferno, e que "é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar nos reinos dos céus", a nosso ver justifica o ponto de vista de Marx. Com isso, entretanto, Marx não procura ofender nenhum crente, nenhuma

religião, nem aconselha ninguém a lutar contra nenhuma crença. Examina os fatos do ponto de vista científico, e considera a religião como um fenômeno que existirá em toda sociedade de classes, sendo, portanto, uma consequência da organização social em classes. Para Marx, desde que desapareçam as classes, desaparecerá a religião.

Este é o nosso ponto de vista, como marxistas que somos. De acordo com a própria obra de Marx, conclui-se que seria ilógico, irracional, combater a religião, uma consequência, ao invés de combater a sua causa, a existência de classes. Os comunistas lutam contra a existência de classes, respeitando as crenças de todos, mesmo porque não se arranca uma idéia da cabeça do homem. As idéias podem ser, sim, substituídas, não arrancadas. Sabemos que, quando tudo mudar, a última coisa a fazê-lo será a cabeça dos homens. Queremos apenas que respeitem também o nosso ponto de vista. E, se o externamos sincera e honestamente, é porque assim deve ser numa democracia.

O outro ponto em que se baseiam as explorações fascistas é o fato da revolução socialista ter-se verificado na Rússia czarista, onde a igreja ortodoxa era um instrumento da dominação do czar. Ali não havia liberdade, muito menos a liberdade religiosa. Só era admitida a igreja ortodoxa, subvencionada pelo Estado, na qual os padres eram funcionários do Estado e recebiam dinheiro dos cofres públicos. Com a revolução socialista, a igreja foi separada do Estado e muitos desses padres passaram a lutar abertamente contra o Estado Soviético, na defesa dos interesses da aristocracia, que constituía a classe caduca, derrotada pelo povo. Desde aquela época, com a separação da igreja do Estado, passou a existir completa liberdade religiosa na União Soviética, não só para a igreja ortodoxa, como também para a igreja católica, que, como as demais, não gozava dessa liberdade. De acordo com a atual legislação soviética, uma igreja poderá ser mantida desde que um mínimo de vinte crentes se disponham a sustentar o templo e seus sacerdotes. O que aconteceu na URSS é que, pelo fato de a igreja ter sido um prolongamento do Estado czarista, havia um número excessivo de igrejas e muitas delas tiveram de deixar de funcionar em virtude da falta de crentes para sustentá-las. Eram os próprios moradores dos bairros que pediam ao governo transformasse os templos vazios em escolas, hospitais, creches, etc. Perseguição religiosa jamais houve na URSS." (Do folheto *Os comunistas e a religião*, de Prestes.)

NADA É BASTANTE BOM PARA OS OPERARIOS — "Você, que já fez realmente alguma coisa, deve ter certamente reparado como é pequeno o número de jovens literatos aderentes ao Partido que se dão ao trabalho de estudar economia, história da economia, história do comércio, da indústria, da agricultura, das formações sociais... Dir-se-ia que esses senhores crêm que para os operários tudo serve. Se esses senhores soubessem que Marx considerava que suas melhores obras não eram ainda bastante boas para os operários e que considerava como um crime oferecer aos operários alguma coisa inferior a tudo o que houvesse de melhor!..." (Engels, *Carta a Conrad Schmidt*, em 5 de agosto de 1890.)

O Pensamento de Lênin



O MARXISMO REVOLUCIONÁRIO E SUAS DEFORMAÇÕES

Trecho do livro: "Quem são os 'Amigos do Povo' e como eles lutam contra os social-democratas", de Lênin (1)

Quando falo da compreensão estreita do marxismo, refiro-me aos próprios marxistas. É preciso lembrar a este respeito que o marxismo se deforma e se restringe escandalosamente, quando nossos liberais e radicais se propõem a expô-lo nas colunas da imprensa legal. Que exposição engraçada! Vêde a que ponto é preciso mutilar esta doutrina para torná-la inteligível sobre o leito de Procusto da censura russa! É com alegria de coração que os nossos publicistas se dedicam a esta tarefa: o marxismo, exposto por eles, resume-se, quase exclusivamente, a ensinar como, no regime capitalista, a propriedade individual, baseada no trabalho social e propriedade dos meios de produção, realiza seu desenvolvimento dialético; como ela se transforma em sua negação para, em seguida, se socializar. E supõem, com um ar muito sério, que este "esquema" compreende todo o conteúdo do marxismo, passando por cima de todas as particularidades de seu método sociológico, a teoria da luta de classes, o objetivo direto da pesquisa a efetuar-se: descobrir todas as formas do antagonismo e da exploração para ajudar o proletariado a destruí-las. Não é extraordinário que daí resulte alguma coisa de inexpressivo e muito estreito a ponto de os nossos radicais se porem a lamentar os pobres marxistas russos. Sim, senhor! O absolutismo russo e a reação russa não seriam nem absolutismo nem reação se se pudesse, apesar de sua pressão, expor o marxismo, sem reservas, de modo preciso, integral, levando as suas deduções até às suas últimas consequências! E se os nossos liberais e radicais conhecessem a fundo o marxismo (o que só poderia ser feito em contacto com a literatura alemã), eles teriam escrúpulos em mutilá-lo à grande, nas colunas de uma imprensa censurada. Se vos impedem de expor uma teoria, calai-vos ou, então, fazei a restrição de que estais longe de dizer tudo, que estais omitindo o mais essencial. Mas por que expor fragmentos, alardeando estreitezas?

Somente assim é que se podem encontrar muitas coisas curiosas que só podem acontecer na Rússia, a saber: colocam-se entre os marxistas homens que não têm nenhuma idéia da luta de classes, do antagonismo

necessário que existe na sociedade capitalista e do desenvolvimento desse antagonismo, homens que não têm nenhuma idéia do papel revolucionário do proletariado, homens, enfim, que preconizam mesmo projetos essencialmente burgueses, posto que eles só apregoam vocábulos tais como "economia monetária", a "necessidade" dessa economia e assim por diante; é preciso todo o profundo engenho de um Mirrailovski para reconhecê-lo como pròpriamente marxistas.

Ora, Marx achava que todo o valor de sua teoria estava em que ela é "por essência mesmo, uma teoria crítica (2) e revolucionária". Esta última qualidade é própria, com efeito, do *marxismo*, plenamente e sem restrição, porque esta teoria adota, como tarefa direta, desvendar tôdas as formas de antagonismo e de exploração na sociedade moderna, seguir a sua evolução, provar o seu caráter passageiro, a sua transformação inelutável em uma outra forma, *servindo assim ao proletariado, para que ele possa, mais depressa e mais facilmente acabar com tôda a exploração*. A irresistível fôrça de atração que a teoria marxista exerce sôbre os socialistas de todos os países consiste precisamente em que ela alia o espírito científico rigoroso e superior à última palavra da ciência social, ao espírito revolucionário; e ela realiza tal coisa não de um modo accidental, não sòmente porque o seu fundador reuniu em si, pessoalmente, as qualidades de sábio e de revolucionário; ela estabelece esta ligação entre a ciência social e a prática revolucionária, dentro da própria teoria, interiormente e indissolúvelmente. Com efeito, o objetivo da teoria, o fim da ciência, consiste, expressamente, em ajudar a classe dos oprimidos na luta econômica que esta classe realiza.

"Nós não dizemos ao mundo: cessa tuas lutas, elas são completamente inúteis. Nós lhe damos apenas a verdadeira palavra de ordem de luta."

A tarefa imediata da ciência é, pois, segundo Marx, a de dar a verdadeira palavra de ordem de luta, isto é, saber apresentar objetivamente esta luta como o produto de um sistema determinado de relações de produção; saber *compreender* a necessidade desta luta, seu conteúdo, a marcha e as condições de seu desenvolvimento. Não se poderia formular uma "palavra de ordem de luta", sem estudar, em todos os seus detalhes, cada forma particular da mesma luta, sem acompanhar, uma a uma, as suas etapas, no momento em que ela passa de uma forma para outra, para saber, em cada momento, definir a situação, sem perder de vista o caráter geral da luta, seu objetivo geral — a abolição completa e definitiva de tôda a exploração e de tôda a opressão.

Tentai comparar a teoria crítica e revolucionária de Marx com as parvoíces incolores que o "nosso famoso" N. K. Mirrailovski tem exposto e defendido em sua "crítica" e ficareis pasmados por ainda existirem pessoas que se julgam "ideólogos da classe trabalhadora" e que se contentam com estas simplificações que nossos publicistas fazem da teoria de Marx, retirando-lhe todo elemento de vida.

Tentai comparar com as exigências desta teoria, a nossa literatura populista, inspirada, ela também, no desejo de ser a ideologia do trabalhador, literatura consagrada à história e à situação atual de nosso

regime econômico em geral e do campesinato em particular — e ficareis surpreendidos por ver como podem os socialistas contentar-se com uma teoria que se limita a estudar e a descrever as calamidades e a encará-las sob um prisma moralista. A servidão não é representada como sendo uma forma precisa de organização econômica, que engendra tal ou qual exploração, tais ou quais classes antagonicas, tal ou qual regime político, jurídico, etc. — umas, simplesmente, como abusos cometidos pelos proprietários territoriais e como uma injustiça com relação aos camponeses. A reforma camponesa (3) é apresentada, não como o choque de formas econômicas bem determinadas e de classes econômicas precisas, mas como uma disposição tomada pelos superiores hierárquicos, que, apesar de serem as melhores suas intenções, "escolheram", por inadvertência, uma "via falsa". A Rússia, depois da reforma, é apresentada como desviada do verdadeiro caminho, sendo essa reforma cheia de males para o trabalhador, e não um sistema determinado de relações de produção antagonicas, que se desenvolve de tal ou qual modo.

Outrossim, não resta dúvida que, ainda hoje, tenha algum crédito esta teoria. Quanto mais depressa os socialistas russos compreenderem que não pode haver, com o atual nível dos conhecimentos, teoria revolucionária fora do marxismo, tanto mais depressa multiplicarão os seus esforços para aplicá-lo à Rússia, do ponto de vista teórico e prático, — e mais certo e mais rápido será o sucesso do trabalho revolucionário.

(Escrito em 1894)

(1) Neste livro, Lênin critica a tática e o programa político dos populistas e opõe-lhes as concepções dos jovens marxistas russos. (N. R.)

(2) Lembramos que Marx fala aqui da crítica materialista que, ela sòmente, é considerada por Marx como científica, ou seja, a crítica que estabelece paralelo entre os fatos político-jurídicos, sociais, da vida material, etc. e a economia, o sistema de relações de produção, os interesses das classes que se formam, inevitavelmente, no terreno de tôdas as relações sociais antagonicas. Que as relações sociais sejam antagonicas não é mais possível pôr em dúvida. Mas ninguém, com exceção de Marx, tentou adotar uma tal coisa como base de uma crítica. (N. R.)

(3) Desde o comêço do século XIX, a servidão tornou-se um entrave ao desenvolvimento econômico da Russia. Em 1861, Alexandre II aboliu a servidão, mas não deu a terra aos camponeses a não ser como resgate. Esta forma de "libertação" dos camponeses despertou um grande descontentamento nos campos. (N. R.)



EMANCIPAÇÃO DE SERVOS — Na Alemanha, o Estado indenizou, em 1848, os nobres, à razão de 180 libras esterlinas por família de servos emancipados; na Russia, a emancipação, em 1861, custou 61 milhões de libras esterlinas e na Austríria, acima de 50 milhões. (Mulhall, *The Dictionary of Statistics*.)

DE TUDO, UM POUCO...

QUE FEZ A BURGUESIA? — “A burguesia desempenhou na historia papel eminentemente revolucionario. Por toda parte onde chegou ao poder, a burguesia destruiu todas as condições feudais, patriarcais, idilicas. Os vinculos feudais diferentes que uniam o individuo a seu superior natural, ela os destruiu impiedosamente e não deixou subsistir, de homem para homem, outro vinculo senão o interesse, o impassivel pagamento em moeda corrente. Os fremitos sagrados das piedosas exaltações, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno burguês ela os afogou na água gelada do calculo egoista. Transformou a dignidade pessoal em simples valor de troca e, no lugar das inumeras liberdades reconhecidas por escrito e duramente conquistadas, colocou unicamente a liberdade comercial destituída de consciencia. Numa palavra, à exploração mascarada por ilusões religiosas e politicas, a burguesia substituiu a exploração aberta, despudorada, direta e brutal.

A burguesia despojou de sua aureola todas as atividades até então respeitadas e olhadas com piedosa veneração. O medico, o jurista, o padre, o poeta, o sabio, foram por ela transformados em trabalhadores seus assalariados. (*Manifesto Comunista*, pags. 74-5 — Edit. Calvino Ltda.)

ELES SE REPETEM... — “Li o livro de Saint-Beuve sobre Chateaubriand, um escritor por quem sempre senti repulsa. Se o homem se tornou tão celebre na França é porque, sob todos os pontos de vista, é a incarnação mais classica da *vaidade* francesa e veste essa vaidade, não com a roupagem leve e frivola do seculo XVIII, mas com a romantica, e o faz pavonear-se num estilo novo; nele, se encontra a falsa profundez, um exagero bizantino, uma faiceira sentimental, uma cintilação multicolorida, *word painting*, o teatral, o *sublime*, numa palavra, um amontoado de mentiras como nunca jamais existiu ainda nem na forma nem no fundo.” (Marx, *Carta a Engels*, em 30 de novembro de 1873. *Correspondencia*, t. IV, pag. 409, ed. al.)

AÇÃO DA IDEOLOGIA — “A ideologia é um processo que o pretendido pensador realiza com perfeita consciencia, mas com uma consciencia falsa. As verdadeiras forças motrizes, que o movem, permanecem desconhecidas para ele, pois, de outra forma, o mesmo não seria um processo ideologico. Assim, imagina ele forças motrizes falsas ou aparentes.

Do fato de se tratar de um processo intelectual, ele deduz daí o conteudo assim como a forma do pensamento puro, seja de seu proprio pensamento, seja da de seus predecessores. Ele trabalha apenas com a documentação intelectual que encara, sem a examinar de perto, como emanando do pensamento, e, sem estudá-la mais a fundo, como um processo mais longinquo e independente do pensamento. E isso é, para ele, a propria evidencia, isso porque, para ele, todo ato, sendo transmitido pelo pen-

samento, lhe parece, em ultima analise, ser baseado igualmente no pensamento.

A ideologia historica (o historico, neste caso, deve ser um simples vocabulo coletivo que substitue o politico, o juridico, o filosofico, o teologico, uma abreviação, para todos os dominios pertencentes à sociedade e não somente à natureza) — a ideologia historica tem, pois, em cada dominio cientifico, uma constituição que é formada de maneira independente no pensamento de gerações anteriores e sofreu sua propria serie de desenvolvimentos independentes no cerebro dessas gerações sucessivas. Fatos exteriores, na verdade, pertencentes a seu dominio proprio ou a outros dominios, podem perfeitamente ter contribuido para determinar esse desenvolvimento. Mas esses fatos, segundo a premissa tacita, não são, por sua vez, simples frutos de um processo intelectual, de sorte que permanecemos sempre no reinado do pensamento puro, que, felizmente, suportou os fatos mais obstinados.

E’ essa apparencia de historia, independente das constituições de Estado, de sistemas juridicos, de concepções ideologicas, em cada dominio particular, que constitue para cegar, acima de tudo, a maior parte das pessoas.

Se Lutero e Calvino “são produtos” da religião catolica oficial, se Hegel “é produto” de Fichte e de Kant, se Rousseau “é produto” (com seu *Contrato Social*), indiretamente, de Montesquieu, são acontecimentos que permanecem no interior da teologia, da filosofia, da ciencia politica, constituem uma etapa na historia desses dominios do pensamento e não ultrapassam os limites desse dominio. E, desde que a ilusão burguesa da perpetuidade e da finalidade da produção capitalista se junta ainda a tudo isso, a submissão dos mercantilistas aos fisiocratas e a A. Smith é considerada como simples vitoria da ideia, não como o reflexo intelectual de fatos economicos modificados mas, ao contrario, como a compreensão exata, finalmente, adquirida, de condições reais, que existiram sempre e por toda parte.

Se Ricardo Coração de Leão e Felipe Augusto tivessem instaurado o livre cambismo em lugar de se terem engajado nas Cruzadas, ter-nos-iam poupado quinhentos anos de miseria e de estupidez.

Esse aspecto do problema, que posso aqui apenas aflorar, todos o temos negligenciado, segundo penso, mais do que merece o mesmo. E’ a eterna historia: no começo, negligenciamos sempre a forma em beneficio do fundo. Conforme já o disse, tambem eu procedi da mesma maneira e essa falta não me foi revelada senão *post-festum*.

Eis porque, não somente estou muito longe de vos fazer qualquer censura a este respeito, sendo eu um velho cumplice, de forma alguma qualificado para isso, mas, pelo menos, desejaria chamar vossa atenção para esse ponto daqui para o futuro.

A isso está ligada igualmente esta concepção estúpida dos ideologos: como recusamos às diversas esferas ideologicas, que

desempenham certo papel na historia, um desenvolvimento historico independente, lhes recusamos tambem qualquer eficacia historica. E' partir de uma concepção banal, não dialetica, entre causa e efeito, como se fossem polos opostos um ao outro de maneira rigida, revelando uma ignorancia absoluta da ação reciproca. Esses senhores esquecem-se inteiramente, quase sempre a seu bel prazer, de que um fator historico, desde que engendrado por outros fatores economicos, reage tambem, por sua vez, e pode reagir, sobre o seu meio e até mesmo sobre suas proprias causas. Como Barth, por exemplo, referindo-se à casta dos padres e à religião (ver seu livro, na pag. 465)... (Da carta de Engels a Franz Mehring, 14 de julho de 1893.)

MATERIALISMO MILITANTE — *Sob a Bandeira do Marxismo* é uma revista filosofica e economica, órgão do materialismo militante, que se edita em Moscou desde 1922. Na nota de apresentação, em seu primeiro numero, declarou "que aqueles que se organizaram em volta da revista *Sob a Bandeira do Marxismo*, não são todos comunistas, mas todos são materialistas consequentes. Eu penso que esta união dos comunistas é absolutamente necessaria e que ela define mesmo, com exatidão, as finalidades da revista. Um dos erros mais graves e mais perigosos que cometem os comunistas (como, em geral, os revolucionarios que promovem o começo de uma grande revolução), é o de supor que a revolução pode ser realizada só pelas mãos dos revolucionarios. Ora, para o sucesso de qualquer trabalho revolucionario serio, é preciso compreender e transportar para a vida a idéia de que os revolucionarios não são capazes de desempenhar o seu papel senão como vanguarda de uma classe realmente ativa e avançada, guarda essa que não se desincumbe de sua tarefa de vanguarda senão quando ela sabe não se desligar da massa que ela dirige, e que sabe levar, efetivamente, para a frente, toda a massa. Sem a aliança com os não-comunistas, nos dominios de atividade os mais diversos, não se poderia alcançar nenhum sucesso em materia de edificação comunista.

Em todo o caso, entre nós, na Russia, ainda existe — e existirá por muito tempo, não há duvida — materialistas no campo dos não comunistas, e o nosso dever imperioso é colocar em trabalho comum todos os partidarios do materialismo consequente e militante, na luta contra a reação filosofica e contra os preconceitos filosoficos da pretendida "sociedade culta". Dietzgen, pai, que não se deve confundir com o seu filho, literatello tão pretensioso quanto desastrado exprimiu de modo justo, claro e preciso, o ponto de vista fundamental do marxismo sobre as tendencias filosoficas que predominam nos países burgueses e que gozam da atenção de seus pensadores e publicistas. Afirma Dietzgen que, na sociedade moderna, os professores de filosofia não são, de fato, nada mais que "lacaio diplomado do clericalismo".

Os nossos intelectuais da Russia, que gostam de se apresentar como espiritos esclarecidos, como aliás, os seus confrades de todos

os países, não gostam, entretanto, de colocar a questão no plano em que é tratada por Dietzgen. Ora, isso não "interessa, porque a verdade os destroe. Basta meditar um pouco sobre a dependencia do Estado, e ainda a dependencia economica geral, e mais a dependencia social e outras mais, dos homens instruidos de hoje, em relação à burguesia dominante, para compreender a justeza absoluta da expressão violenta de Dietzgen. Basta lembrar a imensa maioria das correntes filosoficas em moda, que tão frequentemente aparecem nos países europeus, desde aquelas, por exemplo, que se basearam na descoberta do radium, até as que, atualmente, pretendem filiar-se a Einstein, para compreender o elo que une os interesses de classe e a posição social da burguesia, a defesa feita por ela de todas as formas de religião e a direção ideologica das correntes filosoficas em moda.

Conclue-se do que precede que uma revista que pretende ser o órgão do materialismo militante deve ser um órgão de combate, no sentido de que ela, antes de tudo, deve denunciar e combater, incansavelmente, os atuais "lacaio diplomado do clericalismo", quer se afirmem como representantes da ciencia oficial ou como franco-atiradores, quer se digam publicistas "democratas de esquerda ou socialistas nas idéias." (Lénin, *Da significação do materialismo militante*, artigo escrito em 1922.)

A HISTORIA SE REPETE... — "As fazendas de fóra do Reyno levão todo o dinheiro, e fazem perder o nosso negocio, inutilizando as nossas manufaturas, porque como se vendem mais baratas e se achão mais promptas, ninguem cuida de fabricar..." "Os estrangeiros uzão connosco uma subtileza, que he baratearem aquelles generos em que principiamos a cuidar para que não faça conta o aumental-os, e tanto que nos destróem este intento tornam logo a levantar os preços." (*Documentos Interessantes*, 1765.)

CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTORIA — "...Segundo a concepção materialista da historia, o fator determinante da mesma é, em última analise, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos jamais outra coisa senão isso. Se, posteriormente, alguém deturpou esse conceito, chegando ao ponto de dizer que o fator economico é o *unico* determinante, esse alguém transforma essa proposição numa frase vasia, abstrata, absurda. A situação economica é a base, mas as diversas partes da superestrutura (as formas politicas da luta de classes e seus resultados), as Constituições estabelecidas, uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa, as formas juridicas, e até mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cerebro dos seus protagonistas, teorias politicas, juridicas, filosoficas, concepções religiosas, e seu desenvolvimento ulterior até o dogma transformado em sistema, tudo isso exerce igualmente sua ação sobre o curso das lutas historicas e determina, de maneira preponderante, sua *forma* em muitos casos. Verifica-se a ação e a reação de todos esses fatores, no seio dos quais o movimento economico acaba por abrir caminho forçadamente através de

uma infinita multidão de casualidades (isto é, de coisas e acontecimentos cuja ligação íntima entre si está tão afastada ou é tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la como inexistente e desprezá-la). Não fosse assim, a aplicação da teoria a um período qualquer da história seria, posso garantir, mais fácil que a resolução de uma simples equação do primeiro grau.

Nós fazemos nossa própria história, mas, antes de mais nada, de acordo com premissas e condições perfeitamente determinadas. Entre essas, são as condições econômicas que se tornam finalmente preponderantes. Mas as condições políticas, etc., e até mesmo a tradição que se enraíza nos hábitos dos homens, desempenham também seu papel, embora não seja decisivo. Foram as causas históricas e, em última análise, econômicas, que deram origem ao Estado prussiano e continuaram na base de seu desenvolvimento. Mas, dificilmente se poderia pretender, sem certo pedantismo, que, entre os numerosos pequenos Estados da Alemanha do Norte, o Brandeburgo tenha sido destinado pela necessidade econômica e não por outros fatores (como, por exemplo, sobretudo, devido à sua difícil situação em face da Polónia, graças à posse da Prússia e, portanto, no terreno das relações políticas internacionais e que são decisivas igualmente na formação da Casa d'Austria) a tornar-se a grande potência em que se encontraram as diferenças na economia, na língua e também, depois da Reforma, na religião entre o norte e o sul. Dificilmente se poderia explicar, sem o risco de cair no ridículo, baseados em causas econômicas, a existência de todos os pequenos Estados alemães do passado e do presente ou, ainda, a origem da troca de consoantes do alto alemão, que ampliou a linha geográfica divisória constituída pela cadeia de montanhas dos Sudetos até o Taumus, estabelecendo uma verdadeira cunha através da Alemanha.

Mas, de maneira secundária, a história processa-se de tal forma que o resultado final é sempre uma consequência do conflito de grande número de vontades individuais que, por sua vez, se apresentam tais como são em virtude de várias condições particulares de existência. Existem, pois, inumeráveis forças que se contrapõem mutuamente, um grupo infinito de paralelogramos de força que produzem uma resultante — o acontecimento histórico — que, por sua vez, pode ser considerado como produto de uma força agindo como um todo, de maneira inconsciente e cega. Isso porque, o que deseja cada indivíduo é contrariado por outros e o que daí resulta é coisa que ninguém desejou. Por isso é que a história, até hoje, se tem desenvolvido à maneira de um processo da natureza, sendo também submetida, em sua essência, às mesmas leis de movimento que regem a esta. Mas, do fato de que as diversas vontades — cada uma desejando aquilo a que a impelem sua constituição material e as circunstâncias exteriores ou econômicas, em última análise (ou suas próprias circunstâncias pessoais ou as circunstâncias sociais gerais) — não consigam chegar a realizar o que desejam, fundindo-se numa média geral, numa resultante comum, por esse fato não temos

o direito de concluir que elas são iguais a zero. Pelo contrário, cada uma delas contribue para determinar a resultante e, dessa forma, está incluída nela.

Desejava, além disso, pedir-vos para estudar essa teoria em suas fontes originais e não de segunda mão, o que é muito mais fácil. Marx raramente escreveu alguma coisa em que ela não desempenhe seu papel. Mas, particularmente, o 18 *Brumário de Luís Bonaparte* é um exemplo excelente de sua aplicação. Em *O Capital* encontramos muitas vezes. Em seguida, tomo a liberdade de vos recomendar igualmente minhas obras: *Le Bouleversement de la Science par Monsieur E. Dühring* e *L. Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande*, onde faço, sobre o materialismo histórico, a exposição mais detalhada que, a meu ver, existe.

A Marx e a mim, parcialmente, deve caber a responsabilidade pelo fato de, por vezes, certos jovens emprestarem mais importância do que é devida ao lado econômico de nossa teoria. Em face de nossos adversários, impunha-se-nos que déssemos maior destaque ao princípio por eles negado. Mas a verdade é que nunca encontramos tempos, nem lugar, nem ocasião para fazer justiça aos outros fatores que participam da ação recíproca. Mas, desde que se tratava da descrição de um pedaço de história, isto é, de passar à aplicação prática, a coisa mudava de caráter e não havia erro possível. Infelizmente, porém, acontece, com muita frequência, que acreditamos ter compreendido perfeitamente uma nova teoria e poder manejá-la sem dificuldade, uma vez que nós tenhamos apropriado de seus princípios essenciais e isso nem sempre com exatidão. Não me é possível isentar dessa censura a mais de um de nossos novos marxistas, tantas são as coisas esquisitas feitas a esse respeito." (Da carta de Engels a Joseph Bloch, 21 de setembro de 1890.)

O INDÍO E O NEGRO — "De opô-lo ao português como igual contra igual. Sua substituição pelo negro — mais uma vez acentuamos, não se deu pelos motivos de ordem moral que os indianófilos tanto se deliciam em alegar: sua altivez diante do colonizador luso em contraste com a passividade do negro. O índio, precisamente pela sua inferioridade de condições de cultura — a nomade, apenas tocada pelas primeiras e vagas tendências para a estabilização agrícola — é que falhou no trabalho sedentário. O africano executou-o com decidida vantagem sobre o índio, principalmente por vir de condições de cultura superiores. Cultura já francamente agrícola. Não foi questão de altivez nem de passividade moral." (Gilberto Freyre.)

BRASIL-COLONIA — "Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres, que andão pejadas, nem dar com páo nos escravos, porque na colera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a hum escravo de prestimo, que vale muito dinheiro, e perdê-lo. Reprendê-los, e chegar-lhes com um cipó, às costas com algumas varancadas, he o que se lhes pode, e deve permitir para ensino." (Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*.)

UM CRITICO DO MARXISMO DAS ARABIAS

Carta aberta ao Sr. Deputado Godofredo Teles

Li seu discurso no *Diário da Assembléia*, anunciado pelo *Brasil-Portugal*, acatado órgão fascista desta praça, como brilhante e irresponsível lição de Marxismo.

Supondo que V. Ex. tratará do mesmo assunto em outra sessão da Assembléia, visto V. Ex. ter sido vivamente cumprimentado por muitos deputados, sinto-me na obrigação de contribuir de alguma forma para seu "sucesso maior", no próximo discurso.

Para prestigiar seu discurso, V. Ex. salientou que é professor da Faculdade de Direito de São Paulo e afirmou que, à custa das suas lições, certamente, todo e qualquer aluno seu "conhece perfeitamente o marxismo, podendo discorrer, sem hesitação, sobre o materialismo marxista, dialético".

Mas, Sr. deputado, ilustre representante dos integralistas na Assembléia, embora suas afirmações sobre o marxismo revelem, realmente, confesso, extraordinária "coragem", contudo, elas se ressentem de qualquer conhecimento verdadeiro do marxismo.

Citarei apenas alguns dentre o amontoado de exemplos da sua pretensa crítica:

V. Ex. afirmou, interrogando:

Quem não sabe o que seja a teoria do "materialismo histórico", que nada mais é do que a afirmação de que os acontecimentos históricos são sempre ditados por fatores econômicos e materiais?

Qualquer um, Ex., desde que jamais haja estudado marxismo.

Outra afirmação de V. Ex., sob forma interrogativa:

Quem não sabe o que é teoria da "luta de classes" na doutrina marxista? Ela declara que a humanidade se acha dividida em classes, sendo que uma minoria, por fraude ou por violência, isenta-se do trabalho produtivo, enquanto a maioria é forçada a produzir o suficiente para seu próprio sustento e para o sustento da minoria?

Qualquer um, Ex., desde que jamais haja estudado o marxismo, como V. Ex.

A não ser excepcionalmente, em casos particulares, não é pela "fraude e violência", Ex., que se processa a exploração do homem pelo homem, no regime capitalista, ou ainda que a maioria (trabalhadores) é explorada por uma minoria (capitalistas). V. Ex. está muito atrasado, anacrônico. Houve um tal de Sr. Dühring, no século passado, também professor como V. Ex., que por ter feito, entre outras, essa mesma afirmação de V. Ex., levou uma tunda memorável, que lhe aplicou Engels. Por que diabo, não lê V. Ex. o *Anti-Dühring*, ao menos na parte que estuda a "teoria da violência"? Se o fizer, verificará como é prenhê de fraude a sua "cultura marxista"...

Outra afirmação de V. Ex., sob forma interrogativa:

Quem não conhece a teoria do valor de Marx?

102 — DIVULGAÇÃO MARXISTA, n.º 1, 1-7-46

A maioria dos brasileiros, inclusive V. Ex. Senão, V. Ex., professor, no seu discurso em aprêço, não afirmaria as tolices infantis que afirmou.

Mais uma pergunta de V. Ex. e extraordinária, genial resposta dada por V. Ex. mesma:

Quem não conhece a "teoria da valia"? Esta outra tese marxista é a que conclui pela afirmação que, na evolução histórica, a conhecida fórmula: "mercadoria — dinheiro — mercadoria" foi substituída pela fórmula: "dinheiro — mercadoria — dinheiro".

Não há dúvida. Seu conhecimento expresso na sua explicação sobre o que é a teoria da mais-valia é genial ou, como diria o povo, é de amargar...

Para me não alongar, mais uma pérola da sua oração. Sr. deputado do sigma:

A teoria do valor de Marx foi, praticamente, copiada das obras de Smith e Ricardo. A teoria da mais-valia é, também, uma transcrição das idéias de Thompson, Proudhon e Sismondi.

Formidável! Apenas, qualquer estudante de marxismo, mesmo primário, discordaria de V. Ex. e com facilidade provaria sua ignorância em marxismo.

E para terminar, a descoberta fabulosa que V. Ex. fez, não consignada até hoje por nenhum marxista ou pretense "crítico do marxismo".

A própria Revolução Comunista da Rússia constituiu o mais tremendo desmentido à tese de Marx. Pois, em virtude dessa Revolução, a Rússia passou da fase da nobreza diretamente para a fase do proletariado, não passando pela fase da burguesia, demonstração incontestável de que a força de uma idéia pode quebrar o chamado determinismo histórico.

Não posso compreender, Ex., que, depois de tão fabulosa descoberta, que honra a sua inteligência e cultura marxista, pela primeira vez revelada ao mundo, na Assembléia Constituinte do Brasil, V. Ex. não tenha sido carregado em triunfo! V. Ex. não é só um grande "dialeto", "marxista", mas um "gênio" impar, de que se deve orgulhar o integralismo...

Contudo, confidencialmente, aconselho a V. Ex. ler esses livrinhos primários de marxismo, que a Editorial Calvino Ltda. tem publicado, tais como *Introdução ao Estudo do Marxismo*, *Princípios de Economia Política*, de Lapidus; *Noções Fundamentais de Economia Política*, de Segal; *Anti-Dühring*, de Engels; *História do Socialismo e das Lutas Sociais*, de Max Beer e mais uns poucos. Garanto a V. Ex. que, após o estudo dessas obras elementares, V. Ex. se surpreenderá com a sua própria "genialidade", e atual "cultura marxista"...

Siga o conselho, Ex., para, consciente, não continuar a ensinar coisas erradas aos seus alunos e para que o seu próximo discurso, embora não tão "brilhante, criador e genial", como o em aprêço, pelo menos seja correto, isento de erros grosseiros e infantis...

Com as minhas saudações anti-fascistas.

Cierp.

18-5-946.

DIVULGAÇÃO MARXISTA, n.º 1, 1-7-46 — 103

MENTINDO SOBRE A RUSSIA!

Uma citação parcial e mentirosa do Sr. Segadas Viana

Apesar de já muito conhecido e desmoralizado o *truc* dos indivíduos de má-fé, que atribuem a terceiros opiniões erradas que jámais tiveram, para demonstrar-lhes o erro, ou de citarem falsamente, atribuindo a pessoas respeitáveis conceitos jámais emitidos, para a base dêles articularem suas falsidades, ainda é muito comum espíritos primários, despidos de qualquer noção de probidade, repetirem êsse *truc*, pois sempre colhem alguns resultados, visto que da infâmia ou mentira, por melhor contraditada, sempre restará alguma coisa, dada a ingenuidade ou incapacidade de muitos para bem julgar.

O Sr. Segadas Viana é um desses tipos de má-fé, que usa todos os *trucs* inconfessáveis para dar foros de verdade às suas grosseiras infâmias contra a URSS, como passaremos a demonstrar.

Na Assembléia Constituinte, o Sr. Segadas Viana deu um aparte a Prestes, quando êste discursava, à base de uma opinião que êle atribuiu ao casal Webb, autores de *URSS, Uma Nova Civilização*, mas que êstes jámais expenderam. Logo a seguir, em *Diretrizes*, de 14-5-946, em artigo publicado como matéria paga, desmascarei-o como mentiroso e contumaz caluniador da URSS, ao mesmo tempo em que, baseado no livro dos Webb, por êle citado, e em trabalhos de Stálin, eu provava haver mais *liberdade de pensamento* na URSS do que em qualquer país do mundo.

Subestimando a memória dos leitores de *Diretrizes* e convicto das vantagens de uma calúnia, Segadas Viana que outras armas não pode terçar, no dia 27 de maio escreveu uma carta a *Diretrizes*, fingindo responder ao meu artigo do dia 14, que foi publicada, na qual apenas se mostrou, mais uma vez, o que verdadeiramente é: como reacionário, caluniador da URSS; e, como trabalhista, um simples agente provocador. Senão, vejamos:

Num aparte a Prestes, o trabalhista Segadas Viana afirmou:

“Folgo em ouvir V. Ex. declarar que deseja pelos meios democráticos que o Partido Comunista tem procurado alcançar as posições porque dois autores que V. Ex. conhece e têm grande simpatia pela Rússia — Beatriz Webb e seu espôso — informam que, na Rússia, existe um delegado governamental em tôdas as oficinas de impressão. **PORQUE ENQUANTO O POVO ESTÁ IGNORANTE, É PRECISO QUE SÓ SEJA TORNADA PÚBLICA UMA ORIENTAÇÃO CONSENTÂNEA COM A DO PARTIDO COMUNISTA, PARA EVITAR QUE OUTRAS IDÉIAS SE EXPANDAM NO PAÍS**”.

Na carta a *Diretrizes*, para justificar o seu aparte, o trabalhista Segadas Viana, menosprezando a inteligência dos leitores, transcreve um curto período de seis linhas de um longo capítulo do livro dos Webb, sob o título *Proibições Legais*, que foi o seguinte:

“A liberdade, nesse caráter universal, exige, porém, que as autoridades públicas exerçam vigilância para que nada que se proporcione ao uso ou gôzo do público seja definitivamente (no livro: definitivamente)

prejudicial à comunidade. Assim é que na URSS nada se pode imprimir, seja livro, panfleto ou circular, sem que tenha sido aprovado pelo agente da censura pública (*Glavit*), que se encontra em cada estabelecimento de impressão”.

Como se vê, a imaginação maliciosa do Sr. Segadas Viana é imensa, mas a inteligência apoucada. Os Webb não disseram e honestamente ninguém lhes pode atribuir a conclusão: *porque enquanto o povo está ignorante é preciso que só seja tornada pública uma orientação consentânea com a do Partido Comunista, para evitar que outras idéias se expandam no país!*

Que pretendeu, entretanto, o trabalhista Segadas Viana, fazendo a afirmação mentirosa (no aparte a Prestes) e citação parcial e maliciosa (na sua carta a *Diretrizes*)? Que os autores de *URSS, Uma Nova Civilização* teriam dito que na URSS não há a menor liberdade de pensamento, que só se publica o que convém ao Partido Comunista (por muitos confundido com o Governo soviético). Na sua carta a *Diretrizes*, o trabalhista Segadas Viana, impudentemente, insinua haver na URSS um órgão que seria como o nosso antigo Dip, o “*Glavit*”, controlando tudo quanto se publica; portanto, que há absoluta ausência de liberdade de pensamento; que ninguém, na URSS, dá um pio livremente; que só se diz o que o Partido Comunista quer, isto é, a exemplo do nosso Dip, só se pode escrever louvaminhas ao Partido Comunista (ou Governo, no conceito errado de muitos) e à sua atuação. Isto foi o que pretendeu o trabalhista Segadas Viana, sem dúvida alguma, como todos percebem facilmente.

Mas, o que é que se encontra afirmado, em verdade, no capítulo *Proibições Legais*, de *URSS, Uma Nova Civilização*, às páginas 1.423 a 1.428, do qual o trabalhista Segadas Viana, inescrupulosamente, destaca seis linhas, para fazer crer aos de boa-fé fôsse dos Webb a conclusão mentirosa que êle articulou?

Transcrevo-o, na íntegra, não só para desmascarar o “trabalhista” Segadas Viana, como para fornecer ao público brasileiro algumas informações exatas sobre a URSS, quanto à liberdade de pensamento, que lá existe, aliás, como em nenhum outro país do mundo. Devo salientar que em diversos capítulos do livro dos Webb, baseados em farta documentação, se evidencia essa liberdade de pensamento, que o Sr. Segadas Viana, inescrupulosamente, diz que os Webb negam.

“Proibições Legais

Notemos, de início, que parecem ser muitas as proibições, com relação à vida pessoal, impostas pela lei positiva, na Grã-Bretanha e na França, para não falarmos na Alemanha de antes da guerra (1914-18), e a cujo respeito o habitante da URSS goza de uma liberdade superior. Basta citarmos apenas a lei britânica sobre o divórcio, da qual se queixam tôdas as classes sociais, ou, então, o dispositivo legal inglês, ainda não revogado por completo, punindo os que dormem ao ar livre sem ter “meios visíveis de subsistência”! Existe ainda a lei inglesa contra a invasão de logradouros, que resulta em serem as massas popu-

lares deliberadamente excluídas não só dos extensos parques dos ricos, na zona campestre, mas também dos jardins dispendiosamente cultivados das praças do West End de Londres. Essa mesma lei impediu o povo de passear à vontade nos rochedos à beira-mar, nos caminhos das montanhas e das florestas, nos campos e nos terrenos incultos, assim como nas margens das águas correntes, e tudo isso em muitas das mais belas regiões da Grã-Bretanha.

Aos autores desta obra parece que o desporto de matar as aves, que voam livremente no ar, e os peixes, que vivem nas águas correntes, é um remanescente do barbarismo. Se é desejável, entretanto, essa forma de recreio, na Grã-Bretanha ela se limita, de uma forma ou de outra, a uma parte da população e é severamente punida, pela lei de repressão, os caçadores furtivos, quando praticada pelo homem do povo, impossibilitado de adquirir custosas licenças de porte de armas e de refêreço para o jantar domingueiro. O que parece às autoridades soviéticas muito mais importante para a comunidade do que essas restrições de classe impostas à liberdade pessoal da massa do povo, no interesse de uma diminuta minoria, é que não só uma determinada classe, mas todo o povo goze, durante a vida toda, o maior desenvolvimento possível do seu ambiente mental ou cultural, e tenha o máximo de oportunidade para utilizar essa liberdade, sem discriminação de idade ou sexo, raça ou côr, simultaneamente com um aumento das horas de lazer, também em caráter universal.

“A liberdade, nesse caráter universal, exige, porém, que as autoridades públicas exerçam vigilância para que nada que se proporcione ao uso ou gozo do público seja definitivamente prejudicial à comunidade. Assim é que na URSS nada se pode imprimir, seja livro, panfleto ou circular, sem que tenha sido aprovado pelo agente da censura pública (*Glavlit*), que se encontra em cada estabelecimento de impressão. Visto que, legalmente, nenhum indivíduo pode utilizar a mão de obra alheia com o fim de obter lucros, todos os milhares de jornais e outros periódicos tão avidamente lidos pelo público, atendendo, como o fazem, a todos os grupos ou interesses e a todas as localidades, são movimentados, não por proprietários capitalistas, porém por uma ou outra das múltiplas organizações da coletividade. O mesmo acontece com todos os teatros, concertos, cinemas e outras diversões populares. Os duzentos mil estabelecimentos de ensino, na cidade ou na aldeia, entre o Báltico e o Pacífico, desde a crèche-escola ou o jardim de infância até a faculdade universitária ou o instituto de pesquisas, são igualmente criados e mantidos por uma ou outra autoridade pública. Em resumo, pode-se dizer que, na URSS, nenhuma instituição social fica fora da alçada do plano universal, seja qual for sua espécie e por mais voluntária que seja a composição de seu quadro social ou de sua clientela. *Nestas condições, em toda parte, o ambiente mental e cultural fica sob a direção de uma ou outra das autoridades de caráter público, que chegam a centenas de milhares, ao invés de ficarem sob a alçada de um único órgão governamental. Esta superintendência universal obedece a uma finalidade deliberada.*

“Na URSS, a prática revela a natureza dessa finalidade e o ponto a que é regulado este ambiente mental. Em primeiro lugar, não se permite coisa alguma que se considere “contra-revolucionária”. Isto não significa que não se admite nenhuma crítica ao governo. Pelo contrário: como o leitor terá concluído, não existe no mundo outro país, além da URSS, em que haja realmente tão ampla crítica pública ao governo e uma revelação tão incessante de suas deficiências. Quase todos os números dos jornais trazem pormenores de colapsos e fracassos; do procedimento escandaloso de altos funcionários, cujos nomes são citados; de casos de negligência e opressão, e da necessidade desta ou daquela alteração ou melhora na política ou na administração governamental (1).

O “jornal mural”, no qual o pessoal de cada fábrica ou repartição critica e até difama publicamente seus superiores, é uma instituição generalizada em toda a URSS. Nos países capitalistas, não se admite semelhante crítica pública feita pelo assalariado ao seu patrão ou en-

(1) Já fizemos ver que é tão incessante essa torrente de acusações e críticas, que os inimigos do sistema soviético têm publicado volumes inteiros de ataque ao referido sistema, na maioria dos países, por *inimigos que acham fácil colher e dispor essa “autocrítica” como se os casos excepcionais fossem exemplos típicos da administração em geral.* Veja-se o capítulo *Em Lugar do Lucro*, seção *A Prática da Auto-Crítica*. Estamos convencidos de que a censura do trabalho dos correspondentes estrangeiros em Moscou, que é tão caluniada, é efetuada segundo os mesmos princípios. Eis como bem a descreve um jornalista norte-americano: “A censura russa, nos lugares em que funciona, deixa que transpirem muitas notícias. Com o despacho no bôlso, o correspondente norte-americano toma o elevador do Ministério das Relações Exteriores dos Soviets. Depois de subir vários andares, chega a uma sala um tanto desordenada, na qual um russo, que fala e escreve o inglês, examina com o autor o que este escreveu. O censor deixa *invariavelmente* passar qualquer *descrição real das coisas* que o norte-americano observou; aprova *sempre* qualquer daqueles artigos ou *discursos repletos de selvagem auto-crítica*, que os jornais soviéticos imprimem tão espantosamente e tão espantosamente fazem os chefes soviéticos. (Com efeito, na maior parte, os assuntos palpitantes e as questões internas mascateados pelos boateiros de Riga provêm diretamente de jornais soviéticos, arrumados de forma atrativamente fantástica e vendidos com êxito particular na Inglaterra). O censor, porém, não aprova e pede que o correspondente modifique qualquer resumo condensado ou interpretação de uma série de acontecimentos ou de um discurso com que não concorde. Do mesmo modo, o censor elimina o que for *maliciosamente hostil, grosseiramente provocador, deliberadamente inverídico ou insultuoso ao Estado ou aos seus próceres.* Mas até mesmo publicações dessa natureza saem da Rússia às toneladas, em livros e artigos escritos depois que o autor reaparece no estrangeiro, ou mesmo dispensando essa formalidade. Entretanto, a despeito dessa completa mudança na quantidade disponível de informações de origem russa, não obstante uma *censura sem dúvida mais inteligente e por certo menos cruel do que a da maioria dos Estados da América do Sul e de alguns*

carregado de serviço. O Governo Soviético aprova toda essa publicidade como "auto-crítica", ainda mesmo quando feita a ele próprio, como empregador, e ele mesmo não se esquiva de concorrer para ela. Quase não há discurso, proferido por um comissário do povo ou outro maior, que não inclua alguma revelação sobre fracasso departamental e uma acusação mais ou menos incisiva aos funcionários que erraram. O que se impede, como "contra-revolucionário" é apenas o estabelecimento de dúvida sobre os princípios fundamentais do comunismo, ou alguma crítica em agressão ao "marxismo" teórico, e, naturalmente, qualquer incitamento à formação de "facções políticas".

"Por outro lado, existem vários outros assuntos que são sistematicamente excluídos da publicidade. Não se permite coisa alguma de caráter pornográfico na literatura ou noutras formas de arte. Realmente, há menos "atrativo de sexo", de qualquer espécie, nas cidades da URSS do que nas de qualquer outro país. Não se permite nenhum incitamento ao ódio racial, pelo menos no que se refere aos judeus, tártaros, ciganos, negros ou qualquer outra raça do território da URSS. Não se consente nenhum libelo difamatório contra cidadão algum, a respeito de sua vida privada. Faz parte também da política soviética, visando excluir a influência sutil da imitação, proibir a publicação de pormenores e até de estatísticas de divórcios, crimes, suicídios e acidentes (2). Talvez seja por questão de bom gosto, que se pode elevar a "higiene mental", que o jornal soviético não contém "notas sociais" nem tagarelices sobre os hábitos e os feitos das personalidades preeminentes da arte, da literatura, dos desportos, da música ou do teatro, e nem mesmo dos principais estadistas e administradores soviéticos. Nada se fala de suas famílias, nem de suas viagens de ida ou de volta. Não sabemos se é por causa dessas numerosas exclusões ou apesar delas que os jornais soviéticos são tão amplamente lidos ou tão avidamente devorados (3). A

da Europa ocidental, e apesar de muito trabalho excelente e preciso de reportagem, perdura a velha fábula do mistério soviético. Os americanos, por terem sido, nalgum tempo, educados no cheiro da propaganda, recusam-se a acreditar no que vêem. Persistem na convicção de que há uma "resposta russa", que "os russos fazem abatimentos nas notícias" e que eles (correspondentes) "não foram informados". Desenvolveram o que poderíamos chamar de COMPLEXO DE IGNORÂNCIA. Os fatos fundamentais do Estado Russo são claros, legíveis e bem conhecidos." (*Fortune*, Nova York, março de 1932, p. 57).

(2) Além das nocivas publicações intituladas de "infantis" ou "juvenis", que ora circulam entre nós (Brasil), e, nas quais, 90 % das figurinhas aparecem com armas brancas ou de fogo, os cartazes dos cinemas apresentam, salvo raras exceções, uns 70 % de cenas de violência, quadrilheiros (*gangsters*) exibindo até metralhadoras portáteis, ou, pelo menos, um indivíduo esmurrando outro. Nos 30 % restantes predominam as figuras femininas, em nudismo mais ou menos completo. (N. do T. — E.G.D.).

(3) Em Moscou e outras partes, o povo forma filas nos pontos de distribuição de jornais, ávido por obter as últimas edições dos vespertinos.

tiragem reunida da imprensa periódica da URSS, isto é, a reunião dos exemplares publicados de um número de cada periódico, corresponde aproximadamente ao número de lares existentes entre o golfo da Finlândia e a península de Kamchatka."

* * *

O leitor desprevenido, que não conhece o Sr. Segadas Viana, fica, pois, agora, capacitado para julgar da idoneidade desse deputado trabalhista, companheiro e irmão xifópago desse outro incomparável trabalhista Barreto Pinto.

Resumindo, o Sr. Segadas Viana citou falso e destacou seis linhas de um longo capítulo, que, isoladamente, poderiam significar o que absolutamente não era a opinião dos seus autores. Isto, todos reconhecem, é uma desonestidade incrível e inqualificável!

Jamais mantereí polêmicas com pessoas como o Sr. Segadas Viana, mas, sou dos que pensam ser obrigação de todo brasileiro desmascarar os que, guindados a altos postos por acaso ou processos excusos, procuram enganar o povo, servindo assim à reação e ao fascismo.

Essa, exclusivamente, a razão porque desmascarei o deputado trabalhista Segadas Viana.

Calvino Filho.

NOTA — Esta resposta ao Sr. Segadas Viana foi entregue a *Diretrizes* para ser publicada em 28-5-46, no dia seguinte à publicação da carta desse deputado trabalhista, nesse mesmo jornal. Em 4-6-46, a direção de *Diretrizes* me devolveu os originais desta resposta, alegando não poder publicá-la, apesar de matéria paga, por motivos de ordem interna. No mesmo dia 4-6-46 escrevi à direção de *Diretrizes* o seguinte bilhete: "Recebi, hoje, em devolução, os originais da minha resposta ao deputado Segadas Viana, referente à citação moliciosa que ele fez de um trecho do livro do casal Webb. Rogo-lhe publicar uma nota, inda que curtíssima e em qualquer página, salientando apenas que não me conformei com a pretensa demonstração do critério do Sr. Segadas Viana, porque ele fez citação de um trecho que, pelo fato de ser isolado, dá uma idéia errônea, falsa, mentirosa, do texto do qual foi isolado. Isto evitará que os leitores de *Diretrizes* fiquem na persuasão de que articulei uma acusação infundada. Com os meus cumprimentos." — Ainda desta vez, *Diretrizes* nada publicou. Algo deve haver de muito importante para *Diretrizes* recusar matéria paga... Por que? Talvez porque a *Diretrizes*, na aparência um jornal do povo e independente, não interessa desmascarar os "queremistas", "trabalhistas" e outros, mas, fingindo-se jornal de esquerda, para iludir os trabalhadores, mais não faz que o jogo das forças reacionárias, procurando dar visos de verdade às calúnias assacadas contra a URSS e desorientando os trabalhadores seus leitores com apelos conselheirais para que se submetam passivamente ao capitalismo estrangeiro espoliador, etc. Portanto, esta publicação desmascara ao mesmo tempo Segadas Viana, trabalhista, e *Diretrizes*, que finge ser jornal do povo, quando, em verdade, em verdade, não passa de um órgão mistificador, a serviço dos interesses do capitalismo.

Questões de Dialética

O MÉTODO DIALÉTICO MARXISTA

“...o materialismo dialético e histórico constitui o fundamento teórico do comunismo, a base teórica do Partido marxista e todo militante ativo do Partido Comunista é obrigado a conhecer esses fundamentos teóricos e a assimilá-los” (1).

Estas palavras definem com precisão a significação e o papel da filosofia marxista-leninista na luta pelo comunismo. O domínio da teoria mais avançada e revolucionária, a defesa do materialismo dialético e histórico contra os múltiplos adversários do marxismo-leninismo e seu desenvolvimento ulterior constituíram o elemento mais importante na preparação do novo Partido, autenticamente marxista, no desenvolvimento do bolchevismo.

A “*Historia do P.C. (b) da URSS*” assinala, convincentemente, que, sem o previo domínio da teoria revolucionária, nosso Partido não teria podido converter-se em Partido de novo tipo, não teria podido, em outubro de 1917, conduzir a classe operária e os camponeses ao triunfo, à vitória do socialismo.

O Partido Bolchevique não teria podido triunfar, em outubro de 1917, se seus quadros de vanguarda não houvessem possuído a teoria do marxismo, se não tivessem sabido ver nessa teoria um guia para a ação, se não tivessem sabido impulsionar a teoria marxista, enriquecendo-a com a nova experiência da luta de classes do proletariado (2).

Em que se baseia a força desta teoria? Quais são as qualidades que a convertem na arma mais eficaz de luta e de triunfo?

Num de seus artigos, Lênin escrevia que a força da teoria marxista consiste em sua justeza. “A doutrina de Marx é onipotente porque é exata” (3). Esta conclusão concisa encerra sentido muito profundo.

A filosofia marxista-leninista dá interpretação científica justa e consequente às leis da evolução da natureza e da sociedade. É o instrumento mais poderoso do conhecimento do mundo. Suas conclusões baseiam-se no estudo exato da realidade objetiva.

As noções e leis do materialismo dialético e histórico são cópias, reflexos do mundo objetivo, que existe independentemente do homem, das leis de sua evolução. Nisto se baseia a força, o valor inapreciável da filosofia do proletariado.

O conhecimento correto das leis da realidade não é, todavia, um objetivo em si mesmo. O conhecimento das leis do desenvolvimento da sociedade serve para orientar-se nas complexas condições da vida e da luta social, para conhecer em que direção evolue a sociedade e propor-se objetivos, em consonância com a evolução da própria realidade, para poder agir acertadamente.

A interpretação correta da realidade, o saber explicar o sentido dos acontecimentos, possibilita “prever a marcha dos acontecimentos e dis-

cernir não só como e para onde se desenvolvem os acontecimentos no presente, mas também como e para onde se hão-de desenvolver no porvir” (4).

Estas propriedades do materialismo marxista-leninista; 1) dar justa descrição objetiva da realidade, e 2) determinar acertadamente, sobre tal base, o curso dos acontecimentos, não só no presente, como também para o futuro, têm enorme importância. É, precisamente, do materialismo dialético que se deduz, lógica e inevitavelmente, o socialismo proletário de Marx, a teoria do comunismo científico.

Na época em que Marx e Engels atuaram, o poder da burguesia estava ainda sólido, o capitalismo desenvolvia-se ainda em linha ascendente.

Já então, contudo, os grandes teóricos do proletariado traçaram o quadro de evolução da sociedade, não só no presente, mas também para o porvir. Descobriram as leis do modo capitalista de produção, demonstraram que as leis de evolução da sociedade capitalista solapam, inevitavelmente, seus fundamentos, conduzem-na a uma situação em que as forças produtivas já não podem permanecer no marco capitalista; que essa contradição é resolvida pelo proletariado, a força produtiva mais importante da sociedade; que só pode resolvê-la a revolução proletária e o estabelecimento da ditadura do proletariado; e que o proletariado, reagrupando em redor de si todos os trabalhadores, constroem a nova sociedade, a sociedade socialista.

Lênin e Stalin desenvolveram ainda mais a doutrina dos fundadores do marxismo, adaptando-a à época do imperialismo, às novas condições da luta de classes do proletariado. Enriqueceram frutiferamente a teoria revolucionária.

Todo o curso posterior dos acontecimentos — a revolução socialista e a construção da sociedade socialista da URSS — tem confirmado, plenamente, as previsões de Marx e Engels, de Lênin e Stálin.

Que foi que deu aos fundadores do marxismo-leninismo a possibilidade de prever com exatidão tão surpreendente os acontecimentos, de assinalar os caminhos e meios de luta que levam o proletariado ao poder?

A resposta é clara: a teoria revolucionária, a filosofia marxista-leninista, a dialética materialista, que dão reflexo exato da realidade e o maior poder de previsão. Este é, precisamente, o sentido das palavras singelas e formidáveis de Lênin: a doutrina de Marx é onipotente, porque é exata, vitalmente justa.

A filosofia do materialismo dialético em seu conjunto, cada uma de suas conclusões em particular, têm enorme valor revolucionário prático. São instrumentos para a transformação revolucionária do mundo. O enorme valor da filosofia marxista-leninista assinala-se com força imensa na secção filosófica do capítulo IV do *Compendio de Historia do P.C. (b) da URSS*, capítulo pertencente à pena do camarada Stálin.

No presente livro, não analisaremos a filosofia marxista em seu conjunto, em todas as suas partes integrantes. O objetivo deste esboço não é senão o método dialético, o aspecto da filosofia marxista-leninista, que descobre o método de estudar os fenômenos da natureza e da socie-

dade, o metodo de conhecimento e de ação nas condições complexas da luta social, o aspecto denominado por Lênin a alma do marxismo.

II

O metodo dialetico de Marx, Engels, Lênin e Stálin é um metodo *materialista*. Sem compreender seu carater materialista, não é possível compreender o maior valor da dialetica revolucionária.

Antes de Marx e Engels, a dialetica foi elaborada, em todos os seus aspectos, pelo filosofo alemão Hegel, um dos fundadores do metodo dialetico. Mas Hegel era um idealista. Por isso, não obstante ter feito muito em beneficio do desenvolvimento do metodo dialetico, sua dialetica estava viciada na origem. Lênin escreveu que não se deve tomar a dialetica de Hegel na forma por ele dada, mas cumpre depurá-la, emancipá-la do idealismo, reelaborá-la de maneira materialista.

Marx e Engels desmascararam, por completo, o idealismo filosofico. Obtiveram plena vitoria para o materialismo filosofico. Em suas mãos, o metodo dialetico transformou-se na força teorica maior, no instrumento mais possante de conhecimento e ação revolucionarios.

A filosofia, como ciencia, tem longa historia. Faz mais de dois milenios e meio que os filosofos das diversas epocas, incitados pelas necessidades praticas de seu tempo, buscaram encontrar o sentido do mundo que os rodeava, de descobrir as leis da natureza. Por mais diversos que hajam sido, todavia, os sistemas filosoficos que criaram, nenhum deles pôde ou pode ignorar um problema: o da relação entre o espirito, a consciencia, a natureza, o ser.

Que é o primario, o espirito, as sensações do homem, suas ideias, sua consciencia ou a natureza, o ser, a materia? Os filosofos podem imaginar que ignoram este problema, que estão acima desse problema "elementar". Filosofos desta ordem houve muitos e ainda os há. Na realidade, porem, nenhum deles, nem sistema filosofico algum pôde ou pode esquivar-se ao problema da relação entre o pensar e o ser. O problema acerca do que é o primario, o espirito, as sensações do homem ou a natureza, a materia, envolve o "fundamento dos fundamentos" de qualquer concepção do mundo, de toda ciencia. Sem resolver este problema, toda concepção do mundo, toda ciencia carece de sentido. Sua solução pode ser consciente ou inconsciente, mas, sem o solucionar, não é possível dar um passo sequer no caminho do conhecimento.

Da solução deste problema dependem todas as orientações do conhecimento das concepções filosoficas. Se se partir do principio de que as ideias são o primario e a natureza o secundario não existente fora das ideias do homem, todos os demais problemas hão-de ser resolvidos tambem nessa direção. É preciso reconhecer, então, que o homem não é parte da natureza, seu produto supremo, mas, pelo contrario, a natureza é criação do homem. Logo, é mister reconhecer que, na natureza e na sociedade, não existe lei objetiva alguma, isto é, independente do homem; tudo se baseia em puras casualidades, e, do desejo ou não-desejo, da instrução ou da ignorancia dos homens, depende um ou outro estado da sociedade.

E, ao inverso, se se admitir que a natureza, a materia, são primarias e a consciencia, a sensação apenas são o produto supremo da materia, todos os demais problemas hão-de ser resolvidos tambem em tal direção.

Por isto, grande, embora, que haja sido o numero dos diversos sistemas e escolas filosoficos, todos eles se dividem em dois grandes campos fundamentais. Os que consideram que o espirito existia antes da natureza formam no campo do "idealismo"; os que pensam que o principio basico é a natureza, a materia, constituem o campo do "materialismo".

Entre estes dois campos filosoficos moveram-se e movem-se ainda hoje, muitas "escolas" e "sistemas" filosoficos, mas todos disfarçam o idealismo ou arrastam um materialismo vergonhoso.

Em 1908, depois da derrota da revolução de 1905-1907, na Russia, apareceram filosofos que se consideravam colocados acima do materialismo e do idealismo, julgando ter superado a "unilateralidade" dessas duas correntes principais. Foram os chamados empirocriticistas, os machistas (adeptos do filosofo austriaco Mach), os quais, sob a bandeira de uma falsa fidelidade ao marxismo, puseram em voga o idealismo mais puro e, alem disto, em suas formas mais reacionarias.

Lênin, em seu livro genial *Materialismo e Empirocriticismo*, desmascarou os machistas, demonstrando que, sob o estandarte de sistemas filosoficos "mais novos", ressuscitava, na realidade, a filosofia idealista do bispo inglês Berkeley, o qual, em principios do seculo XVIII, pregou a "teoria" de que só o homem sensível existe real e verdadeiramente, tudo mais não passando de um "complexo de sensações", a criação do "eu" humano. Berkeley considerou como fundamento ultimo das sensações Deus, que existe independentemente do homem.

Os machistas fugiram, cuidadosamente, ao problema fundamental da filosofia; a relação entre o pensar e o ser. Lênin, em compensação, demonstrou que, por detrás de todos os seus subterfugios e artimanhas, se ocultava uma solução idealista do problema filosofico fundamental.

"Por trás do montão dos novos artificios terminológicos, por trás da imundicie da escolastica pseudo-erudita, sempre achamos, sem exceção, os dois alinhamentos principais, as duas tendencias fundamentais na solução dos problemas filosoficos. Se se tem de tomar como o primario a natureza, a materia, o fisico, o mundo exterior e considerar como o secundario a consciencia, o espirito, a sensação... o psiquico, etc., tal é o problema fundamental que, "na realidade", continua a dividir os filosoficos em "dois grandes campos" (5).

Mais adiante, Lênin escreve que "as tentativas de fugir a estas duas tendencias filosoficas basicas não são mais que "charlatanismo conciliador" (6).

O idealismo objetivo de Hegel e outros, como uma das principais variantes do idealismo filosofico, situa a ideia, o espirito, como fundamento de tudo quanto existe, a igual do idealismo subjetivo. Apartando-se, contudo, deste ultimo, os representantes do idealismo objetivo consideram que a ideia, o espirito existe objetivamente, independentemente da consciencia do homem. Segundo eles, a ideia objetiva, em sua evolução, engendra a natureza, o homem e a realidade multipla e variada.

O idealismo objetivo, por seu modo de resolver o problema fundamental da filosofia, pertence também a um campo bem definido, diametralmente oposto ao materialismo filosófico. Tal é a sorte de todas as correntes filosóficas. Pertencem ao materialismo ou ao idealismo, não ha terceiro caminho.

No problema supremo da filosofia, ha ainda outro aspecto, extraordinariamente importante: é verídico o nosso conhecimento, pode o conhecimento humano refletir, veridicamente, a realidade, podem os nossos conhecimentos ter o valor de verdades objetivas, ou, seja, de verdades que reflitam, corretamente, a natureza?

A solução deste problema é, igualmente, de importancia invulgar. Este problema, também, assim como o que se relaciona com o que deve primar, o pensar ou o ser, requer resposta clara e definida.

Entre os filosofos, que negaram a possibilidade de conhecer ou de conhecer de modo completo o mundo, Engels distingue Kant e Hume.

Kant, em seu sistema filosófico, parte da tese de que o mundo exterior ou, como ele diz, o mundo "das coisas em si", é incognoscível. Divergindo dos demais idealistas, que negam a existencia do mundo exterior, independente da consciencia do homem, Kant reconhece a existencia de um mundo exterior, de coisas objetivamente existentes, mas considera-as como "coisas em si", negando a possibilidade de as converter em coisas para nós, ou, seja, a possibilidade de as conhecer.

Kant ergueu uma muralha entre o mundo das "coisas em si" e o dos "fenômenos". Do ponto de vista de sua filosofia, não são acessíveis ao homem senão os "fenômenos", não lhe é possível conhecer a natureza das proprias coisas objetivas.

O filosofo inglês Hume foi ainda mais consequente na negação da cognoscibilidade do mundo.

Se Kant reconhece que as sensações são produzidas pela influencia do mundo exterior sobre o homem, Hume negava, em geral, a exatidão de tal conhecimento.

Hume argumentava:

Os homens costumam pensar na existencia de um mundo exterior que não depende de nossa percepção e continuaria a existir até depois de desaparecer a substancia capaz de sentir. Este pensamento é, no entanto, facilmente destruido pela filosofia, a qual afirma que só imagens e percepções são acessíveis à nossa inteligencia. Na realidade, argumenta Hume, nossos sentidos são canais mediante os quais essas imagens e percepções são transmitidas. Não podem nossos sentidos estabelecer relação direta, contacto entre a inteligencia e o objeto. E, se o homem não lida senão com as respectivas percepções, com as respectivas sensações, que direito lhe cabe de argumentar sobre qualquer objeto exterior que sobre ele influa, se esse objeto não lhe é absolutamente acessível?

Hume cita o exemplo da sensação que se experimenta ao perceber uma mesa.

"A mesa que vemos parece menor, à medida que nós afastamos dela, mas a mesa real, a que existe independentemente de nós, não sofre

alteração; por conseguinte, à nossa mente outra coisa não se apresentou senão a imagem da mesa" (7).

Dai Hume tira a seguinte dedução:

"A mente nunca tem presente a si coisa alguma fora das percepções e não está em condições, absolutamente, de conseguir sequer a menor experiencia relativa à sua conexão com os objetos. Por isto, carece de todo fundamento logico supor essa conexão" (8).

Este ponto de vista foi denominado agnosticismo. Lênin, em seu livro *Materialismo e Empirocriticismo*, dá uma explicação popular do agnosticismo, que obteve grande extensão no desenvolvimento posterior da filosofia burguesa:

"Agnostico é uma palavra grega: A quer dizer, em grego, não; gnos, conhecimento. O agnostico diz: ignoro se ha ou não realidade objetiva refletida por nossas sensações e declaro impossível sabê-lo" (9).

O característico de todos os agnosticos é sua negação do conhecimento como reflexo, como copia da realidade objetiva. O agnostico não pode reconhecer o conteúdo objetivo de nossas representações e noções. E isto é natural. Dado que, segundo ele, só lidamos com as percepções, com as imagens dos objetos, não é possível falar de um conteúdo objetivo de nosso conhecimento.

Deste ponto de vista, é verdade tudo quanto pense este ou aquele homem ou grupo de homens; se a um homem ou grupo de homens parecem reais, não seres inventados, os demonios e duendes, tais imaginações não podem ser refutadas. Não é possível refugar afirmação alguma alem da possibilidade de confrontar a inteligencia do homem com o mundo exterior, com a realidade objetiva. Já vimos, contudo, que Hume, em principio, nega a possibilidade de semelhante confronto. O agnosticismo, por conseguinte, está fazendo o jogo da reação, do clericalismo.

O agnosticismo solapa as bases de todo pensamento autenticamente científico. Só reconhece as sensações e não vai alem das mesmas. Nega toda possibilidade de conhecer o mundo exterior, objetivo. E esta negação é, em absoluto, incompatível com a ciencia.

Quando, depois da derrota da revolução de 1905, na Russia, os agnosticos e idealistas subjetivos domesticos Bogdanov, Basarov, e outros, ocultando-se por detrás da cortina do "empirocriticismo" e do "empirionismo", iniciaram a cruzada contra o materialismo dialetico e, sob pretexto de corrigir e completar o marxismo, buscaram arrumar os velhos trastes burgueses do agnosticismo, Lênin, em seu livro, *Materialismo e Empirocriticismo*, fez uma crítica desapiedada do agnosticismo e demonstrou como o materialismo dialetico resolve, positivamente, o problema de se são ou não capazes nossos sentidos, nosso conhecimento de ser fiel reflexo da realidade.

Lênin via a diferença fundamental entre o materialismo dialetico e o agnosticismo no fato do primeiro, diverso do segundo, reconhecer a realidade objetiva como fonte de nossas sensações e as considerar reflexos fieis da realidade.

Tanto o materialista como o agnostico admitem que nossos conhecimentos provêm da experiencia, das sensações, mas o agnostico nada reconhece fora dos limites das sensações. Não vê, não quer ver que as

sensações são o resultado da influencia do mundo exterior, das "coisas em si" sobre os nossos sentidos.

Pelo contrario, o materialismo dialetico não se detem nas sensações. Reconhece a existencia de um mundo exterior objetivo que, influiu sobre nós, provoca nossas sensações e percepções.

"O materialista, diz Lênin, ... afirma a existencia e cognoscibilidade das coisas em si. O agnostico não admite sequer a ideia das coisas em si, declarando que não podemos saber delas nada que mereça fé" 10).

Assim, o materialismo dialetico, contrariamente aos agnosticos, responde afirmativamente à pergunta de se nossas representações e noções sobre a realidade podem ser seu reflexo fiel. As noções e representações do homem, se são fieis, são reflexos espelhados, copias, retratos das coisas, do mundo objetivo. Só do ponto de vista da incognoscibilidade das coisas se pode afirmar que nossas sensações não são senão simbolo, hieroglifo, distintivo impreciso do mundo exterior. Na realidade, ao conhecer o mundo exterior, recebemos, não a similitude abstrata deste mundo, mas seu reflexo certo, sua copia.

Quando observamos, por exemplo, uma arvore, nossas sensações e representações a seu respeito não são, porventura, o reflexo da arvore real, objetiva, que é a fonte de nossas representações?

Quando estudamos, por exemplo, as propriedades do fogo, esses estudos não nos dão, acaso, um reflexo fiel das mesmas?

Tchernitchevski refutou, esplendidamente, os "naturalistas simplistas" que, cheios da leitura dos idealistas, anunciam: "não conhecemos os objetos tais como são em si, tais como são na realidade, mas apenas nossas sensações dos objetos, apenas nossa atitude diante dos objetos".

Tchernitchevski cita um exemplo simples: "Estamos vendo alguma coisa, suponhamos, uma arvore. Outro homem olha para o mesmo objeto. Fitemos-lhe os olhos, nos quais a arvore se reflete por completo tal como a vemos nós. E então? Dois quadros completamente iguais: um vemos diretamente; o outro, nos espelhinhos dos olhos desse homem. O segundo quadrinho é copia fiel do primeiro..."

O original e a copia são iguais; nossas sensações são iguais às copias...

Vemos os objetivos tais como, na realidade, existem (11).

O agnostico, entretanto, recusa-se a tomar em consideração todos estes argumentos. Sustenta o seu: não podemos saber como são as coisas em si mesmas.

O agnostico diz: Bem, admitamos que os materialistas tenham razão. Admitamos que a fonte das sensações é a realidade objetiva. Permitam-me, porem, que lhes faça uma pergunta: em que base reconhecem os senhores que suas sensações e noções correspondem ao mundo exterior, que são seu reflexo preciso? Uma vez que o unico que têm é a percepção não podem estabelecer a conexão, o contacto entre suas sensações e o mundo objetivo.

A estas perguntas, com as quais o agnostico julga haver erguido barreira intransponivel para o materialismo, o dialetico materialista responde: a pedra de toque para a verificação da veracidade de nossas sensações e noções é a pratica, a atividade pratica da humanidade.

Através da atividade, da pratica, comprovamos se nossos conhecimentos refletem, de maneira exata ou inexata, as propriedades das coisas.

"Do momento, escreve Engels, em que aplicamos estas coisas, conforme as propriedades que nelas percebemos, a nosso proprio uso, submetemos as percepções de nossos sentidos a uma prova infalivel quanto à sua exatidão ou falsidade. Se estas percepções eram falsas, tem de sê-lo também nosso juizo acerca da possibilidade de empregar a coisa de que se trata e nosso intuito de empregá-la terá de falhar forçosamente. Se conseguirmos, todavia, o fim visado, se verificarmos que a coisa corresponde à ideia que dela formavamos, que nos dá aquilo que dela esperavamos ao empregá-la, teremos a prova positiva de que, dentro destes limites, as nossas percepções acerca desta coisa e suas propriedades coincidem com a realidade existente fora de nós..." (12).

Engels, para demonstrar este seu pensamento, cita o exemplo seguinte: o sistema de Copernico, que descobriu não estar a terra no centro do universo, mas girar em redor do sol, continuou a ser, durante tres seculos, uma hipotese, uma conjectura, cuja veracidade se podia refutar ou afirmar. Quando o sabio Leverrier, no entanto, guiando-se por esse sistema, não só demonstrou existir outro planeta, desconhecido até então, Netuno, mas calculou também o lugar em que o referido planeta se tinha de encontrar no firmamento e quando outro sabio, Galileu, descobriu, depois, efetivamente, o sistema de Copernico, diz Engels, ficou demonstrado. A pratica confirmou e demonstrou sua veracidade.

O mesmo sucedeu com a teoria do comunismo científico de Marx e Engels.

Durante longo periodo, a teoria do marxismo acerca do desaparecimento inevitavel do capitalismo e da vitoria da sociedade socialista foi conjectura teorica. Havia não poucos apaniguados que afirmavam ser essa teoria irrealizavel, não corresponder à realidade, etc. Quando os operarios e os camponeses russos, entretanto, acabaram, praticamente, com o regime de miseria e opressão e realizaram os grandes ideais do marxismo, a teoria do comunismo científico ficou, na pratica, demonstrada.

Pode-se mencionar outro exemplo: já na primeira metade do seculo XIX, assinalaram os socialistas utopicos que o regime capitalista havia de ceder seu lugar ao regime socialista. Os metodos, porem, que eles propuseram à humanidade para essa reconstrução da sociedade nada tinham de comum com os que se depreendem da doutrina de Marx e Engels. Os chefes do proletariado assinalaram que só a revolução violenta destruirá o regime capitalista e criará as condições para a construção da nova sociedade. Os socialistas utopicos cifraram suas esperanças na razão do homem ilustrado, que leva a efeito seus planos.

A pratica da evolução social tem demonstrado do lado de quem estava a razão.

Nada ha, por conseguinte, de insuperavel na pergunta que formulam os agnosticos acerca de onde se enraiza a certeza da veracidade de nossas sensações. Tal certeza, conforme vimos, enraiza-se na atividade pratica dos homens.

Assim, pois, o problema supremo da filosofia — o problema da relação entre o pensar e o ser e da cognoscibilidade do mundo — é resolvido pelos materialistas de uma maneira e pelos idealistas, de outra, diferente. São dois campos irreconciliáveis, que, ao longo de toda a história da filosofia, mantiveram e continuam a manter luta encarniçada um com o outro. Muitos séculos estão cheios dessa luta entre o materialismo e o idealismo. Já no próprio começo, no berço do desenvolvimento da filosofia, na Grécia antiga, existia a tendência materialista de par com a idealista. Toda a história posterior da filosofia continua a ser a história da luta entre o materialismo e o idealismo.

Seria injusto pensar que se trata de luta do pensamento “puro”, luta sem relação alguma com os interesses sociais, com os problemas básicos da luta político-social. Na realidade, a luta entre o materialismo e o idealismo foi sempre e continua a ser a expressão da luta entre as classes. Por trás dos dois campos filosóficos, estão as classes antagonicas em luta pelas questões mais fundamentais da economia e da política.

Nas palavras finais de seu livro *Materialismo e Empirocriticismo*, escreve Lênin que o empirocriticismo, ou seja, uma das variantes do idealismo, tem caráter classista definido.

“...por trás do escolasticismo gnoseológico do empirocriticismo não se pode deixar de ver a luta dos partidos na filosofia, luta que reflete, em última instância, as tendências e a ideologia das classes inimigas dentro da sociedade moderna. A moderna filosofia tem o mesmo caráter partidista que a de dois mil anos atrás. Os partidos em luta, embora a essência das coisas se dissimule sob moderna fraseologia charlatanesca-pseudoerudita ou de estúpido sem-partidismo, são o materialismo e o idealismo. Este último é apenas a forma fina, refinada do fideísmo (isto é, a doutrina que põe a fé no lugar da ciência; o autor), que se ergue plenamente armado, tem sob seu controle grandes organizações e continua, invariavelmente, a influenciar as massas, aproveitando em seu favor as vacilações, por menores que sejam, do pensamento filosófico. O papel objetivo, classista do empirocriticismo reduz-se, exclusivamente, a servir aos fideístas em sua luta contra o materialismo em geral e contra o materialismo histórico em particular” (13).

A luta entre o materialismo e o idealismo é, deste modo, a luta entre dois campos filosóficos, por trás dos quais se acham as diversas classes.

III

A filosofia idealista está sempre ligada à religião, ao clericalismo, é sempre, de uma forma ou de outra, reacionária, defende a causa das classes reacionárias.

O idealismo filosófico leva, inevitavelmente, ao clericalismo, é o caminho verdadeiro para o obscurantismo religioso. No principal, no fundamental, o idealismo e a religião são idênticos, iguais. Tanto o idealismo como o clericalismo partem do pressuposto de que, antes de tudo, existe a ideia, o espírito, Deus e de que o mundo material é, apenas, produto da ideia, de Deus, do ser supremo. Sob este aspecto, não há diferença substancial alguma entre os filósofos idealistas e os curas mais

francos. Só o que há é que os filósofos idealistas disfarçam as suas ideias clericais reacionárias com palavras diversas que apenas procuram enganar aos outros.

“Todos os idealistas, escrevem Marx e Engels, tanto filósofos como religiosos, tanto os velhos como os novos, acreditam na ação do Espírito Santo, no Apocalipse, em salvadores, em criadores milagrosos. Que essa fé adote a forma rudimentar, religiosa ou a forma ilustrada, filosófica, não depende senão do grau de instrução” (14).

Os idealistas de todos os matizes odeiam o materialismo, combatem por todos os meios a ciência, afim de deixar livre o lugar para Deus, “o criador supremo”.

O filósofo Kant declarou, sem rodeios, que tinha limitado os conhecimentos, a ciência, para deixar lugar à fé, a Deus. Hegel procurou também tingir os materialistas de idealistas, maltratou, por todos os meios, os representantes do materialismo.

Lênin, depois de ler Hegel, faz notar, em seu resumo das obras filosóficas deste, os casos de semelhante maltrato. E escreve:

“Demócrito (materialista da antiga Grécia; o autor) é considerado por Hegel, absolutamente, como uma madrasta... O idealista não pode suportar o espírito do materialismo” (15).

Com relação às palavras de Hegel sobre Epicuro, filósofo materialista da Grécia antiga: “Epicuro carece de... um objetivo final do mundo, da sabedoria do criador”, Lênin nota: “Piedade, Senhor! Canalha idealista!” (16).

O idealismo filosófico serve de base ao clericalismo, apoia-lhe as aspirações reacionárias de limitar a ciência, de substituí-la pela religião.

Claro está que daí não se deve tirar a dedução de que todos os idealistas, sem exceção, sejam reacionários, nada hajam feito pela ciência, de que não se deve estudá-los, etc. Assim, por exemplo, a filosofia clássica alemã do século XIX exprimiu, é certo que de forma muito contraditória, as aspirações progressistas do tempo respectivo. Há idealistas que muito têm feito pelo desenvolvimento da ciência, mas, neste caso, querendo ou sem querer, agiram como materialistas. O próprio Kant fez muito em favor do desenvolvimento da ciência das leis da formação do sistema solar, mas nas obras em que expõe sua teoria do céu, não há lugar, substancialmente, para o “sábio criador”, apesar de o mencionar muito amiúde. Nessas obras, descobrem-se as leis objetivas do mundo material.

Hegel fez muito pelo desenvolvimento do método dialético, mas, em sua dialética, conforme Lênin assinala, só adivinhou, genialmente, as leis do desenvolvimento das coisas materiais objetivas, dos fenômenos da natureza, apoiou-se na dialética do mundo objetivo. De outro modo, Hegel não teria podido dar um passo que fosse na teoria da dialética.

Em geral, a filosofia idealista, em seus princípios, é todavia, reacionária, dado que freia o desenvolvimento da ciência, em particular da ciência da natureza. Onde reina o idealismo filosófico, as condições para o desenvolvimento das ciências naturais são muito desfavoráveis. Na Idade Média, quando o idealismo era a filosofia dominante, o desenvolvimento da ciência efetou-se com vagar muito maior do que em qualquer

outro dos períodos históricos. E também em nossos dias reinam nos países capitalistas as formas mais reacionárias e abomináveis do idealismo. A ciência, em alguns deles, é perseguida com a mesma sanha que durante a Idade Média.

O papel do idealismo filosófico é igualmente reacionário no que se refere à ciência sobre a sociedade, sobre a história da sociedade.

A filosofia idealista solapa todo fundamento real de uma interpretação autenticamente científica da história.

O idealismo filosófico aplicado à história, à sociedade, supõe que a consciência social, as idéias dos homens são o primário. As condições materiais de existência da sociedade, as condições de produção, etc. são o secundário, derivado da consciência.

O idealismo, como norma, nega, por isto, a existência das leis objetivas pelas quais se rege a vida social, a evolução da sociedade. Do ponto de vista do idealismo, a existência social é determinada pelas idéias e não ao inverso. Uma vez, contudo, que existem muitos homens, há também muitas idéias das orientações mais variadas. Devido a tanto, na opinião da maioria dos idealistas, reina na sociedade, a casualidade, a surpresa. O conhecimento, porém, converte-se em ciência só quando descobre as leis do desenvolvimento, as leis que existem independentemente da consciência dos homens. Do ponto de vista do idealismo, tais leis não existem em geral.

Se a consciência, as idéias são, como afirmam os idealistas, primárias e a existência social secundária, depreende-se daí que uma ou outra forma da sociedade não depende das circunstâncias objetivas, mas do desejo dos homens, de sua inteligência ou ignorância; os homens vivem bem quando suas personalidades, grandes ou ilustres, engendram idéias sábias e boas e as realizam; caso contrário, os homens vivem mal quando suas personalidades ilustres se inclinam para idéias não-boas ou quando os homens maus impedem o bom rei ou o bom governante de se apropriar das grandes idéias. Tem-se, assim, que a história se baseia na consciência, na moral, nos sentimentos dos homens inteligentes ou não-inteligentes, dos homens bons ou maus. Esta é toda a "sabedoria" do idealismo filosófico aplicado à história, à sociedade.

As classes exploradoras, para consolidar sua posição, fazem uso das interpretações idealistas da história. Não lhes convém a interpretação científica das leis objetivas pelas quais se rege a evolução social, uma vez que a ciência demonstra sua morte inevitável. Marx escreveu que os auxiliares estudiosos da burguesia receiam penetrar na essência das coisas para não chegar a resultado pouco plausível do ponto de vista da polícia.

Depois do aparecimento de *O Capital*, de Marx, os sábios burgueses, que silenciaram, de início, essa grande obra, deram o grito contra ela. E compreende-se, já que Marx, no *O Capital*, descobriu as leis objetivas do desenvolvimento e a morte do capitalismo. Com sua doutrina, Marx dotou o proletariado combatente de poderosa arma de luta contra a burguesia.

Os que proclamam, também, nas palavras, seus ideais socialistas e, na atividade prática, se guiam pelos princípios da filosofia idealista, fazem o jogo das classes exploradoras.

No Compendio de História do P.C. (b) da URSS, assinala-se:

"A falência dos utopistas, neles incluindo os populistas, os anarquistas e os social-revolucionários, explica-se, entre outras razões, porque não reconheciam a importância primária das condições de vida material da sociedade quanto ao desenvolvimento desta, mas, caindo no idealismo, erguiam toda a ação prática, não sobre as exigências do desenvolvimento da vida material da sociedade, mas, independentemente delas e de encontro a elas, sobre "planos ideais" e "projetos universais", sem ligação com a vida real da sociedade" (17).

Os socialistas utopistas criticavam, acerbamente, o regime capitalista. Puseram a nú, justamente, os defeitos do capitalismo, que condena as massas populares à ruína, à miséria, à fome e à ignorância. Os utopistas maldiziam a sociedade capitalista e edificaram múltiplos projetos para salvar a humanidade da ulcera do capitalismo. Como idealistas, que eram, acreditavam, no entanto, fosse suficiente inventar um bom plano de ordem social e persuadir os governantes de o realizar, afim de destruir, assim, todos os horrores do regime capitalista. Os utopistas, apartando-se do movimento histórico real, não viam, nem compreendiam, que é na própria realidade, na base das contradições existentes entre as forças produtivas e as relações de produção da sociedade capitalista, que amadurecem as forças que hão-de destruir o capitalismo e criar a Sociedade Socialista.

Em 1847, Marx escreveu uma de suas mais brilhantes obras, *Miséria da Filosofia*, na qual submete a crítica severa os "remédios salvadores" de Proudhon, utopista bequeno-burgues que criou um dos múltiplos "planos ideais" para salvar a humanidade da exploração capitalista. E Marx demonstrou que o utopismo de semelhantes planos tem como ponto de origem o idealismo filosófico.

Na carta a P. V. Anienkof, Marx resume da seguinte maneira sua crítica a Proudhon:

"Em vez do grande movimento histórico que brota do conflito entre as forças produtivas já alcançadas pelos homens e suas relações sociais, que já não correspondem a essas forças produtivas; em vez das guerras espantosas que se preparam entre as diversas classes de uma nação e entre as diferentes nações; em vez da ação prática e violenta das massas, a única que pode resolver esses problemas, ... o senhor Proudhon põe o movimento fantástico de sua cabeça; são os sábios, os homens capazes de perscrutar os pensamentos reconditos de Deus que fazem a história. Aos homens insignificantes só incumbe por-lhes em prática as revelações" (18).

A substituição do movimento histórico real pelo movimento das idéias na cabeça é o princípio fundamental da interpretação idealista da história.

A ação prática dos populistas, social-revolucionários e anarquistas russos também pode servir de exemplo da esterilidade e da nocividade da interpretação idealista da história.

O terror individual, o assassinio de representantes isolados da autocracia tsarista foi seu método predileto de luta contra a autocracia.

Os resultados da aplicação desse método não podiam ser mais deploráveis: em lugar de um satrapa tsarista assassinado erguiam-se outros não menos cruéis. Esse método desviou-se das tarefas indispensáveis da luta revolucionária, freiou o desenvolvimento do movimento revolucionário de massas.

Não é difícil compreender que o método de terror dos populistas derivava, logicamente, da respectiva interpretação idealista da história. Já que esta ou aquela forma social depende de uma personalidade ilustre, de seus bons desejos, a tarefa consiste em afastar o homem que tem más intenções e colocar no lugar dele um homem de intenções boas. A história, segundo eles, faz-na as personalidades ilustres, os "heróis"; a massa é apenas "multidão" passiva.

O materialismo filosófico leva a outros resultados, completa e diretamente opostos na ciência sobre a natureza e a sociedade.

A filosofia materialista, em seu desenvolvimento histórico, tem sofrido diversas alterações. A cada nova grande descoberta no estudo da natureza, o materialismo filosófico adquire nova forma. O materialismo, por oposição ao idealismo, foi enorme fator progressivo no desenvolvimento das ciências naturais. Não se concilia com o clericalismo, luta contra a superstição e contra o obscurantismo, impele a ciência para adiante.

Já na Grécia antiga o materialismo filosófico era a fonte do desenvolvimento dos conhecimentos sobre a natureza, sobre as leis que a regem. Os nomes dos filósofos materialistas da antiga Grécia, Demócrito, Epicuro, resplandecem na constelação dos maiores pensadores do mundo que levam para diante o pensamento científico.

Depois da Idade Média, quando começou novo período no desenvolvimento da ciência, que enriqueceu a humanidade com importantes descobertas e investigações, o movimento científico tornou a marchar sob a bandeira do materialismo filosófico. A ciência alcançou os maiores êxitos, graças, apenas, ao fato de repelir a escolástica e a logomaquia idealistas, colocando em seu lugar o estudo materialista, experimental da natureza, a investigação dos fenômenos da natureza.

Enorme valor para o progresso do pensamento humano, para a vitória da ciência e do conhecimento científico sobre o idealismo religioso e filosófico têm os materialistas franceses do século XVII, Holbach, Helvecio, Diderot e outros. Em sua luta contra a sociedade feudal, de servidão, defenderam, ardentemente, o materialismo, a ciência; manifestaram-se, acerbamente, contra a ideologia medieval, contra a religião; ridicularizaram, maliciosa e implacavelmente, o clericalismo; e foram partidários do progresso da ciência. Ao longo de toda a história moderna da Europa, a evolução do pensamento está relacionada com o materialismo filosófico.

Claro está que, entre os materialistas, houve também homens que mais não fizeram do que desacreditar a linha materialista na filosofia. Tais foram, por exemplo, os materialistas vulgares do século XIX, Büchner, Vogt e outros, que não concediam papel algum às idéias e

à consciência, interpretando de maneira vulgar o materialismo filosófico. Isso não exclui, todavia, absolutamente, que, na história da Europa, haja sido, precisamente, o materialismo a bandeira do progresso da ciência.

Lénin aprecia do seguinte modo o valor do materialismo naquele período:

"Ao longo de toda a história moderna da Europa e, especialmente, em fins do século XVIII, na França, onde se travou a batalha decisiva contra toda a barragem medieval, contra a servidão nas instituições e nas idéias, o materialismo acreditou-se como única filosofia consequente, fiel a todas as teorias das ciências naturais, hostil à superstição, à beatice, etc. Por isso, os inimigos da democracia buscaram, com todas as forças, "refutar", minar, caluniar o materialismo e defenderam diversas formas do idealismo filosófico, que se reduzem sempre, de um modo ou de outro, à defesa ou ao apoio da religião (19).

Extraordinariamente importante é a observação de Lénin no sentido de que os inimigos da democracia sempre se manifestaram contra o materialismo. Os inimigos da democracia sempre procederam contra a ciência, contra o desenvolvimento do pensamento humano, no qual viram perigo sério e profundo para a sociedade exploradora. Em sua luta contra a democracia, apoiaram-se ou apoiaram-se no idealismo filosófico, que lhes possibilita pregar a "teoria" da eternidade do regime de exploração, estabelecido por Deus, da inviolabilidade sagrada da propriedade privada. Pelo contrário, os representantes do progresso revolucionário — por exemplo, na época da preparação da revolução burguesa francesa de 1789 — lutaram contra toda a sorte de obscurantismo e essa luta manteve-se sob a bandeira do materialismo filosófico. O materialismo deu aos partidários da democracia a possibilidade de demonstrar a falsidade da afirmação dos ideólogos feudais sobre a existência eterna da sociedade feudal, deu o fundamento para a criação da teoria democrática sobre o homem, as condições de sua existência, os meios de lhe mudar a vida.

O materialismo filosófico foi a base para o desenvolvimento da ciência. Não foram materialistas espontâneos por casualidade muitos dos maiores experimentadores naturalistas. Ao se verem com a natureza, abordaram-na e interpretaram-na tal como ela existe, na realidade, objetivamente, sem mescla de espécie alguma de diabolismo idealista. Aqui temos mais um dado a favor da afirmação de que não é possível fazer a ciência adiantar-se se não se é filósofo materialista.

O materialismo atinge sua forma suprema na doutrina filosófica de Marx. Lénin, escreveu que:

A filosofia de Marx é o materialismo filosófico acabado, que deu à humanidade e, em particular, à classe operária, uma arma formidável de conhecimento (20).

O materialismo de antes de Marx foi, de um modo ou de outro, um materialismo limitado.

Esse materialismo foi, antes de tudo, um materialismo metafísico, antidialético. Não concebia os fenômenos da natureza e da sociedade em sua conexão, evolução e transformação. Muito ao contrário, os fenômenos eram tomados como estaveis, como dados de uma vez para sempre.

desenvolvendo-se, apenas, em círculo imutável, que se repete incessantemente.

Marx e Engels, utilizando e reelaborando, criticamente, o mais valioso que havia na dialética de Hegel, elevaram o materialismo ao nível do materialismo dialético. Por oposição aos materialistas metafísicos, os materialistas dialéticos não concebem a natureza e a sociedade

“como alguma coisa quieta e imóvel, estagnada e imutável, mas como alguma coisa sujeita a perene movimento e a mutação constante, como alguma coisa que se renova e se desenvolve incessantemente e em que sempre há alguma coisa que nasce e se desenvolve e alguma coisa que morre e caduca” (21).

O materialismo filosófico marxista considera a matéria, a natureza, como realidade objetiva, como o primário. A matéria, por sua vez, é inseparável do movimento. O movimento é a forma de ser da matéria, a forma de sua existência. Todo o processo histórico do desenvolvimento da natureza é o processo de desenvolvimento da matéria, seu transito de uma forma de movimento para outra. O próprio raciocínio do homem não é senão produto desse processo histórico de evolução da matéria, produto da matéria altamente organizada.

O materialismo filosófico marxista é a única base científica para o desenvolvimento das ciências naturais. Esse materialismo não se diferencia, todavia, do anterior a Marx, só por seu ponto de vista dialético sobre a natureza. Todas as formas anteriores do materialismo coincidem numa concepção idealista da sociedade, sobre as leis pelas quais se rege sua evolução. Os velhos materialistas, embora sendo materialistas em seus pontos de vista sobre a natureza, eram idealistas no terreno dos problemas sociais.

Assim, por exemplo, os próprios materialistas franceses do século XVIII, que consideravam o homem, sua conduta, sua moralidade dependentes do meio social, partiam da base de que só a idade de uma “sociedade racional”, de uma “sociedade justa”, é capaz de mudar a situação existente e criar novas condições para a vida social. Eram idealistas quanto às leis pelas quais se rege a vida social.

Marx e Engels estenderam o materialismo filosófico ao campo também da evolução social.

“Aprofundando e desenvolvendo o materialismo filosófico, Marx levou-o até seu termo e fez extensivo seu conhecimento da natureza ao conhecimento da *sociedade humana*” (22).

A aplicação à sociedade do princípio fundamental do materialismo acerca do primário da matéria significa que também as condições materiais da vida da sociedade são primárias, básicas e as ideias sociais são, apenas, o reflexo dessas condições.

Aplicando, consequentemente, este princípio à sociedade, Marx e Engels efetuaram a maior revolução na ciência. Deram à humanidade e, em primeiro lugar, à classe operária, uma teoria autenticamente científica sobre a evolução social. Pulverizaram a mística idealista que punha a sociedade na dependência de casualidades, das ideias do “grande homem”, negando a existência de leis objetivas pelas quais se rege sua evolução.

Os homens, as novas gerações, ensinaram Marx e Engels, sempre encontram as condições de sua vida material já existentes. São essas condições materiais ou o modo de produção dos bens materiais que determinam toda a fisionomia da vida dos homens: suas relações sociais, a forma política da sociedade, sua consciência e suas ideias. A evolução e a transformação das condições materiais da vida conduzem, inevitavelmente, à mudança também das relações sociais, de todas as superestruturas políticas e ideológicas. No seio da velha sociedade, preparam-se e amadurecem as condições para a mudança das relações sociais existentes, na passagem à nova sociedade. As causas dessa passagem não são a ideia, a razão, mas a alteração ocasionada nas forças produtivas, seu progresso.

De tal modo, no desenvolvimento da sociedade, existem leis objetivas ferreas que se realizam com necessidade natural. São, precisamente, essas leis objetivas que criam a possibilidade da ação consciente dos homens. *Sem a existência delas, o homem individual, as classes e os partidos não poderiam agir conscientemente. Só o conhecimento das leis da sociedade proporciona às classes combatentes a arma mais eficaz da luta consciente, da ação revolucionária consciente.*

“Isto quer dizer que, em política, para não se equivocar e se converter numa coleção de sonhos vãos, o Partido do proletariado deve tomar, como ponto de partida para sua ação, não os “princípios” abstratos da “razão humana”, mas as condições concretas da vida material da sociedade, que constituem a força decisiva do desenvolvimento social; não os bons desejos dos “grandes homens”, mas as exigências reais impostas pelo desenvolvimento da vida material da sociedade” (23).

Citaremos um exemplo de como o Partido Bolchevique, em sua ação prática, se guia pelas conclusões fundamentais do materialismo filosófico.

No *Compendio de Historia do P.C. (b) da URSS*, assinala-se que, durante o período da coletivização em massa, se cometeram, em alguns lugares, certos desvios.

“Faltando à norma do Comité Central, segundo a qual o elo fundamental do movimento kolrosiano era o artel agrícola, em que só se coletivizam os meios básicos de produção, houve uma série de localidades nas quais, atabalhoadamente, se saltou por cima do artel à comuna e se implantou a coletivização das vivendas, do gado leiteiro e menor, não destinado ao mercado, das aves de criação, etc.” (24).

O Partido e o camarada Stálin assinalaram que não se pode decretar e implantar a comuna de cima, que a forma fundamental do movimento kolrosiano, na etapa referida, é o artel agrícola; que o tempo da comuna, isto é, da forma suprema do movimento kolrosiano ainda não tinha chegado.

Em sua luta contra a substituição do artel pela comuna, o Partido não agiu por força de certos “princípios da razão humana” abstratos, segundo os quais o artel, suponhamos, é melhor do que a comuna. O Partido, como ponto de partida, tomou o importante princípio do materialismo filosófico marxista, de acordo com o qual as condições concretas da vida material constituem a força decisiva da sociedade. Essa força

decisiva foi, precisamente, que determinou, *objetivamente*, que o artel agrícola fosse a *forma principal* do movimento kolrosiano da etapa mencionada. Na base do estado existente das forças produtivas, só o artel agrícola podia ser a forma principal do movimento kolrosiano. Só essa forma correspondia às condições materiais existentes, só ela foi originada pelas necessidades reais do desenvolvimento da vida material da sociedade soviética.

Pelo contrario, para transformar a comuna na forma predominante do atual movimento kolrosiano não existem ainda, hoje, suficientes condições objetivas, isto é, condições materiais.

A comuna distingue-se do artel pelo fato de, na primeira, estarem socializados não só os meios fundamentais de produção, mas também a distribuição, a maneira de viver. O nascimento dessa forma suprema do movimento kolrosiano não pode ser facilitado pelos "princípios da razão humana", mas, acima de tudo, pelo desenvolvimento real das forças produtivas, da técnica.

A futura comuna, disse o camarada Stálin, em seu informe perante o XVIII Congresso do Partido, surgirá do artel desenvolvido e prospero. A futura comuna agrícola surgirá quando, nos campos e nas granjas do artel, abundarem os cereais, o gado, as aves, os legumes e todos os demais produtos; quando se organizarem, junto aos arteis, lavanderias mecânicas, cozinhas e refeitórios modernos, padarias mecanizadas, etc.; quando o kolrosiano vir que lhe é mais benéfico receber carne e leite da granja do que manter sua vaca e seu gado miúdo; quando a kolrosiana vir que mais lhe convém almoçar no refeitório, comprar o pão na padaria e receber a roupa lavada da lavanderia coletiva do que ocupar-se em pessoa com essas coisas. A futura comuna surgirá à base de técnica mais desenvolvida e de um artel mais desenvolvido, à base da abundância de produtos (25).

O desenvolvimento prático do movimento kolrosiano confirmou, plenamente, a linha do Partido. O artel agrícola, a forma acessível à consciência das vastas massas camponesas, facilitou e facilita a consolidação dos kolroses, o crescimento do respectivo bem-estar, o desenvolvimento das forças produtivas respectivas. O artel agrícola prepara, manifestamente, as condições para a passagem futura à comuna agrícola. O desenvolvimento e a consolidação do artel — forma principal do movimento kolrosiano, na etapa atual — é o caminho para a comuna futura, isto é, para uma vida de maior bem-estar e de maior cultura.

Destarte, ao assinalar o artel agrícola como forma principal do movimento kolrosiano, o Partido partiu e parte do princípio de que as condições materiais da vida determinam a forma social de que esta última se deve achar em consonância com as forças produtivas. Por outras palavras, o Partido baseou-se nas conclusões que se deduzem do materialismo filosófico leninista, da teoria revolucionária que descobre, acertadamente, as leis que regem a evolução da sociedade.

E' assim que a teoria se converte na maior força do desenvolvimento social.

Vasias e estereis são as idéias e as teorias que não pisam o terreno firme das leis objetivas do desenvolvimento da sociedade, que não tomam como ponto de partida essas leis.

Pelo contrario, as teorias que refletem, exatamente, a marcha objetiva do desenvolvimento da sociedade, que se baseiam nas leis sociais objetivas, se convertem em enorme força revolucionária.

Tal é a teoria do marxismo-leninismo, teoria que reflete, com toda a profundidade, as necessidades em maturação do desenvolvimento da vida material da sociedade. A força dessa teoria é, por isto, a força do proprio curso objetivo da historia. Conhecer esta teoria, armar-se com ela e agir sob sua bandeira significa levar a efeito as necessidades em maturação da historia, significa triunfar, verdadeiramente.

Tiremos, agora, de quanto ficou dito algumas breves conclusões:

Dois campos fundamentais, duas tendencias fundamentais na filosofia sustentavam e sustentam entre si luta irreconciliavel. Essas duas tendencias são o idealismo e o materialismo. Negando a materia, a natureza como o primario, como a fonte de tudo quanto existe, o idealismo acantou o pensamento humano no beco do clericalismo, consagrou todo o reacionario e todo o velho, lutou contra o novo, o revolucionario. O marxismo, a doutrina do proletariado revolucionario, trouxe a victoria definitiva ao materialismo filosofico. O materialismo marxista baseia-se nas leis objetivas da natureza e da sociedade. Estuda as leis particulares da natureza e da sociedade e, na base do conhecimento dessas leis, age, reconstrue, praticamente, o mundo. Nisso se baseia a maior força do materialismo filosofico marxista-leninista em sua applicação a qualquer campo da ciencia e da pratica. Uma ciencia autentica, uma orientação exata nas condições da luta social não podem ser alcançadas senão na base do materialismo filosofico, cuja forma suprema e, consequentemente, científica é o materialismo dialetico de Marx e Engels, de Lênin e Stalin.

(Introdução ao trabalho de Mark Rosental, intitulado *O metodo dialetico marxista*, cujo texto integral publicaremos no nosso primeiro numero especial, dedicado à dialetica, a sair no dia 15 deste mês.)

- (1) *Historia do P.C. (b) da URSS*, pag. 120.
- (2) *Historia do P.C. (b) da URSS*, págs. 417-418.
- (3) *Lênin, Obras escolhidas*, tomo I, pag. 53.
- (4) *Historia do P.C. (b) da URSS*, pag. 414.
- (5) *Lênin, Obras completas*, tomo XIII, pag. 274.
- (6) *Idem*, pag. 278.
- (7) Citado por Lênin, *Obras completas*, tomo XIII, pag. 27.
- (8) *Idem*.
- (9) *Idem*, pag. 104.
- (10) *Lênin, Obras completas*, tomo XIII, pag. 88.
- (11) N. G. Tchernitchovski, *Obras filosoficas escolhidas*, pag. 536.
- (12) *Do socialismo utopico ao socialismo cientifico*, Moscou, 1941, págs. 17-18.
- (13) *Lênin, Obras completas*, tomo XIII, pag. 929.

- (14) Marx e Engels, *Obras completas*, tomo IV, pág. 532.
- (15) Lênin, *Cadernos filosoficos*, pág. 275.
- (16) Idem, pág. 299.
- (17) Ed. em espanhol, pág. 134.
- (18) Marx, *Obras escolhidas*, tomo I, págs. 356-357, ed. Europa-America.
- (19) Lênin, *Três fontes e três partes integrantes do marxismo. Obras escolhidas*, tomo I, págs. 53-54, ed. espanhola.
- (20) Idem, pág. 55, ed. espanhola.
- (21) *Historia do P.C. (b) da URSS*, pág. 122.
- (22) Lênin, *Obras escolhidas*, tomo I, pág. 54, ed. espanhola.
- (23) *Historia do P.C. (b) da URSS*, pág. 134, ed. espanhola.
- (24) Idem, pág. 359.
- (25) Stálin, *Questões do leninismo*, pág. 559, ed. espanhola.

NUMEROS DEDICADOS A ASSUNTOS DETERMINADOS

Para possibilitar às mais amplas camadas proletárias, que não podem adquirir livros de 25, 30 e 40 cruzeiros o exemplar, a leitura e o estudo de trabalhos notáveis e indispensáveis, via de regra publicados, no estrangeiro, em periódicos, mas, entre nós, até hoje, somente em forma de livro, resolvemos, no corpo dos números dos dias 15 de cada mês, desta revista, publicá-los na íntegra, acrescidos da maior soma possível de notas esclarecedoras e interpretativas. Dessa forma, pelo preço normal de *Divulgação Marxista*, Cr\$ 5,00, acessível à maioria dos trabalhadores brasileiros, tornaremos conhecidas essas obras que, doutra forma, permaneceriam como que privilégio dos intelectuais e burgueses com capacidade aquisitiva. Assim, desde já iniciaremos essas publicações, sendo que no próximo número, do dia 15, publicaremos o trabalho de Mark Rosental, sob o título: "O método dialético marxista", na íntegra.

POBREZA DE MARX — Marx vivia em condições materiais muito difíceis. Em certa ocasião, não pôde sequer comprar o livro de Maklaren sobre a *Historia da circulação monetária* e teve que se dirigir a Engels por uma carta, pedindo-lhe que lhe enviasse, em vale postal, a soma necessária.

"É muito provável — escreve Marx nessa carta — que o livro não contenha nada de novo para mim; mas, pela importância que lhe atribue o *Economist* e pelos extratos que eu proprio li, minha consciencia de teórico não me permite continuar escrevendo sem conhecê-lo".

Pequeno Dicionário Marxista

Publicamos nesta secção esboços de verbetes, que, desenvolvidos futuramente, figurarão no Dicionário-Enciclopédia de Estudos Sociais, ainda em organização. Convidamos a quantos se interessarem em contribuir para essa obra, graciosa ou remuneradamente, a procurar-nos.

ACORDO — Conformidade de sentimentos, boa compreensão. Os acordos, em determinadas circunstancias, impõem-se e são justos; outras vezes, revelam apenas o espírito fraco e oportunista dos que o promovem. . . . "a classe revolucionaria, para realizar sua missão, deve saber utilizar todas as formas e aspectos, sem a menor exceção, da atividade social. . . deve achar-se disposta a substituir de modo rapido e inesperado uma forma por outra". (Lênin — *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo*, pag. 78 — Ele. Moscou — 1941). "Na luta contra os populistas, Lênin considerava licito o estabelecimento de um *acordo temporario* com os "marxistas legais", para utiliza-los contra aqueles (populistas). por exemplo, uma seleção de trabalhos contra os populistas. Porém, ao mesmo tempo, Lênin criticava com toda crueza os "marxistas legais", pondo a descoberto sua medula liberal burguesa". . . "admitia (Lênin) a possibilidade de firmar *acordos* concretos com esses partidos (socialistas populares e social-revolucionarios) para a luta conjunta e simultanea contra o tsarismo e contra a burguesia kadete, já que aqueles partidos eram, por aquela epoca, democraticos e refletiam os interesses da pequena bur-

guesia da cidade e do campo". (*Hist. del Part. Com. (b) de la URSS*, pag. 26 e 104 — Ele, Moscou, 1938). Nenhum acordo util ao desenvolvimento do movimento proletario deve ser desprezado, mas nenhum acordo deverá ser admitido se implicar num esmorecimento do movimento proletario, como sempre ocorreu quando dos acordos resultava o proletariado se pôr a reboque da burguesia. Convem se ter sempre em mente, que "O capitalismo deixaria de ser capitalismo, se o proletariado "puro" não estivesse rodeado de uma massa emaranhada de tipos que assinalaram a transição do proletario para o semi-proletario (o que obtem a metade dos seus meios de existencia graças à venda de sua força de trabalho), do semi-proletario para o pequeno camponês (e para o pequeno produtor, artesão, pequeno patronato em geral), do pequeno camponês para o de categoria intermediaria, etc., e se no interior mesmo do proletariado não houvesse setores de um desenvolvimento menor ou maior, divisões segundo a origem territorial, a profissão, a religião, às vezes, etc. De tudo isto, depreende-se imperiosamente a necessidade — uma necessidade absoluta — para a vanguarda do proletariado, para a sua

parte consciente, para o Partido Comunista, de recorrer a manobras, aos acordos, aos compromissos com os diversos grupos proletários, com os diversos partidos operários e pequeno patronato. A questão é *saber* aplicar essa tática para *elevá-la* e não para *rebaixá-la* o *nível geral* de consciência, de espírito revolucionário, de capacidade de luta e de vitória do proletariado". (Lénin — *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo*, página 58, Ele. Moscou, 1941). Os oportunistas defendem acordos, mas não temporários, e sim definitivos, porque são reformistas e não revolucionários. Os proletários conscientes, revolucionários, sabem... "aproveitar as menores possibilidades de obter um aliado de massas, inda que seja temporário, vacilante, instável, pouco seguro, condicional" (Lénin — *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo*, pag. 55 — Ele, Moscou, 1941). Um revolucionário não teme os acordos, apenas condiciona-os aos interesses do movimento proletário.

AGENTE PROVOCADOR — É a pessoa que, a serviço dos adversários, ingressa nas fileiras de um partido popular, fazendo-se passar por partidário, afim de provocar distúrbios que comprometem a ação daquele partido. Os agentes provocadores imiscuem-se em todos os ambientes, criando dificuldades e são, muitas vezes, os causadores de grandes erros políticos e até mesmo das cisões no seio dos partidos democráticos. Os agentes provocadores têm sido utilizados em todos os países como instrumento de luta dos governos contra os movimentos revolucionários. Eles se introduzem geralmente nos agrupamentos operários, procurando induzir os operários em greve a cometer atos ilegais e a provocar encontros armados. Internacionalmente, os agentes

provocadores têm sido utilizados para criar pretextos para as intervenções e as guerras, mediante os já conhecidos "incidentes" e as desordens. Exemplos famosos são os do *padre Gapon* na Rússia Tsarista, que levou ao massacre uma multidão de operários; os dos *Cagoullards*, na França, criadores de uma série de movimentos provocadores contra a Frente Popular, e, de modo geral, os grupos fascistas de todo o mundo, envolvidos em toda a história das provocações anti-democráticas dos últimos 25 anos.

ECLETISMO — Reunião mecânica, sem sujeição a princípios, de correntes, conceitos, convicções e teorias de toda a espécie. Os ecleticos procuram conciliar o materialismo com o idealismo. Manifestações do ecletismo, em grau variável, podem ser encontradas em qualquer filosofia inconsequente. Como exemplo de ecletismo podem servir as opiniões dos teóricos da segunda Internacional que, sem sujeição a princípios, procuravam reunir, numa só corrente, o marxismo com as escolas idealistas (o kantismo, o machismo, etc.).

ECONOMIA MONETARIA — É a que se baseia na moeda (dinheiro), como equivalente geral de todas as mercadorias. O seu aparecimento determinou nova superestrutura política e social do mundo. Atenas, 600 AC, monopolisava, por assim dizer, o comércio marítimo, donde concentraram os nobres em suas mãos grandes somas de dinheiro. Engels, explicando a derrocada da antiga *gens*, por força do aparecimento do dinheiro, assim a justifica: "Começou, então, a difundir-se o tráfico do dinheiro, que, nas antigas comunidades agrícolas, baseadas no comércio de produtos naturais, se apresentou como acido corrosivo das condições de existência. A constituição da *gens* é absolutamen-

te incompatível com a economia monetária; a falência dos pequenos camponeses da Atica coincidiu com o relaxamento do antigo vínculo da *gens*, que os protegia. O crédito e a hipoteca (pois já nessa época os atenienses haviam inventado até a hipoteca) não respeitaram nem a *gens*, nem a *fratria*. A velha constituição gentilícia não conhecia o dinheiro, nem o empréstimo, nem a dívida. Por isto, a "plutocracia", que se expandia cada vez mais, criou um novo direito consuetudinário para a garantia do credor em relação ao devedor e para consagrar a exploração do pequeno camponês por parte do possuidor de dinheiro. Todos os campos da Atica estavam erigidos de postes hipotecários, onde se lia, com referência aos locais em que se encontravam, que os bens de raiz estavam penhorados a um tal ou qual, por tanto ou quanto dinheiro. Os campos, que não se encontravam desta forma marcados, haviam sido em grande parte vendidos pelo não pagamento da hipoteca ou dos juros, e passados para a propriedade do nobre usurário; o camponês podia considerar-se feliz quando lhe era permitido permanecer como rendeiro na sua ex-propriedade e dela tirar para si um sexto do rendimento do seu trabalho, enquanto que os outros cinco sextos eram entregues ao novo proprietário a título de aluguel. Mais ainda. Quando o produto da venda do imóvel não bastava para cobrir a dívida ou, então, quando essa dívida era contraída sem ser endossada por um fiador, o devedor era obrigado a vender seus filhos como escravos afim de completar a quantia necessária. E se o vampiro não se considerasse satisfeito, ainda podia vender como escravo o próprio devedor. Tal foi a formosa aurora da civilização para o povo ateniense, com o advento da economia monetária".

ECONOMICA (Base) — Modo de produção que constitui a base de tal ou qual regime social. A base econômica da sociedade determina toda a superestrutura social: o Estado, as instituições políticas, as ideias, as teorias. Ao se verificar a mudança da base econômica da sociedade "origina-se mais ou menos rapidamente, uma revolução em toda a superestrutura social" (Marx).

EGO (Do grego: *Ego*: eu) — O homem, considerado como uma unidade constituída de corpo e alma; o Eu.

EGOCENTRISMO — Concepção filosófica de acordo com a qual todas as coisas existem como consequência do nosso Eu (*Ego*), que é, em última análise, o centro do universo.

EINSTEIN (Albert) — (nascido em 1879). Físico e matemático célebre. Autor de numerosos trabalhos e de teoria física, conhecida sob o nome de teoria da relatividade.

ELEATICOS — Partidários do eleatismo, doutrina filosófica que defendia a unidade da natureza e a irrealidade do movimento e das transformações. Floresceu na Grécia antiga, sendo seus principais representantes: Mileto, Pitágoras e Heraclito.

HEGELIANISMO (Evolução do) — "Desde a morte de Hegel, sua escola se dividiu em 2 tendências que, segundo a palavra de um dos seus primeiros discípulos, Strauss, o autor da *Vida de Jesus*, chamam-se a *direita hegeliana* e a *esquerda hegeliana*. Deixemos de lado a *direita* que, segundo o consenso geral, foi imediatamente superada pelos acontecimentos e ficou esteril. É na *esquerda hegeliana*, ou, como ainda se diz, pelos *jovens hegelianos*, que se manifesta um pensa-

mento vivo. Mas esse pensamento tomou 2 direções, ou tendências. De um lado, certo numero de discípulos fica ligado à *dialectica*, mas, em face dos desmentidos resultantes da realidade científica e histórica à doutrina de Hegel, eles abandonam a ideia incomensurável, porém poderosa, que fazia a unidade de seu sistema, a saber: a do *Espírito Absoluto*, reconstituído no pensamento hegeliano. Títam do *Espírito* de Hegel seu caráter objetivo, guardam o *idealismo*, mas elevando ao *Absoluto* o pensamento individual, o *Eu*. Não restará mais, desde então, que construções múltiplas, mais ou menos engenhosas e arbitrárias, ou apenas uma crítica revolucionária, sem nenhuma conclusão positiva. Esta tendência, que foi a de Bruno Bauer, terminou naturalmente no *anarquismo individualista* de Max Stirner e de Bakunin: culto do indivíduo, do *Eu*, posto como fim em si. A outra tendência foi representada por Ludwig Feuerbach. Este abandonou o *idealismo* hegeliano e o substituiu pelo *materialismo*, mas, ao mesmo tempo, abandona também quase completamente a *dialectica*. A *Essência do Cristianismo*, de Feuerbach (1841), recolocou, diz Engels, "o materialismo sobre o seu trono", em afirmando que "a natureza existe independentemente de qualquer filosofia" e que "ele é a base sobre a qual, nós outros, homens, nós mesmos somos produtos da natureza, somos desenvolvidos". Mas Feuerbach não soube dar a essa noção de matéria toda a sua riqueza, prendeu-se ao materialismo estreito do século XVIII; como a maioria dos *jovens hegelianos*, limitou-se aos problemas religiosos e à moral, aos quais procurou dar soluções puramente sentimentais, por reação contra o abuso da razão hegeliana. Assim, nem Bauer e Stirner, nem Feuerbach podem criticar e substituir o hegelianismo. Uns guardam a *dialectica*, mas conservam

o *idealismo*; o outro adota o *materialismo*, mas suprime a *dialectica*. Marx realizou a *síntese*, reintegrando a *dialectica* no materialismo. Por aí, e por aí somente, o hegelianismo podia ser verdadeiramente criticado. A evolução dos jovens hegelianos da esquerda pode ser assim esquematizada: Hegel: *Idealismo dialético* — Bauer — Bakunin = anarquismo; Feuerbach: *Materialismo não dialético*. Da *dialectica* de Hegel e do *materialismo* de Feuerbach resulta a *síntese* realizada por Marx — *Dialectica materialista*. Hegel + Feuerbach — *Dialectica* + *Materialismo* = Marx — *Materialismo dialético*.

HETAIRISMO — "O hetairismo significava, para os gregos, quando eles introduziram esta palavra em sua língua, o comércio de homens, celibatários ou monogamos, com as mulheres não casadas: implica sempre uma forma definida de casamento fora do qual este comércio se realiza, enfeixando já a prostituição moderna, quando menos a título de possibilidade. "Por hetairismo, Morgan entende as relações extra conjugais existentes ao lado da monogamia dos homens com as mulheres não casadas, relações que, como se sabe, florescem sob todas as formas durante o período da civilização, tornando-se cada vez mais numa forma descarada de prostituição. Este hetairismo deriva diretamente do casamento por grupo, do sacrifício que as mulheres faziam de sua própria pessoa e pelo qual adquiriam direito à castidade. Entregar-se por dinheiro foi primeiramente um ato religioso; praticava-se no tempo da deusa do amor, e o dinheiro ia, no início, para os cofres do templo. As hierodulas de Anaitis, na Arménia, de Afrodite, em Corinto, assim como as bailarinas dos templos da Índia, as "baiaderas" (palavra que é uma corrupção do vocabulo portu-

guês *boiadeira*, bailarina), foram as primeiras prostitutas. E esta prostituição, a que, em princípio, se tiveram que entregar todas as mulheres, foi mais tarde exercida unicamente pelas sacerdotisas, em substituição às demais. Entre outros povos, o hetairismo provem da liberdade sexual concedida às jovens antes do casamento; é, portanto, igualmente, resto de casamento por grupo, chegado até nós, porém, por outro caminho. A medida que aparece a desigualdade da propriedade e, por conseguinte, desde o estadió superior da barbarie, o salariato aparece esporadicamente ao lado do trabalho servil e, simultaneamente, com seu correlativo necessário, a prostituição profissional de mulheres livres juntamente com a prostituição obrigatoria da escrava. Portanto, a herança deixada pelo casamento por grupo à civilização é dupla, como tudo que a civilização produz, que é de dupla face, equívoco, dicotómico, contraditório; aqui a monogamia, ali o hetairismo, compreendendo-se neste sua forma extrema: a prostituição. O hetairismo é uma instituição social como outra qualquer; mantém a antiga liberdade sexual em proveito dos homens. Não só era de fato tolerada mas praticada correntemente, principalmente pelas classes dirigentes, e, no entanto, sempre reprovada por palavras. Mas, na realidade, essa reprovacão não atinge de modo algum os homens que participam na prostituição, mas unicamente as mulheres; estas são desprezadas, afastadas, para proclamar assim, mais uma vez, como lei fundamental da sociedade, a supremacia absoluta do homem sobre a mulher (Engels — *A Origem, Form. Prop. Priv. e do Estado*, pag. 91-92 — Ed. Calvino Ltda).

HOLDING — Esta palavra da lingua inglesa é usada para designar as atividades financeiras que consis-

tem na aquisição de ações, títulos e *debentures* das grandes empresas capitalistas, para com elas especular ou influir sobre as próprias inversões e sobre os lucros dos títulos adquiridos. No sentido mais usual, o *holding* não constitui propriedade, mas controle de uma dada companhia por uma empresa financeira ou por um particular. Tem grande importancia o *holding*, nos casos de exploração de patentes e marcas de fabricas, porquanto pelo controle sobre as finanças da empresa se obtém o controle de suas patentes, etc. *Holding companies* são sociedades financeiras que se dedicam a estas operações e, sem ser especificamente proprietarias de nenhuma empresa, possuem, entretanto, a soma de capitais necessaria para controlar varias delas, o seu funcionamento, etc., garantindo, pela variedade de suas inversões, uma média elevada de lucros, aos capitalistas do *holding*.

HUMANITARISMO — Doutrina de Saint-Simon, segundo a qual a natureza humana pode aperfeiçoar-se através dos próprios esforços humanos, sem recorrer à influencia divina.

ICÁRIA (Viagem à) — Romance utópico, escrito por Etienne Cabet, publicado em 1842. O autor descreve a sociedade comunista de sua concepção, em pleno funcionamento. Em Icaria, ignora-se a propriedade individual; todo o mundo trabalha; não ha moeda. E' um* país imaginario, no qual o funcionamento de uma sociedade comunista se efetua de um modo simples, sem a complexidade que a realidade apresenta. Como obra utópica, no estilo das obras de Morus, Fourier e Campanella, a *Viaagem à Icaria* representou uma visão comunista do futuro, sem nenhuma ligação com a teoria científica do socialismo, o marxismo, apesar de Cabet, seu autor

ter sido contemporâneo de Marx.
(Vide Falansterio).

IGUALDADE — É a relação entre coisas iguais. Historiando o conceito de igualdade, Engels diz: "A crença de que todos os homens, pelo simples fato de sê-lo, têm alguma coisa de comum que os torna iguais, na proporção em que exista esse ponto comum, é naturalmente antiquíssima. Mas o postulado moderno da igualdade difere radicalmente desta idéia e, pelo contrario, faz ressaltar da própria natureza, comum a todos os homens, dessa igualdade dos homens como tais, o principio da equiparação politica e social de todos os seres humanos, ou, pelo menos, de todos os cidadãos de um Estado, ou de todos os individuos de uma mesma sociedade. Foi preciso que muitos milhares de anos passassem e, de fato, passaram, antes que aquela ideia primitiva da igualdade relativa inspirasse, como um corolario, a ideia da igualdade dentro da sociedade e do Estado e muito mais tempo seria preciso até que esta dedução se impusesse como algo evidente e natural. Nas velhas comunidades naturais, somente se podia falar de igualdade, de fato, entre os membros da mesma coletividade: as mulheres, os escravos, os estrangeiros, ficavam excluidos, naturalmente, desta comunidade, e essa exclusão era considerada como perfeitamente natural. Na Grécia e em Roma, as desigualdades entre os homens tinham muito mais força que qualquer forma de igualdade. E se ocorresse a alguém dizer, então, que os gregos e os barbaros, os livres e os escravos, os cidadãos do Estado e os estrangeiros acolhidos sob a sua proteção, os cidadãos romanos e os súditos de Roma (para empregar um termo geral) eram merecedores de um mesmo tratamento politico, deveria essa pessoa passar por louca aos

olhos dos antigos; no Imperio Romano, estas desigualdades foram desaparecendo pouco a pouco, com exceção apenas da que separava os escravos dos homens livres, surgindo então entre estes ultimos aquele sistema de igualdade baseado no qual se desenvolveu o Direito Romano, a mais perfeita expressão que se conhece de um Direito cimentado sobre a instituição da propriedade privada. Mas, embora subsistisse a distinção entre os homens livres e os escravos, não havia razão para se falar dos corolarios juridicos derivados da igualdade de todos os *homens*; até há pouco tempo, podia-se ainda observar este fenomeno nos Estados escravistas da America do Norte". (Engels — *Anti-Dühring*, pags. 135-6 — Editorial Calvino Ltd. — 1944).

O cristianismo reconhecia apenas uma igualdade entre os homens: a do pecado original, igualdade essa que se enquadrava perfeitamente no seu caracter de religião dos escravos e dos oprimidos. Ao lado desta admitia no maximo a igualdade dos eleitos, mas não insistia a respeito desta, a não ser muito nos primordios da religião. Os vestigios da comunidade dos bens, com que nos defrontamos igualmente, nos primeiros tempos da nova religião, tinham sua origem mais na solidariedade entre os perseguidos do que numa verdadeira idéia de igualdade. Ademais, a distinção entre os sacerdotes e os leigos veio logo pôr um fim a este rudimento de igualdade cristã. A invasão do ocidente da Europa pelos germanos varreu por varios seculos toda idéia de igualdade, levantando, pouco a pouco, uma hierarquia social e politica tão complicada como até então não se conhecia; entretanto, ao mesmo tempo, a invasão germanica arrastava consigo, para o mesmo movimento historico, todos os países do ocidente e do centro da Europa, criando, pela primeira

vez, uma área compacta de cultura e sobre esta área erigindo, também pela primeira vez na historia, um sistema de Estados predominantemente nacionais, que se influenciavam e se contrapunham uns aos outros. Foi desse modo que se preparou o terreno para, tempos mais tarde, ser possível falar-se da igualdade humana e dos direitos do homem.

Alem disso, no bojo da Idade Média feudal, entrou em gestação a classe chamada a proclamar, quando atingisse a idade madura, o postulado da igualdade humana moderna: a burguesia. A burguesia, que também em seus começos era apenas uma camada feudal, imprimiu um grau relativamente elevado de desenvolvimento à industria artesanal e à troca de produtos dentro da sociedade feudal, por ocasião da abertura de novas rotas maritimas, como resultado das grandes descobertas dos fins do seculo XV. O comercio extra-europeu, que até então se realizava somente entre a Italia e os portos do Levante, torna-se extensivo agora à America e à India e logo ultrapassa, em importancia, o intercambio entre muitos países europeus e mesmo o comercio interior destes países. O ouro e a prata da America inundaram a Europa e penetraram como um acido corrosivo, em todos os poros, fendas e vacuos da sociedade feudal. Não bastava já a produção artesanal para cobrir as crescentes necessidades: a manufatura tomou posições nos ramos da produção mais importante dos países mais adiantados. Este gigantesco crescimento das condições economicas de vida da sociedade não foi, entretanto, seguido de perto pela mudança correspondente da organização politica. O regime estatal continuava sendo feudal, embora a sociedade se fosse tornando cada dia mais burguesa. O comercio em grande escala e, principalmente, o comercio interna-

cional, e mais ainda, o comercio mundial requerem livres proprietarios de mercadorias, desembaraçados em seus movimentos, capazes todos de realizar transações, dispondo de um direito igual para todos, pelo menos dentro de cada localidade. A passagem do artesanato para a manufatura pressupõe a existencia de certo numero de operarios livres — livres, de um lado, dos entraves gremiais e, de outro, donos dos meios de explorarem, por si proprios, sua força de trabalho — capazes de estabelecer contrato com o fabricante, vendendo-lhe a sua força de trabalho, e que, portanto, sejam capazes de contratar de igual para igual. Finalmente, a igualdade e a igual valorização de todos os trabalhos humanos, na qualidade de manifestações de trabalho do homem, encontrou sua mais forte expressão, embora inconsciente, na lei do valor da economia burguesa moderna, segundo a qual o valor de uma mercadoria se mede pelo trabalho socialmente necessario nela contido. Mas ali onde as condições economicas clamavam por igualdade de direitos e por liberdade, a ordem politica lhes opunha, a cada passo, os entraves feudais e os privilegios de classe. Por todas as partes erguiam-se privilegios locais, barreiras alfandegarias para cada produto, leis de exceção de todo o genero, prejudicando o comercio não só dos estrangeiros e dos habitantes das colonias, mas até, muitas vezes, de categorias inteiras dos proprios súditos do país; por todas as partes, inumeros privilegios gremiais barravam-lhes o caminho e antepunham-se ao desenvolvimento da manufatura. Os competidores burgueses não encontravam liberdade e igualdade de condições em nenhuma parte, e, entretanto, essa sua reivindicação era essencial e cada vez mais premente. A emancipação dos entraves feudais e a im-

plantação da igualdade jurídica, pela abolição das desigualdades do feudalismo, eram um postulado colocado na ordem do dia pelo progresso económico da sociedade, e que depressa alcançaria grandes proporções. Embora proclamado este postulado da igualdade de direitos no interesse da indústria e do comércio, não havia mais remédio senão torna-lo extensivo também à grande massa de camponeses que, submetida a todas as *nuances* de vassalagem, que chegava até à servidão completa, passava a maior parte de seu tempo trabalhando gratuitamente nos campos do nobre senhor feudal, além de ter de pagar a ele e ao Estado uma infinidade de tributos. Postos neste caminho, não havia outro remédio, para os burgueses, senão exigir também a abolição dos privilégios feudais, da isenção de impostos para a nobreza, dos direitos políticos singulares de cada categoria social feudal. E, como a sociedade não vivia mais num império mundial como o romano, mas sim dividida numa rede de Estados independentes, que mantinham entre si relações de igualdade e tinham chegado a um grau quase burguês de desenvolvimento, era natural que aquelas tendências adquirissem um carácter geral, ultrapassando as fronteiras dos Estados e era natural, portanto, que a liberdade e a igualdade fossem proclamadas direitos humanos. Para compreender o carácter especificamente burguês de tais direitos humanos, nada mais eloquente que a Constituição norte-americana, a primeira em que são definidos os direitos do homem, na qual, ao mesmo tempo, se sanciona a escravidão dos negros, então vigente nos Estados Unidos e se proscurem os privilégios de classe, enquanto que os privilégios de raça são santificados. Sabe-se, por outro lado, que a burguesia, desde o instante em que sae do embrião da

burguesia feudal, instante em que, de cada camada feudal se converte em classe moderna, vê-se ladeada, sempre e em todas as partes, inseparavelmente, como por sua própria sombra, pelo proletariado. E ao movimento de igualdade burguesa acompanha, também, como a sombra ao corpo, o movimento de igualdade proletária. Desde o instante em que se proclama o postulado burguês da abolição dos privilégios de classe, ergue-se o postulado proletário da abolição das próprias classes, postulando esse que adota primeiro a forma religiosa, baseada no cristianismo primitivo, e que, mais tarde, se apoia nas próprias teorias burguesas da igualdade. Os proletários colhem a burguesia pela palavra: é preciso que a igualdade exista não só na aparência, que não se circunscreva apenas à órbita do Estado, mas que tome corpo e realidade, fazendo-se extensiva à vida social e económica. E, desde que a burguesia francesa, sobretudo depois da Grande Revolução, passou a considerar em primeiro plano a igualdade burguesa, o proletariado francês coloca, passo a passo, as suas próprias reivindicações, levantando o postulado da igualdade social e económica, e, a partir dessa época, a igualdade se converte no grito de guerra do proletariado, e, muito especialmente, do proletariado francês. O postulado da igualdade tem, pois, na boca do proletariado, uma dupla aceção. Às vezes — como sucedeu sobretudo nos primeiros tempos, na guerra dos camponeses, por exemplo, — este postulado significa a reacção natural contra as desigualdades sociais clamorosas, contra o contraste entre ricos e pobres, senhores e servos, famintos e glutões. Este postulado da igualdade não é mais que uma expressão do instinto revolucionário e somente isso é que o justifica. Ou-

tras vezes, no entanto, nasce esse postulado como reacção contra o postulado de igualdade da burguesia e tira dele muitas consequências avançadas, mais ou menos exatas, sendo utilizado como meio de agitação para levantar os operários contra os capitalistas, usando para isso frases tomadas dos próprios capitalistas e, considerado desse aspecto, se organiza e cae por terra esse postulado juntamente com essa mesma liberdade burguesa. Tanto num como noutro caso, o verdadeiro conteúdo do postulado da igualdade proletária é a aspiração de alcançar a abolição das classes. Qualquer outra aspiração de igualdade que transcenda a tais limites desborda, necessariamente, para o absurdo. Como vemos, a idéia da igualdade, tanto na sua forma burguesa como na proletária, é por si mesma um produto histórico, que somente podia tomar corpo em virtude de determinadas condições históricas, as quais, por sua vez, tinham por trás de si um grande passado. Está longe, pois, de ser uma verdade eterna. E se alguma coisa é atualmente evidente para o grande público — num ou noutro sentido — se, como diz Marx, — alguma coisa “possue já a completa estabilidade de um preconceito popular”, não ha de ser devido à sua verdade axiomática, mas por ser resultado da difusão generalizada e da permanente atualidade das idéias do século XVIII. (*Anti-Dühring*, pags. 136 a 141 — Editorial Calvino Ltda.)

As linhas atrás, deram-nos uma ideia precisa do conceito de *igualdade*. Valem-nos, agora, do depoimento do casal Webb, para demonstrar a que grau de igualdade social e económica já se chegou na URSS: — “Proclama-se que toda a organização social do Comunismo Soviético se baseia numa igualdade social mais genuína e universal do que jamais existiu em

qualquer outra coletividade. Empenhar-se em trabalho socialmente útil, de acordo com a capacidade de cada um, é dever universal. Constitue uma novidade na vida social o fato de não haver isenção desse dever em favor dos possuidores de bens, dos proprietários de terras, dos que exercem cargos elevados, dos que têm excepcionais dotes artísticos ou intelectuais, dos genios ou dos favoritos do povo. O trabalho, como o lazer, deve ser partilhado entre todos os que têm capacidade de participar do trabalho social. Na URSS, só existe uma categoria social, a dos produtores manuais ou intelectuais, abrangendo, entretanto, os que, por não terem idade, ainda se estejam preparando para ser produtores e os que, por serem idosos ou estarem enfermos, apenas possam contar com o trabalho que executaram quando tinham forças. E’ isso o que se entende por “sociedade sem classes”, na qual cada um serve de acordo com sua capacidade, provendo-se a cada um segundo suas necessidades. Dificilmente se pode medir a profundidade da diferença entre essa maneira de viver e a dos Estados capitalistas. Ela trás consigo, contudo, justamente o posto da uniformidade ou da identidade entre todos os homens. Não só permite, mas até estimula e promove, ativamente, o máximo desenvolvimento da individualidade a serviço da coletividade. Não produz, também, uma igualdade exata de ganhos ou outros rendimentos, embora a proibição da caça ao lucro pela “especulação” ou a “exploração”, aliada à propriedade coletiva de todos os principais meios de produção e a taxas drasticamente progressivas sobre os rendimentos e as heranças envolvendo fortunas individuais excepcionais, impeçam eficazmente as vergonhosas desigualdades que ameaçam a estabilidade dos regimes, nos quais o culto dos milhões

não só é tolerado como tem também permissão para se converter em plutocracia. O princípio da igualdade social, porém, vai muito mais longe do que a comunidade no trabalho ou no lazer, no regime escolar ou nos jogos desportivos, com uma aproximação constante da igualdade substancial de padrões de ganho e despesas. Ele estende-se, de modo e intensidade desconhecidos em qualquer outra parte, às relações entre os sexos e ao âmbito do grupo familiar. Maridos e mulheres, pais e filhos, mestres e discípulos, amigos de sexos diferentes, como gerentes e trabalhadores de fabricas, administradores e até oficiais e soldados razos das forças armadas, vivem todos numa atmosfera de igualdade social e livres do servilismo ou de "complexo de inferioridade", de um modo desconhecido noutros lugares. Fato ainda mais digno de nota é a ausência de preconceitos de cor ou raça. Os cento e tantos grupos de raças e linguas diferentes, que, na URSS, abrangem quase todas as pigmentações, incluindo os mais selvagens nomades e os mais arraigados cidadãos, os mais urbanos diplomatas e os barbaros mais primitivos, não só gozam de completa identidade de direitos legais e políticos, mas também da mais plena liberdade em suas relações economicas e sociais. Onde quer que haja escolas, seus frequentadores são educados em comum; trabalham juntos, mediante salários que se diferenciam apenas segundo as tarefas; utilizam-se dos mesmos veículos publicos, hotéis, colonias de férias e serviços de utilidade publica. Ingressam nos mesmos sindicatos e outras associações voluntarias; sentam-se lado a lado nos salões de leitura, nas bibliotecas, nos teatros e cinemas. Tornam-se amigos, independentemente de raça ou cor, as quais também não influem nos casamentos. Ainda quanto a es-

tes assuntos, não se observa imposição alguma de padrão central. Pelo contrario; o principal elemento de ligação da União Sovietica é a garantia da propria "autonomia cultural" de cada "minoría nacional". Cada uma conserva seu proprio vernaculo, suas proprias escolas, seus jornais, casas de publicidade, teatros, e, para isso, recebem auxilio especial provindo de recursos federais. E, o que é mais, cada uma dentre as dezenas de Republicas federadas ou autonomas, que constituem a URSS, elege ou nomeia livremente, se quiser, gente de seu proprio povo para os órgãos representativos locais, para o que tem o estímulo vigoroso do governo central, em Moscou. Seria difícil sobre-estimar-se o sentimento de liberdade e igualdade produzido por essa eficaz autonomia cultural e pelo governo local a cargo de funcionarios das mesmas raças que os governados. Tudo isso vai muito além das disposições correspondentes quanto aos "nativos" de dependencias analogas de outros Estados. Existe ainda outro aspecto da igualdade social da civilização da União Sovietica, que denominamos "universalismo". Outras comunidades têm reconhecido de boa vontade o fato das vantagens e amenidades proporcionadas por sua civilização, incluindo a maior parte das coisas de luxo da vida, não estarem ao alcance dos membros mais pobres, mais fracos, menos desenvolvidos, menos frugais ou menos morigerados da coletividade. Os dispositivos economicos e sociais correntes não permitem que esses infelizes atinjam o mesmo padrão de educação e saúde, a mesma longevidade ou igual desenvolvimento intelectual, ou que, ao menos, procurem obter a proporção de alimentos, vestuários e abrigo julgada necessaria e normal entre as classes mais favorecidas. No seculo XX, algumas dessas comunidades estão

apenas começando a compreender esses aspectos da desigualdade na qual se baseia sua vida social. Um dos aspectos assinalados dos dispositivos sociais da União Sovietica é que, em proporções sem paralelo em nenhuma outra parte, eles cuidam de todos, sem levar em conta a riqueza ou a posição social, o sexo ou a raça, abrangendo os mais pobres e os que se acham em melhor situação, proporcionando, em todos os casos, a igualdade de oportunidade às crianças e aos adolescentes, e, com amplitude cada vez maior, um padrão comum de vida, que se procura elevar sempre, para toda a população. Isto observa-se bem na esfera da educação. Especialmente nestes dois ultimos seculos, outras comunidades se têm esforçado no sentido de criar classes educadas e até mesmo cultas no seio de suas nações. A União Sovietica é a primeira a empenhar-se em produzir uma nação culta, e não apenas um escol intelectual, sem discriminação de sexo ou raça, origem ou posição". (Sidney e Beatriz Webb — URSS, uma Nova Civilização, 5.º volume, pags. 1552 a 1553 — Edit. Calvino Ltda.).

INJUSTIÇAS E INFAMIAS SOCIAIS — Na critica social, que os *materialistas* do seculo XVIII e os utopistas da primeira metade do seculo XIX fizeram da "injustiça" e da "infamia" sociais, o ponto de partida, o ponto de vista adotado, era o da *natureza humana*. Os utopistas partiam do principio seguinte: julgavam que o sistema social existente em sua época era contrario a esta natureza humana e, por isso, deveria ser substituído por um sistema social capaz de fornecer a maior de felicidade possível a todos os homens. Na sua opinião, a tarefa dos reformadores deveria limitar-se à descoberta de uma legislação perfeita —

a melhor de todas as legislações possíveis — condizente com a natureza humana, capaz de fazer desaparecer todas as taras sociais. Seu ponto de partida — a natureza humana — sendo um principio abstrato, suas teorias eram abstratas, afastadas da realidade, subjetivas, utopicas. Mas, apesar de tudo, a realidade social aparece claramente nos escritos dos utopistas. A natureza humana, a que eles se referem, não é senão a natureza dos homens da época em que eles viveram, do homem da classe de que eles, utopistas, eram os representantes. E' através da abstração: natureza humana, que a realidade social aparece nos escritos dos utopistas como Saint-Simon, Fourier, Owen, etc. (Ver a respeito — Pleránov — *Anarquismo e Socialismo* — Calvino Filho, Editor — 1933). Na atualidade, os *idealistas* adotam o mesmo ponto de vista, usando os mesmos argumentos e prescrevendo a mesma terapeutica: legislação perfeita.

"JUS PRIMAE NOCTIS" — Tal direito existe ainda hoje em diversas populações atrasadas. Consistia, na Idade Media, no direito reconhecido dos "senhores" passarem a primeira noite com a mulher que casava com um camponês. Chama-se também a este fato de "Direito de pernada". Historiando tal direito, diz Engels: — "Em certos povos, os parentes e amigos do noivo ou os convivas das bodas reivindicam, durante a propria nupcia, o direito de uma velha tradição sobre a noiva, e a vez do noivo vem por ultimo; isto dava-se também entre os habitantes das ilhas Baleares, entre os augilas africanos na antiguidade e ainda ocorre em nossos dias o mesmo com os barças da Abissinia. Noutros, uma personagem oficial, o chefe da tribu ou da *gens*, cacique, príncipe ou sacerdote, *chamane* ou outro titular qualquer, re-

presenta a coletividade e é o que exerce sobre a noiva o direito da primeira noite. Apesar de todas as tentativas de verniz néo-romântico para apagar esta "mancha" existe ainda hoje em dia esse *jus primae noctis*, como remanescência do casamento por grupo, entre os tabus do norte do México (1), na maioria dos habitantes do Alasca (2) e outros povos. Durante a Idade Média, pelo menos nos países de origem celta, esse direito também existiu, oriundo diretamente do casamento por grupo, como se deu, por exemplo, em Aragão. Enquanto, em Castela, o camponês jamais foi um escravo, em Aragão, até a sentença arbitral de Fernando, o Católico, em 1486, reinou a mais vergonhosa servidão. É o que diz o seguinte documento: "Nós julgamos e decidimos que os ditos senhores (seniors, barões) não poderão mais passar a primeira noite com a mulher que casou com um camponês, bem como não poderão, como sinal de suzerania, durante a noite de núpcias, depois de ter-se a mulher deitado, exercer o direito de pernada (3); também não poderão os ditos senhores servir-se da filha ou do filho do camponês, com ou sem pagamento, contra a vontade dos mesmos" (4).

(1) — Brancroft — "Native Races", vol. I, pag. 81.

(2) — Ibid., pag. 584

(3) — Citado no texto catalão original, por Sugenheim, "Le Servage", Petss — 1861, pag. 35.

(4) — "Tableau des origines et de l'évolution de la famille et de la propriété", pag. 60-100.

KOLLONTAI (A. M.) — Educada, principalmente, em universidades alemãs. De 1904 a 1916 foi menchevique, trabalhando no movimento feminino, do qual fez propaganda nos Estados Unidos. Retornou à Rússia em 1917 e foi detida

pelo Governo Kerenski. Tornou-se membro do Comité Central do Partido Bolchevique, tomando parte no levante de outubro. Em 1918 passou a Comissaria do Povo para a Assistência Social; de 1920 a 1922 ligou-se a facções oposicionistas e foi repreendida pelo Comintern. Tornou-se então uma filiada leal do Partido. Foi nomeada embaixatriz da URSS no México, na Noruega e depois na Suécia. É autora de varias novelas a respeito de assuntos sexuais e de etica comunista.

KOLRÓZ — É uma palavra sovietica composta das três primeiras letras de duas russas: *Kolektivnoïé* (Coletivo) + *Roziaistvo* (Economia). Significa, quando se refere à agricultura, *fazenda coletiva*. Os kolrózes, quando fazendas coletivas, recebem do Estado auxílio para o trabalho agrícola: máquinas semeadoras, tratores, máquinas combinadas, adubos, agrônomos, etc. Os kolrozianos são produtores-proprietários:

KOLRÓZES (Que são os) — "Os kolrózes, como tipo de economia, são uma das formas de economia socialista. Afirmam alguns que os kolrózes, como organização econômica, não têm nenhuma afinidade com a forma socialista de economia. Essa definição sobre os kolrózes é absolutamente falsa. Não cabe a menor dúvida que essa definição nada tem de comum com o leninismo. Que é que caracteriza um tipo de economia? São, evidentemente, as relações que se estabelecem entre os homens no processo de produção. Que outra coisa senão essa poderia caracterizar um tipo de economia? Acaso, nos kolrózes existe alguma classe de homens que seja proprietária dos meios de produção e outra que careça deles? Acaso existe nos kolrózes uma classe de exploradores e outra de explorados?

Acaso os kolrózes não representam a socialização dos instrumentos fundamentais de produção sobre a terra, que, além disso, não pertence a ninguém senão ao Estado? Que razão há para afirmar-se que os kolrózes, como tipo de economia, não representam uma das formas da economia socialista? É indubitável que no seio dos kolrózes há contradições. Não há dúvida que no seio dos kolrózes há sobrevivências individualistas e até kulaks, que ainda não desapareceram totalmente, mas que forçosamente desaparecerão com o correr dos tempos, à medida que os kolrózes se fortalecerem, à medida que forem sendo dotados de maquinaria. Mas se poderá negar porventura que, tomados em conjunto, com todas as contradições e defeitos, os kolrózes, como fato econômico, não representam, fundamentalmente, uma nova trajetória do desenvolvimento socialista do campo, por oposição à trajetória de desenvolvimento dos kulaks, que era a trajetória capitalista? Poder-se-á porventura negar que os kolrózes (falo dos kolrózes e não dos pseudo-kolrózes), não são, sob as condições atuais, a base e o foco da edificação socialista no campo, que se criaram em raivosa luta contra os elementos capitalistas? Não é evidente que as intenções de alguns camaradas, de desacreditar os kolrózes e apresentá-los como forma burguesa de economia, carecem de qualquer fundamento? Em 1923 não existia ainda em nosso país um movimento kolroziano de massas. Em seu opusculo *Sobre a cooperação*, Lênin tinha presentes todas as formas de cooperação, tanto as inferiores (cooperativas de distribuição e consumo), como as superiores (a forma kolroziana). É que dizia então Lênin sobre a cooperação e as empresas cooperativas? Vejamos uma citação extraída de seu opusculo: — "Sob nosso regime atual, as empresas coope-

rativas se diferenciam das empresas capitalistas privadas por serem empresas coletivas, mas não se diferenciam das empresas socialistas, sempre e quando trabalham com terra e meios de produção pertencentes ao Estado, isto é, à classe operária". Lênin, t. XXVII, pag. 396, *Sobre a cooperação*). Como vedes, Lênin não focaliza as empresas cooperativas como empresas isoladas, mas em relação com o regime existente, em relação com o fato de trabalharem sobre a terra pertencente ao Estado, num país em que os meios de produção pertencem ao Estado; e, focalizando-as deste modo, Lênin afirma que as empresas cooperativas não se distinguem das empresas socialistas. Assim se exprime Lênin, falando das empresas cooperativas em geral. Não é evidente que se pode dizer o mesmo, e com maior razão ainda, com respeito aos kolrózes de nosso período? Assim se explica também, entre outras razões, que Lênin considere "o simples desenvolvimento da cooperação"; sob as condições de nosso país, "idêntico ao desenvolvimento do socialismo". Vede, pois, que quem desacredita os kolrózes, comete um erro gravíssimo contra o leninismo. E este erro conduz a outro erro, o qual se refere à luta de classes nos kolrózes. Descrevem com cores tão vivas a luta de classes nos kolrózes, que chegam a dar a impressão de que esta luta de classes não se distingue da que ocorre fora dos kolrózes. É mais: poder-se-ia acreditar que é mais furiosa ainda. As divagações acerca da luta de classes, os gemidos e lamentações ouvidos por conta desta luta de classes dentro dos kolrózes são, atualmente, um traço característico de nossos charlatões "esquerdistas". É o que é mais comico nesses gemidos é que tais carpideiras "veem" a luta de classes precisamente onde não existe ou quase não existe e, em compensação, não a enxergam

onde refere e se entrecoca. Ha elementos de luta de classes nos kolrózes? Sim, ha-os. Não pode deixar de haver elementos de luta de classes nos kolrózes, existindo neles, como existem ainda, bastantes vestígios da psicologia individualista e, mesmo, da psicologia kulak; existindo ainda neles, como existe, certa desigualdade. Mas pode-se afirmar que a luta de classes que se desenvolve dentro dos kolrózes tem o mesmo carater da que se observa fora deles? Não. Nisto reside o erro de nossos fazedores de frases "esquerdistas", que não veem esta diferença. Que representa a luta de classes fora dos kolrózes antes de criarem-se estas? Representa a luta contra os kulaks, que *possuem* os meios de produção, com auxílio dos quais *escravizam* os camponeses pobres. Representa uma luta de vida ou morte. E que significa a luta de classes na base dos kolrózes? Significa, sobretudo, que o kulak foi aniquilado e privado dos meios de produção. Significa, em segundo lugar, que os camponeses pobres e medios se agruparam nos kolrózes, socializando neles os meios fundamentais de produção. Significa, finalmente, que a luta que aqui se debate é a que se ventila entre os kolroziãos que não se libertaram ainda dos vestígios individualistas e kulaks e procuram utilizar em proveito proprio essa desigualdade relativa que ainda existe nos kolrózes e os kolroziãos que anelam por desterrar dos kolrózes estes vestígios e desigualdades. Não é evidente que somente os cegos podem deixar de ver a diferença entre a luta de classes que se efetua dentro dos kolrózes e a que se desenvolve fora deles? Seria erro pensar que tendo os kolrózes, já temos tudo o que é necessario para construir o socialismo. E seria erro maior ainda pensar que os kolroziãos, pelo simples fato de o serem, converteram-se em socialistas. Não; para transfor-

mar o camponês kolrozião, ainda é preciso trabalhar muito sobre ele, matar nele a psicologia individualista e fazer dele um autentico trabalhador da sociedade socialista. E isto será conseguido com tanto maior rapidez quanto mais rapidamente se mecanizarem e tratorizarem os kolrózes. Mas isto não desmerece de forma nenhuma a grande importancia dos kolrózes, como alavanca da transformação socialista do campo. A grande importancia dos kolrózes consiste precisamente em serem a base fundamental da aplicação de maquinas e tratores à agricultura, em constituirem a base fundamental da transformação do camponês, para fazer mudar sua psicologia no sentido do socialismo proletario. Lênin tem razão quando diz: — "A obra de transformar o pequeno agricultor, de transformar toda a sua psicologia e os seus costumes é obra de varias gerações. Resolver este problema no que se refere ao pequeno agricultor, sanear, por assim dizer, toda a sua psicologia, somente poderá ser conseguido mediante base material, mediante a aplicação à agricultura de tratores e maquinas em grande escala, mediante a eletrificação em grande escala". (Lênin, t. XXVI, pag. 239, discurso pronunciado no X Congresso do P. C. (b) da Russia *Sobre o imposto em especie*). Quem é capaz de negar que os kolrózes são, precisamente, a unica forma de economia socialista mediante a qual podem os milhões e milhões de pequenos camponeses ter acesso às maquinas e tratores, que são as alavancas do auge economico, as alavancas do desenvolvimento socialista da agricultura? Nossos fazedores de frases "esquerdistas" esquecem tudo isto. (Stálin — "Do discurso pronunciado na Conferencia de Tecnicos Agrários Marxistas", em 28-12-29, in *A Questão Agraria, de Lênin*, pags. 248-52 — Edit. Calvino Ltd., 1945).

KONZERN — São os trustes que ficam sob a direção dos grandes bancos monopolistas, controlando os mais diversos ramos comerciais e industriais. O monopolio desta categoria obtem lucros fabulosos e conduz à criação de unidades tecnicas de proporções imensas. Vide, para maiores detalhes, *Monopolios Capitalistas*.

LARIN (Y.) — (Lurie, M. S.) — (1883-1932). Cultor da Economia Politica, de opiniões avançadas porém variaveis. Em 1906 advogou a idéia de um Congresso Trabalhista e de um Grande Partido Trabalhista. Velho membro do Partido Social-Democrata da Russia. Após a cisão entre bolcheviques e mencheviques, marchou com estes ultimos. Durante a guerra esteve ao lado dos mencheviques-internacionalistas, sob a direção de Márto. Depois da revolução de fevereiro de 1917, situou-se na esquerda desta fração. Aderiu ao partido bolchevique, depois das jornadas de julho de 1917, tendo exercido varios cargos como economista, delegado a Berlim com relação ao tratado de Brest-Litovsk e membro do Supremo Conselho Economico. Compareceu ao XVII Congresso Sovietico e aos posteriores. Veiu a ser membro do Comité Executivo Central da RSFSR e do TSIK da URSS. Retirou-se do Partido e emigrou, tornando-se um critico hostil no estrangeiro, até morrer.

LAVROV (P. L.) — (Mirtov) — (1823-1900). Teorico destacado dos nacionalistas revolucionarios. No decenio 1860-1870, foi membro da "Zemliá i Vólia". Foi preso em 1866 e desterrado; escreveu no exilio as suas *Cartas historicas*, que exerceram grande influencia sobre a "Inteligencia" revolucionaria russa. Com esse livro, lançou os fundamentos da chamada "escola subjetiva russa de so-

ciologia", segundo a qual todo progresso social surge graças à influencia de "personalidades criticamente pensantes". Em 1870, fugiu para o estrangeiro, tomou parte na Comuna de Paris. Editou no estrangeiro (primeiro, em Zurich; depois, em Londres) o *Vperiod* (1873-1876), no qual desenvolveu a necessidade "de ir ao povo" com o fim de uma propaganda duradoura e de educação das massas populares no espirito das ideias socialistas, em opposição aos bakuninistas, que eram de opinião que o povo russo estava maduro para a revolução socialista e que iam ao povo para organizar a insurreição imediata. Redator do *Mensageiro da Narodnaia Vólia* (1883-1886) e, até morrer, o intérprete mais autorizado da corrente nacionalista.

LEI — Regra obrigatoria ou necessaria, que preside a fenomenologia. A lei traduz os aspectos e relações mais gerais e essenciais da realidade e, por isso, exprime mais profunda e completamente o panorama do mundo objetivo. O conhecimento verdadeiramente científico consiste no descobrimento das leis do mundo objetivo. Apoiando-se no conhecimento das leis científicas, os homens influem ativamente sobre a natureza e sobre o curso do desenvolvimento social.

LEI DA FERTILIDADE DECRESCENTE DO SOLO — Segundo esta lei, de criação dos economistas burgueses, toda inversão suplementar de trabalho e de capital na terra não produz mais que uma quantidade de produtos que não correspondem a essa inversão e diminuem constantemente. Lênin demonstrou, in *Questão Agraria e os criticos de Marx*, a inabilidade dessa lei, em seu carater universal, como lhe atribuem os economistas burgueses. Diz Lênin: "... a que se reduz "a evidencia" da famosa "lei da

fertilidade decrescente do solo"? A esta conclusão: se as aplicações sucessivas de trabalho e de capital na terra não dessem quantidades de produtos sempre menores, como se verifica, mas, ainda que somente iguais, não haveria razão para estender as sementeiras; por reduzida que fosse a quantidade suplementar de trigo, poderia produzir-se sobre a antiga superfície, e a agricultura de todo o globo terrestre se poderia conter numa só deciatina" (1). Eis o argumento habitual (e unico) que se emprega em favor dessa lei "universal". Por pouco que se medite, ver-se-á que esse argumento é a mais vazia das abstrações e deixa de lado a questão principal: o nível da técnica, o estado das forças de produção. E, afinal de contas, a própria ideia de "inversões suplementares (ou sucessivas) de trabalho e de capital" já implica numa mudança dos processos de produção, numa transformação da técnica. Para aumentar em proporções serias o capital invertido na terra é necessário inventar novas máquinas, criar novos sistemas de cultura e um processo para criação de gado, para o transporte dos produtos, etc., etc. E' certo que, em quantidades relativamente limitadas, se podem obter (e se obtêm) "inversões suplementares de trabalho e de capital", mesmo sobre a base do atual nível de técnica, isto é, sem modificação nenhuma. Neste caso, a "lei da fertilidade decrescente do solo" se aplicaria até certo ponto; aplicar-se-ia no sentido de que o estado estacionário da técnica deixa relativamente pouco lugar a inversões suplementares de trabalho e de capital. Em vez de uma lei universal, temos, pois, uma "lei" sumamente relativa tanto assim que já não se pode falar de "lei" alguma, nem de nenhuma particularidade essencial da agricultura. Tomemos como ponto de partida as culturas por amélgas tri-

nais (2), as sementeiras de cereais tradicionais, os meios para obter estrume, a ausencia de prados beneficiados e de instrumentos aperfeiçoados. E' evidente que, se não variarem estes fatores, as possibilidades de realizar inversões suplementares de trabalho e de capital na terra são muito limitadas. Mas mesmo dentro dessas limitadas possibilidades, que, não obstante, permitem as inversões em questão, não se observa sempre, nem de maneira absoluta, diminuir a produtividade a cada nova inversão. Por isso, a "lei da fertilidade decrescente do solo" não se aplica, em nenhum caso, quando a técnica progride, quando os processos de produção se transformam; somente se aplica, e de maneira muito relativa e condicional, quando a técnica permanece invariável. Eis por que Marx e os marxistas não se referem a essa "lei" enquanto que os representantes da ciência burguesa, como Bretano, incapazes de se livrarem dos preconceitos da velha economia política, com suas leis abstratas, eternas e naturais, fazem grande alarde em torno dela.

(1) — *Deciatina* — Medida de superfície equivalente a 1.092 hectares.

(2) — *Amelga* — Terreno cultivado em comum, de acordo com certas condições.

LEI DE GRESHAM — Refere-se essa lei ao processo segundo o qual a moeda de poder de compra inferior (moeda má) expulsa do mercado aquela de poder de compra superior (moeda boa). Esse fenomeno resulta do fato de que nenhuma pessoa deseja guardar a pior moeda. Lord Gresham financista inglês do século XVII, foi quem observou esse fenomeno e formulou a lei. Mesmo antes de Gresham, já Copernico havia constatado esse fato. Existindo em circulação 2 tipos de moeda, digamos,

uma de ouro e outra de prata, é natural que os possuidores da primeira, diante da crescente desvalorização relativa da segunda, procurem segura-la, entesoura-la, leva-la para o exterior forçando desse modo o aumento da circulação da moeda de prata. Atualmente, com o predomínio do sistema do papel-moeda *inconvertível*, ao lado de moedas metálicas, em alguns países, observa-se a incidência desta lei, o que leva à extensão do papel-moeda como meio circulante. De modo geral, é desaconselhável a permanência de 2 tipos de moeda cuja valorização seja desproporcional.

LIBERDADE E NECESSIDADE

— Os metafísicos contrapõem, em geral, a liberdade e a necessidade. Uns afirmam que a vontade é absolutamente livre, isto é, não está condicionada a coisa alguma; outros sustentam que não existe o livre arbítrio, que existe apenas a necessidade absoluta. Ou a liberdade da vontade ou a necessidade, afirmam os metafísicos. O marxismo-leninismo nega esse delineamento anti-científico do problema e o resolve dialeticamente. Do ponto de vista do materialismo filosófico marxista, a liberdade consiste não em uma independência imaginária das leis da natureza, mas sim no conhecimento dessas leis, na possibilidade de aproveitá-las na atividade prática. "Até o dia em que não conhecemos determinada lei da natureza, essa lei, existindo e atuando à margem e fora de nosso conhecimento, nos torna escravos da cega necessidade. Uma vez que conhecemos, porém, essa lei, atuando (como mil vezes repetia Marx), *independentemente* de nossa vontade e de nossa consciência, daí por diante nos tornamos senhores da natureza". (Lénin). A liberdade da vontade não é outra coisa mais senão a atitude de aceitar uma solução, com conhecimento de causa. "A liberda-

de consiste, pois, em nos dominarmos a nós mesmos e a natureza exterior, domínio esse baseado no *conhecimento das necessidades da natureza*" (Engels). Em consequência, a liberdade vem a ser a necessidade consciente. Sem que se compreenda a necessidade, não é possível gozar-se de verdadeira liberdade. Os homens que se tornaram donos de sua própria existência social, tornam-se, em consequência, donos da natureza, donos de si mesmos: livres (Engels) (in Iudin e Rosenthal — "Dic. Filosof.").

LIGA DOS TRES — Foi fundada por Lénin, e dela participaram Már-tov e Potréssov, com o objetivo de reedificar o Partido e publicar a *Iskra*.

LIVRE CONCORRENCIA (Teoria da) — Essa teoria tem grande importância para a economia política clássica. De acordo com a mesma, a concorrência atua como motor e freio do homem em suas relações sociais; como motor, uma vez que impulsiona o desenvolvimento de seus próprios interesses pessoais; como freio, porque impõe ao indivíduo um critério seletivo, pois aquele que, na sociedade, não domina perfeitamente a atividade a que se dedica está destinado ao fracasso. A livre concorrência implica na aceitação absoluta da lei da oferta e da procura, segundo a qual, qualquer intervenção estatal ou de outra natureza, na produção, é prejudicial. A livre concorrência foi destruída pelos fatos. O capitalismo jovem, que pregava a livre concorrência, porque dela necessitava para crescer no período da acumulação primitiva do capital, foi levado a combatê-la, quando se viu forte e poderoso, pois era necessário concentrar a produção e os capitalistas maiores, ao se concentrarem em poderosos blocos monopolistas, negam a livre-concorrência, estabelecendo no mercado os sistemas fechados de mo-

nopolio, liquidando quaisquer concorrentes menos poderosos.

"LUMPENPROLETARIAT" — O *lumpenproletariat*, expressão empregada por Marx, indica a imensa legião de vagabundos, de indivíduos que não participam na produção: prostitutas, bandidos, ladrões, vadios, caftens, toda a escoria da sociedade, formada tanto pelos elementos arruinados da pequena burguesia, como pelos proletários que se tornam desocupados permanentes. Pode, nos momentos revolucionários, participar da revolução, mas para dar expansão aos seus baixos instintos e exercer ação policial, traidora. Jamais são revolucionários.

MARX A STALIN (De) — Marx (1818-1883) foi, por certo, o mais alto valor humano do século XIX. Genio, reuniu os principais conhecimentos adquiridos através dos séculos pela Humanidade e ideias dominantes na sua época — filosofia alemã, socialismo francês e economia britânica — e deu-lhes uma nova expressão, numa verdadeira síntese dialética — o marxismo. Engels (1820-1895) foi o maior discípulo de Marx, seu colaborador infatigável e também um gigante do pensamento. "Engels foi o mais notável sábio e mestre do proletariado contemporâneo do mundo civilizado. Desde que o destino reuniu Marx e Engels, a obra de toda a vida dos dois amigos tornou-se obra comum. Também, para compreender o que Engels fez pelo proletariado, é preciso compreender claramente a significação da doutrina e a atividade de Marx no desenvolvimento do movimento operário contemporâneo. Marx e Engels mostraram, pela primeira vez, que a classe operária, com suas reivindicações, é engendrada necessariamente pela ordem econômica atual, que cria e organiza inelutavelmente, com a burguesia, o proletariado." Eles

mostraram que não são tentativas benevolentes de pessoas generosas que livrarão o gênero humano das calamidades que o oprimem atualmente, mas a luta de classes do proletariado organizado. Marx e Engels foram os primeiros a demonstrar, em suas obras científicas, que o socialismo não é uma quimera de sonhadores, mas a meta final e o resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade contemporânea" (1). Engels, em todas as oportunidades, sempre se confessou discípulo de Marx. Sobrevindo a Marx, passou a dirigir o movimento operário do mundo, a completar-lhe a obra máxima: — *O Capital* — e a defender a pureza do marxismo contra seus desvirtuadores e sua superioridade contra a falsa ciência dos seus negadores. Depois de Engels, o espírito oportunista da Segunda Internacional se impõe no movimento operário mundial, tenazmente contrariado, durante um certo período, por Plekránov (1857-1918) e Kautski (1854-1919), sendo que este, por fim, caiu na mais miserável reação contra os princípios marxistas, deturpando-os ao extremo. Lênin (1870-1924) incorpora-se desde sua juventude ao movimento operário e, outro genio, não só defende a pureza do marxismo contra seus deturpadores como o desenvolve, interpretando-o à época do imperialismo, donde imprimir às suas diretivas práticas partidárias todas as conclusões permitidas pela dialética marxista, à sua época. Lênin, negando o revisionismo bernsteiniano e equivalentes, negação do marxismo, realiza a síntese admirável que é o marxismo-leninismo, definido por Stálin da seguinte maneira: "O leninismo é o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária. Mais exatamente: o leninismo é a teoria e a tática da revolução proletária em geral, a teoria e a tática da ditadura do proletariado em par-

ticular". Criando a teoria do "elo mais fraco" na cadeia do capitalismo, Lênin, no momento justo, realiza a revolução bolchevique na Rússia, implantando-se aí a ditadura do proletariado. Com o poder nas mãos e apoiado por um partido forte e experimentado, Lênin põe em prática os princípios marxistas, e, à custa de seu profundo conhecimento do marxismo, dá as soluções justas aos múltiplos problemas teóricos e práticos que então se apresentaram, lutando, ao mesmo tempo, contra os pretensos marxistas, incapazes, oportunistas, que também existiam ao seu redor. Nessa obra imensa de realização, encontra o apoio decidido e consciente de muitos e principalmente num discípulo fiel — Stálin. No momento necessário, surge Marx, que encontrou Engels e ambos criaram o Socialismo Científico; da mesma forma Lênin encontra Stálin e ambos realizaram o Socialismo Científico. Marx e Engels foram os gênios do século XIX. Lênin e Stálin serão os gênios do século XX. Desaparecido Lênin, Stálin o sucede como discípulo amado, o que sempre ressalta, e impulsiona o movimento operário para as últimas consequências. Marxista puro, Stálin, que intimamente colaborara com Lênin na implantação do socialismo num só país, desenvolve novamente o movimento proletário marxista-leninista e transforma o socialismo num só país em multi-nacional, como etapa indispensável ao seu desenvolvimento ulterior. Zurzindo os que, beatifica e comodamente, defendem a teoria da espontaneidade dos movimentos proletários, diz Stálin, magistralmente: "... não quer dizer, naturalmente, que as modificações verificadas nas relações de produção e a passagem das velhas para as novas relações decorram calma e pacificamente, sem conflitos ou comoções. Ao contrário, essas transformações assu-

mem, geralmente, a forma de uma derrocada revolucionária das velhas relações de produção, dando lugar à instauração de outras novas. Até certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações das relações de produção verificam-se de modo espontâneo independentemente da vontade dos homens. Mas só até determinado ponto, até o momento em que as novas forças produtivas em desenvolvimento atingem sua plena maturidade. Quando as novas forças produtivas ficam maduras, as relações de produção vigentes e os que as representam, as classes dominantes, convertem-se nesse obstáculo "insuperável", que só se pode eliminar por meio da ação consciente das novas classes, por meio da atuação violenta dessas classes, através da revolução. Aqui se destaca nitidamente a considerável importância das novas ideias sociais, daí novas instituições políticas, do novo poder político, destinados a liquidar pela força as velhas relações de produção, das novas exigências econômicas da sociedade surgem as novas ideias sociais; essas novas ideias organizam e mobilizam as massas, e as massas fundem-se num novo exercício político, criam um novo poder revolucionário e utilizam esse poder para liquidar, pela força, o velho regime de relações de produção e consolidar o novo regime. O processo espontâneo de desenvolvimento dá lugar à ação consciente do homem; o progresso pacífico, à transformação violenta; à evolução, à revolução" (2). "O proletariado — diz Marx — vê-se obrigado a organizar-se como classe para lutar contra a burguesia... mediante a revolução, torna-se classe dominante e, como classe dominante, destroe pela força as relações de produção vigentes" (3). E o desenvolvimento dialético da sociedade continua... Marx e Engels vivem e agem numa sociedade pre-imperialista. Lênin vive

e age numa sociedade em pleno apogeu imperialista. Stálin vive e age numa sociedade imperialista moribunda, em agonia franca... Mudam as condições rigorosamente dentro das leis do desenvolvimento da sociedade. E, marxista puro, Stálin interpreta e desenvolve o marxismo de acordo com a época em que vive; por isso, diz:

"A força e a vitalidade do marxismo-leninismo baseiam-se, precisamente, no fato de ele se apoiar, para sua atividade pratica, nas exigências do desenvolvimento da vida material da sociedade, sem nunca se desligar da vida real. Não se conclua, entretanto, das palavras de Marx, que as ideias e teorias sociais e as concepções e instituições políticas não tenham qualquer importância na vida da sociedade, que não exerçam, reflexivamente, nenhuma influencia sobre a existencia social, sobre o desenvolvimento das condições materiais da vida dessa mesma sociedade. Até agora, vimo-nos referindo unicamente às origens das ideias e teorias sociais e das concepções e instituições políticas, a sua formação, ao fato de que a vida espiritual da sociedade é o reflexo das condições de sua vida material. No tocante à importância das ideias e teorias sociais e das concepções e instituições políticas, e sem referencia à função que desempenham na Historia, o materialismo historico não só não as nega como, ao contrario, friza a importância e a significação que lhes corresponde na vida e na historia da sociedade. "Mas as ideias e teorias sociais não são todas iguais. Ha ideias e teorias velhas que já cumpriram sua missão e servem aos interesses das forças sociais caducas. Seu papel consiste em retardar a evolução da sociedade, sua marcha progressiva. E ha ideias e teorias novas, avançadas, que servem aos interesses das forças de vanguarda da sociedade. Seu papel consiste em facilitando o progresso da humanidade, sua

marcha ascensional, sendo sua importância tanto maior quanto mais exatamente corresponderem às exigências da evolução da vida material da sociedade. "As ideias e teorias sociais novas surgem somente depois que o desenvolvimento da vida material da sociedade coloca à sua frente novas tarefas. E, logo que surgem, convertem-se em força importante, facilitando a solução desses novos problemas, formulados pelo progresso da vida material da sociedade e abrindo caminho à sua marcha. E' aí, precisamente, que se revela a formidável capacidade organizadora, mobilizadora e transformadora das novas ideias e teorias, das novas concepções e instituições políticas. E são vigorosas porque necessarias à sociedade, uma vez que, sem essa extraordinária capacidade, seria impossível a solução dos problemas formulados pelo desenvolvimento da vida material da sociedade, problemas que, equacionados, estão, *ipso facto*, dentro das condições de uma solução. E como se transformaram baseadas nas novas tarefas determinadas pelo progresso social, as novas ideias e teorias sociais se propagam, tornam-se parte integrante do patrimonio das massas populares, mobilizando-as e organizando-as contra as forças sociais caducas entorpecedoras da evolução social e facilitando, dessa maneira, a sua derrocada. "E' assim que as novas ideias e teorias sociais e as novas instituições políticas — surgidas consequentemente à iminencia da solução dos novos problemas formulados pelo progresso da vida material da sociedade, pela evolução do complexo social, — logo atuam, por sua vez, sobre ele, sobre a vida material da sociedade, criando as condições necessarias para ultimar-se a execução das tarefas sociais já maduras e tornando possível seu desenvolvimento ulterior" (4).

(1) — Lénin — Artigo escrito em *Rabótnik*, ns. 1-2, de 1896.

(2) — Do capitulo "Sobre o Materialismo Dialectico e Materialismo Historico", in *Sobre os fundamentos do leninismo*, de Stálin — Edit. Calvino Ltda. — 1945).

(3) — Do Manifesto do Partido Comunista.

(4) — Ibidem — Nota 2.

MENCHEVIQUES — Em russo significa minoritários (minoría). Foram assim chamados os membros do II Congresso do Partido Operario-Social-Democrata da Russia, que ficaram em minoria, em opposição à maioria (bolcheviques), que votaram com Lénin nas eleições dos organismos centrais do Partido. Posteriormente, por extensão, diz-se que são mencheviques os que se limitam a conhecer o marxismo superficialmente e a proclamarlo solenemente. "Não sabendo ou não querendo penetrar na essencia do marxismo; não sabendo ou não querendo encarna-lo em fatos, transformam as teses vivas e revolucionarias do marxismo em formas mortas e ocas. Baseiam suas atividades não na experiencia, não nos ensinamentos de trabalho pratico, porem em citações de Marx. As indicações e diretrizes eles as deduzem não da analise da realidade viva, e sim de analogias e paralelos historicos. Divergencia entre as palavras e os atos: tal é a enfermidade de que padecem os mencheviques. Daí as decepções e o eterno descontentamento com o destino, que a todo momento lhes prega boas partidas, deixando-os decepcionados. Chamam-se mencheviques na URSS e oportunistas na Europa. No Congresso de Londres, o camarada Tyczko definiu-os mui acertadamente, dizendo que se não mantinham no tablado do marxismo, porém que "jaziam" sobre ele". (Lénin, *Organizador e Che-*

fe do PC (b) da URSS — por Stálin).

MIR — Ou *Obshtchina*. Comuna ou coletividade local da Russia, sob cuja posse ficaram as terras, que eram redistribuidas periodicamente. As melhores descrições do *mir* foram feitas por F. Le Play (*Os operarios europeus*), M. de Laveleye (*Da propriedade e de suas formas primitivas*), M. Mackenzie (*A Russia*). Sua organização pode ser assim resumida, em poucas palavras: "O solo cultivavel da comuna pertence a uma associação formada por todos os chefes de familia. O *mir* constitue uma pessoa civil proprietaria do solo, agente responsável ante o Estado, do imposto e do recrutamento. Governa-se de maneira muito independente. Seu poder é muito grande, pois pode até condenar à deportação na Siberia a um de seus membros. A unidade do *mir* é a familia ou aglomeração de familias vivendo sob o mesmo teto; os membros masculinos são co-proprietarios. Podem hipotecar ou vender a terra, mas somente com o consentimento de todos, podem dissolver a comunidade com uma maioria de dois terços. Elegem seu *starok* por maioria. Os membros são solidariamente responsaveis pelo imposto. Reparte-se periodicamente as terras entre as familias de acordo com a força de trabalho e as necessidades de cada uma. "Uma viuva com filhos pequenos, incapazes de cultivar a terra, não a recebe, mas quando os filhos chegam à idade adulta, encontrarão sua parte" (R. Meyer e G. Ardant: *A questão agraria*).

MOMENTO — O mais breve espaço em que o tempo é suscetível de se dividir. Sob o ponto de vista da mecanica, o momento de uma força em relação a um ponto chamado *centro dos momentos* é o produto da intensidade da força pela distancia do pon-

to à sua direção. "Tese, antítese e síntese são os *momentos* sucessivos do raciocínio: por *momento* é preciso entender-se não somente as fases de um desenvolvimento, mas, segundo a etimologia latina, o princípio do movimento, a causa que faz avançar o pensamento. A ideia de *não-ser* é um momento no sentido que ela permite a ideia de *ser* de se transformar na ideia do *vir a ser*, sendo ela um princípio de progresso. Mas o *momento* essencial é aquele que leva a contradição à síntese". (René Maublanc — *À la lumière du marxisme*, pag. 197-1935).

MONOGAMIA — Sistema no qual o homem não pode se casar senão com uma só mulher e a mulher também só pode com um único homem. Este sistema prevalece entre os povos civilizados. "Atualmente, não se conhece mais do que a monogamia; junto a ela, a poligamia do homem e, comumente, a poliandria da mulher; guarda-se silêncio quanto à prática, que é a de saltar, tacita e inescrupulosamente, como convém ao filisteu moralizador, por cima das barreiras impostas pela sociedade oficial. O estudo da história primitiva, pelo contrário, coloca-nos em presença de condições nas quais os homens vivem em poligamia e, simultaneamente, suas mulheres em poliandria, e onde, por conseguinte, os filhos comuns são considerados como pertencentes a todos, condições que passam, por sua vez, por toda uma série de modificações, até que se resolvem na monogamia. Estas modificações são de tal natureza, que o círculo, que abrange a união conjugal comum, é que era muito amplo em sua origem, se restringe pouco a pouco, até, finalmente, não deixar mais subsistir senão o casal isolado, que é o que predomina atualmente" (Engels).

NACHI DNI (*Nossos Dias*) — Periódico dos populistas liberais. Pu-

blicado em S. Petersburgo, de dezembro de 1904 até fevereiro de 1905.

NEOISKRISMO — Menchevismo. Depois do II Congresso do P. O. S. D. R. (1903), os mencheviques, apoiados por Plerrânov, se apoderaram de *Iskra* e converteram-na em órgão de sua facção, que combatia os bolcheviques e lutava contra os acordos do II Congresso do Partido. Para diferenciá-la da "velha" *Iskra* (a leninista) a *Iskra* menchevique passou a ser chamada de a "nova" *Iskra*.

NICOLAU II — (1868-1918). Tsar russo, subiu ao trono em 1894, foi derrubado pela revolução de fevereiro de 1917 e, em 1918, executado.

NOVA GAZETA DO RENO — Periódico revolucionário que foi publicado em Colonia (Alemanha) de 1 de junho de 1848 a 19 de maio de 1849. Era seu redator-chefe Carlos Marx.

OBJETIVISMO BURGUEZ — Explicação da necessidade e da sujeição do processo histórico a determinadas leis, procurando justificar e exaltar o regime burguez. Assim é que P. Struve, um dos representantes do marxismo legal, criticando os populistas, que não compreendiam a necessidade objetiva do desenvolvimento capitalista, na Rússia do século XIX, preconizava a renúncia à luta contra o capitalismo, apoiando-se no fato de que este se desenvolve como uma necessidade objetiva. Negava as inconciliáveis contradições do capitalismo, que conduzem inevitavelmente, à revolução proletária. Em contraposição ao objetivismo burguez, o marxismo-leninismo demonstra que o capitalismo surgiu como uma necessidade histórica, mas que também é historicamente necessária a sua destruição por meio de um movimento revolucionário A

concepção marxista da objetividade compreende em si o *conceito partidário*, obrigando a apreciar os acontecimentos históricos do ponto de vista do proletariado revolucionário.

OSVOBOJDIENIE (*Emancipação*) — Revista da burguesia liberal, que era publicada sob a direção de P. Struve, desde julho de 1902 até outubro de 1905.

PARTIDO (*Sem*) — São assim chamados os indivíduos que se não filiam a qualquer partido político, corrente de ideias, etc. Constituem sempre a maioria. Em política são, via de regra, oportunistas, aderindo sempre e para logo ao partido vencedor, por não se terem comprometido na luta partidária. Em ciência, são geralmente defensores de pontos de vista ecleticos. São, todavia, os sem-partido a fonte de reserva onde os partidos políticos vão buscar os executantes para seus programas e encontram seus aliados, nos momentos de construção. Na URSS, atualmente, apenas 3% da totalidade dos seus povos pertence ao Partido Bolchevique (b) da URSS, devido, certamente, ao rigor que preside a admissão e os sacrifícios e superioridade mental que exige dos seus filiados. O socialismo científico é, contudo, o regime da URSS, vitorioso e progressista, o que prova o papel formidável desempenhado pelos sem-partido soviéticos, sem cuja cooperação não se teria erigido o primeiro Estado socialista, no mundo. Referindo-se aos sem partido, Stálin disse: "Até os últimos tempos, os comunistas de uma série de distritos partiam do critério de que podiam resolver todos os problemas da organização de kolrózes com suas próprias forças. E partindo daí, não se preocupavam suficientemente com incorporar os sem-partido aos trabalhos responsáveis dentro dos kolrózes, com des-

taçar os sem-partido em postos responsáveis dentro dos kolrózes, com organizar nos kolrózes um amplo núcleo de ativistas sem-partido. A história do nosso Partido demonstra, e o período do movimento kolrozião que acaba de transcorrer revela uma vez mais, que este ponto de vista é totalmente falso. Se os comunistas se fecharem em seus círculos, isolando-se dos sem-partido, porão tudo a perder. Se os comunistas conseguirem cobrir-se de glória na luta pelo socialismo e os inimigos do comunismo foram esmagados, deve-se, entre outras coisas, ao fato de os comunistas terem sabido atrair para a causa os melhores homens entre os sem-partido, aproveitar forças das grandes massas de pessoas sem-partido, rodear o Partido com ampla camada de ativistas sem-partido. Agora, é preciso liquidar resoluta e irrevogavelmente esta falha de nosso trabalho, relativamente aos sem-partido".

PENSAMENTO — Faculdade de comparar, combinar e estudar as ideias: o pensamento é a vida interior. O pensamento parte das sensações. "O pensamento nasce do ser, e não o ser, do pensamento" (Feuerbach). "O pensamento é uma propriedade da matéria altamente diferenciada, que alcançou a etapa mais elevada do seu desenvolvimento". (Ghirokov). No primitivo prólogo para o *Anti-Dühring*, Engels escreveu: — "A investigação empírica da natureza acumulou uma massa tão gigantesca de conhecimentos positivos, que a necessidade de ordená-los sistematicamente, e por sua conexão interna em cada tempo de investigação, é algo simplesmente irrefutável. E não menos irrefutável é a necessidade de estabelecer a devida conexão entre os diferentes campos do conhecimento. Mas, com isso, as ciências naturais se deslocam para o campo teórico, onde os

metodos empiricos fracassam e onde somente o pensamento pode prestar serviço. Mas o modo de pensar teorico não é um dote natural senão no que se refere à capacidade. Essa capacidade deve ser cultivada e desenvolvida, e, até hoje, não existe um ambiente mais proprio para o seu cultivo e desenvolvimento do que o estudo da historia da filosofia. O pensamento teorico de qualquer epoca, incluindo, portanto, a nossa, é um produto historico que toma formas muito diferentes e assume, por isso mesmo, conteúdo bastante distinto, segundo as epocas. A ciencia do pensamento é, por conseguinte, como todas as ciencias, uma ciencia historica, a ciencia do desenvolvimento historico do pensamento humano. E isso tem tambem sua importancia no que toca à applicação pratica do pensamento aos campos empiricos e por varias razões. A primeira é que a teoria das leis do pensamento não representa essa "verdade eterna" e definitiva que o espirito do filisteu apresenta a si mesmo enquanto está a ouvir a palavra "logica". Até a logica formal tem sido objeto de frequentes debates desde Aristoteles até os nossos dias. E, no que se refere à dialética, até hoje só foi investigada detidamente por dois pensadores: Aristoteles e Hegel. E a dialética é a forma mais exata do pensamento para as modernas ciencias naturais, já que é a unica que nos oferece a analogia, e, portanto, o metodo para explicar os processos evolutivos que se desenvolvem na natureza, para explicar, em seus traços gerais, as articulações e o transito, de uma zona para a outra, de investigação. Em segundo lugar, o conhecimento da evolução historica do pensamento humano, das ideias que as diferentes epocas da Historia forjaram sobre as concatenações gerais do mundo exterior, é tambem uma necessidade para as ciencias naturais teori-

cas, porque nos serve de criterio para contrastar as teorias por elas formuladas. A esse respeito, o desconhecimento da Historia da filosofia revela-se-nos com muita frequencia. E' comum observar-se naturalistas teoricos sustentando como verdades recém-descovertas e que se impõem durante algum tempo pela moda, doutrinas que a filosofia vem estudando faz muitos seculos e já foram filosoficamente desfeitas. Indubitavelmente, é uma grande vitoria da teoria mecanica do calor haver apoiado o principio da conservação da energia com novas provas, fazendo-o novamente voltar ao primeiro plano. Mas esse principio ter-se-ia proclamado como uma verdade tão absolutamente nova se os senhores fisicos se tivessem lembrado de que ha muito fóra exposto, em seu tempo, por Descartes? Desde que a quimica e a fisica voltem a operar quase exclusivamente com moléculas e átomos, não haverá outro remedio senão voltar mais uma vez os olhos para a filosofia atomica dos antigos gregos! Assim, por exemplo, Kekulé (*Fins e aquisições da quimica*) afirma que essa filosofia procede de Demócrito e não de Leukippo e sustenta que Dalton foi o primeiro a admitir a existencia de átomos elementares qualitativamente distintos, assinalando-lhes pesos diferentes, característicos diferentes, quando, em Diogenes Laercio (X, l. § 43-44 e 61), pode ler-se que Epicuro já atribuía diferenciações aos átomos, não só de tamanho e de forma, como tambem de peso, isto é, que já conhecia, a seu modo, o peso e o volume atomicos. O ano de 1848, que, na Alemanha, nada concluiu, impôs em troca uma modificação radical no campo da filosofia. A nação lançou-se para o lado pratico, criando as origens da grande industria e da ilusão; enquanto isso, o gigantesco triunfo, que haviam alcançado as ciencias naturais na Alemanha de então, ini-

ciado por propagandistas como Vogt, Büchner, etc.; repudiou abertamente a filosofia classica alemã, que substituiu na arena os velhos hegelianos de Berlim. Tudo isso parecia bem merecido, mas uma nação que quer manter-se à altura da ciencia, não pode desenvolver-se sem um pensamento teorico. E, com o hegelianismo, deitou-se por terra a dialética para se entregar novamente e sem amparo nos braços da velha metafisica, no instante mesmo em que o carater dialético dos fenomenos naturais se estava impondo com uma força irresistível, no momento, portanto, em que só a dialética das ciencias naturais podia ajudar o homem de ciencia a transpor a propria montanha teorica. E o povo começou a sofrer os prejuizos das reflexões vazias de Schopenhauer, e, mais tarde, até as de um Hartmann e o materialismo vulgar de Vogt e de um Büchner. Nas Universidades, as mais diversas linhagens do velho ecletismo rivalizavam, embora não passassem todos eles de residuos de velhas filosofias e todos igualmente metafisicos. Dos escombros da filosofia classica só se salvou um certo neokantismo, cuja ultima palavra era a coisa em si, eternamente incognoscível, isto é, principalmente aquela parte de Kant que menos merecia ser conservada. O resultado de tudo isso foi a confusão e a tagarelice que hoje reinam no campo do pensamento teorico. Não se pode manusear um livro teorico das ciencias naturais sem ter a impressão de que os proprios naturalistas se dão conta de como estão dominados por essa algazarra e confusão e de como a chamada filosofia hoje em curso não lhes pode oferecer nenhuma saída. Com efeito, não ha mais solução nem mais possibilidade de se chegar a ver claro nestes campos do que retornar, sob uma ou outra forma do pensamento metafisico, ao pensamento dialético" (Do

Prologo à ultima edição do Anti-Dühring, publicada pelo Instituto MELs, de Moscou, em junho de 1928).

PETIÇÃO DE PRINCIPIO — Denominação que se dá, em logica, ao raciocínio vicioso, que procura partir de uma certeza que é precisamente a que deve ser provada.

POBREZA ABSOLUTA — Bulgákov defendia a seguinte tese: "É indiscutível que, num país superpovoado, certa parte da pobreza deve ser considerada como de *pobreza absoluta*, conseqüente à pobreza de produção e não da repartição". É evidente tratar-se de uma tese falsa, errada e interesseira desse economista burguês, ligada à famosa "lei universal da fertilidade decrescente do solo".

POUPANÇA — É a parte que se deixa de consumir, que se reserva para satisfazer as necessidades ultteriores. Nesse sentido praticam a poupança, tanto os capitalistas como os poucos trabalhadores aburguesados, pois todos podem retirar parte do que ganham para "garantir o dia de amanhã". O capitalista, além da poupança de carater privado, pratica a acumulação capitalista, que consiste no crescimento do capital à custa de parte da mais-valia proveniente de cada ciclo de produção. Desse modo, poderá ampliar a sua industria, construir outras fabricas, etc. Devido ao excesso de lucro, alcançado durante o periodo de guerra, pela rapacidade dos capitalistas, os governos decretaram impostos sobre os lucros extraordinarios de guerra, que, de certo modo, em alguns casos como o brasileiro, representam uma poupança forçada, para os capitalistas, pois uma parcela destes lucros é entregue ao Estado, que a devolve somente depois de terminada a guerra. Esse lucro extraordinario de guerra só se admite em países despoliciados, isto é,

em que as massas trabalhadoras se deixam expoliar sem protesto, ao menos. Os institutos que estimulam e concentram a poupança popular são as Caixas Econômicas. O pequeno montante da reserva de um operário, via de regra obtida à custa dos maiores sacrifícios de sua alimentação e instrução, se transforma em capital nas mãos de um grande Banco, permitindo a este manejar empréstimos com as economias fracionárias do povo. O Estado capitalista estimula a poupança, a "economia" das classes populares para melhor e mais extensamente explorá-las, e nela encontra uma fonte de recursos para si, nas situações de emergência.

PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA — Adquire-se-a participando-se ativamente na luta de classes. Ela é essencial na luta do proletariado pela sua emancipação, mas deve ser apoiada por uma teoria revolucionária como é o marxismo. Se a luta, prática revolucionária, não estiver orientada por adequados conhecimentos teóricos, andarà às cegas, pois não terá o campo de luta iluminado pela teoria revolucionária.

PROCESSO — Diz-se também *processus*, na sua forma latina. Em filosofia, é o conjunto das operações pelas quais passa uma coisa em vias de realização. O processo do trabalho é o conjunto das operações que constituem um trabalho qualquer. O processo do desenvolvimento é o conjunto das operações que constituem o desenvolvimento de um fenómeno qualquer. Sob o ponto de vista marxista, o processo se realiza por força de causas que se encontram no seu próprio seio. "Compreender, pois, um processo, significa descobrir seus aspectos contraditórios, estabelecer suas relações mutuas, seguir o movimento de suas contradições através de

todas as suas fases. Isto oferece a chave dos "saltos", que caracterizam as series evolutivas; explica a mudança de um processo no seu oposto, o aniquilamento do *velho* e a emergência do *novo*" (Chirokov).

PRODUÇÃO ANARQUICA — A contradição da produção capitalista é que ela é social, porém a apropriação é individual, donde a produção ser organizada no interior de cada empresa produtora e anarquica na sociedade. "Na atual sociedade capitalista, cada capitalista industrial produz por sua própria iniciativa aquilo que quer, como quer, o quanto quer. A quantidade socialmente exigida é para ele uma grandeza desconhecida e ele ignora a qualidade dos objetos procurados assim como sua quantidade. Aquilo que não pode ser hoje entregue com bastante rapidez, pode ser oferecido amanhã além da procura. A procura acaba, pois, sendo satisfeita como se pode, bem ou mal, e geralmente a produção se determina pelos objetos procurados. Como se realiza a conciliação desta contradição? Pela concorrência. E como chega ela a essa solução? Simplesmente diminuindo o valor do trabalho daquelas mercadorias inutilizáveis, por sua qualidade ou por sua quantidade, no estado momentâneo das procuras da sociedade, e fazendo sentir aos produtores, desse modo indireto, que eles estão fabricando objetos absolutamente inutilizáveis ou, que eles os fabricaram em quantidade inutilizável, supérflua. (F. Engels — in prefácio ao livro *A Miséria da Filosofia*, de Carlos Marx — Edit. Calvino Ltda.). "E' a força propulsora da anarquia social da produção, que converte a imensa maioria dos homens, cada vez mais acentuadamente, em proletários, e serão essas massas proletárias que, por seu turno, porão fim à anarquia da produção".

PRODUTO — E' o que resulta da produção, como seu ultimo termo. Pode ser de diversas categorias. No regime capitalista, o produto é o objetivo da produção. O consumidor, com suas necessidades, seus desejos e seus gostos é um mal inevitável, ao qual é necessario adaptar-se. No regime socialista, as satisfações das necessidades do homem é o objetivo direto da produção.

PROPRIEDADE PRIVADA — Sob o ponto de vista burguês é o direito inalienável e de origem divina que tem o individuo de possuir, usar, gozar e dispor das coisas da forma a mais absoluta, desde que respeite as leis e regulamentos vigentes, que por sua vez a protegem. "A economia política procura, em principio, criar uma confusão das mais comodas, entre duas especies de propriedade privada bem distintas, a propriedade privada fundada sobre o trabalho pessoal e a propriedade privada fundada sobre o trabalho de outrem, esquecendo, propositadamente, que esta ultima não somente constitue a antítese da primeira, como não cresce senão sobre a sua ruína" (Marx, *O Capital*, I vol. pag. 343). E' exato. A propriedade capitalista não pode aparecer senão sobre as ruínas da propriedade individual. O que caracteriza a propriedade privada individual dos instrumentos de trabalho é a sua utilização pelo proprio possuidor. O margeneiro possui seu serrote, o sapateiro seu martelo, o camponês seu pedaço de terra e os arados. Na sociedade moderna, ainda se encontra a propriedade privada individual dos meios de produção entre os pequenos produtores, não representando, entretanto, nada de fundamental na vida economica no modo de produção capitalista. Antes da era da produção capitalista e nos seus primórdios, imperava, em todo o mundo ocidental,

esse regime de produtores que trabalhavam por sua propria conta. Atualmente, não restam mais que sobrevivências desse regime. O que caracteriza a propriedade capitalista sobre os meios de produção (edifícios, máquinas, instrumentos, materias primas, terras, etc.) é seu manejo, sua movimentação, não pelo possuidor capitalista, mas pelos assalariados. A propriedade capitalista não toma nenhum caráter pessoal, não vale senão pelo trabalho alheio que sobre ela se desenvolve. A produção é movimentada pela força de trabalho dos assalariados e o produto é uma obra coletiva. O capitalista não tem ação real pessoal sobre sua propriedade e, por isso mesmo, não desempenha nenhum papel na produção. Verifica-se isso com o crescimento e a concentração de capitais, com a substituição do capitalista individual por grupos de capitalistas, acionistas ou credores. Com a propriedade capitalista, "são assalariados, engenheiros, ou diretores mais ou menos retribuídos, mas de qualquer forma assalariados, os que substituem atualmente, nas suas antigas funções, os proprietários" (Gabriel Deville, *Principes socialistes*, pag. 30). Transformando as bases da propriedade, o capitalismo destruiu a propriedade individual e deu nascimento à propriedade capitalista. Para esta transformação, foram necesarios seculos. "O modo de produção e de acumulação capitalista baseia-se, portanto, na propriedade privada capitalista, que pressupõe o aniquilamento da propriedade privada fundada no terreno pessoal: sua base é a expropriação do trabalhador" (*O Capital*, 1.º vol. pag. 317). Mas, ao se desenvolver, a propriedade privada capitalista produziu os elementos de seu desaparecimento. Tornados estranhos, inúteis e prejudiciais à produção, os capitalistas podem desaparecer, sem perigo para a vida eco-

nomica de toda a sociedade. O socialismo tem essa tarefa; sob sua direção, os proletários expropriarão os expropriadores. Segundo a doutrina do marxismo-leninismo, as formas e relações da propriedade são determinadas pela evolução das forças produtivas: por conseguinte, têm um caráter histórico. A certo grau de evolução corresponde uma forma determinada de propriedade; a outro uma outra; mas não há, nem pode haver, *solução absoluta*, porque tudo flue, tudo muda. Em oposição aos sábios burgueses, que defendem a imutabilidade do princípio da propriedade privada, o marxismo-leninismo demonstra que a propriedade privada somente apareceu numa determinada etapa da evolução social. No *Curso de História do Partido Comunista (b) da URSS* é assinalada a mudança das formas da propriedade, em cada nova etapa histórica da evolução da sociedade. Sob o regime da comunidade primitiva, a base das relações de produção é o trabalho livre e a propriedade social sobre os meios de produção. Sob o regime escravista, a base das relações de produção é a propriedade do amo sobre os meios de produção e, também, sobre o realizador da produção — o escravo — a quem o amo pode vender, comprar ou matar, como ao seu gado. Sob o regime feudal, a base das relações de produção é, inicialmente, a propriedade do senhor feudal sobre os meios de produção e uma propriedade incompleta sobre o realizador da produção — o servo — a quem o senhor feudal já não pode matar, mas pode vender ou comprar. Posteriormente, com a propriedade feudal, desenvolve-se a propriedade individual do camponês e do artesão sobre os seus instrumentos de produção, sobre sua economia privada, propriedade baseada no trabalho pessoal. Sob o regime capitalista, a base das relações de pro-

dução é a propriedade capitalista sobre os meios de produção, com exclusão da propriedade sobre os realizadores da produção — os assalariados — a quem o capitalista não pode matar nem vender, porquanto são livres de dependência pessoal, mas que estão privados dos instrumentos de produção e, para não morrerem de fome, são obrigados a vender ao capitalista sua força de trabalho, suportando o pesado jugo da exploração. Sob o regime socialista, que até agora só se realizou na URSS, a base das relações de produção é a propriedade social sobre os meios de produção. Nesse caso já não há exploradores, nem explorados. A vitória da propriedade socialista na URSS tem sua expressão legal na constituição staliniana. A propriedade social-estatal e cooperativo-kolróziana sobre os instrumentos e meios de produção, é a base sagrada e intangível do regime socialista. Proudhon, em seu famoso trabalho *Que é a propriedade?*, conclue que “é o roubo”, mas também considerava a propriedade como sendo uma contradição lógica, do ponto de vista da Economia burguesa. Marx, em troca, afirmava: “A propriedade privada, como tal, como riqueza, vê-se ferçada a sustentar-se de pé ela mesma, mantendo assim de pé sua antítese, o proletariado. Eis o lado positivo da antítese: a propriedade privada, que encontra em si mesma sua própria satisfação. Por sua parte, o proletariado, como tal, vê-se obrigado a superar-se a si mesmo, superando assim a antítese que o condiciona e a fazê-la ser o que é. Eis o lado negativo da antítese: sua instabilidade intrínseca, a propriedade privada corroída e corrosiva. Dos dois termos dessa antítese, o proprietário privado é, portanto, o partido conservador; o proletariado, o partido destrutivo. Daquele parte a ação destinada a manter a antítese; deste, a ação des-

tinada a destruí-la. É certo que a propriedade privada impele-se a si mesma, em sua dinâmica econômica, para sua própria dissolução, mas por um processo independente dela, inconsciente, alheio à sua vontade, confirmado pela lógica das coisas, pois esta leva-a a engendrar o proletariado como tal, isto é, à miséria consciente de sua miséria física e espiritual, consciente de sua degradação humana, com a qual já supera sua própria degradação. O proletariado não faz mais que executar a sentença que a propriedade privada decreta contra si mesma ao engendrar o proletariado, assim como executar aquela que o trabalho assalariado decreta contra si mesmo, ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. O proletariado, ao triunfar, nem sequer se erige em dono e senhor absoluto da sociedade, pois, se triunfa, é à custa da sua própria destruição e da de seu inimigo. Com seu triunfo, o proletariado desaparece, como desaparece a antítese que o condiciona, a propriedade privada”. A propriedade privada, ainda o diz Marx: “É a negação da negação. Esta, restaura a propriedade individual, mas baseada nas conquistas da era capitalista, baseada na cooperação de operários livres e na sua propriedade coletiva sobre a terra e sobre os meios de produção produzidos pelo próprio trabalho. A transformação da propriedade privada e dispersa dos indivíduos, que é baseada no seu próprio trabalho, em propriedade privada capitalista, é naturalmente um processo incomparavelmente mais difícil, mais duro e mais trabalhoso que a transformação da propriedade privada capitalista, repousada de fato num regime social de exploração, numa propriedade coletiva”. Engels também diz: “A propriedade privada não surge na História nem como fruto do roubo e da violência, nem como coisa parecida. Muito ao contrário, a pro-

priedade privada, embora limitada a certos objetos, já existe nas comunas naturais primitivas, na origem de todos os povos civilizados. Começa por se desenvolver, ainda no seio dessas comunidades, pela troca efetuada com os membros de outras comunas, sob a forma de mercadoria. E, quanto mais se acentua a forma de mercadoria nos produtos da comuna, ou, o que vem a ser o mesmo, quanto maior for a proporção em que estes artigos sejam produzidos para a troca, e não para serem consumidos pelo próprio produtor, quanto mais esta troca for substituindo, ainda no seio da própria comuna, o regime primitivo e natural da divisão do trabalho, se vai cada vez mais acentuando também, a desigualdade na situação de riqueza dos diferentes membros da comunidade, tanto mais se vai minando e solapando o velho regime de propriedade coletiva do solo e, mais rapidamente, encaminha-se a comunidade para a sua dissolução, para se converter finalmente numa aldeia, que é constituída por lavradores, proprietários de suas restas de terra. O despotismo oriental e a constante mudança de poderes, de uns para outros povos nômades conquistadores, não puderam violar, durante milênios, este regime primitivo da comunidade. Em compensação, a destruição gradual de sua indústria doméstica natural, pela concorrência com os produtos da grande indústria, vai conduzindo este regime, cada vez mais aceleradamente, para sua dissolução. Não é necessário falarmos aqui da violência, nem mesmo quando tratamos da repartição, que se está ainda realizando em nossos dias, da propriedade agrária comunal, das “fazendas” do Mosela e dos altos bosques; o que acontece simplesmente é que os lavradores acham mais proveitoso para os seus interesses, a propriedade privada da terra em lugar da propriedade comunal. Nem mesmo a formação de

uma aristocracia natural como a que se instituiu entre os Celtas e os Germanos e na região indú dos Cinco Rios, baseada no regime da propriedade coletiva do solo, não surge, de forma alguma, baseada na violência, mas sim de modo espontâneo e por força do costume. Onde quer que apareça a propriedade privada, nasce ela com efeito das mudanças verificadas nas condições de produção e de troca, no interesse do desenvolvimento da produção e da intensificação do comércio, respondendo, portanto, a causas económicas. Neste processo, a violência não desempenha nenhum papel. Para que o ladrão possa apropriar-se de bens alheios, é evidente que a instituição da propriedade privada já deve estar consagrada e em vigor em toda a sociedade; ou seja, a violência poderá, sem dúvida alguma, transformar o estado possessorio, entretanto, não engendrará nunca a instituição da propriedade. (*Anti-Dühring*, pag. 218 — Editorial Calvino Ltda.). Os utopistas tinham escrito e discutido muito entre si e com os economistas para saber se a propriedade privada deve existir, isto é, se ela corresponde à "natureza humana". Marx colocou essa questão sobre um terreno concreto. Segundo sua doutrina, as formas e as relações de propriedade são determinadas pela evolução das forças produtoras. A certo grau de evolução corresponde uma forma determinada de propriedade, a outro, uma outra, mas não há, nem pode haver solução absoluta, porque tudo flue, tudo muda: "a sabedoria torna-se loucura, o prazer transforma-se em sofrimento". Grandes teólogos católicos emitiram os seguintes conceitos sobre a propriedade privada: S. Ambrosio — "A natureza estabeleceu a comunidade; a usurpação, a propriedade privada". S. Clemente — "Em boa justiça tudo deveria pertencer a todos. E' a ini-

quidade que fez a propriedade privada". S. Bazilio, S. João Crisostomo e S. Jeronimo afirmavam: "A opulência (resultante da propriedade privada) é sempre o produto de um roubo; se este não foi cometido pelo proprietário atual, o foi pelos seus antepassados". A propriedade privada do sólo deve ter surgido à época do estadió superior da barbarie.

QUATORZE PONTOS (Os) — Chamaram-se os quatorze pontos, os apresentados pelo Presidente Wilson, dos Estados Unidos, no fim da guerra de 1914-18. Num discurso pronunciado a 8 de janeiro de 1918, foram esses pontos apresentados e podem ser assim resumidos: 1.º — Tratados publicos de paz assinados publicamente; nada de acordos internacionais secretos. 2.º — Liberdade de navegação. 3.º — Supressão, na medida do possível, das barreiras alfandegarias. 4.º — Garantias afiançadas de que os armamentos nacionais serão reduzidos ao nível mais baixo compatível com a segurança interna. 5.º — Ajuste imparcial de todas as pretensões coloniais. 6.º — Evacuação das tropas invasoras estrangeiras, de todo o território russo; a Rússia determinará independentemente o seu desenvolvimento político. 7.º — Evacuação e reconstrução da Belgica. 8.º — Evacuação e reconstrução do território francês ocupado, e devolução da Alsacia-Lorena à França. 9.º — Reajustamento das fronteiras italianas de acordo com as linhas reconhecidas da nacionalidade. 10.º — A mais ampla oportunidade de desenvolvimento autónomo para os povos de Austria-Hungria. 11.º — Evacuação da Rumania, Servia, Montenegro; livre acesso para o mar para a Servia; relações mutuas dos Estados balcanicos, de acordo com os princípios de lealdade e nacionalidade; garantias internacionais para esses paí-

ses. 12.º — Desenvolvimento autónomo para as zonas não turcas da Turquia; passagem livre através dos Dardanelos. 13.º — Criação de um Estado polonês independente, incluindo os territorios habitados por populações indiscutivelmente polonesas, com acesso livre e seguro para o mar e garantido por um pacto internacional. 14.º — Uma associação geral de nações que procure garantias mutuas aos pequenos e grandes Estados. Os pontos 1.º (abolição da diplomacia secreta), 3.º, 4.º, 5.º e 9.º, não foram cumpridos. Os demais foram postos em pratica e mesmo ultrapassados em alguns aspectos, como aconteceu com os pontos 10.º e 12.º. O ultimo ponto resultou na Liga das Nações. A propaganda alemã fez muito alarde denunciando o não cumprimento de alguns dos quatorze pontos, especialmente sobre o rearmamento, para justificar sua politica armamentista e a violação dos tratados de paz, declarando que a "Alemanha havia depositeo as armas confiando nas promessas de Wilson". Mas a verdade é que a Alemanha pediu o armistício porque estava derrotada, exausta e em pleno processo revolucionario. O Tratado de Versalhes foi, entretanto, utilizado como bandeira por Hitler para abrir a campanha que levaria o mundo novamente à guerra. Tratava-se, de fato, de um Tratado que era odiado por todo o povo alemão e o rompimento com ele, deu a Hitler, grande prestigio no seio desse povo.

REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE (Etapas da) — Em síntese notável, Stálin descreve as 3 etapas da revolução bolchevique da seguinte forma: "Nossa revolução passou por 2 etapas e entrou, depois da Revolução de Outubro, na terceira. De acordo com isto, foi mudando de estratégia. *Primeira etapa* — De 1903 a feverei-

ro de 1917. *Objetivo*: derrubamento do tsarismo e completa liquidação das sobrevivências medievais. *Força fundamental da revolução*: o proletariado. *Reserva imediata*: os camponeses. *Direção do golpe principal*: isolar a burguesia monárquica-liberal, que se esforçava para atrair para si os camponeses e em liquidar a revolução, chegando a um acordo com o tsarismo. *Plano de distribuição das forças*: aliança da classe obreira com os camponeses. "O proletariado deve levar ao fim a revolução democratica", atraindo a si a massa dos camponeses, para destruir pela força a resistência da autocracia, e paralisar a instabilidade da burguesia" (Lénin — t. VIII, pag. 96, *Duas Taticas*). *Segunda etapa* — De março de 1917 a outubro de 1917. *Objetivo*: derrubar o imperialismo na Rússia e sair da guerra imperialista. *Força fundamental da revolução*: o proletariado. *Reserva imediata*: os camponeses pobres. *Como reserva provavel*: o proletariado dos países vizinhos. *Como fator favoravel*: a guerra que se prolongava e a crise de imperialismo. *Direção do golpe principal*: isolar a democracia pequeno-burguesa (mencheviques e social-revolucionarios), que se esforçava em atrair para si as massas trabalhadoras do campo e pôr fim à revolução, chegando a um acordo com o imperialismo. *Plano de distribuição das forças*: aliança do proletariado com os camponeses pobres. "O proletariado deve levar a cabo a revolução socialista, atraindo para si a massa dos elementos semi-proletarios da população, afim de destruir pela força a resistência da burguesia e paralisar a instabilidade dos camponeses e da pequena-burguesia (Lénin — t. VIII, pag. 97, *Duas Taticas*). *Terceira etapa* — Começa depois da Revolução de Outubro. *Objetivo*: consolidar a ditadura do proletariado num só país, utilizando-a como pon-

to de apoio para o derrubamento do imperialismo em todos os países. A revolução rebaixa o marco de um só país, começa a época da revolução mundial. *Forças fundamentais da revolução*: ditadura do proletariado num país, movimento revolucionário do proletariado em todos os países. *Reservas principais*: as massas semi-proletárias e as massas dos pequeno-camponeses nos países adiantados, o movimento de libertação nas colônias e países dependentes. *Direção do golpe principal*: isolar a democracia pequeno-burguesa, isolar os partidos da Segunda Internacional, que são o apoio mais importante da política encaminhada a chegar a um acordo com o imperialismo. *Plano de distribuição de forças*: aliança da revolução proletária com o movimento de libertação das colônias e dos países dependentes". Stálin — *Sobre os Fundamentos do Leninismo* — Edit. Calvino Ltd.).

"QUEM SÃO OS AMIGOS DO POVO E COMO LUTAM CONTRA OS SOCIAL-DEMOCRATAS" — Uma das obras mais notáveis do marxismo-leninismo, escrita por Lênin, na primavera e no verão do ano de 1894, e publicada em três edições, nesse mesmo ano; em mimeografo. A segunda edição se perdeu. Nessa obra, Lênin "pôs a descoberto a verdadeira posição dos populistas como falsos amigos do povo; como amigos que iam, na realidade, contra o povo" (*Historia do Partido Comunista (b) da URSS*). O populismo foi o principal e fundamental obstáculo ideológico no caminho do movimento social-democrata e da difusão do marxismo na Rússia. Por isso e para a vitória do marxismo na Rússia, foi necessário destruir definitivamente o populismo, desmascarando a essencial reacionária de sua ideologia. Esse trabalho foi iniciado por Plerránov e seu grupo "Emancipação do Trabalho". Mas a destruição ideológica do populismo, realizada por Plerránov, estava longe de ser definitiva. Foi Lênin quem levou essa destruição ideológica até o fim. Na sua luta contra o populismo, Lênin não só defendeu o marxismo e anulou as pobres tentativas populistas de desfigurar a doutrina marxista, mas também desenvolveu essa doutrina e enriqueceu a teoria do materialismo dialético e histórico.

Lênin estudou as condições concretas da realidade russa à luz do marxismo e esclareceu os mais importantes problemas dos marxistas russos. Nesse seu livro, Lênin assinalou, pela primeira vez, a idéia de uma aliança revolucionária entre a classe operária e a camponesa, como meio principal de derrubar o poder do tsarismo, dos latifundiários e da burguesia. Lênin considerava como questão fundamental para os marxistas russos a organização dos vários e dispersos círculos marxistas em um único partido socialista revolucionário. "Lênin fazia ver, mais adiante, que competia precisamente à classe operária da Rússia, aliada aos camponeses, derribar a autocracia tsarista, depois do que, o proletariado russo, aliado às massas trabalhadoras e exploradas, juntamente com o proletariado de outros países do mundo, marcharia pelo caminho da luta política no sentido da vitoriosa revolução comunista". — (*Curso de Historia do Partido Comunista*).

RABÓTCHEIE DIELO (*A Causa Operária*) — Órgão dos "economistas", no estrangeiro. Apareceu em 1899. Era publicado pela Liga Estrangeira dos Social-Democratas Russos, sendo seus redatores Kritchévski e Martínov. Foi publicado desde abril até dezembro de 1905.

A DEFESA ACUSA...

Por Marcel Willard

Muita gente houve que se acovardou ante o recrudescimento do fascismo no mundo. Os comunistas, porém, o enfrentaram com tal coragem, determinação e inteligência, que o venceram.

Em *A Defesa Acusa...* de Marcel Willard, encontram-se as mais belas, emocionantes e vividas páginas, descrevendo o heroísmo consciente dos comunistas arrastados às barras dos tribunais fascistas e burgueses, com o corpo alquebrado pelos suplicios infames e sádicos de seus algozes, mas com o espírito forte, invencível, iluminado pela chama imperecível da mais empolgante convicção política, da justiça da causa defendida.

Os mais célebres processos contra os comunistas e a forma extraordinariamente heróica por que se comportaram em face de juizes parciais e indignos, encontram-se em *A Defesa Acusa...*, como exemplo a orientar quantos participam do movimento proletário de libertação.

Enterrado em lúgubre masmorra, sofrendo os mais atrozes suplicios, sabe o comunista que não está só, nem à mercê dos seus inimigos, porque a seu lado, agitando-se e clamando, estão sempre os seus camaradas pelo mundo afora a reclamar *Justiça!*

Marcel Willard aproveita como matéria central da obra o famoso processo de Leipzig contra Dmitrov (o incêndio do Reichstag), mas, para situar melhor o trabalho, que é empolgante, faz um estudo histórico do assunto desde o processo Babeuf (1796), depois Blanqui, Marx, os cartistas ingleses, a Primeira Internacional, a Comuna de Paris, Ferré, Louise Michel, Jules Guesde, Liebknecht, Bebel, Rosa de Luxemburgo, Marti, Kuntz, Klaus, Schultz, Edgar André, Matias Rakosi, Ana Pauker, Itsikava, etc., até os nossos próprios heróis — *Prestes, Ghioldi e Berger* — que, embora não brasileiros os dois últimos, pelo tanto que lutaram e sofreram entre nós, como soldados da humanidade, inspiraram aos espíritos bem formados a mais profunda admiração e o mais justo reconhecimento.

A Defesa Acusa... é um livro épico, que nenhum comunista pode desconhecer sem prejudicar sua formação moral e sua firmeza de convicções.

Nas livrarias — Cr\$ 25,00

Pelo reembolso — Cr\$ 26,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

Editorial CALVINO Limitada — Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro



ÚLTIMAS EDIÇÕES

- HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS**, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA**, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00
- LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA**, por D. S. Mirski .. Cr\$25,00
- CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA**, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) .. Cr\$25,00
- A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS**, por Lisandro de la Torre .. Cr\$25,00
- TRES PRINCÍPIOS DO POVO**, por Sun Yat Sen .. Cr\$25,00
- A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético a Família") .. Cr\$25,00
- ANTI-DUHRING**, por Frederico Engels .. Cr\$30,00
- CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA**, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) .. Cr\$25,00
- URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO**, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume .. Cr\$25,00
- A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA**, pelo Dr. Lelio Zeno .. Cr\$25,00
- O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**, pelo Instituto M. E. L., de Moscou .. Cr\$25,00
- DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ**, por Edvard Benos Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE**, por Jean Freville .. Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA**, seleção de J. Duret .. Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA**, seleção de P. Y. Nizan .. Cr\$25,00
- O PODER SOVIÉTICO**, pelo Deão de Canterbury .. Cr\$25,00
- O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA**, pelo Deão de Canterbury .. Cr\$25,00
- MISSAO EM MOSCOU**, por Joseph E. Davies .. Cr\$25,00
- MISSAO EM TÓQUIO**, por Joseph C. Grew .. Cr\$30,00
- DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO**, por John Reed .. Cr\$25,00
- SANTA RUSSIA**, por Mauricio Hindus .. Cr\$30,00
- O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA**, por Mauricio Hindus .. Cr\$25,00
- A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO**, por Mauricio Hindus .. Cr\$25,00
- A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA**, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00
- A CHINA LUTA PELA LIBERDADE**, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00
- RIO SELVAGEM** (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00
- ENTRE DOIS MUNDOS**, memórias de Anna Louise Strong .. Cr\$30,00
- ASIA SOVIÉTICA**, por Davies & Steger .. Cr\$25,00
- A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA**, pelo Patriarca Sérgio e outros .. Cr\$25,00
- STALIN**, por Emil Ludwig .. Cr\$25,00
- PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA**, pela Dra. Ester Conus .. Cr\$25,00
- A QUESTÃO AGRÁRIA**, por V. I. Lenin .. Cr\$25,00
- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO**, por F. Engels, A. Taiheimer, H. Harari e L. Ségal .. Cr\$30,00
- MARX, ENGELS E MARXISMO**, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume .. Cr\$25,00
- NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA**, de Luis Segal, 2 vols. Cada volume .. Cr\$25,00
- A DEFESA ACUSA...**, de Marcel Wilford .. Cr\$25,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro